

ARTUR JOSÉ RENDA VITORINO

**PROCESSO DE TRABALHO, SINDICALISMO E MUDANÇA  
TÉCNICA: O CASO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS EM SÃO  
PAULO E NO RIO DE JANEIRO, 1858-1912**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof.  
Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora  
em 03/08/1995.

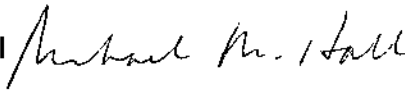
Banca:

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha



Prof. (a) Dr. (a) Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Prof. Dr. Michael McDonald Hall



Prof. Dr. Sidney Chalhoub (suplente)



Agosto/1995



UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	TUNICAMP		
	V833 p		
V.	Ex.		
TOMBO BC	25224		
PROC.	433/95		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	08/08/95		
N.º CPD			

CM-00073514-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Vitorino, Artur José Renda

V833p      Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858 - 1912 / Artur José Renda Vitorino. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores da indústria gráfica. 2. Movimento operário-São Paulo (SP) 3. Movimento operário - Rio de Janeiro (RJ). 4. Sindicalismo. 5. Mecanização. 6. Greves e lockouts - Trabalhadores da indústria gráfica. I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para

*Artur e Jaçanan*, meus pais

## Agradecimentos

A pesquisa de que resultou esse trabalho tornou-se possível graças aos auxílios financeiros prestados pelo CNPq e pela FAPESP, aos quais registramos aqui nosso reconhecimento.

A tarefa do autor foi facilitada pelos auxílios prestados por bibliotecários e arquivistas das seguintes bibliotecas e arquivos: Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH/Unicamp), Biblioteca do IFCH (Unicamp), Biblioteca do IEL (Unicamp), Biblioteca da Faculdade de Educação (Unicamp), Biblioteca do CLE (Unicamp), Centro de Documentação Alexandre Eulálio (IEL/Unicamp), Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo), Clube Campineiro de Leitores (Campinas). Com o medo de citar nominalmente alguns e de esquecer outros, a todas essas pessoas que me ajudaram, deixo aqui reconhecido meu débito. Muito obrigado.

Deixo aqui também reconhecido meu débito para com aqueles que me prestaram inestimável auxílio na concretização das pesquisas, leituras, críticas, indicações de fontes primárias, secundárias e bibliográficas necessárias para a elaboração desse trabalho. Primeiramente fico especialmente grato ao meu orientador, professor Cláudio Batalha. Pelo seu apoio, acompanhamento, indicações de fontes primárias, secundárias e bibliográficas, de ter inculcido o gosto pela pesquisa empírica desde os primeiros momentos do aperfeiçoamento científico até o mestrado. Cláudio, valeu!

Valeram também as indicações de fontes primárias e bibliográficas do professor Michael Hall, me incentivando a realizar a pesquisa sobre os gráficos. No aperfeiçoamento científico, foi o co-orientador da parte de São Paulo. Além disso, Michael participou da banca de aperfeiçoamento, indicando os pontos falhos e positivos do texto apresentado naquele momento, que, na medida do possível, procurei resolvê-los. Outro professor que me ajudou bastante, também participante da banca de qualificação, foi o professor Sidney Chalhoub. Além de emprestar rolos de microfilmes de fontes primárias do Rio de Janeiro, fez uma leitura crítica que me levou a tomar mais cuidado com os métodos de exposição de um texto histórico. Sidney e Michael, sou muito grato.

Quando dos cursos no mestrado, tive a felicidade de cruzar com o professor Adalberto Marson. Participando do seu curso sobre processo de trabalho, entrei (e ainda continuo) em contato com uma bibliografia que me tirou do atoleiro e imbróglio em que a minha pesquisa se encontrava, e os horizontes se abriram. Foi o melhor curso que fiz até hoje na Unicamp. Obrigado, Adalberto! Obrigado, também, à professora Isabel Marson, que em curso no mestrado me levou a atentar para o problema do Liberalismo e suas astúcias.

Aos amigos e colegas de convívio diário, por seus auxílios, são tantas pessoas que se torna quase impossível citar todas nominalmente. A lista começa pelos colegas que moraram comigo nas Repúblicas às ruas Pe. Vieira e Uruguaiana; aos colegas do mestrado em História (turma de 92); ao Fabinho, pela ajuda imprescindível em traduzir alguns textos do jornal *La Lotta Proletária*; à Edilene e ao Luigi, pelas indicações de fontes primárias, aos "historiadores de família", Jaime Cordeiro e Natal Biscaro, pelas longas conversas "históricas"; ao Fernando Iikawa e Camilo, por me assessorarem sobre os problemas oriundos da informática; aos historiadores do grupo auto-denominado "C.U.H." (os colegas Gino, Fernando, Hélio, Paulinho), que em uma noite agradável discutiram o 2º Capítulo desse trabalho; aos alunos do mestrado e doutorado em História (Gino, Ana Paula, Jane, Rogério, João e Moacir), pelas dicas, correções, pontos de vistas discutidos em uma tarde na Unicamp, às vésperas do término desse trabalho; à Virgínia e Carlos Haag, que me ajudaram a elaborar os projetos de Iniciação Científica e de Mestrado; às professoras Ana e Silvia Siqueira e Isabel, pela leitura, correção e discussão dos capítulos. Pessoal, aquele abraço!

Ao Marcos H. Lima, o Marcão, o meu apreço por ele é inefável. Amigo p'ra toda hora, com extrema paciência ouvia minhas angústias, perguntas, elocubrações, lia, corrigia, enfim, um mestre e amigo. Como tenho sorte em ter ao meu lado um amigo como o Marcão.

Por fim, mas no início de tudo, está o meu xodó que aguentou o rojão, a chatice, as reclamações, sabendo inverter o meu mau humor em carinhos. Val, um beijão.

## ÍNDICE

Introdução .....	01
Capítulo 1: Estabelecimento e Desenvolvimento das Oficinas Tipográficas no Brasil	
A) Instalação das primeiras tipografias no Brasil .....	07
A.1) O pioneiro Antônio Isidoro da Fonseca .....	07
A.2) Estabelecimento definitivo da imprensa no Brasil.....	09
A.3) Preponderância dos periódicos doutrinários e a difusão das oficinas gráficas: 1808-1852 .....	13
B) A imprensa informativa e o desenvolvimento do setor gráfico: 1852-1900 .....	23
C) A reestruturação do setor gráfico e a lógica do mercado.....	34
Capítulo 2: O Movimento Associativo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro	
A) A Associação Tipográfica Fluminense e formação de uma identidade coletiva .....	54
A.1) A greve dos tipógrafos de 1858 no Rio de Janeiro e a valorização sócio-econômica do ofício tipográfico.....	54
A.1.1) A novidade da greve e a legislação .....	61
A.1.2) As folhas diárias, os seus lucros e a ordem social.....	166
A.1.3) " <i>Salus populi suprema lex</i> " .....	68
A.1.4) Trabalho, associação e a superioridade do trabalhador qualificado .....	73
A.2) Os tipógrafos, a campanha abolicionista e os legítimos representantes políticos dos operários.....	80
B) Os tipógrafos e a Liga das Artes Gráficas .....	86
B.1) Os primeiros esforços dos tipógrafos para a criação do seu sindicato de resistência .	86
B.2) A formação da identidade de classe do trabalhador gráfico .....	90

Capítulo 3: Associações Operárias Gráficas em São Paulo: Matizes da Diversidade Ideológica

A) As primeiras associações tipográficas em São Paulo .....	101
B) Formação e programa da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo .....	111
C) Tendências ideológicas e sua incidência nas associações operárias gráficas.....	131
C.1) União dos Trabalhadores Gráficos.....	131
C.1.1) A questão do diário <i>O Estado de S.Paulo</i> .....	141
C.1.2) Os gráficos da União dos Trabalhadores Gráficos e as ações eleitoral e partidária .....	148
C.2) Grêmio Tipográfico Paulistano.....	153

Capítulo 4: Greves, Operários e a Mecanização da Composição Tipográfica

A) As mobilizações operárias gráficas .....	171
A.1) Três greves em São Paulo .....	172
A.1.1) Rottelini e a greve no jornal diário <i>Fanfulla</i> .....	172
A.1.2) Os gráficos nas greves parciais de 1907 pelas oito horas de trabalho.....	178
A.1.3) As greves de 1912 e a proposta patronal de organização da aprendizagem gráfica.....	189
B) Os ofícios do setor gráfico .....	197
B.1) A ação organizatória dos compositores tipográficos perante as linotipos.....	199
B.2) As linotipos: alteração para melhor ou para pior? .....	212
C) Os compositores tipográficos e os linotipistas em São Paulo.....	223
Conclusões .....	233
Fonte e Bibliografia citadas .....	237

## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é esclarecer quanto à validade empírica do termo "controle de ofício" (*craft control*) para a compreensão dos vínculos entre mudança técnica, organização do trabalho e controle do local de trabalho. Para tanto, lançamos mão do conceito de processo de trabalho e centralizamos as nossas análises em um estudo de caso: as lutas entre trabalhadores e patrões do setor gráfico nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em um período de mudanças na tecnologia e organização do trabalho desse setor.

O enfoque priorizou as práticas sindicais dos trabalhadores gráficos nessas duas cidades no período de 1858 a 1912, procurando verificar se tais trabalhadores - comumente associados à idéia de vanguarda organizacional dos movimentos operários nascentes - teriam, de algum modo, conseguido controlar o próprio processo de trabalho e como teriam reagido às mudanças técnicas nele introduzidas.

O trabalho circunscreve-se às cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro pois é nossa intenção realizar um estudo comparativo entre operários que possuem origem, formação ideológica e ambiente relativamente diversos e pelo fato dessas duas cidades terem reunido a maior concentração operária do país no período aqui estudado, o que possibilitou e facilitou a pesquisa.

O recorte cronológico concentrou-se nos anos de 1858 a 1912. Deve-se ter em conta que não cobrimos o período sincronicamente, mas sim que elegemos momentos considerados relevantes para o entendimento do tema central do nosso estudo sobre o setor gráfico. Assim, de forma lacunar, resolvemos remontar a segunda metade do século XIX, porque os tipógrafos do Rio de Janeiro, através da Associação Tipográfica Fluminense, mostraram os primeiros e definitivos passos rumo à formação de uma associação operária de resistência, diferente das de auxílios mútuos, como era corrente na época. E em São Paulo, o retorno à segunda metade do século XIX permitiu-nos perceber como são complexos os efeitos da imigração na história da classe operária paulistana.



No outro extremo da nossa baliza cronológica, 1912 significou a retomada da identidade de classe dos trabalhadores dos diversos ramos profissionais do setor gráfico de São Paulo e do Rio de Janeiro. E essa retomada é percebida mesmo depois dos conflitos interclassistas existentes entre os compositores tipográficos manuais e os compositores tipográficos mecanizados (os linotipistas), ocorridos após as instalações das máquinas de compôr (as linotipos) nas oficinas dos jornais.

Há, pelo que constatamos, quatro estudos sobre os gráficos de São Paulo, e um sobre os tipógrafos cariocas.<sup>1</sup> Com esses trabalhos aprendemos muito e, assim, pudemos aqui ou acolá, devido o nosso ângulo de abordagem ser diferente, discordar de alguns argumentos mostrados nesses cinco estudos. Essas discordâncias foram remetidas às notas de rodapé.

O nosso trabalho foi dividido em quatro capítulos. O 1º Capítulo - "Estabelecimento e Desenvolvimento das Oficinas Tipográficas no Brasil" - procura mostrar como foi a implementação da imprensa e dos ofícios do setor gráfico em algumas cidades do Brasil, bem como a evolução e diversificação do equipamento das oficinas tipográficas instaladas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Desde a instalação das primeiras tipografias, a imprensa foi usada com a finalidade política de propagar uma produção doutrinária e opinativa. As gráficas instaladas como

---

(-)-Entre as obras sobre o operariado gráfico em São Paulo e no Rio de Janeiro, arroladas por ano de publicação, citam-se: Maria Nazareth FERREIRA, *Imprensa e Sociedade: o Trabalhador Gráfico*. São Paulo: F.F.C.H/USP, Dissertação de Mestrado, 1976, mimeo. (Publicada em livro com o título: *A Imprensa Operário no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978, 163 p.) Leila Maria da Silva BLASS, *Imprimindo a Própria História (o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20)*. São Paulo: F.F.C.H/USP, Dissertação de Mestrado, 1982, mimeo. (Publicado em livro homônimo da dissertação, Edições Loyola, 1986.) Maria Sílvia Duarte HADLER, *Sindicato de Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Campinas: I.F.C.H./UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1982, mimeo. Maria Nazareth FERREIRA, *Comunicação e resistência na imprensa proletária*. São Paulo: ECA/USP, Tese de de Livre-Docência, 1990. Marialva BARBOSA, *"Operários do Pensamento" (Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro): 1880-1920*. Niterói: I.C.H.F/UFF, Dissertação de Mestrado, 1991, mimeo.

negócio lucrativo vão aparecendo paulatinamente, à medida que vai se formando um mercado nas principais cidades do país. Com a formação desse mercado, há um aumento na demanda por uma produção da imprensa e das casas de obras gráficas mais voltadas para a informação, o que veio a ocorrer principalmente nos primeiros anos do atual século.

A partir de meados do século XIX, a implementação e diversificação de novas técnicas no setor gráfico ocorreram nos estabelecimentos maiores (nos parâmetros da época) ao sabor das necessidades e impulsionadas pelas relações econômicas entre os custos e os benefícios.

Nesse mesmo período, nas firmas gráficas de médio e pequeno portes, as mudanças técnicas eram de certa forma personificadas. Na busca de um trabalho tipograficamente bem realizado, os próprios proprietários aperfeiçoavam mecanicamente o seu meio de trabalho. Esses incrementos mecânicos eram desencadeados tanto pela satisfação do tipógrafo de realizar um trabalho, quanto pelas necessidades do mercado consumidor.

Assim, o capítulo procura mostrar que, em grande medida, a competição intercapitalista forçou a imprensa diária das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro a mecanizar a última profissão manual existente no setor gráfico: a profissão de compositor tipográfico. Os efeitos imediatos dessa produção mecanizada sobre o operário foram discutidos no 4º Capítulo.

O Capítulo 2 - "O Movimento Associativo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro" - procura reconstituir historicamente a forma como os compositores tipográficos filiados à Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 25 de dezembro de 1853, se organizaram coletivamente em torno da noção de dignificação pelo trabalho em meio a ordem escravista oitocentista.

Apesar da participação de tipógrafos na campanha abolicionista, no movimento republicano, nas eleições e fundações de partidos operários dentro do modelo político liberal clássico, esses trabalhadores tiveram dificuldades em estruturar uma identidade de classe que pudesse abarcar as demais profissões que integravam o setor gráfico, não conseguindo

estabelecer, nesse período estudado, uma associação operária gráfica que os representasse. Experiências nesse sentido foram realizadas (vide a fundação da Liga das Artes Gráficas, em 1903, e a sua dissolução, em 1907). Mas, ao que tudo indica, o esvaziamento profissional experimentado pelos compositores tipográficos contribuiu significativamente para que os gráficos não conseguissem, nesse momento, constituir uma identidade de classe com os demais trabalhadores do setor gráfico.

O Capítulo 3 - "Associações Operárias Gráficas em São Paulo: Matizes da Diversidade Ideológica" - pretende mostrar que as associações operárias não seguiram o modelo de organização sindical de resistência com filiação doutrinária explícita, como desejavam os anarquistas. Neste sentido, procuramos ainda precisar que elas tinham em seu seio militantes de diversas correntes ideológicas, sendo que havia um descompasso entre atitudes individuais desses militantes com as suas associações operárias, e um descompasso destas com os comportamentos coletivos da categoria gráfica. Ainda nessa perspectiva, foi dada a conhecer a forma como a União dos Trabalhadores Gráficos planejou, com os seus filiados, controlar o mercado de trabalho desse setor. Essa iniciativa fracassou devido às pressões dos proprietários das pequenas firmas gráficas e dos conflitos internos surgidos entre operários qualificados, não qualificados e chefes de oficinas, e dos problemas oriundos do embate étnico que se encontrava presente no meio operário.

Procura-se, ainda nesse 3º Capítulo, estabelecer os limites e os canais de comunicação entre os núcleos de vanguarda, os militantes e os demais operários que integraram a experiência da categoria profissional. Como dissemos, principalmente em relação aos trabalhadores gráficos, torna-se necessário a problematização desses aspectos, já que o sindicalismo gráfico normalmente vem associado à idéia de vanguarda organizacional do nascente operariado.

O quarto e último Capítulo - "Greves, Operários e a Mecanização da Composição Tipográfica" - em sua primeira parte, versa sobre três paralisações dos gráficos de São Paulo. Essas paradas foram iniciadas pelos gráficos para conseguirem majoração salarial e

outras mudanças no jornal diário *Fanfulla*, a fim de conquistar as 8 horas de trabalho, e se defenderem da carestia de vida que afetava a classe trabalhadora.

Em sua segunda parte, o quarto Capítulo pretende expor a concepção que os operários gráficos tinham sobre as máquinas, e como eles faziam a distinção da máquina em relação ao uso que dela fazia o capitalista, pois que os gráficos transferiam seus ataques do próprio meio de produção para a sua forma social de exploração. Nota-se também que, apesar da mecanização da composição manual ter trazido severas dificuldades para essa profissão, por outro lado, ela criou novas profissões, requalificando-as.

Procuramos também, nesse 4º Capítulo, mostrar as características do ofício de compositor manual e de compositor mecânico (linotipista), bem como a organização gráfica perante as máquinas de compôr (linotipos). As discussões travadas e os conflitos entre os operários, quando das alterações no meio de trabalho causadas pela introdução das linotipos, foram também temas de reflexão.

As disputas entre os operários compositores e os linotipistas, proporcionadas fundamentalmente pela mecanização do ramo profissional tipográfico, vêm acompanhadas pelos conflitos intercapitalistas que vicejaram entre os proprietários de jornais diários.

Por força do quadro geral esboçado nos quatro Capítulos, há de se levar em conta as semelhanças e as diferenças, para uma compreensão da inserção dos gráficos de São Paulo e do Rio de Janeiro na formação do mercado de trabalho livre. Ao nos determos no estudo dos trabalhadores gráficos dessas duas cidades, pensamos ter deixado claros os limites da relação existente entre processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica.

## **CAPÍTULO 1**

### **ESTABELECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS TIPOGRÁFICAS NO BRASIL**

## A) INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS TIPOGRAFIAS NO BRASIL

### A.1) O pioneiro Antônio Isidoro da Fonseca

Apesar de Portugal, desde o final do século XV, contar com o uso da imprensa e de terem os portugueses, em meados do século XVI, instituído a impressão em suas colônias no Oriente, no Brasil, até o final da primeira metade do século XVIII, não havia oficina tipográfica.<sup>1</sup> Atribui-se a Antônio Isidoro da Fonseca, considerado um dos principais tipógrafos de Lisboa<sup>2</sup>, a primeira tentativa de instalação de uma oficina tipográfica no Brasil, implantada por ele no Rio de Janeiro em 1747.<sup>3</sup>

Na oficina tipográfica de Antônio Isidoro da Fonseca foi impresso, dentre outros trabalhos, um folheto de 20 páginas intitulado: *Relação da Entrada que fez/ o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor/ Fr. Antônio do Desterro Malheiro/ Bispo do Rio*

---

(1)-Max FLEIUSS, *Páginas de História*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, (cap. "Subsídios para a história da imprensa no Brasil", pp. 469-578.), pp. 469-470. Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *Imprensa Fluminense: Ensaio e Trajetos*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984, pp. 437-438. Carlos RIZZINI, *O Jornalismo Antes da Tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 155 e seguintes.

(2)-Segundo Rubens Borba de MORAES, dos prelos de Isidoro da Fonseca saíram "o tomo 1º da Biblioteca Lusitana, de Diogo BARBOSA MACHADO; as Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal, de D. Antônio Caetano DO BEM; os Séculos da Religião e o Claustro Francisco, de Apolinário da CONCEIÇÃO; a Vida de D. João de Castro, de Jacinto FREIRE DE ANDRADE; as Obras, de Duarte RIBEIRO DA MACEDO; as Notícias de Portugal, de Manuel SEVERIM DE FARIA, e três obras de Antônio José da SILVA, o Judeu, para citar as mais importantes". Rubens Borba de MORAES, *O Bibliófilo Aprendiz*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1965, p. 149.

(3)-Há vários livros e artigos que versam sobre a história da imprensa no Brasil, mas nem todos chegam à conclusão acima. Entre os livros que contendo informações substanciais afirmam que Isidoro da Fonseca foi o pioneiro da imprensa no Brasil, ver principalmente: Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil - (Sua História)*, [trad. de Maria da Penha Villalobos e Lólio de Oliveira]. São Paulo: T.A. Queiroz/ Ed. Uni-versidade Estadual de São Paulo, 1985, 693 p., cf: pp.14-20; Rubens Borba da FONSECA, *op. cit.*, 198 p., cf: pp.145-168; e Wilson MARTINS, *A Palavra Escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957, 549 p., cf: pp. 334-363.

*de Janeiro, em o primeiro dia deste presente ano de 1747 [...] / Composta pelo Doutor / Luiz Antônio Rosado / da Cunha [...].*<sup>4</sup>

Assim que se soube em Lisboa da impressão do folheto na cidade do Rio de Janeiro, ficou determinado, através de uma Provisão (datada de 6 de julho de 1747), o fechamento da oficina tipográfica de Antônio Isidoro da Fonseca, bem como a apreensão e o retorno de todo o material para Portugal. O motivo alegado pela Provisão para não se admitir oficina tipográfica no Brasil, era o da inconveniência e da inutilidade dos impressores trabalharem no seu ofício na colônia, "onde as despesas são maiores que no Reino"<sup>5</sup>.

Deste modo, tudo foi remetido para Lisboa: prelo, tipos, papel e o próprio Isidoro da Fonseca seguiu o material. Apesar disso, o fundador da imprensa no Brasil não desistiu da idéia de voltar e reinstalar aqui outra oficina tipográfica. Em 1750, após três anos da sua saída do Rio de Janeiro, Antônio Isidoro da Fonseca envia um requerimento pedindo às autoridades para que pudesse reestabelecer outra tipografia no Rio de Janeiro,

"na mesma forma e para o mesmo fim de que usava d'ela [no Rio de Janeiro] ou na Bahia e se necessário for, fará termo com as penas

---

(4)-Moreira de AZEVEDO, "Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro", *Revista do Instituto Histórico, Geográfico, e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXXIX, Parte 2º. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro-editor, 1865, pp. 169-224. (cit. pp. 170-171.) Ainda em relação a Antônio Isidoro da Fonseca, das suas oficinas também foram impressos comprovadamente, além do folheto acima, as seguintes obras: *Hoc est conclusiones metaphysicae de ente reali preside R.G.M. Francisco de Faria*; Em aplauso do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. frei Antônio de Desterro Malheiro, digníssimo bispo desta cidade. Romance heróico; *Epigramas* (onze em latim e um soneto em português sobre o assunto precedente). Cf: Alfredo de CARVALHO, "Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, promovida pelo mesmo Instituto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.20.

(5)-Rubens Borba de MORAES, *op. cit.*, pp.149-150. Este Autor transcreve nesse seu livro um longo trecho da Provisão datada de 6 de julho de 1747, retirada dos Anais da Bib. Nac. do Rio de Janeiro, vol. 50 (1936), p.121. Quanto à questão de proibir a impressão no Brasil, Luiz EDMUNDO em seu livro (*O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*) anotou a existência de um Alvará de 20 de março de 1720, emanado da Metrópole, proibindo letras impressas no Brasil. Contudo o mesmo não diz em que documentos baseou essa informação. Cf: Luiz EDMUNDO, *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, 2º ed. Rio de Janeiro: Athenas Editora, s/d, p. 553.

que V.M. for servido impor-lhe, de que não imprimirá livros sem a licença de V.M. e do Santo Officio, nem outro algum papel, de que se diga daninho ao Reino ou a algum vassalo dele"<sup>6</sup>.

De acordo com Rubens Borba de Moraes, a resposta ao pedido de Isidoro da Fonseca veio inscrita no "despacho, no próprio requerimento, [e] foi lacônica: 'Escusado'."<sup>7</sup> Ao que parece, Isidoro da Fonseca desistiu de voltar e novamente instalar aqui uma tipografia. Afora isso, nada mais se sabe sobre o pioneiro da imprensa no Brasil.

## A.2) Estabelecimento definitivo da imprensa no Brasil

Depois da tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca, nenhuma outra existiu no Brasil<sup>8</sup>. Foi somente com a mudança do governo português para o Rio de Janeiro, em 1808, que se deu a instalação de uma imprensa para publicação dos atos oficiais. Deste modo, foi

---

(<sup>6</sup>)-*Anais da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, vol. 50 (1936), p.121, apud: Rubens Borba de MORAES, *op. cit.*, p.151.

(<sup>7</sup>)-Rubens Borba de MORAES, *id., ibid.*

(<sup>8</sup>)-Alfredo de CARVALHO (*op. cit.*, p.18) fala de haver existido no Recife, em 1706, ou pouco antes, uma tipografia que imprimia letras de câmbio e orações devotas. Essa oficina teria sido suprimida por uma ordem Régia de 8 de julho de 1706. Wilson MARTINS (*op. cit.*, p.338 e seguintes) nos diz que Ney da Fonseca, a seu pedido, pesquisando no Arquivo Nacional, não encontrou nenhum vestígio de Ordem Régia ou Provisão nesse sentido nos primeiros anos do século XVIII. Tudo faz acreditar que Alfredo de CARVALHO confundiu a suposta Ordem Régia de 8 de julho de 1706 com a Provisão de 6 de julho de 1747, referente a Isidoro da Fonseca, e, ainda, por Alfredo de CARVALHO não ter indicado a fonte que colheu a informação nem ter dado maiores precisões sobre ela, convém assim "encarar com prudente desconfiança a idéia de que houve no Recife, naquele ano [1706], uma tipografia". Oliveira BELLO (*Imprensa Nacional - Oficina Oficial: 1808-1908 - Apontamentos Históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.) também afirma que uma tipografia "funcionou furtivamente em Pernambuco, em 1707, apesar de cifrar-se-á impressão de letras de câmbio e orações devotas, extinguiu-se breve, a um aceno da polícia política". (*op. cit.*, p.14.). Como Oliveira BELLO também não diz em que documentos baseou essa afirmativa, podemos inferir que tanto ele quanto Alfredo de CARVALHO estavam se referindo à mesma tipografia, a qual, como tudo indica, não teria existido.



com a instituição da Impressão Régia<sup>9</sup>, a 13 de maio de 1808, que se estabeleceu definitivamente a imprensa no Brasil. O número de tipógrafos disponíveis era escasso. À falta de operários aptos ao ofício tipográfico, foi preciso

"que fossem dispensados do serviço diversos soldados da Brigada Real da Marinha, que se achavam embarcados na nau *Príncipe Real*, para servirem de compositores e alguns grumetes da nau *Medusa*, por terem prática do serviço de tipografia, para servirem naquele estabelecimento"<sup>10</sup>.

A impressão de qualquer manuscrito era submetida à censura prévia. Quem desejasse imprimi-lo, deveria antes apresentá-lo a uma instituição responsável. Se o manuscrito fizesse referência à religião, à legislação, ou à política, esta instituição ficava autorizada a fazer uma análise do seu conteúdo, determinando, para esse fim, "pessoas de profissão competente",

dirigindo-lhes para esse ofício em nome de Sua Alteza Real, e exigindo o seu juízo e aprovação por escrito, à vista da qual se mandava imprimir com as correções necessárias, precedendo licença da secretaria de estado"<sup>11</sup>.

A censura não ficou limitada aos manuscritos impressos no Brasil. Quem pretendesse importar livros ou outros tipos de impressos teria que solicitar licença à autoridade imperial. A partir de maio de 1809, ficou o Intendente Geral da Polícia encarregado de analisar todos os avisos, anúncios, notícias dos livros, obras nacionais e estrangeiras que existiam à venda na Corte.

---

(9)-Segundo Oliveira BELLO, a "Impressão Régia conservou este título por poucos anos, sendo denominada, em documentos oficiais, Regia Typographia, Real Officina Typographica, Regia Officina Typographica, Imprensa Regia, Imprensa Nacional, Typographia Nacional, e, de novo, Imprensa Nacional". (op. cit., p.18.) Atualmente ela tem o nome de Departamento da Imprensa Nacional.

(10)-Cel. Ernesto SENNA, "A Imprensa Régia". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XIII (1908), São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1911, p.48.

(11)-Moreira de AZEVEDO, op. cit., p. 179.

Por vezes, o Intendente Geral da Polícia apreendeu impressos, prelos, tipos e utensílios próprios para impressão adquiridos e usados clandestinamente. Sob o regime de censura, e existindo no Rio de Janeiro uma única tipografia, o que dificultava a impressão de qualquer periódico, Hipólito da Costa, então fundador e editor do *Correio Brasiliense*, jornal publicado em Londres, fazia a seguinte observação:

"A dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelo perigo a que os redatores se exporiam falando livremente das ações dos homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em países estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião d'essas publicações desde a época em que a família real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro. Aberto este canal, pode dizer-se que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brasil, posto que não no Brasil."<sup>12</sup>

Em aviso de 28 de agosto de 1821, o príncipe regente D. Pedro suspendeu a censura prévia e ordenou que, no caso de "abuso", os autores ou editores seriam responsabilizados por qualquer transgressão. Por isso, a junta diretora da Imprensa Régia, detentora do monopólio da impressão na Corte, fazia publicar, a 1º de setembro de 1821,

"uma declaração fazendo ver ao administrador daquela oficina que não fizesse imprimir manuscrito ou impresso algum que não viesse

---

(12)-*Correio Brasiliense*, s/n, s/d apud Moreira AZEVEDO, op. cit., p. 182. Conforme Nelson Werneck SODRÉ, "O Correio Brasiliense ou Armazém Literário, primeiro periódico publicado por brasileiro, e primeiro livre da censura portuguesa, circulou de 1 de junho de 1808 a dezembro de 1822, impresso na oficina de W. Lewis, em Londres, saindo regularmente todos os meses, num total de 175 números, de 96 a 150 páginas in 8º., formando 29 volumes". (*A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.28.) Por sua vez, Fernando SEGISMUNDO ("Hipólito da Costa, jornalista venal", *Revista Brasiliense*, nº 14, nov./dez. 1957, pp. 98-118.), discordando da linha apologética que se formou em torno de Hipólito da Costa, diz que esse jornalista "é, antes, o paradigma do jornalista venal, do antipatriota, do corrupto a serviço da guerra. Esta é a sua verdadeira face, iluminada não apenas pelos documentos, mas, principalmente, pelas declarações dele próprio". (op. cit., p. 99.)

assinado pelo autor ou editor, sendo o nome reconhecido pelo tabelião público, declarando este ter visto fazer a dita assinatura."<sup>13</sup>

Apesar da lei de imprensa proibir impressos sem autoria reconhecida, jornais e folhetos circularam anonimamente na cidade do Rio de Janeiro e nos principais núcleos urbanos do país, entre 1820 e 1822.<sup>14</sup> Por estes anos, a produção de livros, folhetos e jornais anônimos no Rio de Janeiro foi facilitada pela supressão da censura prévia e pela abertura de tipografias particulares (a partir de 1821), estimulados pelo clima de intensa agitação política que vivia a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, devido à linguagem crítica com que se caracterizou tais impressos anônimos, viu-se o presidente do Senado da Câmara defender sem sucesso a volta da censura prévia.<sup>15</sup>

No decênio de governo de D. Pedro<sup>16</sup> (1821-1831), a imprensa oscilou entre a liberdade e o controle. Conforme periodizaram Marcello e Cybelle de Ipanema, temos que de 1821 a 1822 houve uma explosão do jornalismo. No interím de 1822 para 1823, aconteceu um controle; seguido de uma liberdade. De 1824 a 1826, ocorreu um retorno do

---

(13)-Moreira de AZEVEDO, *op. cit.*, p. 187.

(14)-Cecília Helena Florenzini de Salles OLIVEIRA afirmou em artigo a importância de se analisar os jornais e folhetos, muitos deles anônimos, que circularam na cidade do Rio de Janeiro e nos principais núcleos urbanos do país, entre 1820-1822, no sentido de uma compreensão mais profunda da complexa trama de relações sociais que engendrou a independência, já que, conforme ela, "os jornais e as publicações avulsas podem oferecer elementos reveladores a respeito da luta política e dos agentes sociais envolvidos no processo de emancipação, ao mesmo tempo em que possibilitam o questionamento das razões pelas quais ocorreu, no interior da historiografia, a cristalização de interpretações personalistas sobre a independência". Cecília H. F. S. OLIVEIRA. "Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais". *Revista de História - USP*, nº 116, janeiro/junho 1984, pp. 55-65. Mais tarde ela aprofundou essas reflexões em sua tese de doutoramento intitulada *A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, defendida na USP em 1987.

(15)-apud Moreira de AZEVEDO, *op. cit.*, p.188.

(16)-Sobre as atividades jornalísticas e panfletárias do Príncipe-Regente, depois Imperador D. Pedro I, e de seu secretário Conselheiro Francisco Gomes da Silva, o *Chalçaça*, na imprensa carioca de 1822/1830, ver Helio VIANNA, *D. Pedro I, Jornalista*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, 216 p.

controle sobre a imprensa; e, por fim, de 1827 a 1831, novamente a imprensa circulou com liberdade.<sup>17</sup>

### **A.3) Preponderância dos periódicos doutrinários e a difusão das oficinas gráficas: 1808-1852**

A implantação e a propagação da imprensa no Brasil decorreu do objetivo de atender às necessidades burocráticas do Estado (necessidade de imprimir atos oficiais) e de divulgar uma produção doutrinária e opinativa. Sendo assim, no período de 1808 à 1852, as disputas políticas geraram e estimularam o estabelecimento de oficinas tipográficas nos centros urbanos das províncias.<sup>18</sup>

Dando início ao período de predomínio do jornalismo doutrinário, a 10 de setembro de 1808 começou a ser impresso nos prelos da Imprensa Régia o primeiro jornal que se publicou no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*<sup>19</sup> (1808-1822). De propriedade dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios e da Guerra, o periódico era redigido por Fr. Tiburcio José da Rocha. Em pequeno formato, o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* trazia, entre notícias da Europa e a notícia das duas primeiras obras que se imprimiram na imprensa (com permissão régia), um anúncio dizendo que o jornal

---

(17)-Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, p. 10.

(18)-Para um estudo da imprensa desse período, ver Hélio VIANNA, *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, 664 p.

(19)-Enquanto a *Gazeta* era impressa no Rio de Janeiro, três meses antes da data em que surgiu esta folha, Hipólito da Costa fundava, dirigia e redigia o *Correio Braziliense*, em Londres. Esse duplo nascimento do jornalismo brasileiro é analisado por Bethania S. Corrêa MARTINS, que, do ponto de vista da Análise do Discurso, formula questões sobre a formação da identidade nacional a partir da leitura desses dois primeiros jornais brasileiros, visando compreender o papel da imprensa na constituição da memória histórica do período. Cf: "Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: De Como o Discurso Jornalístico Constrói Memória)", in: Eni P. ORLANDI (org.), *Discurso Fundador (A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional)*. Campinas: Pontes, 1993, pp. 31-42.

"devia sair todos os sábados pela manhã; que se vendia nesta corte em casa de Paulo Martins, filho, mercador de livros no fim da rua da Quitanda, ao preço de 80 réis. Que as pessoas que quisessem ser assinantes deveriam dar os seus nomes e moradas, na sobredita casa, pagando logo os seis primeiros meses a 1\$900; e lhes serão remetidas as folhas às suas casas no sábado pela manhã: que na mesma gazeta se poriam quaisquer anúncios que quisessem fazer; devendo estar na quarta-feira, no fim da tarde, na imprensa régia. [...]. Esta gazeta, ainda que pertença por privilégio aos oficiais da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo oficial; e o governo somente responde por aqueles papéis, que nela, mandar imprimir em nome"<sup>20</sup>.

Apesar da *Gazeta do Rio de Janeiro* ter deixado explícito no primeiro número o seu caráter não oficial, na verdade ela foi mantida pela Tipografia Régia, constituindo-se no principal veículo de divulgação das medidas governamentais, tornando desnecessária dessa maneira a seleção prévia das notícias. Este privilégio não era compartilhado pela imprensa não-oficial, pois, como vimos, naquele momento, entre 1808 e 1821, a imprensa se encontrava sob censura prévia. Anos mais tarde, esse mecanismo utilizado pelo governo através da Tipografia Régia gerou protestos, e foi denunciado pela imprensa periódica não-oficial.

O primeiro impresso contendo seções literária, política, mercantil, científica etc, publicado no Rio de Janeiro, foi a revista intitulada *Patriota*, cujo primeiro número apareceu em janeiro de 1813 e durou até dezembro de 1814. A revista *Patriota* era publicada pelo brigadeiro Manoel Ferreira de Araújo Guimarães - nessa época também redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* - e impresso na Typografia Régia.

Na Bahia, seguindo a regra geral, o surgimento e desenvolvimento da imprensa, nesse primeiro momento, estiveram inter-relacionados com os acontecimentos políticos ocorridos naquela província. Assim, foi no governo de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde de Arcos, ao criar escolas e uma biblioteca pública - a segunda que houve no Brasil -

---

(20)-apud Estevam Leão BOURROUL, "A Typographia e a Lytographia no Brazil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XIII (1908), São Paulo: Typ. do Diario Official, pp.6-7.

que o negociante português Manoel Antonio da Silva Serva viu-se estimulado a montar uma oficina tipográfica, cujo funcionamento foi permitido por D.João VI, em carta régia de 5 de janeiro de 1811.<sup>21</sup>

A oficina tipográfica de Manuel Antônio da Silva Serva começou a funcionar em meados de abril de 1811, estabelecendo na Bahia um monopólio que perdurou até 1823. De seus prelos, os três primeiros trabalhos publicados foram:

"um prospecto de quatro páginas para um jornal, um Plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade de S. Salvador (também de quatro páginas) e um trabalho de onze páginas, a Oração gratulatória do Príncipe Regente, por Ignacio José de Macedo"<sup>22</sup>.

Essa oficina também reimprimiu, pois muitos títulos que publicou eram de obras já produzidas pela Impressão Régia, dentre outros livros, os seguintes: *Observações sobre a fraqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*, de José da Silva Lisboa; a tradução de *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, por Bento da Silva Lisboa; e a sétima edição do *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. Sabe-se que a editora Silva Serva publicou aproximadamente 176 títulos durante sua vida.

Por ser o custo de impressão no Rio de Janeiro mais caro do que na Bahia, Manuel Antônio da Silva Serva frequentemente viajava para o Rio com o intuito de vender nessa Capital os seus livros, além de também fazer propaganda das vantagens de se mandar imprimir e reimprimir livros na sua tipografia na Bahia. Assim, conforme se lia em anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*:

"Manuel Antônio da Silva Serva, proprietário da Tipografia da Bahia, que se acha presentemente nesta Corte, na rua da Prainha casa nº 16, no primeiro andar, faz público, que quem quiser mandar imprimir, ou reimprimir qualquer obra por preços cômodos com boa

---

(21)-Cf: Alfredo de CARVALHO, *op. cit.*, pp. 31-32.

(22)-Laurence HALLEWELL, *op. cit.*, p.59

letra inglesa, pode dirigir-se à sua casa a fim de se convencionarem, assegurando, que qualquer obra principiada se acabará em pouco tempo por estar munido de muito grande sortimento de tipos, e logo que se ausente para a sua habitação, se poderão dirigir à sua oficina"<sup>23</sup>.

Na gráfica de Manuel Antônio da Silva Serva trabalhavam o impressor-chefe Marcelino José, o revisor de provas Bento José Gonçalves Serva, seis aprendizes de composição (meninos entre 12 e 15 anos), quatro impressores e um encadernador. Este número de empregados - nos diz Laurence Hallewell - indica que a gráfica tinha duas impressoras em sua oficina.<sup>24</sup> Segundo Berbert de Castro, por esses tempos, o pessoal necessário para um perfeito funcionamento de uma tipografia de prelo manual deveria constar no mínimo de cinco trabalhadores: o mestre, o compositor, o revisor ou corretor, o impressor e o encadernador.<sup>25</sup>

Em 14 de maio de 1811, começou a ser publicado a gazeta *Idade d'Ouro do Brazil*<sup>26</sup>, primeiro jornal baiano e segundo publicado no país. Era redigido principalmente pelo bacharel Diogo Soares da Silva Bivar e o padre Ignacio José de Macedo. Sabe-se que essa gazeta circulou até 18 de abril de 1823, com algumas interrupções e alterações políticas em sua linha editorial.

Na província de Pernambuco, Ricardo Fernandes Catanho, comerciante como Manuel Antônio da Silva Serva, mandou vir da Inglaterra um prelo. O material chegou ao Recife em fins de 1815, data em que solicita ao governo real licença para fazer uso da

---

(23)-*Gazeta do Rio de Janeiro*, 20 de novembro de 1816. Apud: Maria Beatriz Nizza da SILVA., "Produção, Distribuição e Consumo de Livros e Folhetos no Brasil Colonial". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 314, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Jan.- Mar. 1977, p. 83.

(24)-Laurence HALLEWELL, *op. cit.*, p.59.

(25)-Cf: Renato Berbert de CASTRO, *A Tipografia Imperial e Nacional da Bahia: Cachoeira, 1823 -Salvador, 1831*. São Paulo: Ática (Coll. Ensaaios; 111), 1984, pp.13-14.

(26)-Para uma análise e acompanhamento histórico desse periódico baiano ver: Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1978, 208 p.

imprensa e que lhe foi expedida a 9 de novembro de 1816. Por falta de compositores e impressores, a tipografia começou a ser utilizada a partir de março de 1817, quando da eclosão do movimento republicano no Recife.<sup>27</sup>

Essa nova imprensa surgida no Recife ora se intitulava - Oficina Tipográfica da 2ª Restauração de Pernambuco, ora - Oficina Tipográfica da República de PERNAMBUCO 2ª vez restaurada. Sabe-se que além de alguns manifestos, outras publicações de propaganda política foram impressas pelos republicanos na tipografia pertencente a Fernandes Catanho até 18 de maio de 1817 - quando os rebeldes republicanos considerando a sua causa por perdida, refugiaram-se fora do Recife.

Na província do Pará, no início da década de 1820, noticia-se que João Francisco Madureira Pará tentou estabelecer uma tipografia nessa província. Com tal intuito, apresentou à Junta Provisória Governativa do Pará um requerimento impresso em um prelo de sua própria fabricação, pelo qual pedia auxílio financeiro ao governo para montar uma oficina tipográfica.<sup>28</sup> A resposta do governo foi negativa, porém conta-se que Madureira Pará obteve de um particular e de uma subscrição pública o auxílio almejado. Afora isso, desconhecemos qualquer outra informação a respeito dessa primeira tentativa de se estabelecer uma tipografia no Pará.

A imprensa veio a ser introduzida efetivamente no Pará em 1821, por iniciativa de Fellipe Alberto Patroni Martins, Maciel Parente, Simões da Cunha e José Baptista. Isso aconteceu quando os três primeiros achavam-se em Lisboa, estando os dois primeiros em

---

(27)-Há controvérsia a respeito dos tipógrafos que puseram em funcionamento o primeiro prelo no Recife. Segundo o francês L. F. TOLLENARE (*Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil, 1816, 1817 e 1818*. Recife: Imprensa Jornal do Recife, 1905), que testemunhou os acontecimentos de 1817, "dois frades, um inglês e um marinheiro francês" foram os primeiros tipógrafos improvisados que puseram em movimento a tipografia de Fernandes Catanho. Mas, conforme Antonio Joaquim de Mello nos escreveu, a imprensa foi montada pelo inglês James Pinches, "que por alguns dias a administrou, sendo sucedido por Joaquim Bernardo Froés, natural de Pernambuco, assim como o eram os outros paisanos trabalhadores e compositores tipográficos. Joaquim de MELLO, *Biografia de J. da Natividade de Saldanha*. Recife, 1895, pp.152-153, apud, Alfredo de Carvalho, *op. cit.*, p.42.

(28)-Apud: Alfredo de CARVALHO, *op. cit.*, p.51.



missão do governo do Pará e o terceiro a negócios particulares. Adquiriram ali uma tipografia e a remeteram para Belém, à qual seguiram o tipógrafo Daniel Garção de Mello, na qualidade de diretor, e os auxiliares Juan Antonio Alvarez e Luiz José Lagier.

Em Belém, Garção de Mello, em companhia do republicano espanhol Juan Antonio Alvarez e do exilado francês Luiz José Lagier, montaram uma oficina de impressão, da qual saíram, ainda em 1821, alguns manifestos e peças avulsas a favor da adesão da província à Constituição e às cortes portuguesas liberais. No início de 1822, iniciou essa oficina a impressão do primeiro jornal do Pará, o hebdomadário *Paraense*, redigido por Patroni Martins. Esse semanário, conforme nos escreveu José Veríssimo,

"era (...) virulento na linguagem, exaltado na pregação da idéas liberais e constitucionais do tempo. Perseguido e preso Patroni, pela Junta do Governo, que ele atacava desabridamente, o substituiu na redação da folha o cônego João Baptista Gonçalves Campos, não menos famoso que ele na história do período da independência no Pará. Solto anos depois, voltou Patroni ao seu jornal, que se manteve até 1823, quando, perseguidos ele e os seus amigos pelo contra-motim que entregou a província à facção portuguesa, teve de abandoná-lo"<sup>29</sup>.

Tomada a Junta Governativa do Pará por políticos contrários à independência e, portanto, pró-Portugal, imediatamente o governo apoderou-se da oficina tipográfica do *Paraense*. Nela imprimiu um novo jornal, o segundo da província, o *Luso-Paraense*, sob a direção de José Ribeiro Guimarães e do francês Lagier.

Com a proclamação da independência no Pará, a 15 de agosto de 1823, o *Luso-Paraense* desapareceu. Efêmera existência tiveram os periódicos *Estrella Brasileira*, saído nesse mesmo ano da independência da Tipografia de Silva Porto & C., e o *Voz do Amazonas*, impresso na Tipografia Imperial e Nacional, em 1827.

---

(29)–José VERÍSSIMO DE MATOS, "A instrução e a imprensa", *Livro do Centenário*, Vol. I Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p.47.

Nos anos iniciais da década de 1830, surgiram na capital da província diversos jornais de curta existência. A imprensa no Pará tomará um ritmo mais intenso e contínuo a partir de 1839, quando veio a lume o *Treze de Maio*, impresso na Tipografia de Santos & Filhos, cuja publicação perdurou até 1856.

A iniciativa da introdução da impressão no Maranhão partiu do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que, por conta da Real Fazenda, mandou vir de Londres uma tipografia juntamente com todos os seus materiais, bem como de Lisboa os gráficos (o impressor Francisco Antônio da Silva, o compositor Francisco José Corte Real e os assistentes Antônio da Silva Neves e Antônio Pedro Nolasco) necessários para o seu funcionamento. Os tipógrafos e todos os pertences gráficos chegaram a São Luís em 31 de outubro de 1821.

De acordo com Laurence Hallewell, nesse seu primeiro ano de atividades, a Tipografia Nacional Maranhense produziu os seguintes opúsculos:

"uma tradução resumida por Manuel Rodrigues de Oliveira do *De la philosophie de la nature*, de Jean Baptiste Claude Delisle de Sales (Amsterdam, 1770-1774), publicado como *Tratado de moral para o gênero humano, tirado da filosofia e fundado sobre a natureza*. E também *Memórias sobre a necessidade da abertura do furo*, por M.R.C.F., e *Modo de curar a diarreia de sangue, para uso dos lavradores e mais pessoas que vivem longe da cidade*, tradução de um trabalho de James Hall que não foi identificado. Livro mesmo, nenhum foi publicado até a *Descrição das festas chamadas de Barracão*, sobre a maneira pela qual São Luís celebrou a nova Constituição Imperial, o qual só saiu em 1826, época em que a impressora havia adotado o nome Tipografia Nacional Imperial"<sup>30</sup>.

No Maranhão foi a partir de 15 de abril de 1821 que começou a circular o primeiro periódico da província, o *Conciliador Maranhense*. Embora publicasse centenas de exemplares, este jornal era a princípio manuscrito, e foi só do número 35 em diante, com a instalação da Tipografia Nacional Maranhense, que o jornal começou a ser impresso.

---

(30) - Laurence HALLEWELL, *op. cit.*, p. 97.

Além da tipografia oficial, em São Luís, começaram a surgir as impressoras de propriedade privada.<sup>31</sup> Assim, em 11 de março de 1822, apareceu o segundo jornal da província, a *Folha Medicinal do Maranhão*, redigida pelo Dr. Manoel Rodrigues de Oliveira. Depois desse periódico, surgiu o *Amigo do Povo*, a 17 de setembro de 1824, redigido por João Chrispim Alves de Lima; o *Argos da Lei*, sob a redação de Manuel Odorico Mendes, em 7 de janeiro de 1825, e *O Censor*, de João Antonio Garcia Abranches, em 24 do mesmo mês e ano.

A instalação de tipografias em São Paulo, em relação às demais províncias, se deu mais tarde. Data de 7 de fevereiro de 1827 a publicação do jornal *O Pharol Paulistano*, o primeiro periódico a ser impresso nessa província. Conforme nos escreveu Lafayette de Toledo, este jornal

"a princípio era semanal depois, porém, continuou a sair duas vezes por semana, custando cada número 80 réis. Continha quatro páginas de texto impresso a duas colunas e trazia a divisa: *La liberté est une enclume que usera tous les mateux*. Durou seis anos, e em sua oficina tipográfica foram impressos *O Justiceiro*, o *Novo Pharol Paulistano* e o *Observador Constitucional*"<sup>32</sup>.

---

(31)-Tais como: a oficina pertencente a Ricardo Antônio Rodrigues da Araújo, existente desde 1822 até o começo da década de 50, a Tipographia Constitucional, de Clementino José Lisboa, que começou a funcionar a partir de 1830. A partir deste ano, várias outras tipografias foram se instalando em São Luís, figurando entre elas: a firma de Ignácio José Ferreira, fundada originalmente, em 1835, por João Francisco Lisboa e Frederico Magno d'Abranches, a de J. G. de Magalhães e Manuel Pereira Ramos, a Tipografia Temperança, a de Francisco de Sales Nunes Cascais, a Tipografia Monarquia Constitucional, que foi vendida em 1848 a Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, A. Theophilo de Carvalho Leal e A. Rego, sendo ela tempos depois utilizada para imprimir o primeiro diário maranhense, *O Progresso*, iniciado em janeiro de 1847. Cf: Laurence Hallewell, *op. cit.*, pp.97-98.

(32)-Lafayette de TOLEDO, "A Imprensa Paulista", *Revista do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo*, vol. III, 1898. S. Paulo: Typ. do *El Diario Español*, pp. 303-521. (cit. p. 303.)

O primeiro compositor e impressor de *O Pharol Paulistano* foi José Maria Rôa.<sup>33</sup> Era esse tipógrafo, natural da Cisplatina, que colocava em movimento o prelo de madeira que imprimia *O Pharol*, numa tiragem de 25 exemplares por hora ou 225 por dia de 9 horas de trabalho.

Por essa época até o findar do século XIX, era comum as tipografias de São Paulo recorrerem aos gráficos que trabalhavam na Corte e nas demais províncias que tinham há algum tempo instaladas oficinas gráficas. Também era comum, por esses primeiros anos da instalação de oficinas gráficas nessa província, os escritores precisarem muitas vezes ajudar a compor como tipógrafos nas oficinas desses jornais. Além disso, por haver um número restrito de oficinas gráficas, diversos periódicos ao serem impressos se ocupavam de uma mesma oficina.

Quanto à Corte do Rio de Janeiro, no período imediatamente anterior e posterior à Independência (1822), observava-se a profusão de jornais publicados sob o calor dos debates políticos, conforme indicam os nomes dos jornais e dos periódicos. Tais como: o *Amigo do Rei e da Nação*; o *Sabbatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, redigida por José da Silva Lisboa; o *Conciliador do Reino Unido*, também escrito por José da Silva Lisboa; o *Constitucional*; o *Reverbero Constitucional Fluminense*; o *Malagueta*, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Republicano Liberal*, o *Tamoyo*<sup>34</sup>.

---

(33)-Sobre o tipógrafo José Maria Rôa, que conservou-se e trabalhou em São Paulo até uma idade muito avançada, ver: "José Maria Rôa", in: José Maria LISBOA, *Almanach Litterario de S. Paulo para 1880*, ano V. São Paulo: Typ. da Província de S. Paulo, 1879, pp. 10-14.

(34)-Sobre os jornais publicados a partir de 1821, ver: Adrien BALBI, *Essai Statistique sur Le Royaume de Portugal et d'Algarve [...]*. Paris, Chez Rey et Gravier libraires, Quai des Augustins, n° 55, 1822. apud Estevam Leão BOURROUL - *op. cit.*, p.19. A partir de 1822 foram publicados, entre outros, os seguintes jornais: o *Regulador Brasilico-Luso*, o *Papagaio*, o *Annaes Fluminense*, o *Volantim*, o *Periquito da Serra dos Organs*, o *Macaco Brasileiro*, o *Reclamação do Brazil*, o *Correio do Rio de Janeiro*, o *Semanario Civico*, o *Memorial Apologetico*, o *Compilador Constitucional*, e o *Diario do Rio de Janeiro*. Esta lista aumentou em 1823 com os seguintes jornais: o *Diario do Governo*, o *Espelho*, o *Regulador Brasilico-Luso*, a *Malagueta*, o *Sylpho*, o *Semanario Mercantil*, o *Diario do Commercio*, o *Diario da Assembléa Geral e Constitucional do Brazil*, o *Brazileiro Resoluto*, o *Estrella Brasileira*. A partir de 21 de maio de

A 1º de junho de 1821, aparece a primeira folha diária na Capital, intitulada *Diario do Rio de Janeiro*. Fundada e dirigida por Zeferino Victor Meirelles, instalou-se em tipografia própria denominada Imprensa do *Diario*, que durou até 1872:

"Publicava grátis notícias e anúncios particulares. Habitualmente eram estes, até aí, afixados, em manuscritos, às esquinas das ruas e portas dos templos ou apregoados em praça pública. Foi a primeira [...]a estampar a tabela de preços de gêneros alimentares."<sup>35</sup>

Note-se que, até 1821, foi usual a imprensa na Corte do Rio de Janeiro socorrer-se dos prelos da Imprensa Régia, até que tipografias particulares fossem montadas.<sup>36</sup> Neste mesmo ano, com o fim da vigilância e da censura sobre publicações periódicas e outros impressos, as folhas doutrinárias ou partidárias se multiplicaram.<sup>37</sup>

Sobre o número de periódicos existentes na época, o jornal *Aurora Fluminense*, de 11 de maio de 1828, publicava que no Brasil existiam trinta e dois jornais, dos quais tirando-se três ou quatro, que se ocupavam de anúncios ou notícias comerciais, todos os restantes eram exclusivamente políticos. Anos subseqüentes, a mesma *Aurora Fluminense*, em dezembro de 1835, informava que das províncias do Brasil não haviam jornais no Pará, Piauí, Goiás e Mato Grosso, sendo que o número de periódicos existentes somavam 56. Em 1846, Francisco Martins informava "que o número dos jornais cresceu, elevando-se agora a 78, e mostrando, por consequência, um excesso de 22 sobre os que existiam na época

---

1824 o *Diario do Governo* passou a denominar-se *Diario Fluminense*. Dessa lista de jornais cumpre acrescentar os que apareceram nesse ano de 1824, a saber: a *Folha Mercantil*, o *Caboclo*, o *Despertador Constitucional* e o *Spectador Brasileiro*, publicado por Plancher em sua tipografia situada à rua do Ouvidor. Cf: Oliveira BELLO, *op. cit.*, pp. 18-27. E. L. BOURROUL, *op. cit.*, pp. 22-23.

(<sup>35</sup>)-Max FLEIUSS, *op. cit.*, pp. 481-482.

(<sup>36</sup>)-Estas tipografias, que começaram a aparecer a partir de 1821 e 1822, foram: as tipografias de Moreira e Garcez e a Nova Officina Typographica, em 1821; em 1822, (além da Imprensa do *Diário*, fundada por Zeferino Victor Meirelles) a Officina de Silva Porto & C. de Manoel Joaquim da Silva Porto, a Typographia de Santos e Souza ou Officina dos *Annaes Fluminense* de Victorino José dos Santos e Souza, Typographia Torres e Costa e Typographia Meirelles. Cf: Ernesto SENNA, *op. cit.*, p. 52.

(<sup>37</sup>)-Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, p. 9.

anterior"<sup>38</sup>. Em relação à tiragem dos periódicos, temos os número do *Jornal do Commercio*: 3.200 exemplares, a maior edição da imprensa daquele tempo (1832).<sup>39</sup>

A partir dos anos de 1820 até 1840 foram registradas inovações gráficas, técnicas e editoriais, embora nada que alterasse os métodos de comunicação impressa do país. Entretanto, durante este período, a imprensa noticiosa começa a firmar as suas raízes. Alguns periódicos

"ao final do período, contam quase vinte anos: *Diário do Rio de Janeiro*, que vinha de 1821, *Diário de Pernambuco*, de 1825. *Jornal do Commercio* de 1827, que, em 1837, noticia glorioso: '*Este prelo mecânico, o primeiro que passou o Equador, chegou e acha-se já a trabalhar*'"<sup>40</sup>.

A expansão das oficinas tipográficas dos jornais, que foram intensificadas a partir da segunda metade do século XIX, serão analisadas no item seguinte.

## **B) A IMPRENSA INFORMATIVA E O DESENVOLVIMENTO DO SETOR**

### **GRÁFICO: 1852-1900**

Nos anos de 1850, inicia-se uma outra fase para a imprensa. A partir de 1852 temos a implantação e difusão lenta do telégrafo, que se expande com a Guerra do Paraguai (1864-

---

(<sup>38</sup>)-Francisco de Souza MARTINS, "Progresso do jornalismo no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 8:262-75, 1846. (cit. p. 270.)

(<sup>39</sup>)-Anos depois, em 1846, no Rio de Janeiro estavam em atividade 18 tipografias, das quais se destacavam as oficinas tipográficas do *Jornal do Commercio* (onde trabalhavam mais 80 pessoas nos seus três prelos mecânicos e demais materiais gráficos), do *Correio Mercantil* (que empregava 76 pessoas no costeiro do estabelecimento e serviço do seu jornal), da *Imprensa Nacional* (que contava com nove prelos e 62 empregados), além das tipografias do *Diário do Rio de Janeiro*, Laemmert, Paula Brito e do jornal *Brazil*.

(<sup>40</sup>)-Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, p. 14.

1870) e se projeta para o norte do país de 1870 a 1874. Ainda em 1874, após a instalação do cabo submarino, começa a imprensa nacional a se integrar com a imprensa da Europa; uma vez que ficaram assim viabilizadas as condições técnicas do contato elétrico entre o complexo nacional e internacional de notícias. Tais fatos associados criaram as condições para a crescente aceleração da imprensa.<sup>41</sup>

Durante os anos de 1850 e de 1860, apesar da preponderância dos jornais doutrinários ou opinativos persistir, a imprensa diária, noticiosa, mais voltada para a informação, se consolidou. Vivendo de assinaturas e das vendas avulsas, não sendo mais produto dos escritos de uma única pessoa, com os jornais se instalando em oficinas tipográficas próprias.

O *Correio Paulistano* (jornal que veio a lume a partir de 26 de junho de 1854) em seus primeiros anos de existência foi impresso em prelo de madeira e depois em prelo manual. Para imprimir um periódico do porte do *Correio*, presume-se que a tipografia necessitaria de um prelo e, pelo menos, uma fonte de tipos, quantidades razoáveis de letras para vários tipos de títulos, além dos materiais e instrumentos necessários à composição, tintagem, impressão, secagem e dobragem.

Assim, para a composição e impressão do *Correio Paulistano* haveria de trabalhar no mínimo dois artífices, ajudados por um auxiliar, normalmente um escravo, para os trabalhos mais pesados, como o de impressão. Lembremo-nos ainda - conforme indicam Marcello e Cybelle de Ipanema - "que, para uma tiragem de 100 (cem) exemplares, a prensa teria de girar 200 (duzentas) vezes para imprimir as duas faces do papel, isto é, duas páginas, ou duas vezes por folha"<sup>42</sup>.

Tal prelo manual foi substituído, em princípios de 1863, por uma máquina de imprimir *Alauzet, marca A*. Esta máquina, que também era em princípios movida a braços, a partir de meados de 1869, começou a ser movida a vapor. Tais melhoramentos técnicos

---

(41)-Cf: Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, pp 16-19.

(42)-Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, p. 307.

adotados pelo *Correio Paulistano* foram os primeiros a serem implementados na imprensa paulistana.

Um outro exemplo de adoção de melhoramentos técnicos seria O *Diario de S. Paulo*, fundado a 1 de agosto de 1865. Este jornal aumentou de tamanho e reformou todo o seu material tipográfico a partir de junho de 1874; sendo, naquele tempo, a única tipografia de São Paulo que possuía máquina com condições para imprimir jornais de grande formato.<sup>43</sup>

Em São Paulo, em 1856, além da tipografia do *Correio Paulistano*, existiam a Typographia Dous de Dezembro, que imprimia os periódicos *O Guayaná* e *Ensaio Literarios*, expediente de secretaria do Governo e outras obras avulsas; e Typographia Literaria, que publicava diversas obras avulsas. Nove anos depois, nessa mesma capital, funcionavam os seguintes estabelecimentos tipográficos: Typographia Imparcial, de J. R. de Azevedo Marques; Typographia Literaria, de J. do Espirito-Santo Cabral, que antes lhe era arrendada; Typographia Allemã, de Henrique Schroeder, ourives-abridor, que foi o primeiro proprietário do *Diario de S. Paulo*, fundado a 1 de agosto de 1865.<sup>44</sup>

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) houve a necessidade da imprensa brasileira se aprimorar para apresentar os relatos, as transcrições e as interpretações sobre os acontecimentos da guerra, que passam a exigir um certo refinamento das artes gráficas entre nós.

Por esses anos, em que a comunicação elétrica via telégrafo sofre uma expansão, a imprensa começou a publicar "cartas diretas do cenário bélico, de participação das operações, de correspondentes especiais, [e] telegramas"<sup>45</sup>. Desde então, alguns jornais já ensaiavam preparativos para que a integração com o mundo da notícia via telégrafo pudesse ter desenvolvimento e sustentação.<sup>46</sup> Os periódicos também haviam começado a incorporar

---

(43)-Antonio Egydio MARTINS, *op. cit.*, p.126.

(44)-*Id, ibid*, p. 125.

(45)-Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, p. 18.

(46)-O primeiro periódico que utilizou o serviço telegráfico via cabo submarino, foi o jornal carioca *A Notícia*, que, em 1895, pôde dar em



a idéia de publicar em suas colunas noticiários descritivos e de caráter variado, elaborados por repórteres nos locais dos acontecimentos.

Para termos uma noção da transformação das artes gráficas, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o periódico *A Semana Illustrada* (que foi publicado de 16 de dezembro de 1860 até fins de 1876), no seu tempo ficou marcado como o mais popular do Brasil,

"inseriu copiosas proezas das nossas tropas (mediante *croquis* remetidos do campo de ação por Joaquim José Ignacio, Secundino de Gomensoro e Hoonhotz), além de muitos retratos de nossos heróis."<sup>47</sup>

Nesse momento, em que passa a existir tipografias instaladas em 108 cidades do país, há também

"a consagração do povo a seus jornais - folhas volumosas das capitais ou pequenas, de modestas comarcas - fê-los esmerarem-se, darem-se mais e melhor a seus leitores. Muitos publicaram números extraordinários e boletins a seus leitores. Muitos publicaram números extraordinários e boletins sobre os acontecimentos do *'front'*. Não diminui o ritmo de crescimento da imprensa, com a guerra, pelo contrário. Os números sobem e a qualidade evidencia-se em quase todos os grandes centros."<sup>48</sup>

Na Corte, no ano de 1875, começou a circular a *Gazeta de Noticias*, periódico que teve a maior circulação no Império. Esta folha, que começara com uma tiragem de 6.000 exemplares (edição alta para a época), tempos depois, quando Manoel Carneiro vendia as suas ações para os consorciados Ferreira de Araujo e Elysio Mendes, elevava-se a tiragem para 13.500 exemplares. Escreveu-nos Manoel da Rocha que

---

primeira mão informações sobre a luta em Cuba. O público, no entanto, "só acreditou quando, no dia seguinte, o *Jornal do Commercio* confirmou aquelas informações". Cf: Nelson Werneck SODRÉ, *op. cit.*, p.305.

(<sup>47</sup>)-Max FLEIUSS, *op. cit.*, p. 503.

(<sup>48</sup>)-Marcello de IPANEMA e Cybelle de IPANEMA, *op. cit.*, pp. 18-19.

"depois que o sr. dr. Ferreira de Araujo assumiu a direção da redação, a tiragem da folha foi se elevando sucessivamente de 3.500 a 18.000, a 20.000 e atualmente [1884] a edição anunciada é de 24.000 exemplares, número sempre excedido, principalmente aos domingos, que é de 26 a 28.000. Na questão do vintém, no Centenário de Camões, no assassinato de Apulcho de Castro, a edição elevou-se a 40.000 exemplares, mantendo-se por alguns dias entre esta soma de 30.000."<sup>49</sup>

O ritmo de crescimento também se verificava em outra firma gráfica. Quanto ao número de edições, o *Jornal do Commercio*, quando iniciou, em 1827, tinha 400 assinantes, em 1833, esse número era de 700, subindo em 1846 para mais de quatro mil.<sup>50</sup> José Carlos Rodrigues, ao adquirir o jornal a partir de outubro de 1890, inicia pouco a pouco alterações de forma (mas sem tocar-lhe o conteúdo) e reformas técnicas, subindo a sua tiragem para 5.000.<sup>51</sup>

Para compararmos os dados acima, e termos uma noção relativa entre a tiragem da imprensa diária de São Paulo e do Rio de Janeiro, temos um levantamento realizado pelo *Diario de Noticias* e publicado pelo jornal *Provincia de S. Paulo*, referindo-se, por ocasião da abolição da escravidão, à tiragem diária dos principais jornais de São Paulo. Segundo os dados coletados, o *Correio Paulistano* tinha uma tiragem de 2.500 exemplares, *Provincia de S. Paulo*, tiragem de 3.200 exemplares, *Diario Mercantil*, 3.000 exemplares, *Gazeta do Povo*, 1.300 exemplares, *Diario Popular*, 2.200 exemplares, *Diario de Noticias*, 1.800 exemplares.<sup>52</sup>

---

(49)-M. da ROCHA, "Gazeta de Noticias", in: *Almanach Litterario de S. Paulo para o ano de 1885*. Publicado por José Maria Lisboa, ano 8. São Paulo: Typ. da Provincia de S. Paulo, 1884, p. 102. [ed. fac. similar]

(50)-Francisco de Souza MARTINS, "Progresso do jornalismo no Brasil", op. cit., p. 271.

(51)-Nelson Werneck SODRÉ, op. cit., p. 291-294.

(52)-Ainda de acordo com os dados sobre a imprensa diária de São Paulo, a circulação dos jornais dividia-se da seguinte forma para o interior deste Estado: "1º, *Provincia*; 2º, *Mercantil*; 3º, *Correio Paulistano*; 4º, *Diario Popular*; 5º, *Diario de Noticias*; 6º, *Gazeta do Povo*. A distribuição na capital: 1º, o *Diario Popular*; 2º, o *Diario de Noticias*; 3º, a *Provincia*; 4º, o *Mercantil*; 5º, a *Gazeta do Povo*; 6º, o *Correio Paulistano*. A venda avulsa é quase sempre nula para os jornais da manhã; os jornais da tarde

Comentando a sua estatística, o articulista que "se deu ao trabalho de coligir dados seguros" para o *Diario de Noticias*, referindo-se às informações obtidas sobre os demais jornais diários que circulavam em São Paulo, escrevia:

"Não entramos na apreciação de até que ponto sejam verdadeiros esses dados quanto aos outros colegas. Quanto a nós [*Diario de Noticias*], é exato que fazemos aquela tiragem, porém só nos dias úteis, pois aos domingos aumentamos muito a edição da nossa folha, que nesses dias quase dobra a sua circulação na cidade."<sup>53</sup>

Por sua vez, o diário *A Provincia de S. Paulo*, ao transcrever o levantamento acima, evitou fazer uma apreciação dos dados coligidos, acrescentando que não teria condições de estimar as tiragens dos jornais, "quer quanto aos outros, quer quanto a nós"<sup>54</sup>.

A 23 de janeiro de 1876, *A Provincia de S. Paulo* iniciou a venda avulsa de jornais pelas ruas da capital. Quem ficou incumbido desse serviço foi o francês Bernard Gregorie, que, munido de uma buzina e com uma grande touca branca na cabeça,

"se postava nas esquinas das ruas da cidade, apregoando a venda daquele periódico [...]. Mr. Bernard, que encontrou uma cidade ainda não habituada ao fato, foi quem criou o costume e abriu a brecha ao seu negócio, contando com a prática e o longo tempo que já tinha da profissão, tendo sido antes vendedor do *Petit Journal*, de Paris, e da *Gazeta de Noticia*, do Rio de Janeiro"<sup>55</sup>.

---

são os mais procurados, sendo mais vendidos o *Diario Popular* e o *Diario de Noticias*. Aquele era vendido a 60 rs. [sessenta réis] e este a 40 rs. [quarenta réis]. Os anunciantes procuravam para suas publicações, de preferência, os jornais de maior circulação, e por isso os que mais publicações novas têm diariamente são: *A Provincia*, o *Mercantil*, o *Popular* e o *Diario de Noticias*. A idade destes jornais verifica-se pela primeira relação desta estatística." "A Imprensa da Capital", *Provincia de S. Paulo*. SP, 13 jun. 1888, p.2. Afonso SCHMIDT no seu opúsculo *São Paulo de Meus Amores* ("A Imprensa Paulistana em 88", pp. 134-135.), também compilou os dados publicado em *A Provincia de S. Paulo*. Porém, os transcreveu com algumas modificações. Cf: Afonso SCHMIDT, *São Paulo dos Meus Amores*. São Paulo: Clube do Livro, 1954, 195 p.

(53)-*Id, ibid.*

(54)-*Id, ibid.*

(55)-Antonio Egydio MARTINS, *op. cit.*, pp. 129-130.

Ao que tudo indica, a venda avulsa de jornais pelas ruas de São Paulo se constituiu em uma atividade importante para que os periódicos pudessem sobreviver. Afinal, em 1876, José Maria Lisboa empreende a publicação de uma folha literária intitulada *Republica das Letras* e conta-nos que

"foram publicados poucos números por falta de vendedores. Nesse tempo havia um só: um negro americano, muito inteligente, e que sabia vários preparativos. De repente desapareceu e a folha extinguiu-se"<sup>56</sup>.

Procurando corresponder aos contínuos aumentos de leitores, as oficinas gráficas nacionais incorporaram máquinas de impressão rotativas a partir da década de 1890. Essa importante transformação técnica ocorreu em fins da década de 1840, e desde então, a introdução das máquinas de impressão rotativas deram uma maior velocidade à impressão dos periódicos diários, possibilitando atender um número crescente de leitores.

A introdução das máquinas de impressão rotativas, implicou na divisão do processo de impressão gráfica, que era até então conjugado. Assim, ao lado de uma maior produtividade, pois que as oficinas tipográficas dos jornais começam a imprimir em papel contínuo com maior velocidade, possibilitou aos jornais montarem oficinas de obras especializadas em impressão de livros, em concorrência às oficinas de obras gráficas, que a partir dessa mudança técnica, especializam-se na produção avulsas de obras gráficas.<sup>57</sup>

---

(56)-José Maria LISBOA, *Diário Popular*. SP, s/n, s/d, apud: Lafayette de TOLEDO, *op. cit.*, p. 305. Segundo Ernani Silva BRUNO, "um ano antes [de 1876] já um negro norte-americano que tinha banca de engraxate no largo do Rosário vendia aos seus fregueses um ou outro número da revista literária *Astréia*". Ernani Silva BRUNO, *Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. III (*Metrópole do Café (1872-1918) - São Paulo de Agora (1918-1953)*). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954, p. 1137.

(57)-Cf: Laurence HALLEWELL, *op. cit.*, p. 128.

Em relação às oficinas de obras gráficas, uma questão persistiu até os primeiros anos deste século, dificultando sua expansão: a competição com os trabalhos gráficos realizados na Europa, mais baratos e esteticamente melhor acabados.

As dificuldades que estas oficinas de obras gráficas encontravam, decorriam originalmente de dois motivos. Em relação aos custos de produção, a taxa aduaneira cobrada no Brasil para os papéis impressos era inferior aos papéis em branco, o que, naturalmente, encarecia a produção nacional de impressos, e estimulava o consumidor local a importar as impressões mais baratas e esteticamente melhor acabadas das gráficas estrangeiras. E, com a introdução dos navios a vapor no Atlântico Sul (a partir de fevereiro de 1851), houve o barateamento dos custos de importação e maior segurança para o recebimento dos materiais. Assim, mesmo arcando com o custo do frete mais tarifa para livros, os trabalhos gráficos realizados em Paris eram mais baratos do que os produtos similares realizados no Brasil.<sup>58</sup>

É difícil acompanhar a evolução do equipamento adquirido pelas firmas gráficas. A Impressão Régia, em 1808 e anos imediatos, foi organizada à base de prelos de madeira. A partir de 1845, as suas oficinas tiveram prelos mecânicos, que conseguiam tirar até 400 exemplares por hora. Depois de 1869, vieram as impressoras inglesas e francesas de dois cilindros movidas a vapor. Anos depois, a Imprensa Nacional recebeu a *Active*, de Marinoni, e duas *Alauzet*, uma das quais tinha a capacidade de imprimir 64 páginas de uma só vez. Em 1894, as suas oficinas tinham instalados quatro motores, que acionavam 10 *Alauzet* e 4 *Marinoni*. A partir de 1902 teve montada em suas oficinas a primeira rotativa e, logo depois, mais duas, conseguindo cada rotativa imprimir 15.000 exemplares por hora.<sup>59</sup>

Além das oficinas de composição e de impressão tipográficas, começaram a ser instaladas na Imprensa Nacional as oficinas de litografia, encadernação, pautação e de fundição de tipos. Por volta de 1882, ela dispunha das seguintes oficinas gráficas: de

---

(58) - *id, ibid.*

(59) - Oliveira BELLO, *op. cit.*, pp. 55-56.

composição, impressão tipográfica, gravura, impressão litográfica, encadernação, pautação, fundição de tipos e de estereotipia e galvanoplastia. Além destas oficinas citadas, na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro funcionavam outros serviços e oficinas.<sup>60</sup>

Fundado em 9 de abril de 1891, começou a circular no Rio de Janeiro o *Jornal do Brazil*. Tendo instalado em suas oficinas gráficas as máquinas de impressão rotativas *Marinoni* e métodos fotoquímicos (o fotozinco e a fotogravura), lança o seu suplemento ilustrado *Revista da Semana*. Inicia também no nosso país, a partir de abril de 1900, a edição de duas tiragens diárias. Assim, o *Jornal do Brazil*, auxiliado por avanços técnicos, punha em circulação 50.000 exemplares, a maior tiragem da América do Sul.<sup>61</sup>

O diário *A Província de S. Paulo* (que teve o seu 1º número circulado a 4 de janeiro de 1875), em 1890, por sugestão de Filinto de Almeida mudaria o título para *O Estado de S. Paulo*, e adquire nesse momento "a sua primeira máquina *Marinoni* e um bom motor, alarga as suas instalações e monta uma oficina de obras"<sup>62</sup>. Por volta de 1895, a tiragem desse jornal se elevava a 7.500 exemplares. Ao iniciar-se o século, a edição do jornal chegava a 10.000 folhas diárias.<sup>63</sup>

No último quartel do século XIX, além da Corte, que pela sua população, pela sua escolaridade e pelo seu ritmo de crescimento, constituía-se no maior centro gráfico do país,

---

(60)-Em relação ao número dos operários que trabalhavam na Imprensa Nacional, Oliveira BELLO afirma que o seu pessoal operário aumentou no curso de poucos anos. Em 1829, nela regulava pelas médias de 30 para a composição, 20 para a impressão, tirando os mestres e contramestres. Segundo indicava, na Imprensa Nacional, "além dos aprendizes e do pessoal extraordinário, o número de operários tem tido a progressão, que os seguintes algarismos indicam: "[ano de] 1877 - 170 [empregados]; 1881 - 216; 1887 - 291; 1892 - 523; 1894 - 503; 1895 - 556; 1896 - 485; 1897 - 551; 1898 - 537; 1901 - 668; 1902 - 709; 1903 - 859; 1904 - 929; 1905 - 955; 1906 - 866; 1907 - 1080. Juntando-se a este número os 34 empregados da tabela C [empregados pagos por diárias] e mais 14 da Secção Central e da redação do *Diario Official*, o pessoal elevou-se, em 1907, a 1128". Oliveira BELLO, *op. cit.*, pp. 112, 115-120.

(61)-Nelson Wenerck SODRÉ, *op. cit.*, p. 313.

(62)-Paulo PESTANA, *Vida Moderna*, nº 208, 12 de fevereiro de 1914, apud: Affonso A. de FREITAS, *op. cit.*, p. 542.

(63)-Maurício GOULART, "Júlio de Mesquita", in: *Homens de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1955, p. 345.

São Paulo, impulsionado pelo crescimento da economia cafeeira, cria condições para a dinamização da imprensa, uma vez que

"o centro de atração da economia brasileira já iniciara o seu deslocamento para São Paulo, com o aumento crescente das exportações de café. O faro de Garraux [refere-se ao livreiro Anatole Louis Garraux, que antes havia instalada a sua livraria e tipografia no Rio de Janeiro] conduziu-o para lá. Não se enganava. Vai assistir ao grande salto da administração de Joaquim Saldanha Marinho na presidência de São Paulo."<sup>64</sup>

Os periódicos diários de São Paulo e do Rio de Janeiro, que geralmente eram fundados através de uma sociedade em comandita, onde um número limitado de sócios tornavam-se proprietários do jornal, a partir dos primeiros anos deste século começam a se valer de mecanismos das sociedades anônimas para poder expandir os seus negócios.

A partir dos primeiros anos do nosso século, impelidas pela concorrência, as firmas gráficas do Rio de Janeiro e de São Paulo se reestruturaram para baratear custos e diversificar a sua produção. Antes de entrarmos nesse período, vale a pena reproduzir a tabela apresentada por Laurence Hallewell (na qual acrescentamos dados retirados do trabalho de Moreira de Azevedo e de Max Fleiuss) contendo o número das Livrarias, Gráficas e Fundições de Tipos que existiam no Rio de Janeiro do século XIX.<sup>65</sup>

---

(64)-Francisco de Assis BARBOSA, "Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil: (Notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua Livraria em São Paulo)", introdução, pp. XI-XXXVII, in: A. L. GARRAUX, *Bibliographie Brésilienne - Catalogue des Ouvrages Français & Latins Relatifs au Brésil (1500-1898)*, 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962, 519 p. (cit. p. XXVIII.)

(65)-Laurence HALLEWELL, *op. cit.*, p.47. Moreira de AZEVEDO, *op. cit.*, pp. 169-224. Convém ressaltar que HALLEWELL disse que, por ele ter colhido informações contidas nos Almanques Laemmert, certamente os números publicados nestes almanques sobre as firmas gráficas foram subestimados, já que essas publicações eram pagas e seguiam um ritual propagandístico. A mesma ressalva vale para os dados que transcrevemos dos trabalhos de AZEVEDO e de FLEIUSS.

Ano	Número de Livrarias	Firmas Tipográficas (excluídas as litografias)	número de periódicos existentes no ano	novos periódicos publicados no ano	Fundidoras de tipos
1747	-	1	0	0	-
1801	2	-	0	0	-
1808	2	1	1	1	-
1810	6	1	2	1	1
1820	16	1	3	1	1
1821	-	6	12	9	-
1822	-	8	24	12	-
1823	13	7	-	-	1
1824	-	5	-	-	-
1827	-	5	-	-	-
1828	-	-	-	9	-
1829	9	7	-	9	1
1832	-	8	-	13	-
1836	-	15	-	19	-
1842	12	12	-	6	1
1843	-	12	-	8	-
1845	-	16	-	3	-
1847	13	18	-	7	-
1849	-	19	-	51	-
1850	12	25	17	17	2
1851	-	25	-	23	-
1852	-	21	-	9	-
1853	-	24	-	9	-
1854	-	26	-	5	-
1855	-	23	-	4	-
1856	-	24	26	6	-
1857	-	24	-	11	-
1858	-	24	36	12	-
1859	-	26	-	10	-
1860	17	28	34	13	2
1861	-	30	23	14	-
1862	-	30	-	20	-
1863	17	32	-	43	3
1870	30	35	-	31	3
1880	27	35	-	-	3
1890	45	67	66	-	3



Em São Paulo, de 1827 a 1906, pudemos apurar os seguintes números sobre as oficinas de tipografia, encadernação, litografia, fotografia e as fundições de tipos.<sup>66</sup>

ano	oficina tipográfica	oficina encadernadora	oficina litográfica	oficina de fotografia	fundição de tipos
1827	1	-	-	-	-
1831	3	-	-	-	-
1855	3	-	-	-	-
1856	3	-	-	-	-
1865	4	-	-	-	-
1877	9	3	1	-	-
1883	11	-	-	-	-
1906	38	8	8	25	1

Em 1906, além dessas firmas, o setor gráfico existente em São Paulo também abrangia as seguintes fábricas anexas a esse setor: 2 de envelopes; 1 de sacos de papel; 1 de papelão; 1 de tinta de escrever. Mais as 4 oficinas de gravadores e os 3 fabricantes de carimbos.

### C) A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR GRÁFICO E A LÓGICA DO MERCADO

As mudanças técnicas do setor gráfico durante o século XIX, criaram possibilidades para que a imprensa pudesse se modernizar. Assim, a intensificação de investimentos nesse setor, alavancado a partir do nosso século, nada mais foi do que uma transformação que se originou em meados do século XIX. Pois, se antes de 1850 o estabelecimento e a expansão

---

(66)-De 1827 a 1883, os dados foram transcritos dos *Almanaques Literários* publicados por José Maria Lisboa. Sobre o ano de 1906, compilamos os dados publicados em *O Estado de S. Paulo*, de 25 de agosto de 1906, à pág. 1. Os dados retirados dos *Almanaques*, como dissemos na nota anterior, certamente foram subestimados.

de oficinas gráficas era um corolário do momento político, a partir de 1850, o setor gráfico começou a se estruturar enquanto uma atividade lucrativa.

No final do século XIX aos primeiros anos deste século, encontrava-se amplamente difundida a publicação de jornais e de revistas. Conforme nos indicou Max Fleiuss, em 1889, "editavam-se no Estado de São Paulo 128 jornais"<sup>67</sup>; enquanto que, somente na cidade do Rio de Janeiro, nesse mesmo ano, eram editados, entre jornais e revistas, 66 publicações.<sup>68</sup>

---

(67)-Max FLEIUSS, *op. cit.*, p.562. Em 1904, Manoel VIOTTI organizou o *Album da Imprensa Paulista*, que se constituiu em um catálogo informativo sobre os periódicos publicados em São Paulo. Foram por ele listados os seguintes periódicos: "Al Alfkar, Al Manarat, Al Munazer, Alvorada, Amico del Lavoratore, Amigo do Povo, Ann. Com. de S. Paulo, Ann. da Esc. Polytechnica, Apprendiz, Archivo Illustrado, Aurora, Asino, Avanti!, Ave Maria, Bios, Bolletino della Camera Italianna di Commercio ed Arti, Boletim Bibliographico Paulista, Bol. Demogr. Sanitario, Boletim da Agricultura, Bonnus da 'Liga Contra a Tuberculose', Capitan Fracassa, Cara Dura, Cobatente, Commercio de São Paulo, Correio Paulistano, Deutsche Zeitung, Diario Official, Diario Popular, Educação, Echo Phonographico, Epoca, Esforço Christão, Estado de S. Paulo, Estandarte, Fanfulla, Fernet Branca, Folha Nova, Frou Frou, Gazeta Clinica, Gazeta Juridica, Germania, Hausfreund, Ideal, Illustração Brasileira, Independente, Instituto, Journal Français, Jocosso, Justiça, Lanterna, Livre Pensador, Mensageiro Parochial de Sta Paul, Minerva, Monarchia, Nevoas, Nova Cruzada, Nova Revelação, Novidades, Oriente, Palavra, A Patria, Paulopolis, Platéa, Progresso, O Raspão, Rebate, Revista Agricola, Revista Commercial, Revista de Ensino, Revista da Fac. de Direito, Revista do Inst. Historico, Revista do Museu Paulista, Revista Medica, Revista Pharmaceutica, Santa Cruz, S. Paulo Illustrado, S. Paulo Judiciario, Tribuna Española, Tribuna Italiana, Tribuna Paulista, Trophéo, Via Lactea, Verdade e Luz, Vida de Hoje, Vida Paulista, Vida Sportiva, Voz de España, Voz Maternal, Zaza". (Manoel VIOTTI, *Album da Imprensa Paulistana*, apud: B. F. Ramiz GALVÃO (dir.), *Almanache Brasileiro Garnier - para o ano de 1905*, ano 3, pp.430-431.) A estas publicações do ano de 1904, acrescenta-se os seguintes periódicos: *Il Commercio*, *L'Industria* (revista comercial e industrial que saia aos domingos), *União Catholica*, *Vera Cruz*, *Imprensa Medica* (em continuação à *União Medica*).

<sup>68</sup> - Em 1889, conforme anotou Max Fleiuss, editavam-se no Rio de Janeiro os seguintes jornais: "O Apostolo, órgão religioso; A Cidade do Rio [1887-1902], redigido por José do Patrocínio; Correio Portuguez [1884-1909], com oficinas próprias; Diario do Commercio, de Fernando Mendes de Almeida; Corriere d'Italia, publicação semanal; O Dia; Diario de Noticias, propriedade de A. Azeredo, redigido por Rui Barbosa; Gazeta de Noticias; Gazeta da Tarde; Jornal do Agricultor, dirigido por Dias da Silva Junior; Jornal do Commercio; La Voce del Populo [sic], L'Étoile du Sud; O Monarchista; Nova Política; Novidades, órgão conservador; O Paiz [1884-1930], de Quintino Bocaiuva; The Rio-News [187-1901], órgão literário de combate; e a Tribuna Liberal, jornal monarquista". Além

Quanto à periodicidade das publicações podiam ser encontrados diários, tri-semanais, bi-semanais, semanais, quinzenais, mensais, bi-mestrais, tri-mestrais, anuais e bienais.

Dentre as publicações nacionais que circulavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1904, existiam onze jornais diários. Em São Paulo eram editados *O Correio Paulistano*, de 1854; *O Estado de S. Paulo*, de 1875; o *Diario Popular*, de 1884; a *Platéea*, de 1887 e o *Commercio de S. Paulo*, de 1893. Enquanto que, no Rio de Janeiro, eram publicados o *Jornal do Commercio*, de 1827; a *Gazeta de Noticias*, de 1875; *O Paiz*, de 1884; *Jornal do Brazil*, de 1891; o *Correio da Manhã*, de 1901; e o *Commercio do Brazil*, de 1904.

No Rio de Janeiro, o desenvolvimento das artes gráficas podia ser sentido de diversas formas entre os periódicos e as revistas editados. Referindo-se a esse desenvolvimento e de como ele afetava a relação entre a imprensa e a literatura, Brito Broca escreveu que a modernização empreendida no mundo da imprensa de 1900 em diante fez com que

---

desses jornais, publicavam-se também as seguintes revistas: "Annaes da Academia; Annaes da Bibliotheca Nacional; Annaes de Medicina Homeopathica; Anuario Medico-Brasileiro; Archivos do Museu Nacional; Auxiliadora da Industria Nacional; Boletim da Alfandega; Boletim do Grande Oriente; Boletim Mensal da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, no Brazil; Brazil Ilustrado, de Pinheiro & Comp.; O Brazil Medico; Buletin Astronomique et Metéorologique de l'Observatoire de Rio de Janeiro; A Camelia, O Elegante, jornal de modas para senhoras, editado pela casa Lombaerts; Gazeta dos Hospitaes; Gazeta Juridica; Gazeta Lusitana; Gazeta Postal; A Imigração; Lyra do Povo, folha musical; O Mequetrefe, semanário ilustrado; Oito de Dezembro, publicação anual; A Filheria; O Poeta; O Reformador, órgão da Federação Espírita Brasileira; Revista Agricola, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura; Revista do Centro Litterario; Revista do Club Academico da Escola Militar; Revista dos Constructores, redigida por Ernesto da Cunha Araujo Vianna; Revista da Familia Academica; publicação da Escola Militar; Revista Illustrada; Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; Revista Maritima Brasileira; Revista Philotechnica; Revista da Sociedade Academica; Christo e Caridade; Revista Treze de Maio, redigida por Pedreira Franco, Alberto Silva e Rangel de S. Paio; Revista Typographica, redigida pelo tipógrafo Luiz da França e Silva; Révue Commerciale; Financière et Maritime; A Situação; Sport Illustrado; O Tempo; O Trabalho; órgão do comércio; O Timbira, periódico literário e recreativo; União Medica, arquivo internacional de ciências médicas; e a Vida Fluminense, periódico recreativo e ilustrado". Max FLEIUSS, op. cit., pp. 560-561.

"os jornais, sem desprezarem a colaboração literária, [... tomassem] um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando se tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largo espaço; surge o noticiário esportivo, até então inexistente, e tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar. Conseqüência: facultando trabalho aos intelectuais, aos escritores, os jornais lhes pediam menos colaboração literária - crônicas, contos ou versos - do que reportagem, noticiário, tarimba de redação."<sup>69</sup>

Como para os escritores e literatos o jornalismo constituía-se na sua segunda mas mais rentável atividade, o aumento de números e edições dos jornais mais o desenvolvimento das artes gráficas os levaram a pensar se a mercantilização da imprensa não se vinha fazendo com prejuízo à literatura. Tal preocupação podia ser encontrada no inquérito *O Momento Literário*, formulado em 1905 por João do Rio, em que ele propunha aos escritores brasileiros, entre outras indagações, a seguinte pergunta: "O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?"<sup>70</sup>

Fazendo crer que era o mercado que imperava sobre a produção dos jornais e dos literatos, Medeiros de Albuquerque respondia da seguinte maneira à questão apresentada por João do Rio:

"É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama 'a cozinha' dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomam muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isso lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprego na administração, no comércio, na indústria ... O mal não é o jornalismo: é do tempo que lhes toma

---

(69)- Brito BROCA, *A Vida Literária no Brasil - 1900*. 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. 218.

(70)- *id*, *ibid*, p. 217.

um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção."<sup>71</sup>

Assim sendo, com relação à literatura, a mercantilização dos jornais trouxe três conseqüências para a imprensa:

"a decadência dos folhetins, que evoluiu para a crônica de uma coluna focalizando apenas um assunto, e daí para a reportagem; o emprego mais generalizado da entrevista, muito pouco utilizada até 1900, e a crítica literária em caráter mais regular e permanente"<sup>72</sup>.

Apesar das críticas provenientes dos literatos que não se adaptavam ou não se amoldavam à nova situação, a modernização das artes gráficas trouxe novidades positivas, pois obrigou os jornais a se aligeirarem, permitindo que eles absorvessem mudanças, tais como a publicação de páginas coloridas e de fotografias. Tais modernizações das oficinas gráficas possibilitaram, por exemplo, o lançamento da revista carioca *Kosmos*<sup>73</sup> (que circulou entre janeiro de 1904 e abril de 1909) nos moldes de *L'Illustration Française*, luxuosa publicação com a predominância da fotografia sobre o desenho. *A Ilustração Brasileira*, lançada em 1901, também com a predominância da fotografia sobre o desenho, precisou ser impressa em Paris, já que neste ano aqui as artes gráficas não estavam em condições técnicas para imprimir este *magazine*.<sup>74</sup>

No começo do século XX, o que caracterizou a imprensa diária foi a disputa pelas correntes de opinião, estabelecendo polêmicas em torno da defesa ou da oposição às medidas tomadas pelo Governo. No Rio de Janeiro, esta polarização ficava clara entre os

---

(71)-*id, ibid*, p. 219.

(72)-*id, ibid*, p. 219.

(73)-Para um exame, a partir de uma perspectiva literária, dos 64 números da *Kosmos*, em que procura responder se a reurbanização do Rio de Janeiro na primeira década do século XX correspondia a um processo de modernização literária, ver: Antônio DIMAS, *Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904 -1909*. São Paulo: Ática, (coll. "Ensaaios", 88), 1983, 334 p.

(74)-Brito BROCA, *op. cit.*, p. 228.

jornais *O Paiz*, nessa época dirigido pelo governista João Lage, e o *Correio da Manhã*, que, na figura do seu proprietário Edmundo Bittencourt, capitaneava a oposição. Em São Paulo, essa mesma disputa entre situação e oposição ao Governo estava presente entre os jornais *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, para citarmos os mais importantes.<sup>75</sup>

Em uma oportunidade, pelo menos, houve a intervenção do governo nos jornais diários. No segundo semestre de 1904, o problema da vacinação obrigatória repercutiu na população carioca, ganhando cada vez mais espaço na imprensa a discussão sobre essa obrigatoriedade. Jornais mais combativos, como o *Correio da Manhã* e o *Commercio do Brazil*, não se puseram contra a vacinação, mas contra os processos de que usavam as autoridades para impô-la. Tal campanha realizada pela imprensa teve como contraponto severas medidas tomadas pelo governo, que suspendeu a circulação por 28 dias daqueles dois jornais mais a *Gazeta de Noticias*. Esta medida ocorreu devido à decretação de estado de sítio por Rodrigues Alves no território do Distrito Federal e na comarca de Niterói.

O *Correio da Manhã*<sup>76</sup>, desde o seu aparecimento (a partir de 15 de junho de 1901), além de se opor ao governo, incitava o confronto político e econômico com os demais jornais concorrentes. Exemplo disso, pode ser observado na denúncia que fez do jornal *O Paiz* e do *Jornal do Brazil*, segunda a qual estes jornais teriam lesado o fisco público.<sup>77</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, os jornais *O Paiz* e o *Jornal do Brazil* tentaram retirar da alfândega oito máquinas de composição tipográficas (linotipos) como sendo máquinas de escrever. Como as máquinas linotipos não estavam classificadas na tarifa da

---

(75)-Mas, convém esclarecer que, em certos momentos, como durante a Revolta da Vacina, o abuso de poder do governo, quando Rodrigues Alves mandou prender Edmundo Bittencourt na ilha das Cobras, deixando-o incomunicável, não podendo ser visitado nem mesmo por sua esposa e e seus filhos, os jornais saíram em defesa do proprietário do *Correio da Manhã* e da liberdade de expressão da imprensa.

(76)-Os primeiros tempos do *Correio da Manhã* aparecem no romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, publicado por Lima Barreto em 1909.

(77)-"Escândalo na Alfândega", *Correio da Manhã*, RJ. 5 mai. 1906, p.4.

alfândega, elas deveriam ser classificadas como máquinas para oficinas, pagando assim a taxa de 15% *ad valorem*. Assim, por decisão do inspetor da Alfândega, Lindolpho Camara, o conselho de fazenda mandou cobrar de direitos 15% *ad valorem* sobre as máquinas de composição tipográfica, linotipos, importadas pelas empresas jornalísticas *O Paiz* e *Jornal do Brazil*.

A denúncia pelo *Correio da Manhã* da operação realizada pelos jornais *O Paiz* e *Jornal do Brazil*, não deve ser entendida apenas como uma forma de resguardar os negócios públicos, ou como uma intenção de formar opinião crítica, mas, também, como decorrência de uma disputa de mercado, fazendo com que denúncias moralizadoras viessem a público.<sup>78</sup>

Assim, dando seqüência a essa estratégia, desdobravam-se as denúncias. O proprietário-diretor do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, trouxe à tona o fato do proprietário-diretor do *Jornal do Commercio*, José Carlos Rodrigues, não ter pago bobinas de papel para impressão de jornais ao único fornecedor da cidade do Rio de Janeiro, Emile Lambert. A revelação desse fato visava desacreditar o *Jornal do Commercio* junto aos seus leitores e aos seus credores, o que o obrigou a importar papel jornal diretamente de fornecedores de Paris.<sup>79</sup>

Dois anos antes desta controvérsia, então em 1906, Edmundo Bittencourt havia se batido em duelo com Pinheiro Machado, a quem o jornal atacava violentamente. Típica cena de romance de capa e espada extemporâneo, do duelo não saiu nenhum ferido, mas deixava marcado o estilo do então diretor-proprietário do *Correio da Manhã*. Por isso, quando o *Correio da Manhã* saiu em defesa de *O Paiz*, que levava a fama de se ocupar de jornalistas de opinião alugada e de receber benefícios materiais em troca da posição do jornal, a reação de *O Paiz* foi um misto de surpresa e de gratidão.<sup>80</sup>

---

(78)-Cf: *Correio da Manhã*. RJ, 11 e 17 mai. 1906, p.1.

(79)-Cf: *Correio da Manhã*. RJ, 4 abr. 1908, p.1; 6 abr. 1908, p.1; 7 abr. 1908, p.5.

(80)-Cf: "Quem diria?", *O Paiz*. RJ, 12 out. 1906, s/p. apud: *Correio da Manhã*. RJ, 1º mar. 1907, p.4.

Contudo, devemos notar que, com seu posicionamento favorável ao jornal *O Paiz*, seu concorrente, o *Correio da Manhã* procurava reafirmar a credibilidade da imprensa enquanto órgão independente, em um momento em que os jornais diários se reestruturavam enquanto empreendimento privado.

Com este fim, os principais jornais da imprensa carioca (*Jornal Commercio*, *O Paiz*, *Gazeta de Noticias*, *A Tribuna*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*) procuraram, inclusive, reformar ou construir edifícios com material e iluminação adequados. Terminado o período do "Bota-abaixo"<sup>81</sup>, em que a cidade do Rio de Janeiro passou por expressiva remodelação urbana na gestão do prefeito Pereira Passos, o *Jornal do Commercio*

"mudaria do velho casarão da rua do Ouvidor, conjuntamente *O Paiz* dos seus dois andares, para os altos prédios esquina da Avenida e Ouvidor e Avenida e rua Sete.

A *Gazeta de Noticias*, *A Tribuna* e o *Correio da Manhã* restauram seus prédios a esteios e escadas de ferro, renovando o material. Os escritórios, elegantemente envernizados e aramizados, revestiam-se de azulejos e mármore brilhando aos lustres das lâmpadas elétricas. O *Jornal do Brasil*, em paralelo com a Avenida que se abria da praia de Santa Luzia à Prainha, atravessando todo o centro da cidade, estendia-se pelos fundos da rua Gonçalves Dias, para espiar, em fachada de Piza a prumo, o rodar dos automóveis nas boulevardescas calçadas d'outro lado."<sup>82</sup>

Ao mesmo tempo em que acontecia essa "transição arquitetônica", os diários operavam mudanças técnicas no interior do processo de trabalho. Fazendo um breve retrospecto dos progressos técnicos ocorridos no meio gráfico, entre os séculos XV e XVIII, a tipografia, apesar do seu extraordinário e ininterrupto aperfeiçoamento, passa por menos transformações do que entre os anos que vão de 1798 a 1885. Segundo nos diz

---

(81)-A expressão "Bota-abaixo" foi retirada do livro *O Bota-Abaixo* (Crônica de 1904), do romancista José Vieira. Também sob o título "O Bota-Abaixo", o escritor português Manuel de Souza Pinto, que visitou o Rio de Janeiro em 1905, traçou um quadro da transformação da cidade. Cf: Brito BROCA, *op. cit.*, pp.3-6.

(82)-"Vago histórico da Tipografia no Rio de Janeiro", *O Composedor*. RJ, 1(11) set. 1909, p.4.



Wilson Martins, é nesse intervalo de anos que vão surgindo a introdução sucessiva dos seguintes aperfeiçoamentos técnicos:

"a invenção da máquina de papel, por Louis Robert, em 1798; a invenção da prensa mecânica por Frederico Köning, 1812; a invenção da prensa rotativa por Marinoni, nos arredores de 1850; a invenção da linotipo, por Mergenthaer, em 1885".<sup>83</sup>

A mecanização da composição tipográfica aconteceu tardiamente em relação aos demais ramos profissionais do setor gráfico. Isto significa que, em uma época em que a máquina rotativa imprimia milhares de jornais por hora, quando nas oficinas de encadernação se cortava, dobrava, grampeava, costurava e colava mecanicamente, quando em todos os ramos profissionais do setor gráfico se introduziam máquinas mais aperfeiçoadas, o compositor tipográfico, exatamente como nos tempos de Gutemberg, permanecia diante do cavalete, conseguindo compor uma média de 1.200 tipos por hora.

Nas oficinas gráficas no Rio de Janeiro e em São Paulo, quanto à introdução dos aperfeiçoamentos técnicos, não foi diferente do processo descrito por Wilson Martins. Nestas cidades, os ramos profissionais do setor gráfico de impressão e de encadernação sofriam um crescente aumento de sua mecanização, enquanto que o ramo de composição permanecia manual, a despeito da existência das máquinas de compor linotipo e monotipo no mercado internacional. Isto é, a composição era toda feita manualmente. Este trabalho do operário compositor consistia em alinhar manualmente os tipos no componedor, formando as frases determinadas.

Sendo assim, o trabalho exigia uma certa perícia e dedicação, tendo esse ofício passado pelo perigo de desaparecimento, a partir de 1903, quando as máquinas de compor começaram a ser implementadas nas oficinas dos jornais diários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na imprensa operária da época, ficaram registradas as discussões a respeito dos

---

(83) - Wilson MARTINS, *op. cit.*, p.272.

efeitos da substituição do trabalho manual pela máquina no meio de trabalho do compositor tipográfico.<sup>84</sup>

O *Jornal do Commercio* ao adquirir uma máquina de compor em 1903, começou a experimentá-la, resultando em êxito. Depois foi a vez do jornal editado em língua italiana *Fanfulla* instalalar em São Paulo, em setembro de 1905, uma máquina de compôr. Sobre esta adoção realizada pelo *Fanfulla*, o *Correio da Manhã* noticiava que

"As experiências, procedidas com assistência de representantes da imprensa paulista e fluminense, deram excelentes resultados.

(...) A produção média - sempre conformando-se no que se diz - que pode conseguir esta máquina [a *Lynotipo*], é de 10.000 letras por hora."<sup>85</sup>

Inicialmente, não foi notada nenhuma falha técnica nas composições realizados pelas máquinas Monotipia e Linotipia. Só tempos depois, pelo uso prolongado dessas máquinas, puderam detectar falhas na impressão provenientes de uma composição mal realizada. Assim, apareciam os problemas da fusão do metal, da "chumbada", da "justificação", entre outros.

Contudo, naquele primeiro momento, do ponto de vista funcional, a instalação das máquinas de compor foi considerado um sucesso. No Rio de Janeiro, após a experiência realizada pelo *Jornal do Commercio*, os diários cariocas, tais como a *Gazeta de Notícias*, a *Tribuna*, o *Jornal do Brazil*, o *Paiz* e o *Correio da Manhã* também começaram a instalar as máquinas de compôr Linotipos e Monotipos.<sup>86</sup>

---

(84)-As implicações da instalação das máquinas de compor tipográficas nos jornais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo para os tipógrafos manuais e para o movimento associativo dos operários nestas duas cidades, encontram-se discutidas no capítulo 4.

(85)-"A Linotipo", *Correio da Manhã*. RJ, 12 set. 1905, p.2.

(86)-"Vago histórico da Tipografia no Rio de Janeiro", *O Composedor*. RJ, 1(11) set. 1909, p.4.

O *Jornal do Brazil* logo após ter passado a ser sociedade anônima e ter instalado linotipos e máquinas de impressão em cores (*cliclérie* do sistema fotomecânico), inicia a partir de 1º de agosto de 1906 a publicação dos

"pequenos anúncios [...] na primeira página, imitando jornais como o *New York Herald*, *The Times*, *La Prensa*, *La Nación*, apresenta a fisionomia que se tornou tradicional. Em 1907, o seu cabeçalho é impresso em vermelho e, aos domingos, o jornal distribui suplementos coloridos."<sup>87</sup>

O *Correio da Manhã* também havia iniciado a reforma das oficinas gráficas, mandando vir da Europa material de primeira qualidade. Tais mudanças, de acordo com o jornal, objetivavam "corresponder às simpatias do público"<sup>88</sup>, e naturalmente, aumentar o número de leitores. Para obter a adesão de setores como o do comércio, inseriram em suas colunas seções contendo informações e serviços de utilidade para o setor. Para o *Correio da Manhã* não se poderia "esquecer o comércio", pois como

"classe eminentemente conservadora, no seio das sociedades, o corpo comercial constitui, em todos os tempos, uma grande e ponderável força, a par do seu respeitável elemento de progresso."<sup>89</sup>

Mas se as reformas nas oficinas gráficas e o novo *layout* apresentados pelo *Correio da Manhã* surtiam efeito positivo; por outro lado, estas reformas criavam uma dependência com os fornecedores internacionais, que tinham adaptado os seus produtos aos maquinários

---

(87)-Nelson Werneck SODRÉ, *op. cit.*, p. 373. Em 1906, foram editados os seguintes diários no Rio de Janeiro: o vespertino *O Século*, dirigido por Bricio Filho, que começou a circular a partir de 20.8.1906; e o matutino *Diário de Notícias*, dirigido pelo Dr. Pedro Leão Velloso (que adotava o pseudônimo de Gil Vidal), tendo o seu primeiro número circulado a 1.11.1906.

(88)-"Correio da Manhã: Reformas do material - Novos materiais", *Correio da Manhã*. RJ, 6 jan. 1906, p.1.

(89)-"O Correio da Manhã e o comércio", *Correio da Manhã*. RJ, 12 jan. 1906, p.1.

mais desenvolvidos. Assim, por exemplo, o *Correio da Manhã*, na primeira quinzena de maio de 1906, teve a sua venda avulsa e parte da sua distribuição prejudicadas, porque a remessa de papel importado da Europa para os serviços nas máquinas de imprimir não chegou como de costume. Com a falta de papel jornal, o público recebeu com atraso a distribuição da folha.<sup>90</sup>

O atraso na distribuição do jornal também foi decorrência da restrita capacidade de impressão. Visando sanar esses atrasos, o *Correio da Manhã* encomendou aos fabricantes *Marinoni* uma máquina de impressão. Esta máquina, que foi construída especialmente para o jornal, comportava a impressão, de uma só vez, de dezesseis páginas. A chegada, em meados de janeiro de 1908, após meses de atraso, da nova e aperfeiçoada *Marinoni* de tiragem rápida, levou o *Correio da Manhã* a afirmar que cessariam "os inconvenientes que ora ocorrem". Restando-se, assim,

"pedir aos leitores desculpas da falta a que aludimos, por motivos alheios à nossa vontade, na certeza, que lhes podemos dar, de que muito em breve, com a nova máquina, cessará tal irregularidade."<sup>91</sup>

Em São Paulo, guardadas as proporções, viu-se nas gráficas dessa capital o mesmo tipo de incrementação e aperfeiçoamento técnico adquirido e instalado pelas oficinas tipográficas cariocas<sup>92</sup>. Assim, por exemplo, quando o *Correio Paulistano* completou 50

---

(90)-*Correio da Manhã*. RJ, 14 mai. 1906, p.1.

(91)-*Correio da Manhã*. RJ, 22 jan. 1908, p.1.

(92)-Em São Paulo, além das oficinas tipográficas dos jornais, o setor gráfico englobava algumas fábricas que empregavam uma variedade de máquinas no processo de trabalho. Em 1901, Antônio Francisco BANDEIRA Jr. registrou nessa cidade a existência da Fábrica de Livros em Branco Manderback & Ca., onde trabalhavam 25 pessoas, na proporção de 50% de nacionais por igual número de estrangeiros; da Fábrica de Livros Paupério, que ocupavam 17 homens e 8 crianças nacionais, 13 homens e 1 menor estrangeiros; Tipografia Brasil, com 32 operários todos nacionais; L'Artista - Estabelecimento Tipo-Litográfico; Tipografia da Companhia Nacional, o maior estabelecimento desse tipo na época, ocupando 100 operários ordinariamente. Cf: Antonio Francisco BANDEIRA Jr., *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typ. do *Diario official*, 1901, pp. 42, 57, 58, 89, 137-139.

anos de existência (a 26 de de junho de 1904), apesar de seus créditos firmados desde outrora, o mais velho diário de São Paulo também precisou reformular-se. Conforme assinalava *O Estado de S. Paulo*:

"pela transformação que o jornalismo moderno foi obrigado a introduzir nas suas colunas para oferecer ao público um serviço de informação completo."<sup>93</sup>

Foi na festa realizada a 13 de julho de 1904, que o *Correio Paulistano* comemorou o seu quinquagésimo aniversário, e, ao mesmo tempo, inaugurou em suas oficinas o uso das máquinas rotativas Koenig & Bauer. Encarregou-se de montar essas máquinas João Lutz, que para isso veio especialmente da Baviera. Conforme descrevia-se na época, a rotativa foi construída "de acordo com as indicações fornecidas pelos proprietários do *Correio*":

"Imprime oito páginas de cada vez, cola os suplementos e fornece uma tiragem de doze mil exemplares por hora."<sup>94</sup>

Um ano depois, em 1905, a circulação em São Paulo dos diários *Ypiranga*, *São Paulo* e *Correio da Noite* fez aumentar a concorrência entre os periódicos de grande tiragem nessa capital. O *Ypiranga*, ao declarar-se um órgão monarquista, vinha substituir, do ponto de vista político, o *Commercio de S. Paulo*, já que esta folha, ao mudar de proprietário a 11 de maio de 1905, mudou também de orientação política, deixando de ser monarquista. O *Ypiranga* era redigido por diversos e gerenciado por Luiz Gonzaga O. Costa. Esta folha, contendo 4 páginas a 7 colunas, teve distribuída a sua primeira edição a 24 de novembro de 1905.

O *Correio da Noite* era propriedade de uma empresa anônima, e circulou pela primeira vez em São Paulo no dia 1º de julho de 1905. Conforme comunicava a

---

(<sup>93</sup>)—"O *Correio Paulistano* completou ontem 50 anos de existência", *O Estado de S. Paulo*. SP, 27 jun. 1904, p.2.

(<sup>94</sup>)—"Correio Paulistano", *O Estado de S. Paulo*. SP, 14 jul. 1904, p.2

administração desse jornal à imprensa às vésperas de seu lançamento, o *Correio da Noite* constituía-se em "uma folha moderna e cujo escopo principal é adiantar ao público as notícias de todas as ocorrências do dia, do país e do estrangeiro, até 6 horas da tarde"<sup>95</sup>. Contendo 4 páginas a 5 colunas, os seus editores (da Agência Velox) procuravam manter amplo e criterioso serviço de reportagem, boa correspondência telegráfica, escolhida colaboração literária, dedicando-se aos interesses do público, sem compromisso político ou partidário de espécie alguma.

O diário matutino *São Paulo*, que em sua primeira fase (de 1905 a 1910) era francamente católico, anunciava na imprensa meses antes do seu lançamento, ocorrido a 29 de outubro de 1905, que

[...] o *São Paulo* deve sair com uma tiragem inicial de mais de 10.000 exemplares; e não será coisa extraordinária, dados os valiosos elementos de que dispõe a empresa e o prestígio dos nomes que estão à frente desse empreendimento, se tornará, dentro em curto prazo, o jornal de maior circulação do país, e quiçá da América do Sul."<sup>96</sup>

Esse periódico, de grande formato, com 4 páginas a 6 colunas, era estereotipado e impresso em máquina rotativa *Marinoni*, com todos os melhoramentos e aperfeiçoamentos modernos das máquinas deste gênero, vindo também da França o material tipográfico, móveis e todo o necessário para a montagem das oficinas de um jornal de primeira ordem. As despesas da instalação eram orçadas em quantia superior a 50 contos.<sup>97</sup>

A fábrica *Marinoni* procurou esmerar-se na construção dessa máquina, para que ela pudesse servir de modelo e propaganda para os demais periódicos no Estado de São Paulo.

---

(95) - "Correio da Noite", *O Estado de S. Paulo*. SP, 9 jun. 1905, p.3. Meses depois, a partir de 1º de dezembro de 1905, tendo assumido a sua administração João Augusto Mófreira, começou o *Correio da Noite* a publicar-se à tarde, com a denominação de *Correio da Tarde*.

(96) - *A Notícia*. RJ, s/d. apud: *O Estado de S. Paulo*. SP, 28 abr. 1905, p.2.

(97) - *id, ibid.*

Mas de onde viria o dinheiro para o investimento? Haveria público para consumir esses jornais?

Em relação ao *São Paulo*, que inaugurou a imprensa diária católica, ele era fruto de esforços financeiros conjuntamente realizados entre a diocese e a Liga da Boa Imprensa, e os seus leitores estavam (catolicamente) garantidos. Quanto às outras empresas jornalísticas, a instalação de mecanismos cada vez mais sofisticados em suas oficinas gráficas tornaram-se possíveis porque algumas empresas conseguiam adquirir recursos através da venda de seu patrimônio, na forma de ações de capital no mercado. Tal maneira de conseguir recursos foi realizada, por exemplo, pelos jornais *O Ypiranga*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*.

Como um significativo exemplo disso, temos o jornal *O Estado de S. Paulo*. Outrora em poder de uma sociedade de comandita, a partir de 1902 torna-se uma firma individual registrada em nome de Júlio de Mesquita. Anos depois, em dezembro de 1907, organiza-se sob a forma de sociedade anônima.<sup>98</sup> De acordo com Paulo Pestana, ao constituir-se em sociedade anônima, *O Estado de S. Paulo*

"armado de [...] recursos fornecidos pela confiança pública, [...] ampliou sua aparelhagem e organização, comprou aperfeiçoado prelo rotativo, montou linotipos, etc. Estabeleceu agências no Rio, Santos, Curitiba, Belo Horizonte, Lisboa e Roma, por meio das quais recebe correspondências e telegramas. As edições diárias passaram a ter de 16 a 20 páginas, com ilustrações, e a tiragem média anda [em 1914] ao redor de 35.000 exemplares."<sup>99</sup>

No que se refere aos consumidores de bens culturais, há de se presumir que existia um público leitor. Afinal, mesmo com dificuldades em averiguar quantas publicações apareceram e a tiragem dos periódicos, pode-se constatar uma variedade de títulos de jornais e revistas existentes naquela época em língua portuguesa e estrangeira.

---

(<sup>98</sup>)-Murício GOULART, "Júlio de Mesquita", *op. cit.*, p. 345.

(<sup>99</sup>)-Paulo PESTANA, *Vida Moderna*, *op. cit.*, pp. 542-544.

Neste sentido, um outro aspecto importante a salientar é que a própria difusão da imprensa formou um público consumidor, apesar de uma grande parte da população constituir-se de analfabetos ou semi-analfabetos. Ou seja, ao se propagar, a própria imprensa tornou-se meio de alfabetização. E o público alfabetizado, torna-se um consumidor de produtos literários e jornalísticos. Conforme constatou Richard Morse, em seu estudo sobre a formação histórica da cidade de São Paulo,

"[...] certos fatores contribuíram para difundir a alfabetização, se não mesmo uma instrução compensadora. As tipografias da cidade tornaram possível a existência de cartilhas baratas. Uma lei provincial de março de 1874 levou avante a intenção de reforma de 1846 tornando compulsória a educação para meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 11 em todas as cidades que tivessem escolas oficiais ou oficialmente subvencionadas. Em números redondos a taxa de alfabetização da cidade de São Paulo (para pessoas de mais de 6 anos) subiu de 5% (1836) para 30% (1872) e 45% (1887)."<sup>100</sup>

Angelo Trento, em seu trabalho sobre a imigração italiana no Brasil, se diz surpreso "pelo incrível número de jornais e revistas em língua italiana publicados no Brasil entre 1880 e 1940 e, sobretudo, entre 1885 e 1920"; e de constatar que "em 1907, só nas bancas de São Paulo encontravam-se cinco diários - *Fanfulla*, *La Tribuna Italiana*, *Il Secolo*, *Avanti!* e *Corriere d'Italia* - e uma dezena de semanários"<sup>101</sup>. A existência de cinco diários italianos circulando em São Paulo nos deixa uma interrogação: quem os compravam, quem os liam?

Lembramos que, em 1903, São Paulo era considerada, depois do Rio de Janeiro, a cidade mais importante do Brasil, sendo que a sua população nesse ano estava em torno de 240 a 250.000 pessoas. Nessa capital, conforme anotava W. Vallentin em suas cartas de viagem ao *Berliner Tageblatt*, os

---

(100)-Richard M. MORSE, *Formação Histórica de São Paulo; (De Comunidade à Metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p.215.

(101)-Angelo TRENTO, *Do Outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura di San Paolo/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989, p. 184.



"negociantes, artistas e industriais constituem uma grande parte da população, o resto compõe-se quase todo de operários. Estes são na sua grande maioria imigrantes italianos que hoje [agosto de 1903] já habitam bairros inteiros e cujo número aumentam constantemente. São os que compõem as camadas inferiores da população, porque aqui a raça negra quase desapareceu.

Assim, é que o elemento italiano, com os seus engraxates, seus vendedores de jornais, seus vendedores ambulantes, imprimem à vida das ruas de S. Paulo o seu tipo característico, como também acontece nos hotéis e restaurantes, onde os criados são exclusivamente italianos."<sup>102</sup>

As observações de W. Vallentin sobre os imigrantes italianos residentes em São Paulo, encontra paralelo com o relatório que o Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo, Antonio Toledo Piza, entregou ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, Cezario Motta Junior, em 31 de julho de 1894. No relatório, constatava-se que a indústria manufatureira dessa capital estava tomando impulso, sendo que

"em 1893, dela viviam exclusivamente 3.667 indivíduos, sendo 774 nacionais e 2.893 estrangeiros.

[...] Os artistas sobem a 10.241, sendo 8.760 estrangeiros e somente 1.481 brasileiros.

O maior número está naturalmente em Santa Ephigenia, que é o bairro mais aristocrático e que lhes dá mais serviço; seguindo-se os do Brás, Sé e Consolação, além de algumas dezenas que residem nos subúrbios."<sup>103</sup>

Portanto, conforme indicava o relatório acima, dos indivíduos que viviam exclusivamente da indústria manufatureira, 79% deles eram estrangeiros, e, dos artistas, 86%. Dito isso, voltemos à questão de quem consumia os jornais italianos editados em São

---

(102) - "No interior da América do Sul. Cartas ao Berliner Tageblatt. São Paulo, 9 de agosto de 1903, por W. Vallentin", *O Estado de S. Paulo*. SP, 24 jan. 1904, p.1.

(103) - Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cezario Motta Junior, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo, Dr. Antonio Toledo Piza, em 31 de julho de 1894, p. 83. [Relatório consultado no Arquivo Edgard Leuenroth.]

Paulo. Segundo esses dados, haveríamos, então, de concordar com Angelo Trento, para quem

"apesar do elevado número de italianos residentes no Brasil, em sua grande maioria tratava-se de analfabetos ou semi-analfabetos, e, de qualquer modo, de pessoas cujo horário de trabalho ou cujos compromissos eram tão pesados que não lhes permitiam qualquer tipo de aproximação com os jornais, tanto em língua italiana quanto em português."<sup>104</sup>

No entanto, estamos diante de uma controvérsia. Angelo Trento, apesar de dizer que era surpreendente o número de jornais e revistas em língua italiana publicados no Brasil, afirma que esses periódicos pressupunham um público que, para ele, não existia. Podemos inferir, a partir de então, que Angelo Trento formula os seus argumentos dentro do repertório do "saber tácito", pois que ele toma como verdade insofismável que os italianos que viviam em São Paulo eram analfabetos ou semi-analfabetos, e, devido à estafante jornada de trabalho, os operários italianos estavam alijados de experimentar e realizar a leitura de qualquer texto.

Ademais, Angelo Trento não leva em consideração pesquisas históricas recentes, como a que Jacques Rancière realizou sobre os operários franceses dos idos de 1830 em diante, que podem trazer muitas e gratas surpresas sobre a participação coletiva para a difusão de práticas da leitura.<sup>105</sup>

---

(104)-Angelo TRENTO, *op. cit.*, p.184.

(105)-Referimo-nos ao livro de Jacques RACIÈRE, *A Noite dos Proletários: Arquivos do Sonho Operário* (trad. Marilda Pedreira). São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 439 p. Na medida de oferecer algumas contribuições para o desvendamento de difusão das práticas da leitura existentes na corte imperial, ver: Nelson SCHAPOCHNIK, "Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: Salões, Gabinetes Literários e Bibliotecas", pp. 147-162. *in*: Stella BRESCIANI (org.), *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994. Ainda sobre as práticas de leitura dos grupos negros no Brasil do século XIX, que, inventaram maneiras de ler, apropriando-se da leitura em voz alta, bastante difundida na época, ver: Sarita M. Affonso MOYSÉS, "Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX", *Educação & Sociedade*, n° 48, agosto/94, pp. 200-212.

Por outro lado, constatamos que, além do grande número de jornais editados em língua italiana na cidade de São Paulo, estes jornais, tais como os diários paulistanos em língua portuguesa, estavam instalando e pondo em movimento máquinas modernas em suas oficinas gráficas. Ao analisarmos a imprensa de língua italiana em São Paulo, devemos lembrar que o *Fanfulla*, dentre os periódicos paulistas, foi o primeiro diário a implementar a mecanização da composição tipográfica em suas oficinas. O que nos levou a pensar que, se um jornal diário empregava meios de aumentar a velocidade de suas tiragens, era porque ou se vislumbrava um mercado maior, potencialmente a ser conquistado, e/ou a competição entre os jornais se acirrava na busca da conquista de leitores em um mercado definido.

Conforme pudemos ver, as informações sobre os equipamentos do setor gráfico e sua evolução, dos primórdios da instalação das oficinas tipográficas até os dez primeiros anos deste século no Brasil, são escassas. O quadro que aqui foi possível elaborar, nos dá a idéia da cronologia e do ritmo de mecanização do trabalho do setor gráfico por esse período.

Tendo em conta estas considerações, observamos que a reestruturação das oficinas gráficas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, iniciada no final do século XIX e incrementada nos primeiros anos do século XX, decorreu de uma lógica ditada pelo mercado, que foi mediada pela técnica. Deste modo, a introdução das máquinas de compôr (linotipos) deve ser compreendida como uma resposta dos proprietários de jornais diários à necessidade de reestruturar o ofício tipográfico de compositor para ganhar em produtividade e aumentar seus lucros. As implicações dessa reestruturação do processo de trabalho para os operários gráficos e o seu movimento associativo serão analisadas nos capítulos seguintes.

## **CAPÍTULO 2**

### **O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS TIPÓGRAFOS NO RIO DE JANEIRO**

## A) A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA FLUMINENSE E A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA

### A.1) A greve dos tipógrafos de 1858 no Rio de Janeiro e a valorização sócio-econômica do ofício tipográfico

No Brasil do século XIX, as mutualidades foram as primeiras formas de associação dos trabalhadores assalariados urbanos. Essas associações eram sociedades beneficentes, com o objetivo de oferecer aos seus associados pequenos auxílios, em casos de desemprego, doença ou invalidez, ou custear enterros e dar pensão às famílias dos que faleciam na indigência.<sup>1</sup>

Apesar da mutualidade ser a forma organizatória característica dos artesãos e operários desse período; em alguns casos, as sociedades mutualistas iam além das funções de socorros mútuos aos associados e proteção às suas famílias por morte deles. A Associação Tipográfica Fluminense era um desses casos de associação que extrapolava o seu caráter beneficente.

Instalada na Corte do Rio de Janeiro a partir de 25 de dezembro de 1853<sup>2</sup>, a Associação Tipográfica Fluminense assumiria também práticas políticas que deixariam

(<sup>1</sup>)-As idéias de que o processo de elaboração da identidade coletiva dos trabalhadores qualificados acontece historicamente antes das outras categorias, e que a construção de uma legitimidade de grupo pressupõe o estabelecimento de uma identidade, foram pensadas a partir do texto de Claudio H. M. BATA-LHA, "Identidade da classe operária no Brasil (1888-1920): atipicidade ou legitimidade?", *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 12(23/24): 111-124, set.91/ago.92.

(<sup>2</sup>)-Em 25 de março de 1854, os sócios da recém criada Associação Tipográfica Fluminense aprovaram os seus Estatutos e elegeram a sua primeira diretoria. Um ano após, foi elaborado e remetido o pedido de aprovação desses primeiros Estatutos ao Conselho de Estado. A partir de 1847, com a criação da Presidência do Conselho de Ministros, os Estatutos de uma Associação (fosse ela beneficente, mutualista ou não) deveriam se ajustar aos pareceres, exarados em consultas, dos Conselheiros de Estado da secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, seguido do parecer do Presidente do Conselho de Ministros

registrados indícios de uma transição de uma forma de associação tipo mutualista para uma organização operária de resistência.

A Associação Tipográfica Fluminense foi utilizada e favoreceu lutas reivindicatórias dos tipógrafos, a incrementação cultural (conferências, instalação de biblioteca, que teve seu início em 1854) e interviu nos problemas técnicos e econômicos do setor gráfico (a questão das tarifas alfandegárias do papel em branco e do papel impresso, das tintas e das máquinas; a defesa pela reorganização da Tipografia Nacional; incentivos à estética tipográfica; promoção para o melhoramento da instrução artística, etc).<sup>3</sup>

Um bom ponto de partida para fazermos algumas considerações sobre como os tipógrafos procuravam se organizar coletivamente, dentro das condições geradas pelo escravismo no século XIX<sup>4</sup>, é analisar a greve dos compositores tipográficos<sup>5</sup>, ocorrida no Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1858.

(Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império), para que assim se pudesse executar legalmente.

(<sup>3</sup>)-Cf: *Associação Typographica Fluminense. (Quinquagésimo aniversário de sua fundação. Memória Histórica lida em Assembléia Solene comemorativa realizada no dia 25 de Dezembro de 1904)*. Rio de Janeiro: Typ. Lyth. e Papelaria de Almeida & C., 1906, 70 p.

(<sup>4</sup>)-Ver Maria Sylvia de Carvalho FRANCO, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3ª Edição. S.Paulo: Kairós Livraria e Editora, 235 p. Principalmente o seu 1º Capítulo, pp. 20-59. Ao reconstruir historicamente as relações comunitárias dos homens livres e pobres da zona rural em Guaratinguetá (SP), no século XIX, por meio de processos-crime, a Autora abriu importantes perspectivas teóricas ao interpretar essa realidade como uma estrutura compreendida entre: homem livre (ou dependente), escravo e proprietário. Sobre as condições de vida do operariado no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, ver: Eulália Maria Lahmeyer LOBO e Eduardo Navarro STOTZ, "Formação do Operariado e Movimento Operário no Rio de Janeiro, 1870-1894". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 15 (Número Especial): 49-88, 1985. Para uma análise histórica da composição social e das relações sociais no mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, ver: Luiz Felipe de ALENCASTRO, "Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos*, nº 21, CEBRAP, julho de 1988, pp. 30-56.

(<sup>5</sup>)-Aqui grafamos compositores tipográficos para mostrar que, apesar de estarem intimamente ligadas entre si, o compositor tipográfico e o impressor tipográfico representavam duas profissões distintas. Assim, na época, a reprodução de um texto, ou original com tinta em papel, incluía o trabalho da composição, da impressão, da revisão e da estereotipia. Também, no período, tomava-se compositor como sinônimo de tipógrafo, que seguimos neste texto. E acrescentamos: a representação de classe do setor

Para expor essas considerações, procuraremos reconstituir o surgimento e a trajetória do *Jornal dos Typographos*<sup>6</sup>, e como a Associação Tipográfica Fluminense<sup>7</sup> favoreceu aquela que é considerada como a primeira luta reivindicatória dos tipógrafos no Rio de Janeiro.

A publicação do jornal tornou-se possível devido à ajuda financeira<sup>8</sup> da Associação Tipográfica Fluminense. No início de 1858, a Associação tinha em caixa 12:000\$ (doze contos de réis) e, desta importância, 11:000\$ (onze contos de réis) foram absorvidos pelo *Jornal dos Typographos*.

O *Jornal dos Typographos* era uma pequena folha diária, de quatro páginas em cada número, possuindo todas as seções clássicas da época. Veio a lume a 10 de janeiro de 1858, e circulou com este título até 12 de março do mesmo ano.<sup>9</sup> O jornal foi impresso na Tipografia de Peixoto e Leite até 13 de fevereiro desse mesmo ano. A partir do seu número 36 (de 14 de fevereiro de 1858) saiu impresso em oficina própria.<sup>10</sup>

Ele foi lançado devido à greve ocorrida em 8 de janeiro de 1858, quando os 32 compositores tipográficos do *Jornal do Commercio*, mais os 26 do *Correio Mercantil* e

tipográfico na época recaía mais sobre os compositores, com os quais se confundia mesmo o conceito de *tipógrafo* e, mais tarde, o de *gráfico*.

(<sup>6</sup>)-O *Jornal dos Typographos* representa uma coleção de 60 números. A coleção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro abrange os três meses deste jornal, com exceção dos números 30, 49 e 50.

(<sup>7</sup>)-A Sociedade União Beneficente dos Impressores mandou uma comissão de seu seio oferecer-se para imprimir gratuitamente o *Jornal dos Typographos*. Os compositores do jornal prontamente aceitaram a ajuda dos impressores.

(<sup>8</sup>)-Além das taxas mensalmente pagas pelos sócios, o dinheiro foi acumulado e conseguido através de espetáculos beneficentes em prol dos cofres da Associação Tipográfica Fluminense. Cf: *Associação Typographica Fluminense*, op. cit., pp. 18-20.

(<sup>9</sup>)-Por motivos econômicos, a administração da Associação Tipográfica Fluminense vendeu o *Jornal dos Typographos* a uma firma comercial. Ao ver seu direito conspurcado pela má fé da firma comercial na execução do contrato, a Associação Tipográfica foi ao tribunais pleitear o seu direito.

(<sup>10</sup>)-Cf: Gondim da FONSECA, *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma-Editora, 1941, p.327.

mais os 22 do *Diario do Rio de Janeiro* simultaneamente paralisaram as suas atividades nas oficinas destes três jornais diários na Corte do Rio de Janeiro.<sup>11</sup>

Dois dias após a greve, os compositores que se recusaram voltar ao trabalho lançaram o seu próprio jornal diário. Em seu primeiro número, de 10 de janeiro de 1858, uma comissão de tipógrafos, dirigindo-se ao público, escrevia que o que os levaram a publicar o *Jornal dos Typographos* foram os seguintes motivos:

"Em dezembro de 1855, a carestia dos gêneros de primeira necessidade obrigou-nos a pedir o aumento de nosso ordenado, isto é, de (18\$000) por dia; esse pedido foi nos generosamente concedido.

Em princípio de Dezembro de 1857, tendo esses gêneros conservado a mesma carestia, senão aumentado, e tendo se elevado os aluguéis de casas, de feitiços de todas as obras, e por consequência de tudo quanto é necessário à existência; e considerando que nos era impossível às nossas famílias, e aparecermos nas oficinas decentemente vestidos como é uso da nossa arte, por isso que temos de tratar, mais ou menos, com pessoas de certa posição social, pedimos aumento de ordenado, conforme fosse possível ser nos dado. Nesse momento qualquer quantia seria aceita por nós, embora não satisfizesse nossas precisões.

Porém, mandou-se-nos esperar para o princípio do ano, e então tivemos em resposta não serem aumentados os nossos salários.

Era impossível sofrer mais ao longo sacrificio de um serão prolongado, com um intenso calor, e isto efetivamente porque os dias que houvéssemos de descansar era a diminuição do que julgávamos insuficiente.

Manifestou-se este descontentamento no dia 5 do corrente [5.1.1858], porém a entrada do paquete<sup>12</sup>, fez-nos continuar a trabalhar, para não prejudicar interesses das folhas no dia seguinte.

(<sup>11</sup>)-Entre outros, Hemínio LINHARES (*Contribuição à História das Luta Operárias no Brasil*, 2º. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, [1º ed. 1955]) afirmou que a "greve dos tipógrafos em 1858 foi a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil". (cf: p. 33, grifos do autor.) No entanto, ano antes desta greve ocorrer, em Salvador, a partir de 1º de junho de 1857, os negros carregadores, escravos ou não, cruzaram os braços, em protesto contra uma postura municipal em vigor a partir daquela data. Cf: João José REIS, "A greve de 1857 na Bahia", *Revista USP*, nº 18, pp. 8-29.

(<sup>12</sup>)-Paquete, "paquet" ou paquê em jargão tipográfico é o conjunto de linhas de composição manual ainda não paginado e que se ata com um fio para tirar prova.



Finalmente no dia 8 [de janeiro de 1858] pedimos mais 1\$ [dez tostões] e sendo-nos negado, recusamos trabalhar.

Julgamos que as empresas tinham outros recursos, e por isso esperávamos; porém vendo que ontem 9 [de janeiro] não saíram os jornais, aí apresentamos ao respeitável público esta pequena folha [o *Jornal dos Typographos*] como a indenização daquelas que involuntariamente fomos a causa de não saírem."<sup>13</sup>

Desta nota, publicada pela Comissão dos compositores grevistas, podemos deprender três aspectos relevantes: 1) era através de um jornal que os tipógrafos tornavam possível trazer a público uma **discussão**, que, até aquele momento, era somente um problema interno a ser resolvido entre os tipógrafos e os proprietários dos jornais; 2) com um jornal independente, praticava-se a criação de um espaço alternativo para trazer as coisas à **discussão** pública (com efeito, desde que uma coisa é trazida à discussão, isto significa que ela não tem legitimidade evidente, e nesse caso, o choque da argumentação abre a possibilidade de pôr fim aos princípios dominantes e de sentenciar a morte do *status quo*, até então inquestionáveis, porque admitidos como verdadeiros); e 3) que em uma **discussão**, caso não fosse só a rigor, mas de fato realizada numa sociedade moderna e civilizada, seria importante que prevalecesse o respeito com o público, enquanto um bom exemplo a ser dado.<sup>14</sup>

Quando o Conselho da Associação Tipográfica Fluminense foi informado dos fatos ocorridos entre as três folhas diárias e os seus empregados, imediatamente reuniu-se e, após ouvir os compositores em greve, nomeou três tipógrafos (Manoel Affonso da Silva Lima, Candido José Soares de Pinho e Antonio José Ferreira Leite) encarregados de redigir uma

(<sup>13</sup>)—"Os tipógrafos das folhas diárias ao público". *Jornal dos Typographos*. RJ, 1(1) 10 jan. 1858, p.1. Como é de costume, optamos por atualizar a ortografia da época. Em todas as citações que se seguem, efetuamos a mesma prática.

(<sup>14</sup>)—As palavras acima foram redigidas conforme o tom imprimido pelas idéias liberais então em voga no Brasil oitocentista. Para entrar um pouco nessa atmosfera político-cultural, que havia adotado idéias liberais e assimilara a retórica do progresso e da igualdade, ver especialmente as seguintes crônicas de Machado de Assis: "O Jornal e o Livro", *Correio Mercantil*, 10 e 12/01/1859; e "A reforma pelo Jornal", *O Espelho*, 23/10/1859.

mensagem endereçada a D. Pedro II (o augusto protetor da Imperial Associação<sup>15</sup>). A mensagem chegou ao Monarca a 12 de janeiro de 1858, nos seguintes termos (que transcrevemos integralmente):

"Senhor. - A V.M.I., como chefe supremo deste Império, ao país como testemunha de um fato inteiramente novo nos anais da imprensa brasileira, tomam por juiz e árbitro os tipógrafos que lhe deram origem.

Não era possível, está mesmo fora de toda a compreensão, que uma classe que vive do trabalho de seu braço concorresse sem algum motivo justificado e extremo, para o desaparecimento e irregularidade das publicações do *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil* e *Diario do Rio de Janeiro*, prejudicando por este modo os mais palpitantes interesses do público e seus próprios, só por amor de vantagens superiores às suas precisões mais vitais.

Um motivo forte e ponderoso, o requinte das suas privações na época em que a carestia de todos os gêneros de primeira necessidade, o subido aluguel de suas habitações os colocavam na dura alternativa, ou de sofrer a fome e a miséria, ou de dar um passo que constringia sobremodo seus nobres sentimentos, não tinham a hesitar depois que empregaram todos os meios que o dever impõe em preferir este expediente àquele sentimento generoso: era a necessidade que os impelia.

Senhor, a surpresa que causou tal fato, as explicações que as três folhas diárias coligadas deram ao público, os comentários que se sucederam, chamaram a atenção da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, que se honra por ter merecido o protetorado da V.M.I., sobre um sucesso que não honraria seus membros, se por ventura houvesse dado como propalaram as partes interessadas.

Felizmente para a Associação que tem à sua frente o augusto nome de V.M.I., o egoísmo suplantou a verdade, as vítimas eram os algozes.

Uma mocidade que envelhece e morre sob o rigor de um trabalho quotidiano, que se não interrompe para dar-lhe descanso de um dia sequer em cada semana, no domingo, que a igreja manda guardar; uma mocidade que dia e noite trabalha para tirar tão caro o pão da subsistência; que querendo viver com honra e decência precisa à sua classe, solicita um pequeno aumento de 1\$ [dez tostões] diários,

(15)-Em 9 de setembro de 1856, D. Pedro II concedeu à Associação Tipográfica Fluminense o título de "Imperial" de acordo com a representação dela. A partir disto, D. Pedro II torna-se padrinho e protetor da Imperial Associação Tipográfica Fluminense. Cf: *Associação Typographica Fluminense, op. cit, p.17.*

porque não podia viver sem mais este auxílio; por certo que não deverá merecer o desprezo, a indiferença de empresas que contam lucros fabulosos, que impõem a seu bel prazer ao público os preços da sua usura.

Mas é verdade que uma recusa formal foi o resultado das solicitações dos tipógrafos, que já não podiam sofrer as delongas que a má vontade antepunha.

Então que fazer? Nenhum outro recurso restava senão abandonar a pertinácia em seu auge, deixá-la recriar-se em sua própria obra, e longe dela buscar os meios indispensáveis à subsistência, eis o que fizeram os tipógrafos das três folhas diárias criando o *Jornal dos Typographos*, já para melhorar a sua situação, já para não privar o público de uma folha diária.

A apreciação calma e desapaixonada que fez a Imperial Associação Tipográfica Fluminense dos motivos desse sucesso, a convicção mais íntima de que a seus membros assista a toda a justiça, demoveu-se a nomear uma comissão que fizesse sentir a V.M.I. e ao país as justas razões de um passo por eles dado, que poderia ser traduzido como irregular e ofensivo da ordem e do progresso social.

A comissão, cumprindo o seu dever de honra, se felicita de poder assegurar a V.M.I. e ao público, que seus irmãos tipógrafos não cometeram um ato indigno da corporação de que V.M.I. é o melhor protetor, e do público a quem respeita com todo acatamento e consideração.

A V.M.I. e ao país compete melhor avaliar as causas de um tal sucesso, e decidir como juiz [sic] e árbitros imparciais quem concorreu para a situação grave da imprensa fluminense, se os tipógrafos acusados pelas redações das três folhas diárias, se elas que se apresentam como vítimas inocentes."<sup>16</sup>

Como se pode ler, foi através desta mensagem que a Associação Tipográfica Fluminense procurou **justificar e legitimar**, junto ao Imperador (e, por extensão, ao público), as medidas tomadas pelos compositores das três folhas diárias.

A fim de justificar, a Associação Tipográfica Fluminense mostrava as razões que fizeram os compositores agirem em defesa de suas vitais necessidades, contrastando com os interesses tão-somente egoístas e materialistas dos proprietários.

(<sup>16</sup>)—Essa mensagem foi publicada no *Jornal dos Typographos*, de 13 janeiro. 1858, à sua pág.1.

Quanto à legitimidade atribuída às atitudes dos compositores, a mensagem da Associação Tipográfica Fluminense explicitava que o país e o Imperador haveriam de reconhecer que os compositores atuaram daquela maneira porque não havia outra forma de cumprir certas exigências morais constitutivas do mundo do trabalho.

Para tanto, ao fundamentar ideologicamente a sua preferência pelos operários através da mensagem enviada ao Imperador, a Associação Tipográfica Fluminense lançou mão dos seguintes argumentos (colocados aqui numa ordem diferente da do texto): 1) diante do fato novo ocorrido na imprensa nacional, competia ao Imperador e ao país decidir, como juízes e árbitros imparciais, o conflito estabelecido entre os empregados e os proprietários dos três jornais diários; 2) os proprietários das três folhas diárias atuaram de má fé perante o público; 3) os tipógrafos tomaram uma resolução extrema, porém, pacífica, defronte à grave questão da carestia dos gêneros alimentícios; e 4) os operários, que honradamente ganham a vida com o suor do seu trabalho, mantiveram a dignidade frente à necessidade de resolver as suas privações, pois deliberadamente conduziram-se de forma autônoma (sendo esta forma de ação indispensável à dignidade do indivíduo livre).

Isto posto, vamos nos concentrar agora nesses quatro argumentos (conforme a ordem que propomos), a fim de privilegiar a forma como os argumentos foram destramados e veiculados pelo *Jornal dos Typographos*, o que nos possibilitará visualizar que este jornal, além de outras atribuições próprias da imprensa diária da época, tinha a função de divulgar dados e de formular argumentos em defesa dos direitos dos tipógrafos, ou antes, dos direitos sociais em geral.

#### **A.1.1) A novidade da greve e a legislação**

Para compreendermos o porquê do primeiro argumento, devemos reportar, que, na época, a única legislação em vigor sobre as relações de trabalho era o Código Comercial

Brasileiro (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850).<sup>17</sup> Contudo, quanto às justas causas para o rompimento do contrato de trabalho<sup>18</sup>, o Código Comercial se ocupava somente dos mestres, administradores e diretores.

No tocante aos operários, as normas que se lhes aplicavam também estavam no Código Comercial, porém contidas apenas nos artigos 235 e 239. O artigo 235 determinava o seguinte: "O operário, que por imperícia ou erro do seu ofício, inutiliza alguma obra que tiver recebido os materiais, é obrigado a pagar o valor destes, ficando com a obra inutilizada"<sup>19</sup>. Já o artigo 239 prescrevia: "Os operários, no caso de não serem pagos pelo empreiteiro, têm ação para embargar na mão do dono da obra, se ainda não tiver pago, quantia que baste para o pagamento dos jornais devidos".

Note-se que a novidade do conflito trazida pelos compositores grevistas e demissionários não poderia ser diretamente julgada de acordo com os artigos 235 e 239 do Código Comercial. Assim, aquela atribuição dos tipógrafos consagrando poder de legalidade ao Imperador e ao país, era a forma dos operários conseguirem o equilíbrio justo entre partes desiguais, pois, como não havia lei positivamente fixada sobre o assunto pendente, o Imperador e o público detinham a necessária potencialidade para que pudesse prevalecer a justiça.

Com efeito, do ponto de vista dos tipógrafos, um meio de prevalecer a justiça seria o país e o Imperador formarem uma espécie de foro público, pois somente assim haveria uma neutra avaliação do fato novo trazido pelos operários grevistas e demissionários.

E para os compositores, invocar esta exigência de constituir juizes e árbitros neutros, tornava-se ainda mais necessária, já que estavam procurando ob-rogar a interpretação que os

(17)-Cf: Célio DEBES, "Relações de Trabalho no Brasil: Aspectos de sua Evolução Histórica (1822-1917)". *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXXI. São Paulo, 1982: 183-203.

(18)-*Código Comercial Brasileiro*, artigos 83, 84 e 241.

(19)-Ainda de acordo com o *Código Comercial Brasileiro*, devemos observar que o artigo 235 estava complementado pelo artigo 238, que rezava: "o empreiteiro é o responsável pelos fatos dos operários que empregar, com ação regressiva contra os mesmos". (E isto, devemos acrescentar, conforme mandava os artigos 1.521, nº III e 1.522 do Código Civil.)

proprietários dos três jornais diários estavam realizando, principalmente do artigo 235 do Código Comercial.

Através dessa interpretação do artigo 235, os proprietários alegavam ser legal atribuir aos compositores grevistas e demissionários o dever de indenizá-los pelas perdas causadas pelos mesmos nas três folhas diárias, já que aqueles operários inutilizaram os seus jornais, ainda que o dano decorresse por mera culpa.

Já os tipógrafos mencionavam que quem infringiu a lei foram os proprietários das três folhas diárias, pois a imprensa assumiu compromissos contratuais para com os assinantes e para com o país, e foi ela que suspendeu a efetividade destes compromissos, deixando de entregar as folhas aos seus assinantes.

Deste modo, afirmavam os tipógrafos, era o público que deveria ser indenizado. E mesmo não tendo assumido nenhum contrato, continuavam, foi com o lançamento do *Jornal dos Typographos* que os compositores grevistas e demissionários acabaram compensando os assinantes e o país pelas folhas que não saíram.

Os tipógrafos expunham as suas razões a fim de responder principalmente aos manifestos lançados pelos proprietários das três folhas diárias da corte. Estes manifestos começaram a vir a público desde que foi deflagrada a greve dos compositores.

Em um desses manifestos (o que foi lançado pelos jornais diários na manhã do dia 9 de janeiro de 1858, um dia após a greve dos compositores), que em forma de cartaz apareceu fixado nas principais ruas do Rio de Janeiro, podia-se ler:

"Uma coligação dos compositores [refere-se aos compositores grevistas] das diversas folhas diárias obrigou-nos a suspender momentaneamente a publicação.

Os sacrifícios pecuniários que nos temos imposto para acompanhar o progresso da imprensa do império não nos permitem aceder à imposição dos coligados.

Há algum tempo não duvidamos, atendendo às circunstâncias especiais de carestia que flagelava esta cidade, aquiescer a um aumento reclamado por esses empregados, embora montasse a

dezenas de contos. Então esse aumento cabia nas forças da nossa empresa.

Hoje não militam as mesmas circunstâncias.

Não pouparemos esforços para que seja de pouca duração a suspensão da[s] nossa[s] folha[s]. Não falta onde recorrarmos para vencer todos os cálculos de má vontade.

Contamos com a indulgência dos nossos assinantes, cujos interesses em todo caso não serão prejudicados."<sup>20</sup>

Como as três folhas diárias viram-se forçadas a interromper a regularidade de suas publicações, sendo suspensas dia 9 de janeiro e por dias só circularam meias-folhas, os proprietários alegavam que os seus jornais foram inutilizados por culpa dos compositores grevistas. Por isso, os proprietários solicitaram ao chefe de polícia, Isidro Borges Monteiro, providências enérgicas e pronto castigo aos grevistas.

Para tanto, em 11 de janeiro de 1858, o chefe de polícia chamou à sua presença vinte empregados grevistas. Ouviu um de cada folha diária, e, à vista das razões dadas, convenceu-se de que não eram exatas as informações que recebera. Dispensou os grevistas, e recomendou-lhes para que agissem com prudência e moderação.

Diante do procedimento dos proprietários das folhas diárias de solicitar a intervenção do chefe de polícia, os compositores interrogavam:

"Onde está da parte dos tipógrafos a ação criminosa por eles praticada? Qual será essa legislação ou código em que se ache consignada a imposição da pena onde não há delito que considera *a priori* julgada a ação, quando ainda procedem na legalidade dos recursos os princípios sagrados do direito?"<sup>21</sup>

(20)-Este manifesto foi transcrito pelo *Jornal dos Typographos*, de 24 de janeiro de 1858, à pág. 2. Observe-se que a necessidade de incremento técnico nas oficinas dos jornais diários servia de argumento para que aumentos salariais não pudessem ser concedidos aos trabalhadores tipográficos desses periódicos.

(21)-"As folhas diárias e a polícia". *Jornal dos Typographos*, 1(4) 13 jan. 1858, p.1.

Não satisfeitos, os proprietários das três folhas diárias ainda ensaiaram um apelo ao Ministro da Justiça. Este, no entanto, demonstrou partilhar - conforme publicava o *Jornal dos Typographos* - "os mesmos princípios de respeito à Constituição e à liberdade"<sup>22</sup> então seguidos pelo chefe de polícia.

Por fim, os proprietários correram ao Ministro da Fazenda, Souza Franco. Este, então, ordenou que os compositores da Tipografia Nacional (Imprensa Nacional) fossem postos à disposição e distribuídos conforme as necessidades das três folhas diárias atingidas pela greve.

Mas os operários da Tipografia Nacional se recusaram seguir as ordens do ministro Souza Franco. Foram necessárias muitas ameaças e medidas de repressão para que eles ocupassem o lugar dos compositores grevistas, prestando os seus serviços aos três jornais diários.

Comentando essa recusa dos artistas da Tipografia Nacional, o bi-semanário *Brazil* afirmava que a negação não poderia ser interpretada pelas autoridades como "desobediência" de funcionários públicos ao Ministro da Fazenda, pois:

"Os artistas da tipografia nacional não podem ser compelidos a trabalharem em empresas particulares, e têm todo o direito de recusarem-se a esse serviço, sem que possam incorrer em desobediência; porque a exigência que se lhes faz não é justa, está fora da lei e da autoridade do governo, e por consequência não é serviço do Estado, e, desde que o não é, não há desobediência."<sup>23</sup>

Por sua vez, os tipógrafos solicitaram ao Ministro do Império, Marquês de Olinda, que tomasse providências. Interrogando sobre a ordem emitida pelo Ministro da Fazenda, Souza Franco, o editorial do *Jornal dos Typographos* lançava o seguinte repto:

(22)-*Jornal dos Typographos*, 1(7) 16 jan. 1858, p.1.

(23)-"A crise jornalística e o sr. Souza Franco". *Brazil*. RJ, s/d, s/p. Transcrito pelo *Jornal dos Typographos*, de 24 de janeiro de 1858, às páginas 1 e 2.



"Como, pois, se explicará o fato de um outro ministro [refere-se ao Ministro da Fazenda, Souza Franco], cuja alçada jamais podia intervir em tal questão, resolvê-la a favor das empresas e contra os artistas, mandando que uma repartição pública [a *Typographia Nacional*], que lhe era subordinada, suspendesse suas funções por três dias para trabalhar em substituição daqueles [dos três jornais diários atingidos pela greve]?

É este fato um problema impossível de resolver; porém de um alcance enigmático para o futuro!"<sup>24</sup>

#### A.1.2) As folhas diárias, os seus lucros e a ordem social

Postas essas transgressões dos proprietários das três folhas diárias, os seus ex-operários assinalavam que esses jornais diários estavam obtendo lucros fabulosos. E mesmo assim, sustentavam, que, quando da greve dos compositores, os três jornais diários interromperam os seus serviços à população, apesar destes jornais serem mantidos pecuniariamente pelos assinantes e pelas publicações publicitárias do comércio.

Também, conforme opinava o jornal *Mercantil*, de Petrópolis, quando as administrações das três folhas diárias entenderam que seria impossível aumentar as suas despesas de 27\$ (vinte e sete mil-réis) para 30\$ (trinta mil-réis) diários, a fim de cumprir o pedido de aumento dos seus compositores, abriram um precedente negativo para a imagem da imprensa brasileira ao deixarem de circular por um motivo tão frívolo e banal. O que exclamavam:

"E o país! Onde está a devoção da imprensa a favor dos interesses gerais da sociedade, da razão e da justiça; a bem do comércio, da indústria e da lavoura, sobretudo em uma quadra em que a opinião pública deve ser ouvida sem suspeita e sem

(24) - *Jornal dos Typographos*, 1(7) 16 jan. 1858, p.1. O que acrescentamos: apesar de estarmos na condição de atualização desse "enigmático futuro", ainda continuamos com as mesmas dificuldades de avaliar a dimensão e o significado político da privatização do Estado e de como o egoísmo privatista de grandes empresas usam de acessos privilegiados ao poder público.

desconfiança; em que só a imprensa pode dizer a todos o estado da praça, do câmbio e das cotações, para que o comércio saiba dirigir-se em suas transações e para que a lavoura possa remeter seus produtos? É tal a devoção da ilustrada e patriótica imprensa que, aterrada pela *crise* dos 27\$ [vinte e sete mil-réis], fechou as oficinas, e foi bater à tipografia nacional para aí engrolar uma meia folha impressa à gagosa, que revoltou os leitores."<sup>25</sup>

Ao mesmo tempo, divulgava-se que o *Jornal do Commercio*, no fim de 1857, tiradas todas as suas despesas, havia lucrado cento e tantos contos de réis. A par desta informação, e somando-a com a negativa das três folhas diárias em atender à solicitação de aumento salarial dos seus compositores, um tipógrafo escrevia:

"[O *Jornal do Commercio*] podia aumentar-lhes [refere-se aos compositores grevistas deste jornal] dois mil réis por semana, tirados os domingos, em que podiam deixar de trabalhar, e em que por isso economizavam a tinta e papel, que forma uma grande cifra nas despesas jornalísticas; e vendo mais, que tendo o *Jornal [do Commercio]* 32 tipógrafos, acrescentando a cada um destes 2\$000 [dois mil-réis] por semana, vinha a ser no ano apenas 3:078\$000 [três contos, setenta e oito mil-réis], quantia esta muito diminuída em razão do lucro livre de cento e tanto contos; e que o [*Correio*] *Mercantil* tendo 26 tipógrafos, e o *Diário do Rio de Janeiro* 22, em relação aos lucros livres que tem, não os arruinava mais este aumento a homens carregados de família, e que tudo sacrificam para bem servirem aos proprietários dessas folhas diárias."<sup>26</sup>

Nesse esforço de apresentar dados para provar aquele segundo argumento apresentado pela Associação Tipográfica Fluminense (quando esta enviou a sua mensagem ao Imperador, na qual dizia que as três folhas diárias contavam com lucros fabulosos, e que mesmo assim impunham ao público os preços da sua usura a seu bel prazer), o *Jornal dos Typographos* interpretava que a conduta dos três jornais diários, ao contrário do que os mesmos propagavam, havia ofendido a ordem e o progresso social.

(25)-*Mercantil*. Petrópolis,. 12 jan. 1858, s/p. Grifo, no original.

(26)-"As folhas diárias e os tipógrafos". *Jornal dos Typographos*. RJ, 1(10) 19 jan. 1858, p.3.

Afinal, retrucava um articulista do *Jornal dos Typographos*, as três folhas diárias, além de serem indiferentes aos sofrimentos do povo, que estava sendo atingido pela descomunal alta de preços - principalmente os preços dos gêneros alimentícios - aquela imprensa ainda

"(...) quis assumir uma ditadura irrisória e insuportável sobre o governo e a polícia, entrou a desmoralizar o princípio da autoridade, a inocular levemente no ânimo da população idéias perigosas, e tumultuariamente foi comentando e vituperando os agentes da força pública."<sup>27</sup>

O *Jornal dos Typographos*, assim, funciona como um intérprete da greve detonada pelos compositores, pois nele se avalia, julga, interpreta; em suma, dá-se um sentido às causas e às conseqüências da greve dos compositores junto à opinião pública.<sup>28</sup>

#### A.1.3) "*Salus populi suprema lex*"[sic]<sup>29</sup>

Como se pode perceber, os trabalhadores de diversos ofícios também precisavam enfrentar o problema da carestia dos gêneros alimentícios. E a carestia, conforme atestavam algumas opiniões, seria causada pelo monopólio exercido por empresas sobre os produtos alimentícios.

(27)-"O povo e a imprensa". *Jornal dos Typographos*, 1(19) 28 jan. 1858, p.2.

(28)-Não é à toa que um articulista do *Jornal dos Typographos* ao interrogar "Quem somos?", responde: "Somos por ora, o que aqui se define nestas quatro páginas; - seremos em breves dias o duplo, e quando o horizonte que fitamos nos estiver ao contado dos braços, seremos talvez a trindade encarnada em uma entidade isolada, - um triunvirato uniformizado, para sustentarmos, em nome do verdadeiro progresso, a ordem e as garantias sociais!..." "Quem somos". *Jornal dos Typographos*, RJ. 1(5) 14 jan. 1858, p.1.

(29)-Título de um artigo publicado no *Jornal dos Typographos*, de 28 de fevereiro de 1858, às págs. 2 e 3, na seção "Publicações a Pedido". [Tradução livre do título: "A salvação do povo é a última lei"]

Entre essas opiniões, encontrava-se o jornal *Do Meteoro*, de Niterói, que, dias antes da paralisação realizada pelos tipógrafos da corte, dizia:

"Entrará por ventura nas vistas do governo o propósito de, com a tolerância e continuação de um tal flagelo (o monopólio), provocar o povo a uma revolução?"<sup>30</sup>

Prosseguindo em suas considerações acerca da carestia dos gêneros alimentícios, o *Do Meteoro* afirmava que a greve realizada pelos tipógrafos da corte viera justificar as suas apreensões, e assegurava ainda que:

"Semelhantemente uma surda e ameaçadora fermentação reina entre todos os outros operários de diversas classes, em cujos peitos achou um eco doloroso a resolução, que sem receio denominaremos de heróica, dos tipógrafos da corte."<sup>31</sup>

Compreende-se, deste modo, porque, ao enviar a sua mensagem ao Imperador, a Associação Tipográfica Fluminense foi taxativa quanto à questão da carestia na qual estavam inseridos os operários. E mesmo assim, dizia a Associação, os compositores tomaram uma solução pacífica.

Por sinal, a carestia dos gêneros alimentícios apresentada pelos tipógrafos não era fato novo, nem recente. Já havia sido reconhecida pelo chefe da nação como um obstáculo a ser transposto. Porém, a questão persistia: como anular as causas que desencadeavam a subida de preços?

À vista das considerações de um tipógrafo<sup>32</sup>, o problema da carestia seria um dos diversos efeitos perniciosos da *política de progresso* seguida pelo Brasil. Com efeito, aos

(30)-*Do Meteoro*, Niterói, s/d. Apud: *Jornal dos Typographos*. RJ, 1(5) 14 jan 1858, p.1.

(31)-"A coligação dos tipógrafos", *Id, ibid.*

(32)-Cf: "O Progresso estouvado". *Jornal dos Typographos*, 1(13) 22 jan. 1858, p.2.

trabalhadores ficavam somente as peculiaridades negativas postas por essa política de progresso.

Segundo afirmava em exemplo, foi o progresso que abriu a carreira transatlântica dos paquetes a vapor para o porto do Rio de Janeiro; porém, o que seria vantagem, tornou-se desvantagem. O que se viu foi o encarecimento de todos os gêneros de importação, que foram gradualmente subindo de preços, à proporção que se foi tornando mais fácil o seu transporte para o porto do Rio de Janeiro. Por conseguinte, quanto mais os produtos de importação foram abundando no mercado carioca.

Continuando as suas estoqueadas na política de progresso, o tipógrafo terminava a sua comunicação relatando sobre os malefícios que a marcha pouco calculada das coisas põe no âmago da sociedade, visto que

"(...) a política dos homens da toga apergaminhada, os heróis manejadores do salitre e do gládio, cheios de seus rubicundos auri-bordados, e os rotineiros reconcentrados no poder das cifras realizadas, há de acabar, como *política do progresso estouvado*, em uma subversão geral da ordem pública, e só os miseros artistas é quem hão de suportar o peso de todos os destroços no desabamento do edifício social."<sup>33</sup>

Para surpresa dos próprios operários, essas considerações levantadas pelo tipógrafo acerca da carestia encontraram eco na redação do *Jornal do Commercio*. Afinal, dias antes, este jornal havia censurado as ações reivindicatórias dos tipógrafos, dos acendedores de gás e dos trabalhadores da alfândega que procuraram se defender da alta de preços dos gêneros de primeira necessidade. A mudança de discurso do *Jornal do Commercio* foi radical: se antes invectivara os operários, agora se lançava como o seu advogado.

Porém, o *Jornal do Commercio* advogava em prol de uma causa que extrapolava os seus domínios, ou seja, do ponto de vista deste jornal a questão da carestia dos gêneros

(<sup>33</sup>)-*Id, ibid.* Grifos, no original.

alimentícios seria uma questão de Estado, e o governo deveria concentrar toda a sua atenção nesta importante matéria, pois a tônica recaía em perceber que:

"A carestia de quase todos os gêneros alimentícios provém da diminuição do trabalho; a cessação do tráfego [sic] de africanos deixou os lavradores privados do único meio que tinham até então de haver braços para rotear seus campos.

A colonização européia ainda é quase nula, e muito tempo há de passar antes que ela possa dar à agricultura o que lhe dava o tráfego[sic].<sup>34</sup>

Por outro lado a morte vai dizimando os escravos existentes, e se nos últimos anos sua mortalidade já tanto se faz sentir na diminuição do trabalho, a cada ano que for passando mais ainda o trabalho diminuirá, porque a morte não pára, e os escravos irão desaparecendo.

Por conseqüência o que é natural, o que é conseqüente, é o aumento progressivo da carestia dos gêneros alimentícios; dentro em pouco as mais pingues colheitas não serão suficientes para as urgências do consumo, e talvez que tenhamos de pedir ao estrangeiro açúcar e cereais, sem lhe dar em troca mais do que o nosso café, que se há de ressentir também da falta de braços.

Quais serão as conseqüências de tão tremenda calamidade?... Podemos calculá-las apenas imperfeitamente, pelo que já se está passando na atualidade."<sup>35</sup>

Em resposta a este artigo editorial do *Jornal do Commercio* a respeito da miséria do povo (note-se: miséria sobredeterminada pela escassez de braços), os tipógrafos remeteram

(<sup>34</sup>)-De acordo com Luiz Felipe de ALENCASTRO, mesmo com o fim do tráfico negreiro, o mercado de trabalho ficou desterritorializado. Era ainda fora do país que os fazendeiros de café recrutariam a maioria de seus trabalhadores. Se antes de 1850 vinham africanos, com a cessação do tráfico chegavam proletários estrangeiros. (Cf: "Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", *op. cit.*) Assim, agências de emigração eram estabelecidas na Europa pela Associação Central de Colonização, especializando-se no transporte e contrato de trabalhadores portugueses. Esta Associação, fundada em 1856, teve seus estatutos e contrato firmados com o governo imperial em 26 de março de 1857, a qual ficava encarregada de promover a imigração para o Brasil, e especialmente o "engajamento" e a expedição subvencionada de colonos para o país por sua conta ou por seu intermédio. O termo "engajado" era utilizado para designar os imigrantes que eram submetidos a um contrato de servidão.

(<sup>35</sup>)-*Jornal do Commercio*. RJ, 23 jan. 1858, s/p. Transcrito pelo *Jornal dos Typographos*. RJ, 24 jan. 1858, p.1.

a questão da carestia para um campo de visibilidade mais próxima e de resolução menos cômoda para a minoria privilegiada, ao indagarem:

"Se o nosso mercado ressentir-se da falta de braços, e essa causa natural influi de modo direto no preço de certos gêneros, todavia outros há que superabundam no mercado, existem armazenados, e são postos em carestia.

A indole de nossas instituições não proporcionará um corretivo que, quando não coíba tão infame especulação, pelo menos atenuie seus resultados e tendências?

O interesse sórdido de meia dúzia de homens há de continuar a prevalecer em comparação aos de uma cidade? O que valem esses homens em comparação de um povo?!

*Salus populi prima lex est.* [A salvação do povo é a lei]

Mas sosseguem, o povo não invocará o juízo de Deus, porque confia muito no chefe da nação."<sup>36</sup>

Nesse meio tempo, o chefe da nação fazia recomendações ao corpo legislativo. Segundo dizia, a Câmara dos Deputados deveria estar atenta para o preço extraordinário a que estavam sujeitos os gêneros alimentícios, causando deste modo graves sofrimentos às classes menos abastadas. Quanto às providências tomadas até então, completava o Imperador, os seus resultados ainda eram pequenos, já que a redução proveniente da tarifa das nossas alfândegas não estava bastando para obter o resultado almejado, ou seja, continuava em alta o preço dos gêneros alimentícios.

Em resposta às providências solicitadas pela coroa, a Câmara dos Deputados lembrou que a incorporação de companhias favorecidas e protegidas pelo governo seria um meio capaz de fazer baixar o preço dos gêneros alimentícios, e de destruir o monopólio.

Deste modo, com o parecer da comissão especial de víveres da Câmara dos Deputados, sob o empreendimento de José Maria Bomtempo, foi entregue ao Ministro do Império os estatutos da companhia *Auxílio Popular*.

(<sup>36</sup>)—"O povo e a imprensa". *Jornal dos Typographos*. RJ, 1(19) 18 jan. 1858, pp.2-3.

Conforme ditavam seus estatutos, a companhia *Auxílio Popular* ficava comprometida a vender a carne verde (carne fresca, não salgada) pelo preço fixo de 120 réis, devendo julgar-se extinta a companhia logo que este compromisso se alterasse.<sup>37</sup>

Até onde sabemos, em seção respectiva, o Conselho de Estado estava prestes a dar o seu parecer sobre os estatutos da companhia *Auxílio Popular*.

#### **A.1.4) Trabalho, associação e a superioridade do trabalhador qualificado**

Para finalizar, retomemos, conforme a nossa ordenação, o quarto argumento elaborado pela Associação Tipográfica Fluminense. Antes, porém, para o quarto argumento ganhar contornos mais nítidos, vamos analisar o artigo intitulado "Os artistas", que saiu publicado no *Jornal dos Typographos*<sup>38</sup>.

Incisivo em suas primeiras palavras, o Autor de "Os artistas" dispara que chegou o momento de irromper uma prática social que sustente a existência de um regime de liberdade na produção material da vida. Por conseguinte, o texto afirmava:

"Já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo de se guerrear por todos os modos legais toda a exploração do homem pelo mesmo homem, e caminhar-se desafrontada e rasgadamente sob o estandarte da liberdade à aquisição da justa igualdade e da dignidade moral do homem; já é tempo de pôr termo às tiranias de toda a casta, e dar pátria, lar e aras aos Boêmios da indústria, que o egoísmo estúpido dos empreendedores da indústria,

(37)-Dizia-se, na época, que o preço das carnes verdes era o termômetro regulador do preço de todos os demais gêneros alimentícios. Assim, fixando o preço das carnes verdes, o preço de todos os demais gêneros alimentícios também se fixariam. Note-se que o governo imperial recorria à jurisdição assistencialista. Este assistencialismo era o contraposto necessário do liberalismo econômico.

(38)-"Os artistas". *Jornal dos Typographos*. RJ, 1(14) 23 jan. 1858, pp. 2-3. Para efeito de discussão, vamos dividir este artigo parágrafo a parágrafo, e segundo a ordem do texto.



capitalistas e outros *ejusdem purpuris* [do mesmo modo], retém na escravidão."<sup>39</sup>

Dito isso, o texto procura mostrar através da seqüência temporal dos vários conteúdos adquiridos pela forma "organização de trabalho" que chegou o momento de se efetivar a igualdade, a liberdade e a fraternidade próprias do gênero humano.

Para periodizar esses conteúdos, o texto atribui a cada um o seu respectivo grau de liberdade alcançado pelos trabalhadores na organização de trabalho. De acordo com o texto:

"Organização de trabalho sempre a houve, have-la-á sempre, e sempre simbolizando a época, segundo a barbaridade ou os progressos sociais. A primeira forma foi brutal e impia; o vencido foi amarrado à mais completa escravidão, sequestrado do rol dos homens foi posto no dos brutos, foi olhado como mero instrumento de trabalho. Depois a servidão da gleba, escravidão colorida, menos bárbara, mas escravidão: o homem não estava na plenitude de seus direitos, era mais que bruto, mas menos que homem. As corporações de artes e ofícios, a princípio confrarias sob a invocação de um santo e ao amparo da igreja, transformando-se em associações industriais, conquistaram alguma liberdade; mas esta nova organização assaz defeituosa e sob a desigualdade, acabou por dar a modo aspirantes aos ofícios, artes e misteres o espetáculo do mais torpe egoísmo, das mais rudes tiranias, das mais revoltantes desigualdades, da mais cruel exploração do homem e do mais descarado monopólio. As luzes do século XVIII a lançaram por terra; a primeira república francesa restituiu o homem a seus direitos, surgiu a liberdade da indústria, nasceu a organização do trabalho, dita concorrência, imagem da liberdade, que não pede aos poderes da terra senão a justiça absoluta. A idéia predominante da atualidade, a verdadeira dignidade do homem livre está na associação; entretanto o operário, o assalariado é ainda uma espécie de escravo."<sup>40</sup>

Note-se que, apesar do trecho acima mostrar um raciocínio através da seqüência cronológica, o texto não se propõe responder como é instituída e reproduzida a forma organização de trabalho. Ao que tudo indica, para o nosso Autor esta forma tem a estrutura

(39)-*id, ibid*, 1º parágrafo.

(40)-*id, ibid*, 2º parágrafo.

intencional de um sujeito que, ao mesmo tempo, se põe como objeto. Ou seja, a forma organização de trabalho é auto-produtiva.

Já quanto à questão da mudança de um conteúdo a outro da forma organização de trabalho, o Autor lhe concedeu significações históricas na formulação do seu argumento. Conforme interpretamos, no texto pode-se enxergar duas respostas ao problema das alterações de conteúdo da forma organização de trabalho.

A primeira resposta ao problema, toma a forma de um raciocínio em três tempos, a saber: idéias avançadas em circulação, progresso social, novo conteúdo da forma organização de trabalho. Noutros termos: ganhando a maioria, as idéias progressistas forçam as sociedades objetivarem a justiça social, que, por sua vez, realiza alterações na organização de trabalho. Adiante surgem outras idéias que voltam a criticar as péssimas condições impostas a quem produz a vida material daquela sociedade, e assim por diante.

De acordo com o texto, o atual estágio mostrava que a idéia de associação aportara entre nós após o século XVIII e trazia uma revoada de novidades, possibilitando o nascimento enfim da vida moderna em que se anunciava o direito do trabalhador viver dignamente em liberdade.

Para encontrar a segunda resposta ao problema, devemos percorrer as marcas de uma equação que nosso Autor deixa em seu discurso. Uma vez operacionada a equação, fica indicada uma outra face da resposta sobre por que os conteúdos da forma organização de trabalho se modificam.

Caçada sob argumento religioso, a equação poderia ser montada da seguinte maneira: Deus formou o homem à sua semelhança, e deu-lhe capacidades diferentes; no entanto, igualou-os como homens para assim fazê-los viver, como irmãos, em sociedade, perante as mesmas leis. Contudo, em função da queda, os homens tornaram-se egoístas e vândalos, desrespeitando a igualdade e as leis. Diante disso, ficou destruído o horizonte normativo da sociedade instituída por homens livres e iguais. Deste modo, por diversas eras,

os homens, encontrando-se movidos por meros interesses materiais, corromperam a ordem e a fundação social.<sup>41</sup>

Uma vez operacionada esta equação, o texto nos revela que a liberdade, a igualdade e a fraternidade são atributos virtuais do homem, e que por isso esses atributos poderiam ser atualizados. Também, como a natureza humana corrompeu-se, fazia-se necessário refundamentar os princípios da sociedade, para, assim, estabelecer um novo conteúdo da forma organização de trabalho.

Este novo conteúdo apareceria por força da **associação** que, por sua vez, desencadearia a reinstauração da igualdade, da liberdade e da fraternidade próprias do homem adâmico. Segundo o texto:

"A associação é o posto avançado da unidade humana, da fraternização a que o mando tende sob o estandarte da reação cristã pelas legítimas vias do progresso geral, cujo objeto não pode deixar de ser a realização sucessiva da liberdade, da igualdade e da fraternidade, e cujo último termo para a humanidade, começada em um par, Adão e Eva, depois de haver coberto toda a terra, será aquela feliz unidade, quiçá a perfeição cristã, estado da maior felicidade possível neste mundo que abrirá as portas da bem-aventurança eterna."<sup>42</sup>

Mas, por que pela associação? O que respondia o nosso Autor:

"É pela associação que se elevarão as retribuições insuficientes, e que o operário, este comprodutor<sup>43</sup>, obterá o indispensável, e até o

(41)-Digamos, muito imprecisamente, que essa equação estava no ar. Remetemos o leitor incrédulo a con-ferir, entre outros, o discurso de Antonio Ferreira Leite, Conselheiro da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, quando da sessão de posse do novo Conselho da Associação. Este discurso foi publicado no *Jornal dos Typographos*, de 23 de fevereiro de 1858.

(42)-*id, ibid*, 7º parágrafo.

(43)-Conforme esclarecia o texto, os trabalhadores deveriam tornar-se "comparciantes [sic] nos lucros da produção". O que complementava: "Bem longe está tudo isto do comunismo, quer de [ilegível] e de Luiz Blanc, quer de Babeuf e de Buonaroti, e mesmo de todas as usanças do socialismo". *Id, ibid*, 5º parágrafo.

luxo, como o capitalista que não sua, como o empresário que dorme regalado às sextas; é por ela que a sociedade evitará os perigos fatais do estado atual, que Hegel denominou de *atomismo* pela falta de *coesão*; será ela que dará cabo da inferioridade e servidão injustíssima do operário com os empresários, e aparecerá a reciprocidade de direitos e de deveres; se verificará a liberdade apenas letra morta no papel, a igualdade do bem-estar, das luzes e da dignidade moral, e a fraternidade prática, que se tornarão as únicas leis do trabalho. Não deve a constituição do Brasil a todos os cidadãos a realização destes princípios, que o são também do Evangelho? destes princípios do cristianismo que a sociedade moderna deve realizar também no mundo econômico?"<sup>44</sup>

Em suma, do que precede depreende-se mais ou menos o seguinte: no artigo "Os artistas" argumenta-se a necessidade dos trabalhadores se **associarem** para que assim possam escapar da exploração a qual eram submetidos. Deste modo, pela **associação** formava-se o caminho mais viável para o homem readquirir (com a devida conotação religiosa deste termo) a sua **dignidade moral**.

Isso posto, voltemos ao quarto argumento elaborado pela Associação Tipográfica Fluminense, que se centrou na dignidade de homens livres que ganham a vida com o suor do seu trabalho.

Esta afirmação da dignidade nos soa estranha, posto que os tipógrafos encontravam-se inseridos em uma sociedade juridicamente estratificada e determinada pela separação entre homens livres e escravos, o que estabelecia uma divisão profunda no interior do mundo do trabalho. Sem contar que, ao que tudo indica, ainda persistia na sociedade brasileira oitocentista a herança portuguesa de ver o trabalho manual como algo degradante.

No entanto, devemos compreender que o quarto argumento empregado pela Associação Tipográfica Fluminense era baseado na **dignidade moral do trabalhador qualificado**. E esta dignidade tinha ainda um sucedâneo: o **orgulho profissional** manifestado pelos tipógrafos.

(<sup>44</sup>)-*id, ibid*, 6º parágrafo. (Grifos, no original.)

Os tipógrafos consideravam o seu ofício uma atividade intelectual, difícil e exemplar. Por isso, não gostavam de ser equiparados aos trabalhadores braçais. Assim, quando os artigos editoriais das três folhas diárias da corte (fosse o *Jornal do Commercio*, o *Diario do Rio de Janeiro* ou o *Correio Mercantil*) realizavam a "junção narrativa" da paralisação da prestigiosa "corporação artística" dos compositores com a pregressa ameaça dos "atiçadores da iluminação pública" (os acendedores de gás) de deixar a Corte do Rio de Janeiro às trevas<sup>45</sup>, alguns tipógrafos declaravam que esta comparação era "ofensiva" a eles.<sup>46</sup> Conforme escrevia um articulista do *Jornal dos Typographos* aos redatores daquelas três folhas diárias:

"(...) a classe tipográfica é nobre, tem elevado sentimento, conta em seu seio algumas capacidades, algumas inteligências, e jamais se porá em paralelo aos acendedores de gás, que parece deles se ter unicamente tratado para menoscar-se a corporação dos tipógrafos, que d'ora avante saberá repelir qualquer insulto que, ainda mesmo indiretamente, alguém se julgar com direito a dirigir-lhe."<sup>47</sup>

Quanto à escravidão, gostaríamos de trazer parte do comentário de um articulista do *Jornal dos Typographos* sobre como era dolorosa a cena de um leilão de escravos negros aos olhos de um estrangeiro, que não estava acostumado a ler anúncios desses leilões e de apreciar tal representação dos costumes nacionais.

Tendo em vista o desaparecimento ou, ao menos, a diminuição repetitiva desses "espetáculos", o articulista sugeria a formação de uma associação, cujos capitais fossem

(<sup>45</sup>)—Conforme nos escreveu José Linhares, "não houve [...] greve de acendedores de gás, mas uma simples ameaça, abortada pela polícia". José LINHARES, "O operariado brasileiro no século XIX", *Revista Brasili-ense*, nº 49 (set./out. 1963), pp.24-33. (cit. p. 31.)

(<sup>46</sup>)—Cf: "Os tipógrafos das folhas diárias ao público". *Jornal dos Typographos*, RJ, 1(3) 12 jan. 1858, p.1. As palavras entre aspas foram transcritas deste artigo.

(<sup>47</sup>)—*Jornal dos Typographos*, 1(4) 13 jan. 1858, p.2. O artigo vem assinado por F.J.A. (?), na seção "Publicações a pedido" deste jornal.

empregados na libertação de escravos, e que estes devessem ir à praça conforme estipuladas condições. Deste modo, dizia que

"(...) em vez de estar, como em um poste, o misero escravo exposto à vista e exame de todos para ser arrematado, podia ser ele avaliado por peritos, e mediante a importância do seu valor ser libertado pelos capitais da associação, e para que não fossem meramente onerosos os encargos sociais, ficaria o libertado sujeito a prestar seus serviços à associação por tanto tempo, quanto chegasse para pagar um prêmio módico e amortizar o empréstimo da quantia de sua emancipação.

Assim, o capital rendia e a sua aplicação seria abençoada pelos favorecidos, e bem aceita pelos amigos da humanidade.

Outras vantagens que ganhar-se-iam, eram o estímulo do trabalho aos novos libertos, e desaparecimento lento, e quase insensível dessa lepra, que nos consome, chamada escravidão."<sup>48</sup>

Conviria lembrar, a propósito, que essa sugestão de formar uma associação caritativa e libertadora de escravos foi o ponto de partida dos tipógrafos na campanha abolicionista, que tomou maior fôlego nos anos de 1880.<sup>49</sup>

(<sup>48</sup>)-*Jornal dos Tipógrafos*. RJ, 1(19) 18 jan. 1858, pp.2-3. Como se lê, o texto acima referido deixa indicada a idéia de um abolicionismo lento e gradual sob práticas filantrópicas.

(<sup>49</sup>)-Mas, poderia perguntar o leitor: e a greve dos tipógrafos, que fim levou? Até onde conseguimos pesquisar até o momento, a greve dos tipógrafos de 1858 durou três meses, tempo de duração do *Jornal dos Typographos*, ou seja, de 10 de janeiro a 12 de março de 1858. Cf: Max FLEISS, *op. cit.*, p. 502. Naquela sexta-feira, dia 12 de março de 1858, em seu n° 60, a última informação sobre esse periódico dizia: "Em consequência de haver uma nova associação tomado a direção desta folha, e tendo-se de dar-se uma nova organização ao estabelecimento, não será amanhã publicado o *Jornal dos Typographos*, de cuja falta serão indenizados os Srs. assinantes, pelo aumento do mesmo *Jornal*, que no dia 14 em diante, será publicado em maior formato, e com melhoramentos importantes." *ibid.*

## **A.2) Os tipógrafos, a campanha abolicionista e os legítimos representantes políticos dos operários**

Conforme procuramos expor acima, era através da Associação Tipográfica Fluminense que os tipógrafos do Rio de Janeiro estavam construindo uma identidade coletiva, tendo em vista a valorização sócio-econômica do seu ofício.<sup>50</sup> Mas como demarcar positivamente o lugar do trabalhador em uma sociedade escravista?

Apesar de alguns tipógrafos apresentarem publicamente o seu desprezo pelas atividades não qualificadas dos trabalhadores manuais livres, outros tipógrafos participaram da campanha abolicionista, visando a valorização da figura do trabalhador na formação social brasileira.<sup>51</sup>

As associações de trabalhadores do tipo mutualista excluíam de seus quadros os que não fossem de condição livre, chegando algumas, como a Sociedade Beneficente dos

(<sup>50</sup>)—A questão da formação da identidade de ofício, nesse "pulo" realizado no texto, de 1858 para 1880, fará o leitor balançar a cabeça, e eu não posso culpá-lo por isso. Só posso dizer que, no mínimo, há os seguintes jornais editados pelos tipógrafos cariocas que precisam ser analisados: *O Typographo*, de 1868; *Revista Typographica*, de 12.3.1888 a fev. 1890; *Brazil Typographico*, de 24.2.1889 a 27.8.1900.

(<sup>51</sup>)—Defendendo a idéia de que, "na segunda metade do século XIX, parte da classe média emergente se converte em força social revolucionária, colocando-se em movimento contra o escravismo geral e o Estado escravista em particular", Décio SAES diz que "a classe média não dirige a Revolução política de 1888-1889 a partir de uma perspectiva altruísta". Mas sim, que são "os seus interesses econômicos de longo prazo (aspiração à aceitação social da idéia de uma 'hierarquia do trabalho' e à valorização sócio-econômica do trabalhador não-manual) que levam a intuir que a obra da Abolição (não só a cessação geral do trabalho escravo, como também a liquidação da distinção jurídica entre homem-pessoa e homem-coisa e a extinção do 'privilégio') só se completará com a 'Proclamação da República' no sentido mais amplo da palavra (reorganização radical do aparelho de Estado, segundo os critérios universalistas e meritocráticos)". Décio SAES, "A Contestação à Ordem Monárquica no Brasil", Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 1992, mimeo. (Col. "Primeira Versão", nº 49), pp. 18-19. Vale dizer que alguns tipógrafos, apesar de intuir semelhante aspiração à valorização sócio-econômica do trabalhador em geral, eles não atuaram em função de instaurar uma meritocracia no país.

Artistas em São Cristóvão, a determinar que não fossem admitidos como sócios pessoas de cor preta ou libertos de qualquer cor.<sup>52</sup>

Assim, é bastante significativo que na lista dos fundadores da Associação Tipográfica Fluminense houvesse um tipógrafo que fosse cativo, propriedade de um sacerdote. Uma comissão da Associação Tipográfica Fluminense (composta por João Theodoro de Mendonça, Pedro de Aguiar, Antonio Dias Vianna e Domiciano Anacleto Paraná) procurou alforriá-lo. Apesar dos esforços, a associação não conseguiu, "em nome da civilização, entregar ao convívio dos homens aquele pária que tinha a liberdade hipotecada a um seu semelhante"<sup>53</sup>. Perdeu, assim, a associação um dos seus 106 sócios fundadores.

A partir da década de 1880, quando a campanha abolicionista ganhava força nos principais centros urbanos do país, os tipógrafos do Rio de Janeiro fundam o *Club Abolicionista Gutemberg*. Em uma de suas manifestações, a 12 de novembro de 1882, ocasião em que Alberto Victor Gonçalves da Fonseca, vice-presidente da Associação Tipográfica Fluminense, era homenageado por ter sido eleito vereador da Câmara Municipal de Niterói, o "Conselheiro Nicolau Moreira [entregou] 3 cartas de liberdade [a três escravas], em nome da comissão [do *Club Abolicionista Gutemberg*]". Neste mesmo momento, Alberto Victor Gonçalves da Fonseca, "em nome da corporação da *Gazeta de Notícias*, [entregou] uma carta de liberdade a um ancião, que só na sua velhice viu-se livre dos grilhões do cativoiro".<sup>54</sup>

(<sup>52</sup>)-Cf: Eulália M. L. LOBO e Eduardo N. STOTZ, *op. cit.*, p. 66.

(<sup>53</sup>)-Além desse caso, constando da existência de tipógrafo escravo, nas fontes que consultamos conhecemos pelo menos mais uma informação de tipógrafos cativos. De acordo com Max Fleiuss, "a primeira máquina Alauzet que imprimia o *Jornal do Commercio* era movida a braços por seis negros, alguns escravos do mesmo *Jornal*, que faziam girar a sua grande roda de 2 m de diâmetro. Eram dois deles, além de impressores, compositores da folha". Max FLEIUSS, *Páginas de História*, *op. cit.*, pp. 489-490.

(<sup>54</sup>)-*O Bond*. RJ, 1(2) 19 nov. 1882, p. 2.



Meses depois, em 8 de dezembro de 1882, o *Club Abolicionista Gutemberg* fazia publicar um periódico de propaganda abolicionista intitulado *Lincoln*, editado pelo tipógrafo Evaristo Rodrigues da Costa. Conforme escreveriam no jornal *O Bond*,

"É honrosa a missão de que se encarregou o *Lincoln*, combatendo com seus bem elaborados artigos as vis idéias escravocratas.

[...] Honra ao *Club [Abolicionista] Gutemberg* que tão novo e cheio de vida, guerreia tão nobremente os aceclas escravizadores de seus semelhantes, muitos dos quais têm escravizados seus filhos!"<sup>55</sup>

Além das atividades abolicionistas, os tipógrafos do *Club Abolicionista Gutemberg* consideravam que o movimento de liquidação da distinção jurídica entre homem-pessoa e homem-coisa, deveria vir acompanhado de um movimento de instrução das classes subalternas.

Assim, com a instalação, em maio de 1882, de uma escola noturna e gratuita pelo *Club Abolicionista Gutemberg*, a propagação da causa da liberdade jurídica era ligada à causa da instrução. Comentando os resultados do primeiro boletim do primeiro ano escolar da escola noturna e gratuita, o periódico *O Artista* dizia que

"a aula é freqüentada por 104 alunos de nacionalidades e profissões diversas. O *Club [Abolicionista] Gutemberg* forneceu a 92 desses alunos livros gratuitamente e as aulas funcionaram com muita regularidade. Para ser admitido não há necessidade de requerimento, basta apresentar-se o pretendente ao diretor para das as explicações necessárias. A escola continua a funcionar todos os dias úteis das 6 às 9 horas da noite."<sup>56</sup>

Por sua vez, ao relacionar a causa abolicionista com a causa da instrução, os tipógrafos faziam uma opção pela construção dos direitos de exercício da cidadania. Diante

<sup>(55)</sup> - "*Lincoln*", *O Bond*. RJ, 1(4) 20 dez. 1882, p. 3.

<sup>(56)</sup> - *O Artista*. RJ, 1(11) 24 mai 1883, p. 3.

disso, posicionaram-se contra a reforma da legislação eleitoral, de janeiro de 1881.<sup>57</sup> Por esta legislação eleitoral, para ser qualificado como eleitor, fazia-se necessário ter uma renda líquida anual não inferior a 200 mil-réis, ficando, assim, os operários e artesãos alijados do direito de votar.<sup>58</sup> O editorialista do periódico *Cruzeiro*, mostrando-se também contra essa lei eleitoral, interrogava:

"O maquinista, o pequeno fabricante, o tipógrafo, o pintor, o caixeiro, os industriais honestos e trabalhadores, que carecem de ser instruídos para exercer os ofícios, e que têm, incontestavelmente, o dêcuplo da renda marcada pela constituição, deverão ficar sem voto?

A passar em julgado esta doutrina, o país terá de um lado 200.000 aristocratas privilegiados, políticos, empregados públicos, capitalistas e proprietários, e do outro lado 1.800.000 cidadãos despojados dos seus direitos e reduzidos à *escravidão política*.<sup>59</sup>

Prosseguindo nesse tom de protesto, o articulista convocava os operários a associarem-se para "obter o sufrágio universal dos homens do trabalho", caso eles quisessem "reaver a *habilitação de cidadãos brasileiros, que perderam*".<sup>60</sup> No entanto, a despeito deste discurso parecer indicar que o povo deveria ser trazido para o proscênio da atividade pública, o articulista realizava uma diferenciação entre "as verdadeiras classes populares" e

(<sup>57</sup>)-Cf: *Associação Typographica Fluminense, op. cit.*, p. 32. As eleições, a partir de 1881, passaram a ser diretas. Até então elas realizavam-se em dois turnos, em que os "votantes" ou "eleitores de 2º grau" elegiam um "eleitor". Com a reforma eleitoral de 1881, a condição de ser o eleitor era ser brasileiro nato, professar a religião cristã e, entre outras imposições, ter uma renda líquida superior a 200 mil-réis por ano.

(<sup>58</sup>)-Conforme rezava o artigo 2º, do Capítulo 1, do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881: "É eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Império, que tiver renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego". Apud: Francisco Belisiário Soares de SOUZA, *O Sistema Eleitoral no Império (com apêndice contendo a legislação no período 1821-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1979.

(<sup>59</sup>)-Editorial do *Cruzeiro*, apud: *Revolução*. RJ, 1(1) 7 abr. 1881, p. 3. O jornal *Revolução*, que apre-sentava os seus artigos em uma retórica bastante ofensiva, era publicado por um funcionário demitido da Alfândega, Fávila Nunes.

(<sup>60</sup>)-*id*, apud. (Grifos, no original.)

"a minoria ociosa e turbulenta das cidades e do mato", formada "pelos capangas eleitorais, capoeiras, faquistas, satélites dos potentados da roça e de libertos vadios".<sup>61</sup>

Deste modo, "as verdadeiras classes populares" seriam constituídas por "homens do trabalho", portadores legítimos dos direitos políticos de cidadania pelo exercício do direito do voto. Deve-se deduzir, então, que os realizadores desse tipo de associação entre trabalho e cidadania não se encontravam entre os propagandistas mais "radicais" da República, como Lopes Trovão e Silva Jardim, que defendiam a insurreição popular como via adequada para a derrubada da Monarquia.<sup>62</sup>

Com a constituição da forma republicana de governo, em que a liberdade formal de participação política tornava-se possível, certas lideranças do operariado iniciam a fundação de partidos operários para que assim pudessem participar da vida política do país.<sup>63</sup> Conforme declararia o tipógrafo Luiz da França e Silva, quando do lançamento do jornal *Echo Popular*, onde se discutiria, basicamente, a questão do Partido Operário:

"Enquanto neste país o operário não for uma força no parlamento, suas queixas nenhum valor terão; [...] quer a nação seja governada por monarquistas ou republicanos.

O governo, qualquer que ele seja, não faz caso de operário."<sup>64</sup>

(<sup>61</sup>)-*id, ibid.*

(<sup>62</sup>)-Por sua vez, conforme Décio SAES analisou no seu trabalho "A constatação à ordem monárquica no Brasil" (*op. cit.*), Silva Jardim, um dos "mais autênticos representantes da classe média revolucionária de 1870-1889", era portador, na formação social brasileira, de uma ideologia capitalista do trabalho. E, apesar de uma parte da classe média imperial, que havia se convertido em *força dirigente* dos movimentos abolicionista e republicano, ela deixa a cena política a partir de 1889 por "abandono do seu papel revolucionário, submissão ao Poder político das classes proprietárias". (*op. cit.*, pp.19-20. Grifos, no original.)

(<sup>63</sup>)-Sobre o surgimento, entre 1890 e 1893, de Partidos Operários e a trajetória de alguns líderes socialistas na cidade do Rio de Janeiro, ver: José Augusto Valladares PÁDUA, "A Capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890", *Dados - Revista de Ciência Sociais*, Rio de Janeiro, 28(2):163-192, 1985.

(<sup>64</sup>)-Luiz da França e SILVA, "Aos meus amigos", *Echo Popular*. RJ, 1(1) 6 mar. 1890, p. 1. Sobre o tipógrafo Luiz da França e SILVA, ver Marcos Vinicius PANSARDI, *Republicanos e Operários: Os Primeiros Anos do Movimento Socialista no Brasil (1889-1903)*. Campinas, UNICAMP/IFCH, dissertação de mestrado em Ciência Política, (mimeo), 1993, capítulo 3 ("Consciência de Classe, Hegemonia e Socialismo Utópico. O Pensamento de Luiz França e Silva e o Ideal do Partido Operário", pp. 61-88.).

Mas, para Luiz da França e Silva, que seguia a tentativa dos companheiros de ofício Maurício José Velloso e José da Veiga de criar um partido operário<sup>65</sup>, o operariado, ao criar canais de expressão político-partidários, deveria constituir como seus *legítimos* representantes os homens do trabalho que viviam entre operários e como operários. Este argumento de França e Silva, era uma clara contraposição à liderança que o tenente da marinha José Augusto Vinhaes exercia sobre os operariado.<sup>66</sup>

É importante salientar que esses líderes tipográficos punham-se na condição de exigir legítimos representantes políticos do operariado, por que a sua categoria havia estabelecido no período uma identidade coletiva. Além disto, conforme afirmam Eulália Lobo e Eduardo Stotz, a

"participação da [...] Associação Tipográfica Fluminense na campanha abolicionista, permitiria que seus dirigentes vissem a si próprios, representantes de uma nova classe de trabalhadores livres, como fator de progresso e de liberdade."<sup>67</sup>

Depois que se frustraram as expectativas de que com a República criariam-se e exerceriam-se os direitos políticos de cidadania, parte da liderança operária deixa de se

(<sup>65</sup>)-Antes de editar o jornal *Echo Popular*, Luiz da França e Silva havia publicado a *Revista Typographica*. José da Veiga, no tempo do império, criou muitos jornais como a *Tribuna Artística*, *O Operário*, a *Gazeta Operaria*, tendo todos por objetivo a defesa do operariado. Pouco antes de editar o jornal *Voz do Povo*, em sociedade de José da Veiga, Maurício José Velloso era proprietário da *Republica Brasileira*. O jornal *Voz do Povo*, lançado a 6 de janeiro de 1890, foi o primeiro jornal operário após a Proclamação da República. Este jornal tinha como fim, propagar as idéias da formação de um Partido Operário. Conforme nos afirmou Ângela de Castro GOMES, apesar da *Voz do Povo* ter circulado pouco mais de um mês, ele veio a se tornar o primeiro instrumento de organização operária no Brasil, e a primeira força organizada a defender a criação de um Partido Operário. Cf: Ângela de Castro GOMES, *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Editora dos Tribunais/Instituto Universitário de Pesquisas dos Rio de Janeiro, 1988, pp. 35-84.

(<sup>66</sup>)-A despeito das críticas feitas ao fato de Vinhaes não ser operário, o Partido Operário fundado sob a liderança de Luiz da França e Silva, teve como seu primeiro presidente o músico Roberto Kinsmann Ben-jamin, também gerente no Brasil da New York Life Insurance Company.

(<sup>67</sup>)-Eulália M. L. LOBO e Eduardo N. STOTZ, "Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894", *op. cit.*, p. 67.

preocupar exclusivamente com a formação de partidos operários e começa a concentrar os seus esforços na organização sindical dos trabalhadores.

Além disto, a crise que assolava a Associação Tipográfica Fluminense desde os últimos anos do século XIX impelia os seus militantes a começar a viabilizar a fundação dos primeiros sindicatos de resistência da categoria no Rio de Janeiro.<sup>68</sup>

## **B) OS TIPÓGRAFOS E A LIGA DAS ARTES GRÁFICAS**

### **B.1) Os primeiros esforços dos tipógrafos para a criação de seu sindicato de resistência**

Em outubro de 1902, realizava-se no Rio de Janeiro, na sede do Congresso Central União dos Operários do Brasil, uma reunião de tipógrafos para tratar da fundação de uma associação com o fim de desenvolver o bem estar da categoria. Nesta reunião ficou decidido que seria formada a União Tipográfica. Desta forma, nomeou-se uma comissão de seis operários para a confecção dos Estatutos da União Tipográfica.

Mas a morte de figuras proeminentes do meio tipográfico, como Luiz da França e Silva e José da Veiga, e o alheamento de outros líderes em relação ao movimento associativo dos tipógrafos, fazia o encadernador José Hermes de Olinda Costa duvidar que a União Tipográfica tivesse algum sucesso. Além disso, Olinda Costa constatava que muitos tipógrafos não estariam dispostos a lutarem em causa própria, visto que eles

"estão em vésperas de abandonar as nossas fileiras para serem médicos, dentistas ou professores".<sup>69</sup>

<sup>(68)</sup>-Apesar dessa crise, a Associação Tipográfica Fluminense, tomando um caráter tão-somente beneficente e não tendo participado de nenhum dos Congressos Operários, em 1921 ainda se encontrava em funcionamento.

Mediante o fracasso organizacional da União Tipográfica, o tipógrafo Rozendo dos Santos voltaria a falar das dificuldades da sua categoria conseguir estabelecer as bases de um sindicato de resistência. Segundo ele, quando em sessão da Associação Tipográfica Fluminense, as condições precárias em que estavam sendo submetidos os tipógrafos era uma decorrência da "desunião da nossa classe".

Atribuindo esta falta de unidade aos "colegas refratários e vaidosos", que "entendem que o ser operário é uma desonra", Rozendo dos Santos ainda afirmava que, dentre esses tipógrafos que não queriam se associar, estavam os moços,

"talvez os piores, que gostam de andar no *chic*, petimetes, tolos, que se julgam grandes gentes, por se vestirem regularmente, cuja tolice é tão grande, que chegam a cometer erros da mais lata regra de civilidade, furtando-se, na rua, de cumprimentar o companheiro, muitas vezes acima por muitos títulos, destes imbecis. São eles, senão os maiores e mais perigosos impecílios do nosso engrandecimento, todavia muitos concorrem para o desprestígio de nossa classe com essa ridícula distinção."<sup>70</sup>

A ação organizatória dos tipógrafos era então submetida a contrastes. Assim, apesar dos tipógrafos continuarem a fornecer nestes primeiros anos do século XX numeroso contingente de militantes e líderes ao movimento sindical e operário em geral, como se verificou no século passado, havia também no meio tipográfico numeroso contingente de operários que não estavam dispostos a lutar pela causa proletária.<sup>71</sup>

(<sup>69</sup>)-José Hermes de Olinda COSTA, "Pouco Caso", *Gazeta Operária*. RJ 1(9) 23 nov. 1902, pp.2-3. A *Gazeta Operária* era dirigida pelo cigarreiro Mariano Garcia. Curiosamente, Hermes Olinda, que viria a ser listado como encadernador quando saiu a relação nominal dos associados da Liga das Artes Gráficas, sempre estava envolvido na defesa dos compositores tipográficos.

(<sup>70</sup>)-"Associação Tipográfica Fluminense", *Brazil Operario*. RJ, 1(5) 1º quin. jul. 1903, p.4.

(<sup>71</sup>)-Jacques RANCIÈRE, em um contexto histórico diverso, analisou que na França, a partir de 1830, os "trânsfugas", indivíduos não representativos do meio operário e apaixonados pela noite dos intelectuais, "paradoxalmente conseguiram criar a imagem e o discurso da identidade proletária". Jacques RANCIÈRE, *A Noite dos Proletários: Arquivos dos Sonhos Operários*, op. cit.

No período de apatia e desmobilização da categoria tipográfica, outro contraste era salientado quanto à mudança do regime político. Enquanto por um lado a instauração do regime republicano fornecia o pretexto de uma onda organizatória em torno da fundação de partidos operários a partir de 1890; por outro, com o fim da monarquia, verificava-se o declínio da Associação Tipográfica Fluminense.<sup>72</sup>

Os debates em torno do movimento operário associativo e grevista também iam abrindo brechas entre os tipógrafos e os demais trabalhadores. Os militantes tipográficos centrados no jornal *Brazil Operário*<sup>73</sup> tornaram-se permanentes críticos das propostas e da atuação do Centro das Classes Operárias, liderado por Vicente de Souza.<sup>74</sup>

Para termos uma idéia deste antagonismo, alguns membros da classe tipográfica declararam que sua categoria, a despeito de não possuir, na ocasião, uma associação de classe, não se fizeram representar nas comemorações do 1º de maio de 1903 organizado pelo Centro das Classes Operárias, por não estarem "de acordo com a maneira por que se interpreta essa espécie de socialismo para onde se têm convergido as associações de classe".<sup>75</sup>

A condenação que José Hermes de Olinda Costa, principal articulista do jornal *Brazil Operário*, dirigia ao diretor-presidente do Centro das Classes Operárias, Vicente de Souza, por ocasião das comemorações do 1º de maio de 1903, era porque "o elemento burguês" havia tomado "parte ativa" nesta festa operária. Para Hermes Olinda,

(<sup>72</sup>)-Cf: *Associação Typographica Fluminense, op. cit.*, p. 68-69.

(<sup>73</sup>)-O *Brazil Operário* tinha como seu diretor-secretário o tipógrafo Antonio Gonçalves Melgaço e o tipógrafo Elisário Freire com o seu diretor-proprietário.

(<sup>74</sup>)-O Centro das Classes Operárias, fundado em 1902, era de certa forma uma continuação da Associação dos Operários do Brasil, de 1900, que tinha em seu seio nomes como Saddock de Sá, Lúcio Reis e Ezequiel de Souza. Cf: Angela de Castro GOMES, *A Invenção do Trabalhismo, op. cit.*, p. 68.

(<sup>75</sup>)-*Brazil Operário*. RJ, 1(2) 13 mai. 1903, p.1. É interessante notar que, apesar da categoria tipográfica não se fazer presente nas comemorações do 1º de maio de 1903 no Rio de Janeiro, a tipografia Santos & C. e as oficinas da tipografia Leuzinger, juntamente com as alfaiatarias n° 1 e 3 da rua dos Andradas, foram "atacadas quando desfilava o préstito de operários". Cf: "1º de maio - notas policiais", *Correio da Manhã*. RJ, 2 mai. 1903, p.2.

"a causa do proletário, é do proletário; ninguém estranho a ela pode-se intervir sob pena de profaná-la.

A nossa causa deve ser defendida por nós mesmos; não precisamos do elemento burguês porque ele deprime o nosso caráter e vai de encontro ao lema da nossa bandeira."<sup>76</sup>

Por seu lado, Francisco Juvêncio Saddock de Sá, referindo-se à "memorável" data do dia 1º de maio, dizia da importância das associações operárias reunirem "elementos das outras classes sociais", como os doutores Vicente de Souza e João Neiva, para a realização de seu ideal. Propagando o lema da "Dignificação do Trabalho", que, como vimos, também foi defendido pela Associação Tipográfica Fluminense na segunda metade do século XIX, Saddock de Sá via

"uma tendência muito acentuada para a regeneração do trabalho fundamentada no seguinte pensamento: *'Nobilite-se o Trabalho a fim de que todos possam exercê-lo como a mais digna das missões sobre a Terra'*."<sup>77</sup>

Paradoxalmente, a categoria que havia lutado no século XIX pela "nobilitação de todo o trabalho" era a que assistia às diversas tentativas, em geral inconsistentes, de organização operária de resistência declarada ao capital. Deplorava-se, assim, com insistência, o alheamento em que jazia a categoria dos tipógrafos proclamada como "o farol que guia as classes operárias à conquista dos seus direitos".<sup>78</sup>

(<sup>76</sup>)-José Hermes de Olinda COSTA, "Pró e contra - pelos operários", *Brazil Operário*. RJ, 1(2) 13 mai. 1903, p.4.

(<sup>77</sup>)-François SEUL (pseud. de Francisco Juvêncio Saddock de Sá), "1º de Maio de 1903", *Brazil Operário*. RJ, 1(1) 1º mai. 1903, pp.1-2. (Grifos, no original.)

(<sup>78</sup>)-José Hermes de Olinda COSTA, "Pouco Caso", *Gazeta Operária*. RJ, 1(9) 23 nov. 1902, pp.2-3; "Pelos tipógrafos: tristes verdades", *Brazil Operário*. RJ, 1(8) 2º quinz. ago. 1903, p.4. O articulista deste jornal cita as tentativas frustradas do tipógrafo Olympio Hygino, que, ao lançar os jornais *Brazil Ty-pographico* e *Tribuna Typographica*, procurava promover o debate de assuntos relativos à sua profissão, num esforço de esclarecimento e mobilização da categoria, com vista a fundar uma associação tipográfica de resistência.



## **B.2) A formação da identidade de classe do trabalhador gráfico**

Mas, em que momento os trabalhadores dos outros ramos profissionais que subdividiam o setor gráfico, como impressores, encadernadores, mageadores, pautadores, impressores-litógrafos, litógrafos, tiradores, gravadores, estereotipistas começam a se identificar enquanto integrantes de um mesmo setor profissional?

Antes de respondermos a essa questão, devemos lembrar que, conforme vimos no 1º capítulo, os meados do século XIX, e, principalmente, os primeiros anos do nosso século foram para a tipografia e atividades conexas um período de arranque da mecanização do trabalho.

Como a mecanização dos diversos ramos profissionais do setor gráfico começou pela impressão, fundição de tipo e outras operações acessórias, e somente mais tarde atingiu o trabalho de composição tipográfica (o que no Rio de Janeiro se verificaria, gradualmente, a partir de 1903), os compositores tipográficos tornaram-se, por espaço de tempo, a principal profissão dentro da classe gráfica (do ponto de vista numérico), aliando a essa situação a sua maior militância política. Estas razões determinariam que a representação da classe gráfica recaísse mais sobre os compositores tipográficos, com os quais, desde meados do século XIX, se confundia o conceito de gráfico.

Apesar de não dispormos de números globais que permitam acompanhar passo a passo, nesse período, o crescimento dos efetivos operários do setor gráfico, quando a Liga das Artes Gráficas, fundada em 2 de agosto de 1903, divulgou a relação nominal dos seus associados, a grande maioria deles era formada por compositores tipográficos. Através desta lista, foi possível estabelecer a seguinte relação numérica dos primeiros associados da Liga das Artes Gráficas:<sup>79</sup>

(<sup>79</sup>)—A relação nominal dos primeiros associados da Liga das Artes Gráficas foi publicado pelo jornal *Brazil Operário*. RJ, nº 13, 14, 15 e 16.

profissão	número de filiados
tipógrafos	440
impressores	40
encadernadores	27
mageadores	4
pautadores	3
impressores-litógrafos	2
litógrafos	2
tiradores	2
gravadores	2
estereotipista	1
10 profissões	total de filiados 524

Em vista disso, a Liga das Artes Gráficas procurava fazer com que os compositores-tipográficos, que constituíam a grande maioria dos associados da Liga das Artes Gráficas, não monopolizassem os seus cargos e politicamente determinassem as suas diretrizes. Deste modo, os Estatutos da Liga das Artes Gráficas afirmavam no seu artigo 2º que o caráter da associação era "o de unificar e defender os interesses" dos diversos ramos profissionais que subdividiam o setor gráfico. A busca deste objetivo também podia ser percebido no artigo 64, o qual dizia que "a diretoria deverá ser constituída tendo sempre em seu seio membros das diferentes classes que formam as artes gráficas".<sup>80</sup>

Contudo, não obstante a diretoria da Liga das Artes Gráficas ser constituída por tipógrafos, impressores, encadernadores e litógrafos, os seus cargos administrativos de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, orador e secretário do exterior foram preenchidos pelos tipógrafos.<sup>81</sup>

Outro ponto a salientar, é que a Liga das Artes Gráficas não deixava claro o seu caráter de associação operária de resistência, destinada à defesa dos interesses dos

(<sup>80</sup>)-Os Estatutos da Liga das Artes Gráficas foram publicados no *Brazil Operário*. RJ, 2(19) 1º mai. 1904, pp.6-7.

(<sup>81</sup>)-*Correio da Manhã*. RJ, 2 nov. 1903, p.4; 9 nov. 1903, p.3. "Ligas das Artes Gráficas, *Brazil Operário*. RJ, 1(13) 2º quin. nov. 1903, p.4.

trabalhadores contra a exploração dos patrões. Pelo contrário, a análise de alguns artigos de seus Estatutos revela uma preocupação conciliatória da sociedade no tocante à relação entre os operários e os proprietários gráficos.<sup>82</sup>

A preponderância de socialistas nas lides gráficas gerava uma estratégia mais de atuação na política do que sindical, a ser seguida por esta categoria. De forma nítida, optavam pela reforma social através da participação política do operariado, e não pela revolução violenta. De acordo com Hermes de Olinda, em combate às propostas anarquistas,

"o operário deve ser moderado e obediente, mas defender-se dos elementos usurpadores, venham eles donde vierem; por isso é que todos devem estar a par dos negócios políticos a fim de que nos momentos perigosos em que seus fracos recursos sejam ameaçados de um assalto por parte de um governo mal orientado, ou mesmo de patrões ambiciosos e exploradores não fiquem atoa [sic] sem saber o que devam saber fazer, a quem procurarem ou mesmo falando inconscientemente, prejudicando-se a si próprio"<sup>83</sup>

Ou seja, os operários deveriam ter no parlamento representantes operários com o fim de defendê-los da burguesia, que "incomoda o operário e depois deprime a sua benevolência e dignidade", dizendo ser o proletário "*a canalha que impesta a sociedade moderna*".<sup>84</sup>

Com o programa de participação política à vista, a categoria gráfica e a recém fundada Liga das Artes Gráficas não tomaram parte dos episódios grevistas ocorridos na capital federal nos meses de agosto e setembro de 1903, em que tecelões, alfaiates, estivadores, catreiros, chapeleiros, carpinteiros, pintores, marceneiros, trabalhadores das

(82)-Esse caráter conciliatório fica registrado principalmente no artigo 11 do Estatuto. Nele lê-se o seguinte: "A Liga envidará todos os esforços para terminar conflitos que possam surgir entre operários dessas classes, bem com nos [conflitos] que surjam entre patrões e operários, procurando assim harmonizar os inte-resses de ambas as partes".

(80)-"O operário e a política - direito sagrado", José Hermes de Olinda COSTA, *Brazil Operário*. RJ, 1(3) 1 jun. 1903, p.3.

(83)-"O operário e a política - o direito sagrado", José Hermes de Olinda COSTA, *Brazil Operário*. RJ, 1(3) 1º jun. 1903, p.3.

(82)-*id, ibid.* Grifos, no original.

pedreiras, canteiros e trapiches paralisaram as suas atividades na campanha pelas oito horas, por melhores salários e melhores condições de trabalho.<sup>85</sup>

Dois anos depois dessas greves, em junho de 1905, os operários pedreiros, alfaiates, marmoristas e trabalhadores do mar (foguistas, remadores, marinheiros e estivadores) realizam outras paralisações pelas 8 horas de trabalho. A Liga das Artes Gráficas convoca os seus filiados a fim de resolver sobre a atitude que os gráficos deveriam "assumir em face do movimento reivindicador das diversas classes em parede".<sup>86</sup> Tal como aconteceu anteriormente, os gráficos do Rio de Janeiro não participam do movimento grevista.

A despeito de não realizarem greves por melhores condições de trabalho e de salário, as condições dos operários gráficos no Rio de Janeiro eram uma amostra da precária situação da grande maioria do operariado na capital federal. De acordo com o tipógrafo Luiz Magrassi, no Rio de Janeiro, "em aparência, tudo é grandeza. Ninguém imaginaria quanta miséria e podridão existe apesar de toda esta aparente prosperidade".<sup>87</sup>

Miséria em relação aos altos custos dos alimentos e dos aluguéis na cidade do Rio de Janeiro. E, se por um lado esses altos custos encareciam os custos da mão-de-obra; por outro, havia o "exército de pretendentes a empregos" que funcionava como um depressor de salários e da militância sindical.

E podridão sob a aparente prosperidade, por que a remodelação urbana da cidade empreendida pelo Prefeito Pereira Passos para emprestar ao Rio de Janeiro um aspecto de

(<sup>85</sup>)-Apesar das dificuldades em compor uma tabela salarial das diversas categorias e profissões dos operários e artesãos do Rio de Janeiro, as comparações salariais entre as categorias grevistas, em 1903, e os gráficos, percebemos que, em média, os salários destes se equivaliam aos salários dos grevistas. Isto quando não eram inferiores. A respeito dos baixos salários dos tipógrafos no Rio de Janeiro, ver: Marialva BARBOSA, "Operários do Pensamento" (*Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro*): 1880-1920. Dissertação de Mestrado, U.F.F., Niterói: 1991, pp.121-139, mimeo. Sobre as condições particulares que detonaram as greves no segundo semestre de 1903, ver: "Infeliz idéia!...", *Emancipação*. RJ, 2(4) 1 fev. 1905, pp.1-2. Nestas greves, centenas de operários, como os tipógrafos Mota Assunção e Antonio Melgaço, foram presos.

(<sup>86</sup>)-*Correio da Manhã*. RJ, 3 jun. 1905, p.3.

(<sup>87</sup>)-"Do Rio", *O Trabalhador Graphico*. SP, 1(4) abr. 1905, p. 5

cidade européia, deixou prejudicadas, para sempre, as classes pobres. Ao contrário do que se previa, a profilaxia nos locais de trabalho não progredia.

Um exemplo disso era a situação dos menores operários da Imprensa Nacional. O diretor do Instituto da Assistência à Infância, Moncorvo Filho, diante dos resultados obtidos pelos exames clínicos efetuados nos trabalhadores menores da Imprensa Nacional, verificou, no início de 1907, que das 46 crianças que ali trabalhavam somente 15 não se achavam tuberculosas.

Diante desse quadro apresentado pelos aprendizes menores de 15 anos, Moncorvo Filho solicitou ao diretor da Imprensa Nacional, Alfredo Augusto Rocha, que seria vantajoso realizar algumas mudanças nas condições de trabalho, impostas especialmente aos aprendizes menores de 15 anos, tais como: redução de 8 para 6 no número de horas de trabalho; mudança da hora da refeição das 9h e 30 min. para 10h e 30 min.; proibição aos operários menores de 18 anos de trabalhar nas oficinas de impressão, fundição, estereotipia e máquinas; concessão de 15 dias de férias anuais; e doação anual de roupas e calçados para o trabalho para cada um dos aprendizes.<sup>88</sup>

Ainda que três quartos das crianças-operárias da Imprensa Nacional, de 12 a 14 anos, estivessem tuberculosas, escrevia o articulista de *A Terra Livre*, Cezar Mendes, que estes dados serviam para mostrar a melhor face da questão da bancarrota fisiológica vivenciada pela classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Isto porque, segundo ele,

"a Imprensa Nacional, oficina do Estado, é das mais higiênicas e não tem os arrochos dos estabelecimentos particulares; os meninos examinados são de 12 anos para cima, e nas casas particulares há-os até de 6 anos, acrescento que, sendo os meninos da Imprensa Nacional, em geral, filhos ou parentes dos operários do mesmo estabelecimento que, em comparação a muitas outras classes de operários, têm um salário regular e certo, podem ter e têm de fato

(<sup>88</sup>)—"Profilaxia necessária. A tuberculose nas coletividades. Os operários da Imprensa Nacional", *Cor-reio da Manhã*. RJ, 31 jan, 1908, p.4. "O trabalho das crianças", *A Terra Livre*. RJ, 2(44) 18 ago. 1907, p.1.

melhor alimentação e melhor trato na casa paterna que muitos outros."<sup>89</sup>

Além de sua imundície, que comprometia a saúde dos operários, a situação das pequenas firmas tipográficas no Rio, como os estabelecimentos *A Tribuna*, *Malho*, *Tico-tico* e *Leitura para todos*, eram uma mostra de como os proprietários dessas casas gráficas ganhavam competitividade no mercado consumidor: através dos baixos custos dos seus produtos. Ou seja, a competitividade era calçada nos custos baixíssimos de mão-de-obra.

Conforme descrevia um articulista de *A Terra Livre*, nessas casas gráficas o serviço da composição tipográfica se iniciava por volta das 9 horas. Contudo, como os operários recebiam por tarefa, e, não havendo trabalho suficiente para todos, os compositores "avançavam" quando os originais chegavam à mesa, fazendo com que os operários mais "acanhados" recebessem por um dia de trabalho a quantia de 1 mil a 1 mil e quinhentos-réis.<sup>90</sup>

Mesmo diante de tal situação, a Liga das Artes Gráficas não conseguia arregimentar e organizar muitos operários gráficos. Conforme relatava o tipógrafo Luiz Magrassi, numa carta enviada à União dos Trabalhadores Gráficos, de São Paulo,

"os gráficos estão satisfeitos ou, pelo menos, resignados com sua situação. E não é pra menos. Trabalhando dia e noite podem ganhar com que comprar remédios, sendo que o excessivo trabalho perde-se o apetite. É bastante curioso o que se passa com os tipógrafos. Uns morrem a fome por não ter trabalho, e outros também morrem a fome, porque o trabalho excessivo não lhes permite ganhar senão para remédios."<sup>91</sup>

(<sup>89</sup>)-Cezar MENDES, "O Problema da População", *A Terra Livre*. RJ, 2(45) 1 set. 1907, p.2.

(<sup>90</sup>)-"Ecos do Trabalho", *A Terra Livre*. RJ, 2(40) 7 jul. 1907, p.3. Para termos uma idéia de como era baixo um salário diário de 1\$500 (um mil e quinhentos-réis); em 1903, os estivadores, durante o dia recebiam uma diária de 8\$000 (oito mil-réis), e, à noite, 12\$000 (doze mil-réis); mestres e contra-mestres chapeleiros tinham a diária de 12\$000 (doze mil-réis); e os pintores, o ordenado para oficiais de liso, um mínimo de 6\$000 (seis mil-réis) diários. Os compositores tipográficos oficiais, por uma tarefa de 140 linhas, recebiam em torno de 7\$000 (sete mil-réis).

(<sup>91</sup>)-*id*, *ibid*.

A Liga das Artes Gráficas procurou esboçar um acordo com os estabelecimentos gráficos, numa tentativa de acordar normas de trabalho, a fim de evitar que a concorrência se fizesse em detrimento dos trabalhadores. Assim, precisaria que fosse constituído uma espécie de código de concorrência leal.

Não obstante o acordo não ter saído do papel, e dele não ter a mesma consistência do código de concorrência leal elaborado pela sua congênere União dos Trabalhadores Gráficos, de São Paulo, a Liga das Artes Gráficas procurava

"enumerar as vantagens que podem advir da completa organização da nossa classe, tanto para os trabalhadores quanto para os mesmos industriais que lutam com uma concorrência desastrosa devido a diversos fatores, e primeiro entre estes ao desonesto procedimento de alguns deles que não pagam, ou pagam miseravelmente a mão de obra, secundado ao pauperismo de alguns trabalhadores que, acobardados pela sua própria falta de solidariedade, pelo próprio egoísmo, são arrastados a trabalhar inconstantemente nessas oficinas alçapões."<sup>92</sup>

Mesmo não apresentando o perfil de uma típica sociedade operária de resistência, a Liga das Artes Gráficas filiou-se à Federação das Associações de Classe e participou do 1º Congresso Operário Brasileiro, que realizou-se no Rio de Janeiro nos dias 15 a 22 de abril de 1906. E tanto a Federação das Associações de Classe quanto o 1º Congresso Operário Brasileiro mostravam uma certa influência do sindicalismo revolucionário, em contraste, portanto, com as atuações associativas dos operários gráficos cariocas.

Luiz Magrassi e Motta Assunção, que nessa época eram dos poucos militantes gráficos no Rio de Janeiro a seguir uma orientação anarquista, representaram a Liga das Artes Gráficas do Rio de Janeiro no 1º Congresso Operário Brasileiro. Motta Assunção, nesta ocasião, dizia que o proletariado ao realizar essa sua primeira reunião interestadual

(<sup>92</sup>) - "A Associação de classe", *Jornal Operário*. SP, 1(6) 22 out. 1905, pp.1-2.

"realmente operária", ensaiava os seus primeiros passos para a formação de trabalhadores politicamente autônomos e conscientes.<sup>93</sup>

Anos depois da realização desse Congresso Operário, Motta Assunção voltaria a falar sobre as dificuldades de se formar um operariado autônomo e conscientizado. Citando o caso dos tipógrafos, ele considerava que os hábitos e tradições do regime de trabalho escravo ainda refletiam sobre o regime de trabalho livre (assalariado), retardando, deste modo, a emancipação do trabalhador brasileiro.

Afirmava ele que os operários, não compreendendo a profunda mudança que havia sido operada na relação proprietário-empregado com o advento do regime de trabalho livre, isso fazia com que eles vissem

"na pessoa do patrão ou chefe, que fundamentalmente são uma e mesma coisa, a fonte única de todas as suas desgraças ou felicidades e, por consequência, em vez de se portarem ante eles como homens livres, dignos - que trabalham em virtude dum contrato assente em direitos e deveres de parte a parte - essa pobre gente degrada-se, qual escravo, em baixas adulações ou em oposições insólitas e estúpidas."<sup>94</sup>

(<sup>93</sup>)-"Os operários - O Congresso Operário Regional", *Correio da Manhã*. RJ, 14 abr. 1906, p.1. Ainda que uma cláusula da organização do Congresso Operário dissesse que seria excluído dele, como delegado, todo aquele que não fosse operário que exercesse a profissão da sociedade que representa; notadamente, o Centro Protetor dos Operários de Pernambuco estava sendo representado pelo encadernador José Hermes de Olinda Costa; e os Trabalhadores em Carvão, do Rio de Janeiro, pelos tipógrafos Belisario Ferreira de Souza e Firmino Rodrigues Allonso.

(<sup>94</sup>)-Motta ASSUNÇÃO, "As Linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(13) 15 jun 1909, pp.1-2. (ed. fac-similar de 71 números, 1908/1915. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria do Estado de Cultura/Centro de Memória Sindical, 1985.) Motta Assunção voltaria a comentar sobre os efeitos da escravidão na composição do operariado carioca no jornal *A Vanguarda* (RJ), de 20 e 27 de maio de 1911, n° 3 e 4. A controvertida trajetória política e sindical de Motta Assunção, traçada por ele mesmo, também pode ser encontrada no jornal *A Vanguarda*, de 17 de junho de 1911, n° 7. Referindo-se à situação dos trabalhadores no Rio de Janeiro, Evaristo de Moraes falava que, depois de mais ou menos 20 anos, "ainda não se extinguiu a geração acostumada a ver em cada trabalhador rural um escravo e a encarar, nas cidades, com certa suspeita, os homens de cor, que constituem, em algumas labutações profissionais, a maioria dos salarizados". E, continuava Evaristo de Moraes: "nas verrinas escritas contra o signatário deste artigo, raramente se esquecem os desafortunados de lembrar que o advogado dos operários é mestiço e mulato." Evaristo de



Desta forma, os operários continuavam a manter a relação de subserviência do regime escravista ao estabelecerem com o patrão uma relação paternalista. Assim,

"se o patrão a todas as suas necessidades pessoais - se lhe dá dinheiro, ou quando empresta, quando querem casar, batizar um filho, enterrar um avô, engrinaldar um sobrinho - se o patrão atende a essas coisas, que pertencem à antiga situação do escravo, mas escapam ao moderno contrato de trabalho, é, para essa pobre gente, um bom patrão, embora não cumpra pontualmente o contrato, isto é: não pague o salário como fora combinado e trate o operário como pessoa igual."<sup>95</sup>

O resultado disto, para Motta Assunção, era que o operariado não percebia que os empregadores paternalistas, com as ações benevolentes, desviavam de sua atenção a exploração capitalista presente no regime de assalariamento, realizado livremente mediante um contrato entre empregador e empregado. Não atestavam, então, que

"a situação do trabalho moderno, do salariado, é a situação duma mercadoria na praça: o patrão, que precisa dessa mercadoria e que a compra, como qualquer de nós compra feijão ou carne, procede como qualquer comprador: compra pelo menor preço que pode e, desde que a paga, não deve nada a quem lha vendeu. É por isso que os trabalhadores modernos organizam sindicatos para valorizar o trabalho, monopolizando-o de certo modo, assim como os negociantes modernos organizam *truts* para valorizar os seus gêneros."<sup>96</sup>

Este artigo de Motta Assunção, por tomar o exemplo do proprietário de *O Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, para defender a idéia de que "os patrões bons são os piores", causou contestações por parte dos anarquistas Amaro de Matos e Manuel Moscoso. Mas, neste momento, a questão que mais preocupava os operários que

MORAES, "A situação dos homens do trabalho - Nas greves e fora das greves", *Correio da Manhã*. RJ, 26 dez. 1906, p.3.

(<sup>95</sup>)-Motta ASSUNPÇÃO, "As linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(13) 15 jun. 1909, pp. 1-2. (ed. cit.)

(<sup>96</sup>)-*id*, *ibid*.

trabalhavam nas oficinas dos jornais diários era a aquisição, por parte destas empresas, das máquinas de compor linotipos.

Quando as máquinas de compor linotipos começam a ser instaladas na maioria das oficinas tipográficas dos jornais diários do Rio Janeiro, os gráficos encontravam-se sindicalmente desorganizados. A Liga das Artes Gráficas, devido ao estado de indiferença e abandono dos seus filiados, resolveu se dissolver, em maio de 1907.

Um ano antes, em junho de 1906, os compositores tipográficos haviam decidido fundar uma nova seção da Liga das Artes Gráficas, o Sindicato do Tipógrafo.<sup>97</sup> Coexistindo com a Liga das Artes Gráficas até o desaparecimento desta, o Sindicato dos Tipógrafos também não teria uma vida associativa longa.

Assim, quando a mecanização da composição tipográfica era iniciada no Rio de Janeiro, os tipógrafos interpretavam os efeitos desta mecanização sobre eles como sendo semelhante à caída de "uma grande granada no meio duma multidão indefesa. Um estrago monstruoso, brutal, implacável e inexorável ..." <sup>98</sup> Porém, antes de vermos esses efeitos, iremos percorrer o movimento associativo dos trabalhadores do setor gráfico de São Paulo.

(<sup>97</sup>)-Quando o Sindicato dos Tipógrafos foi fundado em 17.6.1906, a Liga das Artes Gráficas esclarecia aos seus filiados que ela continuava "nas diligências necessárias para organizar em sindicato corporativo os demais ramos das artes gráficas". "Sindicato dos Tipógrafos", *Correio da Manhã*. RJ, 20 jun. 1906, p.5.

(<sup>98</sup>)-Motta ASSUNÇÃO, "As linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(12) 1 jun. 1909, pp.1-2. (ed. cit.)

## **CAPÍTULO 3**

### **ASSOCIAÇÕES GRÁFICAS EM SÃO PAULO: MATIZES DA DIVERSIDADE IDEOLÓGICA**

## A) AS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES TIPOGRÁFICAS EM SÃO PAULO

As primeiras formas de associação dos operários tipográficos de São Paulo também foram desenvolvidas pelas sociedades beneficentes ou de auxílios mútuos. Conforme escreveu Antonio Egydio Martins, em seus apontamentos sobre São Paulo antigo,

"no correr do ano de 1859 os compositores do *Correio [Paulistano]* resolveram, por iniciativa do compositor Phillippe José de Figueiredo, então empregado nas oficinas daquele jornal, fundar uma sociedade de beneficência, cuja idéia foi também aceita por todos os membros da classe tipográfica desta capital".<sup>1</sup>

Naquela época, os operários tipográficos eram em pequeno número, e não podiam manter a sua sociedade de beneficência. Assim, os seus fundadores convidaram operários de outros ofícios para fazerem parte de uma nova associação. Esta nova associação, fundada em 24 de julho de 1859, denominou-se Sociedade Artística Beneficente, tendo sido eleito seu primeiro presidente o diretor do *Correio Paulistano*, Joaquim de Roberto de Azevedo Marques.<sup>2</sup> Sabe-se pelo *Indicador de São Paulo* para o ano de 1878, que a Sociedade Artística Beneficente encontrava-se em funcionamento, mantendo em sua Comissão Administrativa alguns proprietários de firmas tipográficas.<sup>3</sup>

(<sup>1</sup>)-Antonio Egydio MARTINS, "Jornaes e Jornalistas". *Revista do Instituto. Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XVIII, 1912, São Paulo: Typ. do *Diario Official*, 1913, p.121. Sobre Antonio Egydio Martins, 2º oficial do Arquivo do Estado que escreveu uma série de memórias no *Diário Popular*, ver: Affonso Schmidt, *São Paulo de Meus Amores*. São Paulo: Clube do Livro, 1954, pp. 180-182.

(<sup>2</sup>)-Cf: *id*, *ibid*.

(<sup>3</sup>)-Cf: Abílio Aurélio da Silva MARQUES, *Indicador de São Paulo (administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial) para o ano de 1878*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1878, p. 142. (ed. fac-similar - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1983.) Por esses anos, a 1º de janeiro de 1876 - conta-nos Antonio Egydio MARTINS - "distribuiu-se o primeiro número do periódico literário e recreativo - *A Sensitiva*, impresso nas oficinas d'A *Provincia de S. Paulo*, hoje *Estado*, e redigido exclusivamente por artistas tipográficos e impresso por alguns tipógrafos, empregados no mesmo jornal". (MARTINS, *op. cit.*, p. 130.) Também, a 15 desse mesmo mês e ano, sai o primeiro número, ano 1, de *O Trabalho*, periódico literário e noticioso, órgão do ofício tipográfico. Era impresso na "Typographia Allemã" e custava 2\$000

Também, a 7 de maio de 1876, diversos tipógrafos reuniram-se nos salões da Propagadora para a apresentação e votação dos estatutos da recém fundada Associação Tipográfica de Socorros Mútuos.<sup>4</sup> Ao que parece, a Associação era integrada somente por operários (e não mais por proprietários) da profissão tipográfica.

Outrossim, reunindo-se no dia 29 de dezembro de 1889, os tipógrafos de São Paulo discutiram o projeto de estatutos do então Centro Tipográfico Paulista. Conforme noticiava o jornal carioca *Voz do Povo*, cujo proprietários eram os tipógrafos José Veiga e Mauricio José Velloso, a diretoria do Centro Tipográfico Paulista

"ficou composta dos cidadãos Victor Mello, presidente; Miguel Ribeiro (inteligente e esforçado artista), vice-presidente; 1º secretário, Francisco Rocha; 2º, Benedicto de Jesus; tesoureiro, Severino Ramos e Antonio de Oliveira, procurador".<sup>5</sup>

O Centro Tipográfico Paulista encontrou dificuldades de incrementar a solidariedade de classe entre os gráficos, pois muitos deles declaravam não aceitar a interferência do Centro Tipográfico no estabelecimento de suas condições de trabalho.<sup>6</sup> Por isso, o Centro Tipográfico se viu obrigado a declarar que:

"não visa favorecer ou desfavorecer este ou aquele, seja ele tipógrafo ou proprietário. Pelo contrário, a brilhante associação tipográfica foi fundada só no intuito de manter o princípio de justiça e da solidariedade de classe, princípio que tem mantido com todo brilho e independência."<sup>7</sup>

réis. (Cf: Affonso A. de FREITAS, "A Imprensa Periódica de São Paulo", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, 1914, p. 547.) Até onde se sabe, os periódicos *A Sensitiva* e *O Trabalho* foram os primeiros jornais editados por operários no estado de São Paulo.

(<sup>4</sup>)-*Tribuna Liberal*. SP, s/n 9 mai. 1876, s/p.

(<sup>5</sup>)-*Voz do Povo*. RJ, 1(1) 6 jan. 1890, p. 3.

(<sup>6</sup>)-Sobre a declaração de gráficos de que estavam satisfeitos com os horários e salários, não precisando da interferência de qualquer associação entre eles e o empregador, Cf. *Correio Paulistano*. SP, 31 dez. 1889, p. 1, *apud*: *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: ed. Ática (coll. "Ensaio", 78), 1981, p. 93.

(<sup>7</sup>)-"Comunicado do Centro Tipográfico", *Correio Paulistano*. SP, 2 jul. 1890, p. 3. *apud* Aziz SIMÃO, *op. cit.*, p. 152.

Essa associação operária procurou romper as atuações dos trabalhadores tipográficos que permaneciam circunscritas ao âmbito das relações individuais entre empregadores e empregados. E, com este mesmo intuito, começam a aparecer alguns jornais operários. É o que podemos observar no lançamento (em 1º de junho de 1890) do jornal paulistano *A Arte*, de propriedade da corporação tipográfica do *Jornal da Tarde*. Em seu artigo programa, *A Arte* dizia pretender

"Congregar em torno de uma idéia nobre e elevada todos os que professam a arte tipográfica, reuni-los tão estreitamente que palpitem em todos o mesmo sentir e a compreensão nítida de que os seus interesses e aspira-ções devem ser iguais, quer se agitem no indivíduo isolado, quer na coletividade, eis o que pretende esta folha [*A Arte*] vindo pedir ao patriótico jornalismo paulista esse lugar nas suas fileiras.

[...]No isolamento em que vivem os nossos tipógrafos, sem estímulos, sem acordo de vistas, sem um desejo veemente de melhor futuro, sem solidariedade nos deveres e direitos, deve-se ir buscar a causa principal da sua nenhuma representação em nossa sociedade."<sup>8</sup>

Apesar das dificuldades encontradas de gerar a solidariedade entre os gráficos, a fim de que pudessem coletivamente reivindicar melhores condições de trabalho, coube aos tipógrafos deflagrarem aquela que é considerada como a primeira greve realizada em São Paulo por trabalhadores assalariados urbanos. Ocorrida em 20 de junho de 1890, a greve foi detonada pelos tipógrafos do jornal *O Estado de São Paulo*, que, devido à paralisação, deixou de publicar-se um dia.<sup>9</sup>

(<sup>8</sup>)-*A Arte*. SP, 1(1) 1 jun. 1890, p. 1. apud: Affonso A. de FREITAS, "A Imprensa Periódica de São Paulo", *op. cit.*, p. 681. Há de se notar que entre os artigos escritos por Arlindo Leal, Julio Gracia, Vicente Reis, Arnaldo e René Barreto, todos tipógrafos do *Jornal da Tarde*, firmava-se também o de Oderfla, pseudônimo de Alfredo Prates, proprietário e redator do mesmo *Jornal*.

(<sup>9</sup>)-Nesse período vigoravam os artigos 205 e 206 do Código Penal brasileiro. Por estes artigos, o Código Penal dispunha: "Causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho, para impôr aos operários ou aos patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário. Pena de prisão celular por um a três meses". Cf: Evaristo de MORAES, "A polícia e a greve", *Correio da Manhã*. RJ, de 18 ago. 1906, p.3.

Referindo-se a esta greve dos tipógrafos de *O Estado de São Paulo*, informava a redação de *A Arte* ao diretor do jornal carioca *Echo Popular*, o tipógrafo Luiz da França e Silva, que

"a questão não é de salário; é simplesmente devido à incompatibilidade em que se acham com o paginador daquele órgão [*O Estado de S. Paulo*] de publicidade, ao qual atribuem a má direção e senões inconvenientes que se dão na marcha do trabalho."<sup>10</sup>

Como se lê, a solitação, por parte dos grevistas, referia-se à substituição do paginador de *O Estado de São Paulo*. Com efeito, desde o fim do século XIX, registra-se paralisação solicitando a substituição de pessoas prepostas às chefias, o que deixa indicado que esta greve tinha um fim moral, procurando ir além das relações estritamente econômicas entre empregados e empregadores.

Passado um ano dessa greve, em julho de 1891, o editorial de *O Operário*, órgão dos interesses da classe operária, redigido por Adolpho de Freitas, com o objetivo de combater males que começavam a se manifestar em São Paulo, fazia a seguinte análise da situação social desse estado:

"O estado de S. Paulo, hoje autônomo e independente, apenas ligado à República pelos laços de federação, mas gozando de vida própria pela riqueza do solo e amenidade do clima, representa o coração do país, isto é, a sua parte principal, aquela onde se concentra a maior porção de vida e de onde, se não já, mas em próximo futuro, hão de partir os elementos de progresso e desenvolvimento dos demais estados, exceção feita dos que também possuem força própria, como Pará, Rio Grande do Sul e Minas.

Nestas condições, é fácil de prever que o estado, cuja população é hoje um misto de diversas raças e onde o elemento estrangeiro está prestes a absorver o nacional, há de ser presa das mesmas convulsões que presentemente afligem as velhas nações.

As necessidades vão crescendo de dia em dia: a remuneração do trabalho, se para muitos, que se habituaram a toda a sorte de miséria e de privações, é suficiente e até pode proporcionar-lhes

(<sup>10</sup>) - *Echo Popular*. RJ, 1(44) 21 jun. 1890, p. 2.

meios para econômicas reservas, para os outros, em cujo número estão os operários nacionais, nem ao menos chega para a subsistência diária, o próprio trabalho há de faltar a muitos quando o estado atingir certo grau de desenvolvimento: e então, quando o desespero apossar-se daqueles que têm no trabalho diário a garantia única do pão para si e para a família, então a catástrofe não se há de declarar nos sertões de Mato Grosso nem na margens do S. Francisco, nem no Piauí nem nos desertos do Ceará: há de rebentar no coração do país, exatamente no ponto de mais vida, progresso e animação.

Ai será tardia qualquer medida: o comércio paralisado, a lavoura abandonada, as fábricas incendiadas, os horrores todos produzidos pela miséria, pela falta de trabalho, pela insuficiente remuneração deste, pela exploração do capital pela classes pobres, tudo se levantará num dia a protestar violentamente contra a sociedade, que se previa o mal, não quis dar-lhe em tempo - o necessário remédio."<sup>11</sup>

Note-se que o discurso acima traz as marcas do conflito étnico, ao afirmar que o premente conflito social seria uma ocorrência direta da imigração. E a argumentação do articulista de *O Operário*, Adolpho de Freitas, induz a concluir que a principal medida a ser tomada, o "necessário remédio" preventivo para que não fosse deflagrada uma convulsão social no estado de S. Paulo, seria a articulação de todos os interessados (fundamentalmente os operários nacionais de São Paulo) numa ação concertada, com o foco fixo na concretização da aspiração de por fim à imigração.

Circundados por essa atmosfera de defesa dos trabalhadores nacionais que, como observou Adolpho de Freitas, "se habituaram a toda sorte de miséria e de privações"

(<sup>11</sup>)-*O Operário*. SP, 1(5) julho [?] 1891, s/p, apud Affonso A. de FREITAS, "A Imprensa Periódica de São Paulo", *op. cit.*, pp. 692-693. Anos depois, segundo dizia o relatório que a *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* (Associação Geral dos Trabalhadores Alemães) de São Paulo enviou ao Congresso da Internacional Socialista, que se reuniu em Londres, de 26 de julho a 2 de agosto de 1896: "A única vantagem de que goza o trabalhador em São Paulo é ter sempre trabalho. A oferta de mão-de-obra é menos importante aqui do que na Europa. O exército de reserva proletário não atinge as mesmas dimensões. Entretanto, se a imigração italiana continuar no mesmo ritmo atual, nós logo estaremos nos aproximando da situação européia, ou até mesmo ultrapassando-a, num futuro próximo.", *Bericht an der internationalen Arbeiter-Kongress London am 27 Juli 1896*, vom Allgemeinen Arbeiter-Verein, S. Paolo (Brasilien), (1896), in 4°. 4 p. in: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*, Vol. 1 - *O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 31.



(numa alusão aos trabalhadores recém egressos da escravidão), encontravam-se os tipógrafos.

De sorte que, visando incrementar, ou mesmo difundir a solidariedade entre a categoria gráfica, surge, em 1892, a Federação Tipográfica de São Paulo.<sup>12</sup> Mas, tal como as associações anteriores, esta Federação enfrentava barreiras impostas pelos operários para conseguir desenvolver o que poderíamos denominar de "consciência extra-individual". Isso pode ser percebido no seguinte comunicado publicado pela imprensa

"(...) A Federação [Tipográfica de São Paulo] para uma greve que fantasiou, vai pedir auxílio a todas as tipografias onde existem artistas inteiramente estranhos a ela ..."<sup>13</sup>

Apesar das dificuldades de criar formas de solidariedade entre os operários, de 1896 a 1899, existiu em São Paulo uma seção da "Federazione dei Lavoratori del Libro" [Federação dos Trabalhadores do Livro], cuja a sede estava instalada na Itália.<sup>14</sup> Esta seção brasileira foi fundada a 1º de abril de 1896, sendo a primeira a formular as bases de federação das diversas profissões que integravam o setor gráfico. Até então, as associações operárias gráficas só abrangiam os compositores tipográficos e/ou os impressores tipográficos.<sup>15</sup>

(12)-Lembremos que a nossa primeira Constituição republicana não reconhecia a liberdade sindical, pois "limitava-se unicamente a proclamar, de modo geral, a garantia do direito de associação e reunião a todos os cidadãos (art. 72, parág. 8º)". Evaristo de MORAES Filho, *O Problema do Sindicato Único no Brasil : seus fundamentos sociológicos*. 2º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p.183. De sorte que foi a 5 de janeiro de 1907, pelo decreto nº 1.637, que ficou regulamentada a criação dos sindicatos profissionais e das sociedades cooperativas. Esta lei foi sancionada e publicada no *Diário Oficial* da União, de 11 de janeiro de 1907.

(13)-*Correio Paulistano*. SP, 22 ago. 1892, p. 2. *apud* Azis SIMÃO, *op. cit.*, p. 152.

(14)-"Um pouco de História: o nascimento do sindicato dos gráficos em S. Paulo". *O Trabalhador Gráfico*. SP, 15(255) jan. 1960, p. 3.

(15)-"Alguns dados relativos do que tem sido a vida dos operários gráficos em São Paulo desde que se há memória de sua movimentação em sentido econômico, que a União Gráfica de São Paulo apresenta ao Segundo Operário Brasileiro a realizar-se no Rio de Janeiro nos dias 8 a 13 de setembro de 1913", São Paulo, manuscrito, 05/09/1913 [a partir de agora citaremos como "União Gráfica de São Paulo"], *A Voz do Trabalhador*. RJ, 8(66) 1º jan. 1915, p.3. (ed. fac-similar de 71 números, 1908/1915. São

Diante da resistência dos trabalhadores tipográficos em se agremiarem, e das hostilidades étnicas que se manifestavam no meio operário de fins do século XIX, a Federação dos Trabalhadores do Livro viu-se obrigada a criar em seu seio seções de nacionalidades.<sup>16</sup>

Contudo, para a surpresa dos próprios operários, a Associação dos Trabalhadores do Livro conseguiu prosperar. É o que podemos ler no semanário anarco-comunista *Il Risveglio*, ao noticiar o lançamento de *O Trabalhador do Livro* - órgão da Federação dos Trabalhadores do Livro:

"A obra [referindo-se à Federação dos Trabalhadores do Livro], começada há três anos, obteve um desenvolvimento que não era de se esperar, devido às divisões de costume, de raça e de idioma, que aqui é um grande obstáculo às idéias de organização, mas com paciência e perseverança se consegue tudo; e isso os gráficos o demonstram."<sup>17</sup>

Apesar dos esforços dispendidos, os fundadores da seção brasileira da Federação dos Trabalhadores do Livro, estabelecendo as suas bases de acordo com as "organizações gráficas italianas: meio resistentes, meio beneficentes"<sup>18</sup>, não conseguiram vencer várias dificuldades existentes no meio operário: seja pela inter-nacionalidade, que gerava cisão e antagonismo, seja pela diversidade de interesses, seja pela instabilidade dos operários imigrantes que tinham como fim único o temporário lucro imediato.<sup>19</sup>

Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria do Estado da Cultura/Centro de Memória Sindical, 1985.)

(<sup>16</sup>)-*Id, ibid.*

(<sup>17</sup>)-Referindo-se ao jornal *O Trabalhador do Livro*, o periódico *Il Risveglio* dizia que "o jornal é inspirado num conceito de puro socialismo econômico e nós desejamos ao novo confrade a conquista de seus objetivos". *Il Risveglio*.SP, 1(16) 24 abr. 1898, p. 3. [Texto em italiano no original.] *O Trabalhador do Livro* tinha sua redação na sede social da Federação dos Trabalhadores do Livro, à rua Capitão Salomão, 14. Era impresso na Typografia a vapor Müllly, Schehga & Comp. *O Trabalhador* trazia a frase: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!" (do *Manifesto Comunista*, de Marx e de Engels) e a divisa maçônica: "Um por todos, e todos por um!" O seu segundo número, ano 1, foi distribuído a 9 de junho de 1890. Cf: Affonso A. de FREITAS, *op. cit.*, p. 811.

(<sup>18</sup>)-"A União Gráfica de São Paulo", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 8(66) 1 jan. 1915, p.3. (cf: ed. cit.)

(<sup>19</sup>)-Conforme observava o alemão W. Vallentin (que podemos acompanhá-la com ressalvas, mas que nos indica, pelo menos, uma aspiração da época),

De acordo com um articulista do jornal socialista *Avanti!*, a Associação dos Trabalhadores do Livro desapareceu por diversos motivos,

"mas especialmente devido à maldita *apatia*, que neste país mata qualquer boa iniciativa.

Aqui domina a fórmula: *cada um por si e Deus por todos*, e é pela tendência de *fazer a América*, que a classe operária se encontra desagregada e desunida, sendo por isso incapaz de resistir aos caprichos e à prepotência do capital."<sup>20</sup>

As tentativas para congregar os gráficos continuaram, até que, a 20 de janeiro de 1901, na sede da "Lega Democratica Italiana" e redação do jornal *Avanti!*, teve lugar uma reunião de operários de todos os ramos profissionais do setor gráfico, resultando desse encontro o nascimento da "Associazione fra gli operai delle arti grafiche e affini [Associação das Artes Gráficas e Afins]."<sup>21</sup>

Não querendo tomar as atitudes individuais de alguns gráficos como o reflexo do comportamento da categoria gráfica e de sua entidade representativa, lembremos que, por essa época, alguns militantes gráficos que participaram das fundações da Associação dos Trabalhadores do Livro e da Associação das Artes Gráficas, também se alistaram na *Lega*

"o imigrante italiano é o contraste do alemão, ao menos na maior parte dos casos. Quando ele [o imigrante italiano] julga ter ganho bastante, volta para a sua pátria". "No interior da América do Sul. Cartas de Viagem ao *Berliner Tageblatt*. São Paulo, 9 de agosto de 1903, por W. Vallentin". *O Estado de S. Paulo*, de 24 jan. 1904, p.1. Outrossim, ao procurar esclarecer por quais razões o movimento operário e socialista não se desenvolviam no Brasil, o socialista Alceste De Ambris escreve em 1906 que "não se deve esquecer que a classe trabalhadora no Brasil é constituída de elementos díspares e variados em raça, língua, temperamento, cultura e hábitos, o que torna mais difícil o entendimento e a organização. A isso, junte-se que muitos operários e camponeses se consideram nesta terra como pássaros de passagem e - obsecados pela ânsia de voltar à pátria - pensam e vivem individualisticamente, persuadidos que este seja o melhor meio de 'fazer a América'". "Il movimento operaio nello Stato de São Paulo", in: *Il Brasile e Gli Italiani*. Florença, 1906, pp.843-845. In: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*, Vol. 1, op. cit., p.40.

(<sup>20</sup>)-"Per l'organizzazione economica - A tutti i lavoratori e specialmente agli operai tipografi". *Avanti!*. SP, 1(7) 1º dez. 1900, p. 3. [Texto em italiano no original. Grifos, também no original.]

(<sup>21</sup>)-Cf. "Organizzazione operaia". *Avanti!*. SP, 2(15) 26-27 jan. 1901, p. 3.

*Democratica Italiana* e participaram da fundação do jornal socialista *Avanti!*.<sup>22</sup> E do seio da *Legha Democratica Italiana* saíram o *Centro Socialista Avanti!* e o Partido Socialista Brasileiro.<sup>23</sup>

Um mês após a constituição da Associação das Artes Gráficas e Afins, a sua Comissão Provisória, ao convocar os operários para uma reunião, fazia o seguinte apelo:

(<sup>22</sup>)-De acordo com Everardo DIAS, o jornal socialista *Avanti!* foi fundado em fins de 1900 "por um grupo de militantes socialistas italiano, com a cooperação de um grupo de intelectuais e homens de posição nacionais, entre os primeiros o engenheiro Alcebiades Bertolotti, os gráficos Ambrosio Chiodi e Delfrate, Augusto Donatti, José Cerruti e Antonio Cimatti; e entre os nacionais podemos citar, de lembrança, Estêvão Estrêla, corretor oficial de valores, Benjamin Mota, advogado e jornalista, e a simpatia e adesão declarada de vários outros intelectuais, como Silvério Fontes, Martim Francisco, Euclides da Cunha, Carlos Escobar, Natanael Pereira, Luís Gambetta Sarmento." Everardo DIAS, "Lutas Operárias no Estado de São Paulo", *Revista Brasiliense*, 1(1):68-87, set.- out. 1955. (cit. p. 70.)

(<sup>23</sup>)-Conforme nos escreveu Boris Fausto: "O grupo dos organizadores [do Partido Socialista Brasileiro] era constituído de elementos da classe média intelectual e de alguns gráficos dentre os quais se destacou Valentim Diego, desde os primeiros anos do século. A categoria dos gráficos foi aliás a única em que os socialistas tiveram alguma influência duradoura em São Paulo". Boris FAUSTO, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 102. Além de Valentim Diego, que aderiu ao Segundo Congresso Socialista Brasileiro enquanto representante de um grupo de socialistas espanhóis, outros operários gráficos se destacaram nas lides socialistas, tais como: Lourenço Mônaco, Ricardo del Frate, Isidoro Diego e Roldão Lopes de Barros. Para um relato detalhado dos acontecimentos ocorridos no Segundo Congresso Socialista Brasileiro, ver *O Estado de S. Paulo*, de 30 de mai. a 3 de jun. de 1902. Há de se lembrar que o jornal carioca *Echo Popular*, dirigido pelo tipógrafo socialista Luiz da França e Silva (também idealizador do Partido Operário, instalado no Rio de Janeiro em maio de 1890), publicava que, em São Paulo, "apresentam-se candidatos ao congresso nacional por parte do partido operário, os artistas: Antônio Diogo Machado, empregado nas oficinas do *Diário Popular* e Carlos Augusto de Andrade, tipógrafo, atual gerente da caixa econômica do mesmo estado". ("Candidaturas Operárias", *Echo Popular*. RJ, 1(46) 25 jun. 1890, p.2.) Sobre a história organizatória dos socialistas em São Paulo dos últimos anos do século XIX aos primeiros anos deste, ver: Marcos Vinicius PANSARDI, *Republicanos e Operários: Os Primeiro Anos do Movimento Socialista no Brasil (1889-1903)*. Campinas, UNICAMP/IFCH, dissertação de mestrado em Ciência Política, (mimeo), 1993, cap.5. Ainda sobre a participação de militantes gráficos nas lides socialistas, em outubro de 1905, ao publicar uma nota sobre o Centro Socialista Internacional de São Paulo, o *Jornal Operário* informava que "foram preenchidas as vagas existentes na Comissão Executiva, que ficou composta pelos companheiros A. Coli, F. Merola, T. Furia, M. Chiara, J. Piazza, L. Monaco [gráfico] e A. Chiodi [gráfico], sendo encarregada de reunir e empossar os eleitos no Convênio Socialista Estadual realizado em fins de junho deste ano [1905]". *Jornal Operário*. SP, 1(5) 15 out. 1905, p.1.

"*Colegas.* (...) Deixais todas as pequenas questões pessoais, produto da desunião em que até hoje temos permanecido e vinde, todos, sem distinção de classe ou nacionalidade, para melhor discutir o Estatuto da Associação [das Artes Gráficas e Afins], que deverá ser o baluarte de nossa emancipação econômica."<sup>24</sup>

Observe-se que os conflitos étnicos e pessoais continuavam dificultando a formação de um elo que pudesse congregar os interesses que seriam comuns entre os trabalhadores dos diversos ramos profissionais que integravam o setor gráfico.<sup>25</sup> Apesar disso, em dois meses de existência, a Associação das Artes Gráficas e Afins "conseguiu reunir em seu seio um terço dos gráficos então existentes".<sup>26</sup>

Outrossim, a 1º de março de 1903, era fundado (em sua maior parte pelos compositores tipográficos que compunham as corporações de jornais) o Centro Tipográfico Paulistano. Mas, criticando a formação do Centro Tipográfico, um articulista do jornal libertário *O Amigo do Povo*<sup>27</sup> afirmava que com a criação deste Centro passaria a reinar

"o contentamento na classe gráfica. Os tipógrafos amantes das grandes frases, dos enfáticos discursos, dos títulos honoríficos, etc., etc. - os tipógrafos que protegidos por seus queridos chefes e bem vistos pelos senhores seus patrões, desejam formar num centro que bem corresponde às suas aspirações, podem entrar no

(24)-"Organizzazione Operaia - Arti grafiche e annesses". *Avanti!*. SP, 2(17) 9-10 fev. 1901, p. 3. (Texto em português no original.)

(25)-A Comissão Provisória da Associação das Artes Gráficas e Anexas, ao convocar os operários para uma reunião, que se realizou em 10 de março de 1901, insistia mais uma vez que os colegas deixassem "todas as questões de nacionalidade ou pessoais para fraternizar-se na Arte e nos interesses que nos devem ser comuns". "Arti grafiche ed annesses". *Avanti!*. SP, 2(22) 16-17 mar. 1901, p. 2. (Texto em português no original.) A primeira Comissão Administrativa da Associação das Artes Gráficas e anexas ficou composta por: tesoureiro, Salvador di S. Coelho; auxiliar, Gaetano Marengo; 1º secretário, Ambrosino Silva; 2º secretário, Egisto Maré; conselheiros, Teodoro Zagato, Antonio Felisberto e Giulio Lurari. Cf: *Avanti!*. SP, 2(23) 23-24 mar. 1901, p.2.

(26)-"A União Gráfica de São Paulo", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 8(66) 1 jan. 1915, p.3. (cf: ed. cit.)

(27)-Conforme nos escreveu Edilene TOLEDO, em seu estudo sobre o jornal operário *O Amigo do Povo*, "o grupo editor [deste jornal], ainda que fosse claramente anarco-comunista, apresentava o jornal como 'aberto a todas as tendências libertárias'". Edilene T. TOLEDO, '*O Amigo do Povo*': Grupos de Afinidade e a Propaganda Anarquista em São Paulo Nos Primeiros Anos Deste Século. Campinas, IFCH/UNICAMP, disser-tação de mestrado em História, (mimeo.), 1993, p. 67.

'Centro Tipográfico de S. Paulo'. Os seus organizadores inspiram-se neste critério, e certamente lograrão os seus propósitos e farão carreira.

Os tipógrafos, litógrafos, encadernadores, fundidores, numa palavra, os que pertencem às artes gráficas e que tenham compreendido qual o lugar que lhes cabe ocupar na atual sociedade, que conheçam a sua posição perante os seus exploradores e respectivos ajudantes e ordens e se tenham compenetrado enfim da necessidade de marcar com dignidade e sem rodeios o abismo entre o capital e o trabalho, a esses dizemos que não percam o seu tempo e que entrem na 'Associação das Artes Gráficas' - a única que, na classe, representa genuinamente as modernas tendências de emancipação que animam os operários de todo o mundo."<sup>28</sup>

Algum tempo depois, vieram a descobrir que três ou quatro dos fundadores do Centro Tipográfico Paulista estavam mais preocupados em defender os interesses dos patrões do que propriamente os interesses dos operários. Em vista disso, os sócios do Centro Tipográfico Paulista buscaram a sua fusão com a Associação das Artes Gráficas e Afins.<sup>29</sup>

## **B) FORMAÇÃO E PROGRAMA DA "UNIÃO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS" DE SÃO PAULO**

Em 13 março de 1904, e de acordo com as deliberações tomadas pela Associação das Artes Gráficas e Afins e pelo Centro Tipográfico Paulistano na 1º Quinzena de Março

(<sup>28</sup>)-"No campo gráfico". *O Amigo do Povo*. SP, 2(22) 14 mar. 1903, p. 4.

(<sup>29</sup>)-Lembremos que em 3 de janeiro de 1904 diversos tipógrafos se reúnem em assembléia geral extraordinária para discussão dos estatutos da "Associação Cooperativa Tipográfica Operária". Em outra reunião, efetuada duas semanas após essa assembléia geral, foi eleita a sua diretoria para o ano de 1904 composta por: "presidente, sr. Benedicto Marcondes de Oliveira; vice-presidente, sr. Ambrosio Chiodi; primeiro secretário sr. Edgard Leuenroth, segundo secretário, sr. Ricardo del Frate; tesoureiro, sr. José Jesus Rodrigues; comissão de sindicância, sr. Manuel Rodrigues, Eugenio Gastaldetti e Angelo Viola; comissão técnica srs. Bernardino Ferraz, Dante Missou e Lourenço Monaco". (*O Estado de S. Paulo*, 18-01-1904, p.2.) A posse dessa nova diretoria realizou-se em 24 de janeiro de 1904. Afora isso, nada mais se sabe da Associação Cooperativa Tipográfica Operária. Note-se que muitos nomes que integravam a diretoria dessa Associação Cooperativa eram militantes ativos nas lides de associações de resistência gráfica.

de 1904, procedeu-se a fusão destas duas associações, passando a denominar-se "União dos Trabalhadores Gráficos" de São Paulo (a partir de agora UTG).<sup>30</sup>

Comentando essa fusão do recente Centro Tipográfico Paulistano com a antiga Associação das Artes Gráfica e Afins, um articulista de *O Amigo do Povo* afirmava que a corporação das artes gráficas, assim revigorada, poderia dar provas de vitalidade,

"tanto mais que o novo elemento é quase todo do país, o que dá maior significação ao fato."<sup>31</sup>

Juntamente com essa expectativa, tornou-se comum tributar à categoria dos gráficos uma espécie estereótipo de "ação sindicalista".<sup>32</sup> Este estereótipo surgia ao se inter-relacionar trabalho gráfico e consciência política, atribuindo a essa categoria uma inerente capacidade de militar sindicalmente. Assim, um articulista do *Jornal Operário* podia escrever que

"O elemento gráfico, pelo meio em que labuta e pela instrução primordial, que ele deve ter a fim de poder exercer tão delicado ofício, é considerado algures como a vanguarda do movimento operário.

(<sup>30</sup>)-Cf: *O Estado de S. Paulo*. SP, 15 mar. 1904, p.2. Ainda conforme informava esse jornal, após a aprovação dos seus estatutos em assembléia geral ocorrida a 10 de abril de 1904, os cargos do Conselho Administrativo efetivo da UTG-SP para esse mesmo ano ficou assim constituído: "secretários, Ambrozio Chiodi e Castorino Ferreira; tesoureiro, (reeleito) Egisto Maré; contador, Hermes Vignoli; conselheiros, Lourenço Mônaco, Edgard Leuenroth e Corradi Conrado. Cf: *O Estado de S. Paulo*. SP, 17 abr. 1904, p.2.

(<sup>31</sup>)-*O Amigo do Povo*. SP, 2(44) 13 fev. 1904, s/p. O artigo vem assinado pelas iniciais L. M., que poderia ser os gráficos Luiz Magrassi ou Lourenço Mônaco. Números depois, esse jornal reafirmou que "esta sociedade de resistência [a UTG-SP], com a adesão do numeroso elemento brasileiro vai adquirindo dia a dia maior importância". *O Amigo do Povo*. SP, 2(48) 2 abr. 1904, p.3.

(<sup>32</sup>)-Os próprios operários gráficos alimentavam esse estereótipo, ao interpretá-lo como força de sua tradição vanguardista. Em fevereiro de 1901, quando da constituição da Associação das Artes Gráficas e Afins, a sua Comissão Provisória dizia que "outras classes imitando o nosso exemplo, tratam de organizar-se; é preciso pois, que não demonstremos fraqueza e nos tornemos dignos do conceito em que é tida nossa classe de estar sempre na vanguarda do exército trabalhador, que luta pelo seu melhoramento e emancipação". "Organizzazione Operaia - Arti grafiche e annessi". *Avanti!*. SP, 2(17) 9-10 fev. 1901, p. 3. (Texto em português no original. Os grifos, também no original.)

E é por isso, que, aqui, é ele também que inicia com êxito a propaganda sindicalista, é ele também que mantém, florescente, a mais forte organização operária de resistência."<sup>33</sup>

Podendo ser os seus sócios tanto os oficiais quanto os aprendizes, e tendo em seu seio operários de todos os ramos profissionais do setor gráfico, a UTG tinha o seguinte programa:

- "a) Obter a diminuição das horas de trabalho e o aumento dos ordenados compatíveis com as condições locais; assim como os melhoramentos tendentes à elevação das condições higiênicas, materiais, técnicas e morais da classe;
- b) Regulamentar a admissão de aprendizes nas oficinas gráficas;
- c) Obter que os ordenados sejam pagos, no máximo, quinzenalmente e pontualmente;
- d) Introduzir uma tarifa para o trabalho, estabelecendo o salário mínimo e o horário máximo;
- e) Subsidiar os sócios desempregados e auxiliá-los na procura de colocação;
- f) Promover a organização de sociedades congêneres a esta em outras localidades;<sup>34</sup>
- g) Estimular o espírito de solidariedade entre os operários gráficos;
- h) Instalar uma biblioteca que possa ser freqüentada pelos associados;
- i) Promover festas, diversões e conferências;
- j) Publicar um periódico para tratar dos interesses da classe e progresso das artes gráficas;
- k) Obter a abolição do trabalho dominical;
- l) Prestar apoio moral a seus associados, para que não sejam maltratados nas oficinas, tomando conhecimento das

(33)-*Jornal Operário*. SP, 1(1) 17 set. 1905, p.1.

(34)-Quando da fundação da "Liga Tipográfica de Santos", em abril de 1905, a UTG-SP afirmava que essa Liga surgiu, em boa parte, graças à propaganda realizada por uma comissão formada por cinco gráficos da UTG-SP. Tempos depois, a Liga Tipográfica de Santos por conter em seu seio a quase totalidade dos gráficos de Santos, animava a UTG-SP dizer que "este exemplo [deveria ser apontado] aos colegas das outras cidades do Interior, para conseguirmos o fim que almejamos: a *Federação dos gráficos de todo o Estado, para podermos agir de comum acordo e com uniformidade de vista.*" "Liga Tipográfica de Santos", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.3. [Os destaques são nossos: A.J.R.V.] Outrossim, por incentivo da UTG-SP, em Campinas também se deu a fundação de uma liga de resistência dos tipógrafos dessa cidade, a União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas. Segundo informava o *Jornal Operário*, "em Campinas, dos 61 tipógrafos existentes ali, 54 são sócios da liga, sendo de esperar que os 7 restantes venham fazer parte dela também". *Jornal Operário*. SP, 1(4) 8 out. 1905, s/p.



irregularidades que nelas se derem, a fim de providenciar como for de justiça."<sup>35</sup>

A UTG realizava alguns prognósticos sobre como efetivar os pontos alocados em seu programa. Esses prognósticos começaram a ser divulgados pelo órgão oficial da UTG, o jornal *O Trabalhador Gráfico*, a partir de maio de 1904.

Procurando definir as possibilidades dos gráficos da cidade de São Paulo conseguirem sucesso em suas reivindicações, a UTG, por um lado, avaliava nos discursos oficiais as oportunidades de melhoramentos para os trabalhadores urbanos. Conforme julgava essa associação operária, os possíveis melhoramentos a serem conquistados pelos trabalhadores nos termos enunciados pelo discurso oficial não passava de retórica vazia.

Por outro lado, a UTG procurava fisgar os operários para que atentassem para as estratégias, que estavam sendo elaboradas por ela, com o fim de melhorar coletivamente as "**condições morais e econômicas em que se produz o trabalho gráfico**"<sup>36</sup>.

A constatação da retórica vazia dos discursos oficiais, advinha do modo como a UTG filtrava o discurso que era veiculado pela grande imprensa e realizado pelo governo, pela ciência e pela igreja a respeito da questão da regeneração física e moral do povo. Conforme esclareciam os gráficos, esses discursos falavam que o povo deveria ter boa e abundante alimentação, deveria ter um apropriado descanso corporal, ter higiene em suas casas e nos locais de trabalho e ter um trabalho moderado.

E tudo isso, continuava a interpretação dos gráficos sobre o discurso daqueles agentes, para que o povo pudesse cumprir uma instrução que fosse adequada para o desenvolvimento das idéias. Tendo esse discurso oficial como perspectiva de mudança para os trabalhadores urbanos, um articulista em *O Trabalhador Gráfico* exclamava:

"Como havemos de alcançar isso quando os ordenados que nos dão apenas chegam para pagar um quarto estreito, sem luz nem ventilação, numa forçosa promiscuidade, com seres racionais e

(35) - "União dos Trabalhadores Gráficos". *A Terra Livre*, SP, 1(4) 17 fev. 1906, p.4.

(36) - *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(1) 5 mai 1904, apud: E. CARONE, *O Movimento Operário no Brasil (1887-1944)*. S.Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979, p.78.

irracionais [*sic*], e para comprar alimentos que nos forçam a ser vegetarianos, visto que os outros alimentos mais nutritivos não se acham ao alcance do nosso dinheiro, e quando a duração do labor diário não pode resistir nosso enfraquecido corpo? E não falemos em instrução, que é muito melhor ! . . ."37

A respeito dos empenhos que poderiam ser efetivados a favor dos operários, a UTG avaliava as possibilidades da obtenção de sucesso das reivindicações a serem empreendidas pelos trabalhadores dos diversos ramos profissionais do setor gráfico. Esta apreciação tomava a seguinte forma de raciocínio: caso a igualdade salarial de cada ramo profissional do setor gráfico fosse fixada conforme as especificidades de cada um dos ofícios, e caso também fossem viabilizadas as condições para que os gráficos produzissem num mesmo nível de competência técnica; conseqüentemente, não haveria tantos produtos gráficos de baixa qualidade artística à disposição do mercado consumidor. Assim, conseguindo-se barrar a exagerada entrada dos produtos gráficos de péssima qualidade no mercado consumidor, já que os consumidores, de modo geral, estavam mais interessados no preço da mercadoria do que habituados a examinar as qualidades e as perfeições dos artigos<sup>38</sup>, restringir-se-ia a competição intercapitalista e aumentaria o poder de barganha dos operários.

Isto posto, acompanhemos como a UTG montava essa sua equação, inter-relacionando as variáveis: unificação das tabelas tarifárias dos operários; competência artística; competição intercapitalista e conquista da emancipação econômica dos operários gráficos.

Do ponto de vista programático, a UTG estimava que as três propostas seguintes seriam determinantes para que a categoria dos gráficos conseguissem o intento de unir conquista econômica e conquista moral: 1) a unificação, por parte das firmas gráficas, de

(37)-O *Trabalhador Gráfico*.SP, 1(1) 5 mai. 1904, apud: Edgar CARONE, *op. cit.*, p.79. (Grifos, *cf. ed. cit.*)

(38)-Referindo-se às centenas de pequenas oficinas e *ateliers* domésticos escondidos "em lugares que o público não vê", existentes no estado de São Paulo por volta da passagem do século, Antônio Francisco BANDEIRA Júnior assinalou que "o consumidor [...], atendendo ao preço, em geral não cogita da qualidade, nem da perfeição". Antônio F. BANDEIRA Jr., *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. op. cit.*, p.XI.

uma tabela contendo o salário mínimo de cada um dos ramos profissionais que compunham o setor gráfico; 2) o estabelecimento de um horário máximo para os trabalhadores desse setor; e 3) a regulamentação da aprendizagem gráfica.<sup>39</sup>

Argumentando a favor da proposta da tabela que conteria os salários mínimos dos operários e o horário máximo de trabalho, a UTG informava aos operários que a necessidade de regularizar as condições da produção era compreendida até pelos donos de oficinas gráficas, pois

"alguns proprietários de oficinas nos têm participado o seu desejo de pertencer à Associação, prometendo que, logo que se pretenda implantar uma tarifa com o fito de unificar, melhorando, o preço da mão-de-obra e as horas de trabalho, estão dispostos a secundar a petição, por achá-la conveniente e justa."<sup>40</sup>

Era claro para a UTG que o que motivava esses proprietários das firmas gráficas aceitarem a proposta da unificação tarifária seria a restrição da competição inter-capitalista, posto que

"se chegar a introduzir uma tarifa uniforme do custo da mão-de-obra por quantidade igual de tempo e qualidade de trabalho, [os proprietários] não se achariam no caso de ter que competir com tantos escravocratas exploradores das infâncias que fazem trabalhos **artísticos** infamemente imundos e a preços inverossímeis."<sup>41</sup>

Ou seja, caso o intento almejado pela UTG fosse concretizado, o seu resultado seria a diminuição da oferta dos produtos gráficos, e, se juntamente com essa medida fosse

(39)-Conforme publicava-se em *O Trabalhador Gráfico*: "O Conselho Administrativo acaba de nomear uma comissão de três membros para compilar uma estatística de todos os trabalhadores gráficos desta capital [São Paulo], com as indicações do ofício de cada um, horários, regulamentos, ordenados, e das casas existentes. A todos os colegas dos diversos ramos das artes gráficas recomendamos, encarecidamente, de fornecer à comissão os dados precisos." "Comissão de Estatística", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.3.

(40)-*O Trabalhador Gráfico*. 1(1) 5 mai. 1904, apud: Edgar CARONE, *op.cit*, p. 79.

(41)-*id, ibid.* (Grifo, cf. *ed. cit.*)

mantida a demanda efetiva desses produtos, o resultado seria o aumento de preços dos artigos gráficos no mercado. Assim, para a UTG, a reação mostrada pelos proprietários à sua proposta foi

"que ninguém há de querer remunerar os seus operários com mais ordenado do que os outros lhes dão, e, antes procurarão diminuir o salário do que aumentá-lo, para não se achar nas condições desvantajosas em que os põem aqueles que pior pagam os operários, se estes, pela sua própria conveniência, não procuram reagir, estabelecendo um nível de preços que detenha as ambições descabidas dos exploradores mais inumanos."<sup>42</sup>

As uniformizações dos salários e do horário de trabalho e a regulamentação da aprendizagem desdobravam-se na defesa, por parte dos operários, dos trabalhos gráficos estética e artisticamente bem realizados, tendo em vista a qualidade do seu produto final ligado à maestria de sua realização.

A defesa dos trabalhos esteticamente bem realizados era antiga e geral no meio gráfico, entretanto, ao que nos parece, essa defesa ganhou foros de argumento para o sindicalismo gráfico e se tornou mais veemente a partir do momento em que o saber gráfico tornava-se acessível a um maior número de trabalhadores (incluindo as crianças). Senão, vejamos.

Sobretudo porque havia poucas escolas de ensino gráfico em São Paulo nos primeiros anos deste século, como o Liceu do Sagrado Coração e o Orfanato Cristóvão Colombo, as oficinas tipográficas ficavam obrigadas, antes de empregar diretamente os aprendizes na produção, a formar e habilitar os aspirantes aos ofícios que integravam o setor gráfico.

Mas, conforme denunciava *O Trabalhador Gráfico*, as pequenas firmas gráficas não realizavam esse expediente, sendo elas

(<sup>42</sup>) - *id*, *ibid*.

"viveiros de aprendizes e depósito de lixo, exploram-se sem compaixão as pobres crianças que, desejando aprender a arte [gráfica], têm caído por desgraça, nas garras de gente malvada (...)."43

Devido a esse problema, das crianças que pretendiam aprender algum ofício gráfico, mas que eram deslocadas prematuramente para a produção, deslocamento esse efetuado principalmente pelas pequenas firmas, a defesa da estética por parte dos operários tornava-se, nesse momento, um recurso argumentativo. Conforme depreendemos, o argumento da estética ganha relevância em várias observações que foram publicadas em *O Trabalhador Gráfico* devido à estratégia formulada pelos gráficos da UTG de emperrar a ida para o mercado consumidor de trabalhos gráficos de baixa qualidade.

Dentre essas observações, acompanhemos uma "resenha técnica" que saiu publicada pelo jornal *O Trabalhador Gráfico*, em fevereiro de 1906<sup>44</sup>, pois através dela poderemos mostrar como o argumento do fazer artístico vinha acompanhado de uma estratégia sindical dos trabalhadores gráficos.

Essa resenha de 1906 tece elogios aos trabalhos de impressão de várias casas gráficas de São Paulo (como a *Duprat*, a *Typographia Ideal* e a *Maia & Machado*). Em contrapartida, o texto traça críticas aos "aleijões" (conforme significação dada pelos gráficos aos operários que, apesar de não conhecerem as técnicas das artes gráficas, conseguiam empregos em diversas oficinas gráficas através de apadrinhamento) e faz uma avaliação desfavorável das casas gráficas que ofereciam um trabalho final desqualificado, dado o descabro dos trabalhos efetuados principalmente pelos meninos aprendizes do Sagrado Coração e do Orfanato Cristóvão Colombo.

Destarte, nesse mesmo artigo, após o articulista dar os seus parabéns aos editores da firma "Zopena" (de Barcelona) e aos gráficos que com eles trabalhavam, dizendo reconhecer a execução de produtos gráficos efetuados artística e conscientemente, ele afirma que tais princípios técnicos

(43)-*id*, *ibid*.

(44)-G. SOPEERINI, "Resenha Técnica", *O Trabalhador Gráfico*. S.P., 2(10) fev. 1906, pp.1-2.

"jamais obterão certos *tipos*, muito *gráficos* [sic], circundados de pequenos analfabetos, que são os que mais polulam nas oficinas [gráficas] daqui."<sup>45</sup>

Estas críticas eram realizadas para estabelecer o programa dos gráficos de "gerência artística" no processo de trabalho, visando consolidar um certo controle do mercado de trabalho desse setor.

Assim, para fomentar uma competição leal das pequenas oficinas gráficas com as médias e grandes firmas, seria preciso, alegava a UTG, que fossem estabelecidas uma regulamentação para a admissão de aprendizes nas oficinas gráficas e uma tarifa para o trabalho, estabelecendo o salário mínimo e o horário máximo, visto que as pequenas tipografias descuidavam da qualidade e conquistavam o consumidor pelo diminuto preço dos seus produtos, que, por sua vez, era conseguido através dos baixos salários pagos aos aprendizes e aos oficiais.

Aliada à questão dos salários, que, ao que parece, representava um fator importante nos custos de produção, estava a competição que as pequenas oficinas contra as médias e grandes firmas. Conforme nos indicou Antônio Francisco Bandeira Júnior, em seu estudo, realizado em 1901, das fábricas existentes no estado de São Paulo, as muitas e diminutas oficinas funcionavam em lugares recônditos, e,

"essas indústrias [...] dispersas, se por um lado demonstram a atividade e a inteligência dos que a exercem, por outro lado prejudicam ao grande industrial que paga impostos, aluguéis e outras despesas elevadas, não podendo competir em preços com o industrial avulso, que, trabalhando sob sua responsabilidade e só para sua manutenção, preocupa-se apenas com a aparência do

(45)-*id, ibid*, p.1. (Destques, no original.) Apesar do exagero de retórica do articulista G. SOPEERINI, ao dizer que os oficiais gráficos trabalhavam com crianças analfabetas, devemos lembrar, que, em Portugal, "segundo um inquérito efetuado em 1916 pela Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, numa amostra nacional de 793 compositores tipográficos, 225 apenas sabiam ler e escrever, 482 possuíam instrução primária e 86 instrução secundária". José BARRETO, "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)", *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1, 183-212, nota nº 50, à pg. 201.

produto, descurando a qualidade, com tanto que pelo diminuto preço obtenha fácil colocação."<sup>46</sup>

Por isso, para UTG a constituição de uma tabela contendo os salários mínimos de cada ramo profissional do setor gráfico requeria, em conjunção, a defesa da habilidade artística do ofício gráfico, sendo que

"esta tarifa traria grandes vantagens para os trabalhadores, porque, baseando-se no estado desta praça de trabalho, determinaria o máximo e o mínimo dos salários dos que trabalham de dia ou de noite, nos jornais e nas casas de obras; acabaria com a exploração de aprendizes tão largamente praticada nesta capital [São Paulo], estabelecendo a proporção que devia haver para a sua entrada nas oficinas; e, indiretamente, contribuiria para a prosperidade das empresas tipográficas ou jornalísticas, que, pagando os mesmos salários, não lutariam com tantas dificuldades [...], devido à abundância de oficinazinhas onde os miseráveis salários pagos aos trabalhadores permitem a concorrência às grandes oficinas, dotadas de todos os melhoramentos, possuidoras de maquinismos aperfeiçoados e cujos trabalhos são verdadeiramente artísticos."<sup>47</sup>

Juntamente com a proposta da tarifa de trabalho, aparecia a preocupação de alguns gráficos com a formação profissional dos operários que estavam exercendo o ofício e com o ensinamento da arte gráfica que era transmitida diariamente no chão da oficina aos

(<sup>46</sup>)-Antônio F. BANDEIRA Jr, *op. cit.*, p.XI. Faz-se importante notar que BANDEIRA Jr., ao mesmo tempo que nesse seu estudo faz a celebração dos grandes industriais da cidade de São Paulo, numa clara defesa a esses empresários, quando ele se refere às cidades do interior paulista, diz que nessas cidades não convém regular a cobrança de impostos das fabriquetas lá existentes, visto que o "inconveniente [a não cobrança de impostos] por um lado aliás muito vantajoso, porque se tal cobrança se fizesse, essas pequenas indústrias desapareceriam sem vantagem alguma para o erário das municipalidades do interior". (A. F. BANDEIRA Jr., *op. cit.*, p.X.)

(<sup>47</sup>)-O *Trabalhador Gráfico*. SP, 2(9) jan. 1906, p.1. Note-se que o texto, acima referido, afirma a importância que seria para os operários fixar uma tarifa que "determinaria o máximo e o mínimo dos salários". Soaria estranho a determinação de um ganho máximo, porém, devemos atentar que, em algumas casas gráficas e em oficinas tipográficas de jornais, os vencimentos eram pagos por tarefas (ou empreitada) mediante um preço estabelecido anteriormente. O estabelecimento de um vencimento máximo estipulado seria um meio de barrar, entre os operários gráficos, o excesso de trabalho para uns e a falta de trabalho a outros.

aprendizes. Tendo em mente esta preocupação, alguns militantes gráficos começam a divulgar a necessidade de ser fundada uma Escola do Livro.

Com esta escola, considerava a UTG, tornar-se-ia possível melhorar a formação dos operários dos diversos ramos profissionais do setor gráfico. Já que,

"além da introdução de uma tarifa única na capital de São Paulo, nós [os gráficos] devemos melhorar a intelectualidade dos nossos companheiros de trabalho e de particularidade dos aprendizes; isto pode-se conseguir com a instalação de uma boa biblioteca, de cursos práticos de instrução e conferências, alimentando no coração dos jovens o amor à nossa associação e formar deles hábeis operários, trabalhadores conscientes."<sup>48</sup>

Essa preocupação com a formação profissional, aliada ao ensejo de regularizar a tarifa única para os trabalhadores de cada um dos diversos ramos profissionais do setor gráfico, seria a forma desses operários viabilizarem um meio de poder controlar o seu próprio mercado de trabalho. A partir deste controle, as melhorias econômicas ficariam bem mais fáceis de serem efetivadas pelos operários gráficos.

Mas, a tentativa de homogeneizar e homologar as tarifas<sup>49</sup>, conforme indicava a UTG, foi duplamente obstruída: de um lado, havia a pressão exercida pelos proprietários das pequenas oficinas tipográficas; de outro, surgiram barreiras erguidas pelos próprios operários.

Comentando as ações postas pelos pequenos proprietários contra a regulamentação geral dos salários conforme as tarifas de trabalho, um articulista de *O Trabalhador Gráfico* escrevia que

"a tarifa [...] não interessava somente aos trabalhadores, interessava igualmente aos proprietários. E tanto compreenderam

(<sup>48</sup>) - *O Trabalhador Gráfico*, 1(4) abr. 1905, p.4.

(<sup>49</sup>) - De acordo com nota divulgada pela UTG-SP, a assembléia determinou "que se convocassem os tipógrafos para que definitivamente aprovassem as tarifas desse ramo, visto estarem as mesmas compiladas, conforme informou o colega Chiodi". *Jornal Operário*, SP. 1(4) 8 out. 1905, s/p. A UTG-SP também procurava convocar os litógrafos, "dados que os sócios reunidos em 4 de maio [de 1905] eram exíguos e nenhuma deliberação pôde ser tomada". *O Trabalhador Gráfico*, s/n, s/d.



alguns deles esta vantagem que a tarifa lhes proporcionava, que espontaneamente prometeram adotá-la, sendo razoável, não se opondo às suas exigências, uma vez que tivesse caráter geral.

Ciente da boa vontade em que estavam os proprietários e cônica da sua poderosa força, experimentada já em alguma lutas, a União [dos Trabalhadores Gráficos] trabalhava com afimco para que no mais breve tempo possível pudesse apresentar essa tarifa.

Mas alguns patrões, proprietários de uma amontoado de tipos e de máquinas desconjuntadas, com o rótulo pomposo de *Tipografias*, [...] viram a próxima morte de suas *oficinas* se a União [dos Trabalhadores Gráficos] prosseguisse no seu intento. E procuraram imediatamente anular o efeito dessa medida, fosse como fosse."<sup>50</sup>

Observe-se como alguns proprietários gráficos viam vantagens em adotar uma tabela contendo os salários mínimos e o horário máximo de trabalho dos operários, na medida em que essa tabela "tivesse caráter geral".

Essa condição de "caráter geral" é mais um indicativo de que a competição entre os proprietários em um mercado livre, sem peias, não era, na época, conveniente para algumas firmas (ao que tudo indica, para as firmas de grande porte), dado o consentimento desses proprietários de adotar um fio-de-prumo para o livre mercado. Com efeito, a condição de "caráter geral" para qualquer mudança a ser realizada pelos patrões na organização da produção (aqui, concernente ao salário e ao horário) era determinada pela coação econômica do mercado, sobretudo porque, naquele momento, não havia regulamentações institucionalizadas que arbitrassem de forma geral as relações estabelecidas entre os setores econômicos e entre os agentes econômicos e os trabalhadores.<sup>51</sup>

(50) - *O Trabalhador Gráfico*, 2(9) jan. 1906 p.1. (Grifos, no original.)

(51) - De acordo com Michael M. HALL e Paulo S. PINHEIRO, "muito da intransigência patronal que caracterizava as relações de trabalho no início da industrialização pode ser atribuído às condições altamente competitivas que prevaleciam em muitos ramos da indústria". M. M. HALL e P. S. PINHEIRO. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle" - in: Antonio A. PRADO (org.) *Remate de Males*, Campinas, 5, 1985, p.104. Outrossim, em qualquer mudança, mínima que fosse, a ser adotada pelas firmas gráficas, deveria seguir a condição de caráter geral. Por exemplo: quando um "grupo de sócios da corporação de *O Comércio de S. Paulo* tomou a iniciativa de se apresentar aos proprietários de jornais para conseguir o descanso no dia 1 de maio", [todos os proprietários das folhas diárias, a exceção do proprietário de *O Estado de S. Paulo*], "aderiam [a este descanso], com a condição de ser

De outro lado, referindo-se agora às barreiras emergidas do operariado gráfico para a implementação e consecução das medidas almejadas pela UTG, os operários dos ramos profissionais desse setor (os litógrafos, os compositores tipográficos, os encadernadores, os pautadores, os impressores tipográficos, os douradores e os fundidores de tipo) não conseguiam definir entre si as respectivas tabelas tarifárias.

Este impedimento podia ser sentido principalmente entre os compositores tipográficos. E como, ao que tudo indica, os compositores constituíam, por esse espaço de tempo, a principal profissão dentro do setor gráfico (do ponto de vista numérico), aliando a essa situação a sua maior militância política, isso, com efeito, dá-nos alguns indícios das dificuldades dos gráficos em conseguir unificar as suas tabelas tarifárias, a fim de que a UTG pudesse começar a negociar, com os proprietários, a adoção (e conseqüente unificação) das tabelas salariais em suas firmas.

Comentando sobre as discussões entre os compositores tipográficos para a aprovação do Projeto de Tarifa dessa profissão, o Conselho Administrativo da UTG dizia que

"a Tarifa e Organização dos tipógrafos tem apresentado maiores dificuldades na sua compilação e discussão, pois o projeto consta de 49 artigos, divididos nos seguintes capítulos: Casas de obras, Jornais da tarde e da noite, Diários da manhã, Composição por obra, Aprendizes e Gerais."<sup>52</sup>

Junto dessas dificuldades técnicas para confeccionar as tabelas tarifárias, havia a não solidariedade posta pelos operários melhor remunerados<sup>53</sup> e pelos chefes de oficinas

geral acordo". Mas, a recusa de apenas um jornal bastou para anular "o êxito da iniciativa". Cf: "1º de Maio". *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.5.

(<sup>52</sup>)-"Tarifa e Organização do Trabalho", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(3) 16 fev. 1905, p.2.

(<sup>53</sup>)-A Comissão Administrativa da UTG-SP, ao convocar os compositores tipográficos para participarem da discussão do Projeto de tarifa e organização, afirmava:"depois da última reunião, somos obrigados a recomendar a todos os bons colegas que se esforcem para não faltarem à reunião, observando aos que ganham bons ordenados que eles têm obrigação de auxiliar os que estão em más condições, e a estes, que não se melhoram as próprias condições conservando-se afastados da associação". *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(3) 16 fev. 1905, p.1.

gráficas<sup>54</sup>. Avaliando essa conduta de operários e chefes de oficinas, um articulista de *O Trabalhador Gráfico* dizia que a indisposição em constituir formas de ação coletiva estava presente no meio gráfico devido ao *prima vivere*: designação dada por ele a uma espécie de visão de mundo, de procedência italiana, para nomear o ímpeto volitivo e individualizante que dificultava a busca coletiva dos aperfeiçoamentos sociais. Por isso, ironicamente interpretava o mesmo articulista a propósito do projeto de tarifas, que os chefes

"mais sensatos que não querem se indispor nem com os patrões, nem com a classe [diziam]: 'as vossas pretensões são justíssimas, eu as perfilho, porém, compreendereis a minha posição que deve ser da mais absoluta neutralidade'. Outros, mais audaciosos e insensatos passam para o campo contrário e nos hostilizam ostensivamente.

A alguns colegas, considerados como a *elite* da classe, a unificação [do preço da mão-de-obra] não lhes convém, porque sabem tirar partido da desorganização. E assim a maioria, que pode ser classificada como um rebanho inconsciente, seguem os lobos devoradores que se apresentam vestidos de ovelha."<sup>55</sup>

Ainda quanto à forma dos operários gráficos exercerem o controle do seu mercado de trabalho, os mesmos consideravam que deveria ser freada a vinda de compositores tipográficos para São Paulo, visto que o seu excedente de desempregados dessa cidade

(54)-Dizia o jornal *Terra Livre*, que, em relação ao programa da UTG-SP, "muitos interesses pessoais se interpunham para lhe estorvar o caminho. E que estes interesses pessoais existiam, prova o fato da hostilidade de alguns chefes de oficina às tarifas projetadas, as suas intrigas reles contra a União [dos Trabalhadores Gráficos], até chegar à fundação de sindicato amarelo denominado 'Grêmio Tipográfico Paulistano', surto em defesa e com o auxílio dos patrões, em prejuízo dos operários organizados". *A Terra Livre*. SP, 1(4) 17 fev. 1906, p.4. Mais adiante no texto, discutiremos sobre o Grêmio Tipográfico Paulistano.

(55)-"Pecadinhos", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 2(10) fev. 1906, p.4. [Grifo, no original.] A respeito da resignação demonstrada pelos gráficos (na metáfora do carneiro) por ocasião da discussão do projeto de tarifas, um articulista de *O Trabalhador Gráfico* escrevia que "o operariado gráfico não deve nem podese inferiorizar a ponto de ser considerado uma carneirada; não deve deixar-se conduzir por um qualquer pastor idiota que se lhe imponha, nem por idéias de refinado egoísmo individual para poder continuar a ser a gráfica considerada uma classe ilustrada, compulsora e intérprete da idéias de progresso, que vão transformando a sociedade dia por dia". "Carneiros!", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.3. Observe-se que aquele estereótipo de "ação sindicalista" [ver nota 29] é usado aqui pelo discurso militante para criticar a inércia e o desânimo presentes no meio gráfico.

não poderia ser ainda mais engrossado<sup>56</sup>. Conforme advertia o Conselho Administrativo da UTG, em boletim informativo publicado a 12 de junho de 1905:

"Chegam todos os dias, nesta capital, tipógrafos compositores atraídos pela notícia da publicação de novos diários.<sup>57</sup>

Não pretendemos contestar a veracidade destas notícias; cumpre-nos entretanto advertir que as novas publicações em pouco modificariam a situação desoladora em que se acham os tipógrafos nesta capital [São Paulo], que neste momento são em número avultado.

[...] A tendência dos proprietários de jornais em diminuir os salários já se está manifestando, quer pretendendo realizar abatimentos nos preços firmados há anos, quer não consentindo equiparação na média dos salários pagos nas folhas diárias.

Nas casas de obras a situação é realmente desoladora: o salário máximo para o pessoal pago por dia, deduzindo os dias santos e feriados, em que não se trabalha, não é superior ao soldo do corpo policial.

Nestas mesmas casas, por um motivo ou por outro, os colegas [que recebem por] por obra, trabalham por intervalos, ganhando salários misérrimos e recebendo o pagamento com grandes atrasos.

Perante tal situação não é com quarenta ou cinquenta lugares a mais, que se resolve o problema da desocupação que nos assola."<sup>58</sup>

Mas, tempos antes, a UTG havia afirmado que era baixo o índice de tipógrafos desempregados na cidade de S.Paulo (conforme dados da UTG, em 1904 existia cerca de 10% de desempregados). Por isso, e de acordo com os prognósticos levantados pela UTG-SP, em caso de paralisação conseguiriam os grevistas a vitória almejada caso os lugares deles não fossem suprimidos pelos *krumiros* (fura-greves), ou pelos desempregados existentes em São Paulo, ou por gráficos a serem recrutados em outras cidades do estado de São Paulo (Santos, Campinas, Jundiaí), ou em capitais de outros

(<sup>56</sup>)-De acordo com a UTG-SP, em março de 1905, havia cerca de 30 compositores tipográficos desempregados, além de outros mal empregados. Cf: *O Trabalhador Gráfico*. SP, abr. 1905, apud: E. CARONE, op. cit., p. 89.

(<sup>57</sup>)-Ao que tudo indica, esses novos diários seriam os jornais paulistanos *São Paulo*, *O Ypiranga*.e *Correio da Noite*. Sobre estes três jornais, ver o 1º capítulo.

(<sup>58</sup>)-"Boletim Informativo da 'União dos Trabalhadores Gráficos' de S.Paulo", de 12 jun. de 1905.

estados (Rio de Janeiro, Recife) ou até em outros países (Itália, Portugal, Espanha, Argentina).<sup>59</sup>

Ainda raciocinando sobre as possibilidades efetivas de sucesso em futuros embates com os patrões, os gráficos diziam que, pelo fato de o setor trabalhar por encomendas, impossibilitando os proprietários de estocar, num caso de greve esta característica giraria a favor dos operários.

Apesar das suas pressuposições, a UTG-SP também ponderava que, de modo geral, o meio operário operava sob um grande número de variações e de possíveis combinações na ação coletiva para almejar os seus fins:

"Se bem é certo que a lei da luta econômica entre o capital e o trabalho é a mesma em toda a parte e está exposta a idênticos acidentes, não se deve olvidar em que em seu desenvolvimento [sic] entram fatores diversos: o caráter, a vida do operário, a classe da indústria, o número dos que não acham trabalho, a intensidade do mal-estar, o estoque da produção, o compromisso dos patrões para a entrega dos seus encargos aos fregueses, a competência que possam fazer-lhes os industriais de outros lugares em que a produção se faça com maior economia, o prejuízo que acarreta aos donos uma greve total ou parcial, os abusos das autoridades e, para falarmos em outros muitos, o dinheiro com que se conta para atender aos gastos que se originem."<sup>60</sup>

(<sup>59</sup>)-Como exemplo desse esforço de conter os fura-greves, pode-se citar a greve no jornal *Fanfulla*. Quando esta greve foi oficialmente decretada, em 27/02/1905, *O Trabalhador Gráfico* informava: "Para evitar a vinda de *krumiros*, conscientes ou inconscientes, foi imediatamente telegrafado às sociedades gráficas do Rio de Janeiro e Buenos Aires, assim como escreveu-se a diversas associações e particulares de Santos e do interior". *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, pp. 2-3.

(<sup>60</sup>)-*O Trabalhador Gráfico*. SP, s/n 5 mai. 1904, *apud* E. CARONE, *op. cit.*, p.80. [Grifos, cf. *ed. cit.*] Note-se que o trecho, acima referido, deixa citado a palavra espanhola "desarrollo". Também devemos levar em conta que o texto, do qual transcrevemos o trecho acima, termina com a seguinte frase: "Imitemos, o mais breve possível, os nossos colegas portugueses!" (E lembremos que os gráficos portugueses, por sua vez, sofriam influências do sindicalismo revolucionário francês. Cf: José BARRETO. "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)", *op. cit.*) Aqui, façamos um parêntese para entrarmos na questão da circulação de idéias. Interpretamos que no meio operário do Brasil, do início do século, havia a difusão de idéias advindas da Europa, porém, essas idéias não estavam "fora do lugar". Ou seja, não entramos na teoria proposta por Roberto SCHWARZ das "idéias fora do lugar". (Cf: Roberto SCHWARZ, *Ao Vencedor as Batatas (I)*. 3º ed., São Paulo: Duas Cidades, pp. 13-28.) Entramos, sim, no problema da assimilação, por países menos civilizados, da cultura dos países mais civilizados, mas sem que isto implique em reproduzir "in totum" as fases

Somando-se ao esquema acima, estava a tática da UTG-SP de constituir um acordo tácito com os proprietários, que consistia, no caso de necessidade de operários gráficos, preferência pelos sócios da UTG-SP. Conforme noticiaria *O Trabalhador Gráfico*, alguns proprietários de oficinas tipográficas reconheciam a importância de se recrutar operários filiados à UTG-SP, tais como

"O *Avanti!* [...] que determinou não admitir a fazer parte do pessoal gráfico daquele diário, nenhum operário que não fizesse parte da nossa associação [UTG-SP].

De fato, sempre que precisou de operários tem feito pedido direto à *União* [dos Trabalhadores Gráficos] e aceito os que lhes foram indicados.

- Os nossos consócios Maré & Monti publicaram igual declaração e a pedido deste Conselho, [sic] têm proporcionado trabalho provisório a diversos consócios tipográficos enquanto encontram colocação fixa.

- Os colegas Irmãos Canton, há pouco estabelecidos com casa própria, também publicaram pela imprensa a declaração que não admitem operário algum que não faça parte da nossa Associação.

Algumas casas importantes não fizeram publicamente esta declaração, mas, procuram o pessoal que precisam na nossa sede, ou quando se lhes apresenta algum em procura de trabalho, perguntam-lhe se é nosso consócio, dando a este a preferência."<sup>61</sup>

do processo histórico destes últimos. Esta explicação é derivativa da teoria do desenvolvimento desigual, de raízes marxistas, deixando entrever a idéia extremamente importante (como já nos mostrou Maria Sylvia de Carvalho FRANCO) de um tempo homogêneo instaurado pelo capitalismo, que permite remeter a seus devidos termos o problema da conceituação das sociedades coloniais e do descompasso econômico dos países de formação histórica colonial. Cf: M. S. Carvalho FRANCO. "Sobre o conceito de tradição". *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. SP, FFLCH/USP, (5), 1972:9-40. Também da mesma Autora, "Organização Social do Trabalho no Período Colonial", pp.143-192. in: Paulo S. PINHEIRO (org.), *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

(<sup>61</sup>)-"Já se nos começam a conhecer". *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.5. Apesar de algumas oficinas gráficas preferirem empregar os sócios da UTG-SP, o Conselho Administrativo encontrava, em algum momento, uma recusa em aceitar essa conduta sindical. Assim, por exemplo, procurando se entender com os chefes das oficinas dos jornais São Paulo e Ypiranga [ver nota 53], respectivamente Armando Marcondes e Arnaldo Cazalgrande, a UTG-SP, a fim de se informar da veracidade de boatos correntes na classe, pois dizia-se que as empresas desses dois jornais, além de outras exigências, não iriam admitir em suas oficinas gráficos filiados à UTG-SP. [Cf: *Jornal Operário*. SP, 1(4) 8 out. 1905, s/p.] Havemos de notar que tanto Armando Marcondes quanto Arnaldo Cazalgrande fizeram parte da comissão fundadora do Grêmio Tipográfico Paulistano, a 26 de outubro de 1905; integrantes depois da diretoria administrativa dessa mesma associação. (Sobre o Grêmio Tipográfico

Nessa projeção sobre a melhor prática a ser adotada para que se conseguisse efetivar o programa da UTG, colocava-se também a questão da conveniência e da necessidade da caixa de resistência (ou caixa social). Para demonstrar que não seria de absoluta necessidade a existência da caixa social, a UTG tomava exemplos das greves dos tipógrafos de 1904 em Roma e em Lisboa.

Conforme esclarecia a UTG, os gráficos romanos permaneceram em greve por alguns meses, precisando, assim, de recorrer à sua caixa social. E porque a paralisação se estendeu por meses, esses gráficos gastaram a soma de dinheiro que havia sido poupado pela caixa social. O dinheiro gasto constituía-se da somatória dos salários dos operários, já que estes tiveram suspensos o recebimento dos seus salários durante o período da greve. Apesar da greve ter sido longa, os gráficos de Roma não conseguiram o sucesso almejado

Quanto à greve de Lisboa, continuava a UTG, os gráficos realizaram-na durante poucos dias, mas conseguiram que os patrões aceitassem cumprir os itens propostos pelos operários através da greve, não se fazendo necessário, deste modo, recorrer à reserva da caixa social.

A partir do exemplo dessas greves ocorridas em Roma e em Lisboa, a UTG argumentava que seria conveniente conseguir uma reserva pecuniária para se prover diante de futuras greves. Mas, de acordo com um articulista de *O Trabalhador Gráfico* (ao que parece, fornecendo o ponto de vista de um imigrante), a caixa social não era um empreendimento absolutamente necessário, já que

"(...) na América, onde, por causa de educação societária e de temperamento, a solidariedade e o entusiasmo são os primeiros e quase que os únicos colaboradores que determinam o triunfo de qualquer questão da índole da que nos ocupamos."<sup>62</sup>

Paulistano, ver adiante o item C-2.) Também veremos como o Grêmio Tipográfico Paulistano fará críticas a essa conduta empreendida pela UTG-SP.

(<sup>62</sup>)-*O Trabalhador Gráfico*. SP, 5 mai. 1904. in: E. CARONE, *op. cit.*, p. 88.

Como vimos, figurava no programa da UTG a promoção de festas sociais, diversões e conferências. As festas eram realizadas em favor do cofre social da União, e geralmente seguiam o ritual de realizar uma conferência, seguida da representação de uma ou mais peças de teatro e terminava com um baile.

Esses eventos lúdico-culturais promovidos pela UTG nem sempre eram bem recebidos pelos sindicalistas revolucionários (principalmente pelos anarco-sindicalistas). Segundo dizia-se, haveria de avaliar se os eventos lúdico-culturais promovidos por uma sociedade de resistência (como era o caso da UTG) seriam ou não um desperdício de energia por parte da militância operária consciente, que tinha o encargo de tirar da imobilidade e da inconsciência a massa dos operários.

Examinando por esse viés a festa social promovida pela UTG a favor do seu cofre social (que se realizou em 2 de julho de 1904, cujo programa constava das representações do drama em três atos de Raffaele Fartura, "Amore e Sventura" [Amor e Desventura], e da comédia em um ato "Paraguaios pela Proa", uma conferência realizada por Valentim Diego, vários trechos de música, e por fim "o inevitável baile"<sup>63</sup>), o articulista do *Amigo do Povo* fazia o seguinte comentário:

"Salvo a conferência de V. Diego (que infelizmente, por ser feito em espanhol, nem todos compreenderam) nada distinguiu o sarau das banais festarolas arranjadas por uma das sociedades recreativas que pululam pela cidade.

O drama 'Amor e desventura' (que título!) arcaico dramalhão de capa e espada, com duelos e grandes frases grotescamente heróicas, borracheira idiota, [...] pode servir para comover as pedras, mas para educar os as-sistentes nem por sombras! Nem vale a pena falar da comédia e do baile.

Disse-o o conferente [Valentin Diego] - 'É preciso fazer consciências; as associações de resistência servem para impedir o agravamento das condições dos operários; mas é urgente convencê-los da necessidade da sua completa emancipação econômica e política; é preciso enfim, que eles saibam qual a sua posição nesta sociedade e qual deva ser'. As sociedades de *resistência* corresponderão ao seu fim, quando deste forem conscientes os associados e o mostrarem nos seus atos; conferências, escolas, festas, lutas. E não é imitando pessimamente os burgueses

(63) - *O Amigo do Povo*. SP, 3(56) 25 jun. 1904, p.4.



nas exterioridades, que se ganha a força que lhes dá o dinheiro e que os operários obtém com a consciência que fortifica as uniões."<sup>64</sup>

Apesar das palavras inflamadas e de malquerença, que em grande medida refletiam somente as concepções de realidade dos militantes, a UTG continuava promovendo os seus eventos culturais e lúdicos, tal como a festa social promovida pela Comissão de Propaganda e Sindicância, visando arrecadar fundos para a biblioteca social da UTG. Conforme registrava *O Trabalhador Gráfico*:

"Na festa, que esteve brilhantíssima, fizeram-se representar as seguintes associações e jornais: Liga dos Chapeleiros, Liga dos Carpinteiros, Liga dos Sapateiros, Liga dos Pedreiros, Associação das Classes Laboriosas, Sociedade Cooperativa do Bom Retiro, Sociedade dos Operários Alemães, Grêmio Dramático Almeida Garrett, União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas, *Avanti!*, *Aurora*, *A Pátria* e *Jornal Operário*.

Depois de um belo discurso, pronunciado pelo nosso companheiro [Eduardo] Vassimon, o Club Bandulinista Carlos Gomes executou o hino dos trabalhadores, que foi muito aplaudido.

Em seguida representaram-se um drama e uma comédia: *Gaspar, o Serralheiro*, e *Um marido vítima das modas*.

Iniciou-se depois o baile, que esteve animadíssimo e que se prolongou até a manhã."<sup>65</sup>

Por fim, de 1904 a 1908 vão se delineando coexistentemente duas tramas: por um lado, conforme vimos, os trabalhadores gráficos planejavam implementar a regulamentação da aprendizagem gráfica, a tarifa única estabelecendo os salários mínimos e máximos de cada um dos ramos profissionais do setor gráfico e o horário máximo de trabalho para os operários.

De outro lado, como foi reconstituído no 1º capítulo, a competição intercapitalista forçará os proprietários das grandes oficinas gráficas (fundamentalmente as oficinas dos jornais diários) a introduzir mudanças técnicas no meio de produção para, na mesma

(<sup>64</sup>) - *O Amigo do Povo*. SP, 3(57) 9 jul. 1904, s/p. (Grifo, no original.)

(<sup>65</sup>) - "A Festa Social", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 2(10) fev. 1905, p.5.

oportunidade, reestruturar a divisão de trabalho do local de produção, visando aumentar a produtividade das firmas gráficas. Essas mudanças técnicas, irão, conseqüentemente, trazer dissuasões no meio operário gráfico entre compositores manuais e compositores mecanizados (linotipistas).

## C) TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS E SUA INCIDÊNCIA NAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS GRÁFICAS

### C-1 - União dos Trabalhadores Gráficos

Conforme noticiava-se um mês após o nascimento da UTG, esta associação havia verificado a adesão de "cento e vinte pessoas, das quais cinco desempregadas; empregaram-se três sócios; não houve pedido algum de subsídio; a sede foi freqüentada por uma média de nove sócios por dia".<sup>66</sup>

Em 1905, a UTG contava em seu seio com pouco mais de 600 sócios.<sup>67</sup> E 600 sócios era um número considerável, pois, conforme avaliavam, em São Paulo os operários eram refratários a qualquer tipo de agremiação. Nesse mesmo ano, após a eleição para compor o seu Conselho Administrativo<sup>68</sup>, demonstrava-se o quanto seria vantajoso para

(66) - "União dos Trabalhadores Gráficos", *O Estado de S. Paulo*. SP, 13 abr. 1904, p.2.

(67) - *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p. 4. De acordo com o *Jornal Operário*, a UTG-SP no segundo semestre de 1905 contava em seio "com mais de 800 sócios e [rasurado no original] uma das mais fortes [rasurado no original] por número e importância, que existem em S. Paulo". *Jornal Operário*. SP, 1(1) 17 set. 1905, p.1. Também, conforme os dados que a União Gráfica de S. Paulo apresentou ao Segundo Congresso Operário Brasileiro de 1913, a UTG-SP "chegou a contar oitocentos associados em cerca de mil gráficos existentes nesta capital [S. Paulo] naquela época [de 1904 a meados de 1907]". "União Gráfica de São Paulo", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 8(66) 1 jan. 1915, p.3. (ed. cit.)

(68) - Conforme noticiava *O Trabalhador Gráfico*, mediante "o concurso de 78 sócios realizou-se a primeira Assembléia Geral deste ano [1905], na qual procedeu-se às eleições do Conselho Administrativo e Comissão de Contas, verificando-se o seguinte resultado: Conselho Administrativo: Egisto Maré, tes. (re-eleito) - 40 votos; Edgard Leuenroth (reeleito) - 49 votos; Ambrozio Chiodi (reeleito) - 46 votos; Ricardo del Frate - 33 votos; Frederico Gonçalves - 32 votos; Eugenio Gastaldetti - 26 votos; Luiz Alves Villela - 27 votos. Outros consócios obtiveram de um a doze

os gráficos o reconhecimento jurídico da UTG e a filiação desta associação ao Secretariado Tipográfico Internacional, sediado em Berna.<sup>69</sup>

O esforço empreendido pela UTG para associar o maior número possível de consorciados não era bem visto pelos militantes do sindicalismo revolucionário. Isto por que, segundo preconizava-se por essa vertente, os sindicatos deveriam ser formados e limitados por minorias militantes.<sup>70</sup>

votos. *Comissão de Contas*: Benedicto M. de Oliveira - 34 votos; João Figueira de Freitas - 23 votos; Guilherme Menozzi (reeleito) - 19 votos. Outros consócios obtiveram de um a doze votos". "Eleições", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.5. Para o ano de 1906, em assembléia geral extraordinária realizada em 4 de fevereiro de 1906, foram eleitos para o Conselho Administrativo: "Francisco Fiume, tipógrafo; Joaquim C. do Nascimento, impressor; Cesar Marangoni, litógrafo; João Zagato, dourador; Alberto Ferraz, impressor. - Comissão de Contas: Ricardo del Frate, João Figueira de Freitas (reeleito) e B. Marcondes de Oliveira (reeleito). - Em assembléia do novo Conselho, ficaram assim distribuídos os cargos: Tesoureiro, Francisco Fiume; 1º secretário, João Castaldi dei Ruccilo; 2º secretário, Alberto Ferraz; contador, Joaquim Carlos do Nascimento. Conselheiros: Cesar Marangoni, Theodoro Zagato, Luiz Alves Villela". "Novo Conselho", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 2(10) fev. 1906, p.2.

(<sup>69</sup>)-Cf: *O Trabalhador Gráfico*. SP, 1(3) 16 fev. 1905, p.1. Devemos observar que o Conselho Administrativo da UTG-SP convidava os seus sócios para tratar da proposta relativa ao reconhecimento jurídico da associação; no entanto, conforme vimos à nota 12, a lei que regulamentava a criação de sindicatos profissionais era de 5 de janeiro de 1907 (sendo sancionada seis dias depois), portanto, posterior à intenção de reconhecimento jurídico a ser debatido entre os sócios da UTG-SP. Ainda, conforme noticiava o *Correio da Manhã*, o primeiro sindicato operário no Brasil foi registrado em 29 de janeiro de 1908. Este primeiro sindicato era constituído pela corporação dos carregadores que se empregavam nos trapiches e armazéns de café no Rio de Janeiro. Referindo-se a essa corporação, o jornal atestava que "os papéis que foram apresentados pelo advogado Evaristo de Moraes devem ser remetidos à Junta Comercial e ao procurador geral da República, de acordo com a dita lei [decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907]". "Fato Importante - O Primeiro Sindicato operário", *Correio da Manhã*.RJ, 30 jan. 1908, p.2. O reconhecimento jurídico da UTG-SP era que a mesma deveria ser registrada como sociedade civil (pessoa jurídica), mediante a apresentação dos seus estatutos, em que estariam registrados os interesses coletivos dos empregados do setor gráfico. Sabemos que a UTG-SP aderiu ao Secretariado Tipográfico Internacional no primeiro semestre de 1906. A respeito do reconhecimento jurídico da associação, nada mais se sabe.

(<sup>70</sup>)-Sobre a defesa do sindicalismo das minorias militantes, ver, entre outros, o texto "Sejamos francos", *A Luta Proletária*, de 25 de jan. de 1908, à p.1. apud: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*, Vol. 1 - *O Movimento Operário*, op. cit., pp. 72-74. Outrossim, Everardo DIAS, ao se referir às concepções correntes no período de Gustave Le Bon sobre as massas, dizia que enquanto "Le Bon tinha sempre em vista os fenômenos de massas humanas amorfas e fugazes, [...] nós pensávamos que uma minoria, um agrupamento de seres conscientes e ativos podia produzir modificações

Com efeito, um articulista do *A Terra Livre*<sup>71</sup> ao comentar o artigo "Morta, não!" a respeito da UTG, que saiu publicado em *O Trabalhador Gráfico* de maio de 1907, escrevia que

"a crise que ora atravessa a *União* [dos Trabalhadores Gráficos], que pelos superficiais é tomada como decadência, não é senão um fato de há muito esperado. Mostra como aquele grande entusiasmo, aquela espalhafatosa força demonstrada no início da associação, não passava de fogo de palha, de entusiasmo inconsciente de momento. Os gráficos por aquela ocasião associaram-se, uns por medo, outros por atenção pessoal a qualquer companheiro, outros constrangidos e ainda outros atraídos pelas atividades dos conscientes, pelo entusiasmo e pela bulha produzida por uma rápida agitação de momento. Diz que o que se deu não foi mais do que um fato inevitável e necessário mesmo: a seleção. Retiraram-se os que se tinham associado sem um princípio, sem uma convicção; ficaram os conscientes, os ativos, que não se abalaram com a escapada dos pusilânimes."<sup>72</sup>

Por sua vez, proeminentes sindicalistas (sobretudo gráficos) que integravam o grupo do jornal *A Terra Livre* foram duramente criticados (tanto do ponto de vista material quanto moral) por um articulista do jornal anarco-comunista *La Bataglia*<sup>73</sup>, quando do insucesso da greve detonada em 2 de abril de 1906 pelos gráficos da *Casa Duprat & Comp.* Esta greve, custou à UTG cerca de 4 contos de réis e depois de 23 dias

salutares nos povos". Everardo DIAS, "Lutas operárias no Estado de São Paulo", *op. cit.*, p. 74. (Os grifos são meus: A.J.R.V.)

(<sup>71</sup>)—Apesar do *A Terra Livre*, em seu primeiro número, ano primeiro, saído a 30 de dezembro de 1905, abrir a primeira edição afirmando: "Somos socialistas e anarquistas", este jornal, administrado pelo tipógrafo Edgard Leuenroth, mostrava em seus números subseqüentes os seus articulistas apresentando uma clara defesa de um anarquismo pró-sindicalista, e uma severa crítica aos socialistas reformistas e a qualquer atitude *trade-unionista* oriunda das associações operárias de resistência.

(<sup>72</sup>)—"União dos Trabalhadores Gráficos", *A Terra Livre*. SP, 2(32) 1º de Maio de 1907, p.4.

(<sup>73</sup>)—De maneira geral, os anarco-sindicalistas e os anarco-comunistas propunham novas formas de organização da sociedade, fundamentando-as nos princípios extra-estatais, comunitários e não-autoritários, assim como a derrubada do capitalismo. Mas estas duas tendências do anarquismo se divergiam, conforme nos disse Sílvia I. L. MAGNANI, "quanto a aspectos fundamentais, como a organização operária e as formas de luta anticapitalista, o que é atestado no tratamento dispensado à questão do sindicato e suas funções". S. I. L. MAGNANI, *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 88.

de paralisação, quando os cofres da associação estavam vazios, voltaram os grevistas a trabalhar sem conseguir que nenhuma de suas reivindicações fossem atendidas.<sup>74</sup>

Acusando de irresponsáveis os sindicalistas que articularam a insensata greve da *Casa Duprat & Comp.*, pois que ela ensejou mais a luta contra os fura-greves do que contra os patrões, o articulista do *La Battaglia* afirmava que devido à greve

"Quarenta tipógrafos são reduzidos à miséria. Quarenta famílias, mais ou menos, são reduzidas à desesperança, à fome.

Eis a estrepitosa vitória proclamada com todo o fôlego pelos sindicalistas do [jornal] *A Terra Livre*.

Eis as conseqüências da política operária à base de pescoções e da *ginástica revolucionária*, recomendada com tanto estrondo nos enfáticos discursos de homens de práticas seguras no templo encabeçado por Piccarolo, Giulio Sorelli, Manoel Moscoso, Leunroth [sic] e demais irracionais.

É a esta imbecil congregação de padrecos e de energúmenos que se debela todos os desarraigados da classe trabalhadora deste país, e à mesma se deve a confusão no movimento comum à maior parte das idéias libertárias."<sup>75</sup>

A comissão executiva da UTG se estruturava de maneira a não se formar nela uma hierarquia sindical. Assim, nela não havia uma ordem hierárquica contendo presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros etc. O que existia era um Conselho Administrativo

(<sup>74</sup>)-Os operários da *Casa Duprat & C.* declararam-se em greve em virtude da dispensa (sem motivo justificável) realizada pelo gerente Genesio Figuerôa Faria do encadernador Pio d'Asti e dos tipógrafos Marchini, Vignoli, M. Machado, Aquino e Campanile. A comissão dos grevistas fazia as seguintes reivindicações: "1º) Destituição da gerência do sr. Genesio Figuerôa Faria, por ser incompetente para este cargo, porquanto não entende patavina de indústria tipográfica; 2º) Destituição da casa do traidor Ferruccio Soncini; 3º) Readmissão dos 6 colegas despedidos; 4º) Não admitir-se novos aprendizes; 5º) Não despedir de hoje em diante, sem sério motivo justificado, nenhum operário". *O Trabalhador Graphico (Suplemento)*. S.Paulo, 4 abr. 1906.

(<sup>75</sup>)-"I cazzotti nel capo", *La Battaglia*. SP, 3(77) 29 Apr. 1906, p.1. [Texto no original em italiano. Destaques e grifos, também no original.] Note-se que entre os sindicalistas apontados como pertencentes ao grupo do jornal *A Terra Livre* encontra-se o socialista de direita Piccarolo, que não pertencia a esse grupo. Através dessa crítica ao fracasso da greve na Duprat, fica evidente a divergência de anarco-comunistas de tendência anti-sindicalista, que se reuniram em torno do jornal *La Battaglia*, em relação aos métodos empregados pelos sindicalistas revolucionários para conduzir a ação direta, mesmo que dentre estes se encontrasse anarco-comunistas (como era o caso do tipógrafo Edgard Leuenroth).

constituído por dois secretários, um tesoureiro (e, às vezes, acompanhado de um contador) e três conselheiros, que formavam sem qualquer rigidez hierárquica a sua comissão executiva. O Conselho Administrativo era formado anualmente por membros eleitos pelos sócios e, em cada assembléia geral convocada pelo Conselho Administrativo, elegia-se um dos seus membros para presidir a reunião. Quando da necessidade da UTG fazer-se representar juridicamente em qualquer emergência, esta incumbência ficava a cargo do secretário-geral (no caso, um dos dois secretários do Conselho Administrativo).

Também, como vimos no item anterior, a UTG optou por formar uma Caixa Social ministrada por uma Comissão de Contas, que era formada anualmente mediante eleição juntamente com a constituição do Conselho Administrativo. O dinheiro para a Caixa Social era proveniente de taxas pagas pelos sócios da UTG. Mas, em 1907, mediante a crise que se abatia sobre a associação, escrevia o tipógrafo socialista Ambrosio Chiodi que

"os gráficos fizeram a revisão dos antigos estatutos, suprimindo os subsídios de desocupação e de greve. [...] Por falta de convicção e por descuido na cobrança, os sócios têm debandado bastante; graças, porém, à nova orientação, ou melhor, à redução das mensalidades estabelecidas em 1\$000 [mil] réis para os sócios que ganham mais de 75\$ [setenta e cinco mil réis] por mês e 500 rs. [quinhentos réis] para os outros, nota-se um sensível movimento de adesão e breve teremos o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos reforçado com bom número e sócios não caçadores de subsídios."<sup>76</sup>

A caixa social do sindicato também recebia críticas por parte dos sindicalistas revolucionários.<sup>77</sup> Segundo diziam, não bastava um sindicato ter grandes reservas pecuniárias para que os operários pudessem alcançar vitórias frente à prepotência dos patrões. Por outro lado, defendiam a existência da caixa de resistência, a fim de que houvesse sempre em caixa dinheiro para que fosse gasto na propaganda, na solidariedade

(<sup>76</sup>) - *A Terra Livre*. RJ, 2(46) 15 set. 1907, p.3.

(<sup>77</sup>) - Sobre os problemas de definir o que é sindicalismo revolucionário e de como ele foi conceituado, muitas vezes impropriamente, como anarco-sindicalismo, ver Edilene T. TOLEDO, "'Viva a solidariedade operária': o sindicalismo revolucionários e a Federação Operária de São Paulo (1906-1908)", Campinas, Unicamp, s/d, 32 p., mimeo.

para com um companheiro vítima de lutas empreendidos pelos operários, na sustentação dos primeiros momentos de greve etc. Quanto às quotas a serem cobradas dos operários, opinava um articulista do *A Terra Livre*, elas

"devem ser bastante baixas (e mesmo perdoadas em certas circunstâncias), porque o sindicato procura reconhecer no seu seio sobretudo as boas vontades. As quotas elevadas tornam o sindicato uma corporação fechada e privilegiada, em luta com a parte mais miserável da classe.

Demais, é preciso não depositar confiança no cofre da associação; isso seria o abandono da energia e da atividade. Os sindicatos que têm grossos fundos fazem-se timoratos, inativos e conservadores ... com medo de gastar o cobre; e assim os sócios depositam o seu dinheiro, e as vantagens, morais e materiais, não vêm ...

Contra os patrões, senhores de grandes reservas, de fortes meios de propaganda e de coação, a luta assenta muito mais sobre a energia, a rapidez no ataque e a solidariedade dos companheiros e da população na luta, do que nos míseros vinténs acumulados."<sup>78</sup>

Note-se: foi após a fracassada greve ocorrida na oficina tipográfica *Casa Duprat & C.*, e depois da debandada de um grande número de sócios, que a UTG resolveu reduzir a taxa de sua mensalidade junto aos operários gráficos, o que nos mostra que a associação não seguia as determinações da doutrina do sindicalismo revolucionário no tocante à questão da caixa social.

E a respeito do fracasso da greve da Duprat, devemos lembrar que este fato foi citado no Segundo Congresso Operário Estadual (que se reuniu em São Paulo de 17 a 19 de abril de 1908) como o mais forte exemplo de que o subsídio de greve mais prejudicava do que ajudava a ação do movimento operário.<sup>79</sup>

(78) - "A caixa do sindicato", *A Terra Livre*. SP, 1(6) 24 mar. 1906, p.2.

(79) - Cf: "Relação do Segundo Congresso Operário Estadual", *A Luta Proletária*, suplemento ao nº 14, 1-5-1908, in Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*, Vol. 1 - *O Movimento Operário*, op. cit., pp. 74-106. Apesar de se auto-declarar neutro do ponto de vista ideológico, este Congresso Operário Estadual deixa entrever o peso dos militantes do sindicalismo revolucionários nas moções aprovadas e deliberadas nesse Congresso.

Para o Segundo Congresso Operário Estadual, a UTG enviou para representá-la o anarco-comunista Edgard Leuenroth e o socialista Lorenzo Monaco.<sup>80</sup> E não por mero acaso, as maiores controvérsias havidas nesse Congresso foram iniciadas por esses dois representantes da UTG. Essa associação gráfica era observada com desconfiança por militantes do sindicalismo revolucionário, pois que ela demorou em aderir à Federação Operária de São Paulo, recaindo sobre a UTG suspeita de não querer se federar (e federar-se era uma idéia cara à doutrina do sindicalismo revolucionário).

As discussões levantadas no Congresso por Edgard Leuenroth tinham quase sempre o contraposto efetuado por Lorenzo Monaco e vice-versa. Em um desses contrapostos, Lorenzo Monaco afirmava que a Federação Operária tinha um caráter anarquista, e esta corrente ideológica, segundo ele, prejudicava o movimento por ser contrária às idéias de uma parte dos operários. Estas afirmações de Lorenzo Monaco, em contrapartida, eram respondidas da seguinte maneira por Edgard Leuenroth:

"Os anarquistas foram até agora os mais ativos no movimento operário e é muito natural que eles procurem desenvolver ali a propaganda das suas convicções. Por que os críticos não fazem o mesmo e não vêm ao movimento para também ter a facilidade de divulgar as suas publicações?"<sup>81</sup>

Outrossim, quando nesse Congresso Operário Estadual a moção apresentada por Edgard Leuenroth (e que foi aprovada pela maioria dos delegados representantes das associações operárias) dizendo que as organizações operárias deveriam ter uma atitude de completa neutralidade frente aos programas eleitorais e de doutrinas políticas ou religiosas, Lorenzo Monaco se declarava não aprovar a moção, pois ela vinha "lesar as suas opiniões políticas"<sup>82</sup>.

(80)-Cf: *A Luta Proletária*. SP, s/n 11 mar. 1908, p.3.

(81)-"Relação do Segundo Congresso Operário Estadual", *A Luta Proletária*, suplemento ao nº 14, 1-5-1908, in Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*, Vol. 1 - *O Movimento Operário*, op. cit., p.83.

(82)-*id*, p. 86. Levando em consideração que os dois representantes da UTG-SP, Edgard Leuenroth e Lorenzo Monaco, levaram como tema para ser debatido no Segundo Congresso Operário Estadual a questão: "Os delegados dos Sindicatos à Federação, devem votar de acordo com as deliberações



A Federação Operária de S.Paulo, por sua vez, declarava ter divergências em relação à concepção e métodos de atuação de alguns militantes da UTG.<sup>83</sup> Essas discordâncias se deviam ao fato de alguns militantes gráficos consorciados à UTG professarem a ação eleitoral, proporem formar um partido político e fundar uma liga anti-clerical.

Como dissemos acima, a Federação Operária de S.Paulo (que, de certa forma, como vimos, adotava pontos estratégicos do sindicalismo revolucionário) aconselhava o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, sem adotar qualquer postura de ordem eleitoral ou religiosa, já que isso trazia rivalidades e, conseqüentemente, dissensões para o seio das associações operárias. Assim, não convinha que consorciados de uma sociedade de resistência adotassem uma doutrina política ou religiosa.

Contudo, esses conselhos da Federação não eram seguidos por alguns militantes da UTG-SP. Acolhendo uma postura anti-religiosa, mas que deveria ocasionar o mesmo efeito que a adoção, pela sociedade de resistência, de uma doutrina religiosa, os militantes gráficos Everardo Dias, Ricardo Figueiredo, Isidoro Diego e demais livre-pensadores instalam, a 8 de abril de 1906, a Liga Anti-clerical.<sup>84</sup>

das assembléias dos mesmos sindicatos, ou de conformidade com seu modo de pensar?", isto nos deixa indicado que as idéias defendidas nesse Congresso por esses dois representantes da UTG-SP devem ser creditadas mais às convicções políticas de cada um deles, do que propriamente à UTG-SP, que, nessa época, estava praticamente inativa.

(<sup>83</sup>)-Cf: *La Lotta Proletária*. SP, 3(29) 9 dez 1908, p.1.

(<sup>84</sup>)-A fundação dessa Liga Anti-clerical tinha suas raízes firmadas nas publicações dos seguintes jornais: *A Lanterna*, saído a lume a 7 de março de 1901, estando nessa primeira fase (contada de 1901 a 1911) sob a direção de Benjamin Motta, sendo redigido em português, mantendo, porém, uma seção no idioma italiano [a publicação desse jornal anti-clerical, de distribuição gratuita, com uma tiragem de 10.000 exemplares, fez surgir no jornalismo paulistano os periódicos católicos *O Pharol* e *a Crença*, e o evangélico, *A Luz Divina*]; *O Livre Pensador*, suplemento semanário da *Lanterna*, redigido em português e em italiano e órgão dos livres pensadores, aparecendo pela primeira vez em outubro de 1902, sendo administrado por Antonio Garcia Vieira; e *O Livre Pensador*, jornal de distribuição gratuita, órgão dos livres pensadores, que começou a circular a partir de 1º de junho de 1903. Este jornal tinha como seu diretor, Everardo Dias, seu secretário, Antonio Garcia Vieira, e seu administrador, Isidoro Diego. Cf: Affonso A. de FREITAS, "A Imprensa Periódica de São Paulo", *op. cit.*, pp. 863-865, 911, 927-928. Os debates entre católicos e livre-pensadores extrapolavam o meio operário. Isto pode ser percebido atra-vés das repercussões causadas em São Paulo e no Rio de Janeiro quando das visitas dos palestradores anticlericais Enrico Ferri e Clemenceau, e do clericalismo difundido pelo Padre dominicano L.

Segundo dizia Ricardo Figueiredo, o motivo capital que os levaram a organizar a Liga Anti-clerical foi o "procedimento pouco digno do governo ao receber, de braços abertos, as congregações religiosas expulsas do estrangeiro"<sup>85</sup>. Em sua sessão de fundação, foi lido e aprovado pelos integrantes anti-clericalistas um parecer escrito por Everardo Dias, segundo o qual os correligionários da Liga Anti-clerical deveriam seguir os seguintes preceitos:

"1° - Não casar religiosamente; 2° - Não batizar os filhos; 3° - Não servir de padrinho ou compadre, em casamentos ou batizados; 4° - Não dar esmolas a associações religiosas, ainda com fins aparentes de caridade; 5° - Não celebrar funerais, nem assistir a eles, nem pedir orações para os mortos; 6° - Fazer enterrar civilmente; 7° - Não se associar nem prestigiar direta ou indiretamente nenhuma cerimônia religiosa; 8° - Manter, longe do lar e da família, os chamados ministros de Deus; 9° - Não confiar à igreja nem aos seus adeptos a educação dos filhos."<sup>86</sup>

Também, conforme deliberavam os livre-pensadores, a instalação da Liga Anti-clerical foi realizada no intuito de condenar "os abusos do clero e a apatia singular das autoridades constituídas"<sup>87</sup>. Somando-se a isso, os seus membros defendiam o envio de uma representação aos deputados federais de idéias liberais para que eles proclamassem no Congresso Federal contra o desrespeito às leis republicanas.

Outro momento em que podemos perceber uma conduta dos gráficos que seria avessa aos propósitos dos sindicalistas revolucionários e dos anarquistas quanto às questões de ordem religiosa, foi quando do falecimento do bispo da diocese de São Paulo, D. José de Camargo Barros, vítima do naufrágio do *Sírio*, em setembro de 1906.

A. Gaffre. Sobre as ressonâncias das conferências de Ferri, Clemenceau e de L. A. Gaffre na vida social e literária do Rio de Janeiro e de São Paulo de fins da primeira década deste século, ver: Brito BROCA, *A Vida Literária no Brasil - 1900*. op. cit, pp. 174-180.

(85) - "Liga Anti-clerical Intransigente". *O Estado de S. Paulo*. SP, 9 abr. 1906, p.2.

(86) - id, *ibid*.

(87) - id, *ibid*.

Nessa circunstância, a corporação gráfica do jornal diário matutino *São Paulo* (jornal que nessa época era francamente católico) enviou um ofício de pêsames endereçada ao sub-diretor do *São Paulo*, Delphim Carlos, nos seguintes termos:

"A corporação gráfica do *São Paulo*, profundamente impressionada pelo passamento de seu saudoso protetor, - D. José de Camargo Barros - vem trazer-vos também o seu modesto, mas sincero quinhão de pêsames sentindo acremente a falta desse virtuoso amigo dos operários, que vinha animar-nos com a sua palavra sã, pura, justa, imaculada e corajosa, quando, nos agros da arte a que nos dedicamos, o recebíamos sem a menor peia de alteza, no nosso simplicíssimo recanto de labor!

Jamais esqueceremos esse santo pastor de ovelhas, que, olvidando a hierarquia do seu elevadíssimo cargo na Igreja Paulopolitana, levava o consolo, a paz, o amor aos corações dos pobres, com aquela singeleza de Jesus ao consolar a Lázaro.

E, em homenagem a esse sentimento que não podemos encobrir, porque a nossa alma manifesta-se revestida do luto da saudade do ente amigo, do cândido protetor da orfandade, a corporação gráfica desta folha [*São Paulo*] pediria mesmo o cerramento das portas da oficina, por um dia, se não compreendesse que, por espaço de 24 horas, iria privar o *São Paulo* de transmitir aos seus leitores tantas manifestações de pesar que diariamente lhe são enviadas."<sup>88</sup>

Conforme fazia-se crer um articulista do *A Terra Livre*, esse "sincero pesar" manifestado pelo pessoal gráfico do jornal católico *São Paulo* somente poderia ser explicado se se levasse em consideração que os salários desses gráficos andavam sempre atrasados. Mas o que o articulista não consentia era

"ver homens que se dizem emancipados e conscientes, prestarem-se a estas cenas de bajulação e hipocrisia. Entre os signatários [do ofício de pêsames] vimos com surpresa Hugo Saltini - socialista, ex-secretário da Federação Socialista de S.Paulo, ex-secretário do Círculo *Avanti!* de S.Paulo, colaborador de jornais do seu partido, atualmente sócio de um centro socialista, propagandista ativo.

(<sup>88</sup>) - Esse ofício de pêsames foi transcrito no *A Terra Livre*. SP, 1(19) 23 out. 1906, p.4. Convém informar que o bispo D. José de Camargo Barros havia sido, juntamente com Ignacio Wallace de Gama Cockrane, os fundadores da *Liga da Boa Imprensa*, sendo esta Liga a fundadora e mantenedora (financeiramente) do jornal católico *São Paulo*.

Outro triste exemplo - do ponto de vista dos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários - que os gráficos mostravam para os demais operários, foi a atitude deles de participarem de eleições políticas, enquanto eleitores de protesto, e de fazerem propaganda para que outros operários também dela participassem. Somando-se a essa atitude, do seio da UTG partiram propostas de se formar um partido operário de inclinações reformistas, ao molde ensejado pelo Segundo Congresso Socialista Brasileiro (que se realizou em São Paulo de 29 de maio a 1º de junho de 1902.).<sup>90</sup>

### C.1.1 - A Questão do diário *O Estado de S. Paulo*

Esse protesto eleitoral por parte dos gráficos, nasceu a propósito (conforme denominação dos operários) da "questão do diário *O Estado de S. Paulo*".

Um dos episódios dessa "questão" teve o seu desfecho em 24 de novembro de 1906, quando, em meio a diversos conflitos e intrigas havidos nesse jornal diário entre os tipógrafos consorciados da UTG e os operários não afiliados a ela e entre os primeiros e o chefe das oficinas, Zózimo de Menezes, foram despedidos desse jornal onze antigos operários gráficos sócios da UTG.

À vista disso, uma comissão da UTG composta por Ambrosio Chiodi, Antonio da Rocha Ribeiro, Leonidas Pereira, Emilio Muñoz e José Luiz da Carvalho procurou entrar em contato com o proprietário de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita. Mas, como na ocasião o mesmo não se achava em São Paulo, a comissão foi ao encontro de Cerqueira César e do gerente de *O Estado de S. Paulo*, Carlos Ferreira. Após expor minuciosamente a sua versão dos fatos ocorridos entre os sócios da UTG com os demais operários e com o

(<sup>89</sup>)-"Sincero Pesar!", *A Terra Livre*. SP, 1(17) 22 set. 1906, p.4.

(<sup>90</sup>)-O programa mínimo do Partido Socialista elaborado por Alceste de Ambrys, Estevam Estrella e Guedes Coutinho, e que foi aprovado pelo Segundo Congresso Socialista Brasileiro, foi publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 02-06-1902, às pp. 1 e 2.

chefe das oficinas, Zózimo de Menezes, a comissão pediu a Carlos Ferreira que expusesse os motivos pelos quais foram despedidos de *O Estado de S. Paulo* os onze gráficos sócios da UTG. Conforme publicava *O Trabalhador Gráfico*, Carlos Ferreira disse

"que o dr. [Júlio de] Mesquita tinha sido informado pelo sr. [Vitaliano] Rotellini [fundador e proprietário do *Fanfulla*] do papel que representava a União [dos Trabalhadores Gráficos], e que, em virtude de diversas questões por ela levantadas nesta Capital [São Paulo], dissera o dr. [Júlio de Mesquita] ao sr. [Zózimo de Menezes]: - 'Aos poucos, hoje um, amanhã outro, você nos livre desta gente, pois não quero que perturbem a ordem da casa e o meu sossego. Um dia virão eles com imposições, e eu não estou para isso.'

Mais tarde havendo desavenças entre o pessoal, e tendo brigado tipógrafos da casa na rua, perguntara o dr. [Júlio de] Mesquita ao chefe das oficinas [Zózimo de Menezes]: - Quantos gráficos têm ali? e, depois de saber o número deles dera ordem de despedi-los, sendo atingidos pela dispensa muitos tipógrafos que nada tinham com os pugilatos havidos."<sup>91</sup>

Depois de tomar conhecimento dessas informações, a comissão da UTG alegou a Carlos Ferreira que, nessas condições, ao operariado era negado o direito de pensar livremente, dado que Júlio de Mesquita havia despedido onze compositores tipográficos das oficinas de *O Estado de S. Paulo* unicamente pelo fato deles serem filiados à UTG. Prometendo enviar a Carlos Ferreira um exemplar dos estatutos desta associação operária, a comissão terminava a sua conversação dizendo que o envio dos estatutos seria

"para que [Carlos Ferreira] se capacitasse de que a União [dos Trabalhadores Gráficos] não era uma sociedade revolucionária e amiga de chicanas, como muitos erroneamente pensam."<sup>92</sup>

(<sup>91</sup>)-"A Questão do 'Estado de São Paulo'", *O Trabalhador Gráfico*.SP, 2(9) jan. 1906, p.1. [Destaques, no original.] Quanto às observações atribuídas ao proprietário do jornal *Fanfulla*, Vitaliano Rotellini, convém lembrar que a UTG-SP patrocinou uma paralisação vitoriosa dos tipógrafos desse jornal, permanecendo os mesmos em greve por 11 dias, de 27 de fevereiro a 7 de março de 1905. Esta greve no *Fanfulla* discutiremos adiante em termos mais específicos no 4º Capítulo.

(<sup>92</sup>)-id, *ibid.*

Em outro momento, depois de saberem que Júlio de Mesquita se encontrava em São Paulo, a comissão da UTG remeteu ao proprietário de *O Estado de São Paulo* um cartão, solicitando ao mesmo que a recebesse em lugar e a hora que lhe aprouvesse designar.

Assim sendo, Júlio de Mesquita, atendendo ao pedido de entrevista, designou o escritório de *O Estado de São Paulo* para a sua realização. Conforme relatou *O Trabalhador Gráfico*,

"para lá se dirigiram três dos membros da comissão, sendo recebido pelo dr. [Júlio de Mesquita] com toda a urbanidade e cavalheirismo. E entrando no assunto, perguntaram os comissionados ao proprietário do *Estado* o motivo da dispensa dos tipógrafos, nossos companheiros.

Respondeu o dr. Júlio [de Mesquita] dizendo que tomara a resolução de dispensá-los em virtude das constantes discussões e desordens que se davam nas oficinas e que ele tivera ocasião de presenciar, e que em vista disso dissera ao sr. [Zózimo de] Menezes que aquilo não podia continuar e que se ele não mantivesse a ordem na oficina, ele dr. [Júlio de Mesquita] ver-se-ia obrigado a despedi-los. E perguntou à comissão: Que queriam os srs. que fizesse? que despedisse o chefe [de oficinas] ou os seus? Ao que redargüiu a comissão que apenas queria que s. exa. fizesse justiça, pois que s. exa. tinha sido mal informado do que se passava na suas oficinas.

O Colega [Emilio] Muñoz narrou ligeiramente o ocorrido e, quando chegou ao ponto das perseguições do sr. [Zózimo de] Menezes aos gráficos, interrompeu-o o dr. [Júlio de] Mesquita dizendo que ele não permitia que o sr. Menezes perseguisse ninguém dentro de sua casa, e que antes de fazer a viagem que projeta o chamaria, para científicá-lo disso; que ele não faz questão de sociedades, pois reconhece o direito de associação ao operário e o direito de *greve* quando vítimas de injustiça; que prevê o triunfo do socialismo para firmar o direito dos trabalhadores, de quem ele é protetor, pois que será o último a montar as máquinas de compôr [as linotipos], que ameaçam arruinar a classe tipográfica; que ele deu ordem para fundar a Sociedade Beneficente do *Estado de S. Paulo*; que quando lhe é feito um pedido por qualquer empregado seu, logo atende; e, enfim, que a sua casa não está interdicta aos gráficos [da UTG], e que quando houver vaga, pode ser preenchida até por um dos que agora foram dispensados, pois que ele faz simplesmente questão de ordem; disse mais o dr. [Júlio de] Mesquita que há tempos recebeu uma carta da União [dos Trabalhadores Gráficos], na qual

havia um questionário com exigências e imposições, embora a carta estivesse redigida em termos delicados, e que isso não se fazia, nem mesmo na Alemanha, onde os socialistas têm força; que ele nada tinha com a associação que pretendia intervir em negócios de sua casa; e que os seus empregados, se eram ofendidos, deveriam procurá-lo pessoalmente, apresentando suas queixas para ele dar providências, que essa carta melindrou, e que então soube o que se passava nas oficinas.

Depois desta entrevista, que foi longa, despediu-se a comissão, agradecendo a gentileza e o cavalherismo [sic] com que foi recebida."<sup>93</sup>

Como se lê na transcrição acima da entrevista de Júlio de Mesquita, o proprietário de *O Estado de S.Paulo* afirmava: 1) reconhecer o direito dos operários de associarem e o direito deles deflagrarem greves, mas, quando estas fossem realizadas para reparar injustiças; 2) prever o triunfo do socialismo para firmar o direito dos trabalhadores<sup>94</sup>; 3) ser protetor dos operários (e como exemplo desse seu protecionismo, dizia que retardaria ao máximo a aquisição de máquinas de compôr (as linotipos) para as oficinas do seu jornal, já que elas poderiam trazer a desapareição dos compositores tipográficos manuais; 4) não ter nada contra a UTG, apesar dela pretender intervir nos negócios de sua firma; 5) que não consentia qualquer tipo de perseguição pessoal e qualquer tipo de desordem em sua firma, e 6) (a despeito do formalismo em que se estabelecia o contato entre Júlio de Mesquita e a UTG, e da hierarquia administrativa existente em *O Estado de S.Paulo*) que quaisquer reclamações ou pedidos de seus operários deveriam ser contactados direta e pessoalmente a ele, Júlio de Mesquita.

(<sup>93</sup>)-*id, ibid.* [Grifos e destaques, no original.]

(<sup>94</sup>)-Havemos de lembrar que o jornal *O Estado de S.Paulo*, depois de abrir as suas colunas para cobrir o Segundo Congresso Socialista Brasileiro (realizado em São Paulo de 29 de maio a 1 de junho de 1902), após isso Estevam Estrella dirigiu a esse jornal uma carta (datada de 2 de junho de 1902) nos seguintes termos: "À Ilustrada redação do *Estado de S.Paulo*. - Como um dos mais antigos, se bem que um dos mais obscuros socialistas desta terra, muito interessado na difusão, neste país, dessa nova doutrina que, neste momento histórico, e, por toda parte, com o auxílio das mais robustas mentalidades contemporâneas, agita e levanta as multidões em busca da realização de uma sociedade melhor, mais humana, venho trazer a essa redação os meus parabéns por ver que o *Estado*, sendo um dos principais órgãos da imprensa da capital, deu à publicidade, diariamente, com toda a imparcialidade e critério, as resoluções tomadas no Segundo Congresso Socialista Brasileiro, nesta cidade. [...]". "Partido Socialista Brasileiro - Federação do Estado de São Paulo", *O Estado de S. Paulo*, de 3 de jun. de 1902, à p. 2.

Conforme depreendemos, as afirmações de Julio de Mesquita movem-se dentro das premissas básicas do liberalismo político enunciadas por John Locke. Mas, adaptando esse liberalismo às condições socialmente adversas em que estavam inseridos os operários brasileiros (em especial, os operários de São Paulo).

Dizendo aqui, de maneira sumária, algumas assertativas de Locke desenvolvidas no livro *Segundo Tratado Sobre o Governo*<sup>95</sup>, ele argumentava que os homens (que são naturalmente dotados de razão, são livres, iguais e independentes) quando constituem uma comunidade, um governo, enfim, uma sociedade política, agem assim por consentimento próprio, numa maneira de se livrarem do estado de natureza (que é o estado de guerra, de inimizade e de destruição). De sorte que a partir do momento em que os homens por consentimento próprio se reúnem em sociedade a fim de conseguir amparo e proteção, passa a existir, nessa sociedade, um governo que tem autoridade de decidir as controvérsias entre esses homens societários, sendo essa autoridade legitimada pelo poder delegado pelos homens para viver em sociedade.

Conforme nossa suposição, Júlio de Mesquita, tendo como base essa idéia de sociedade e de autoridade, podia afirmar o direito dos operários se associarem por consentimento próprio, e também do direito deles realizarem greve a fim de reparar as injustiças concedidas a esse grupo. Mas, desde que essas associações e essas greves não fossem realizadas sob "violência" (nesse caso o contraposto necessário era a repressão pelo governo), e desde que as mesmas diferenciassem o direito privado (necessidades particulares) do direito público (necessidades gerais), sabendo que estes se sobrepõem àqueles. Também, Júlio de Mesquita podia considerar legítimo o enfrentamento, uma vez que não agissem de forma "violenta", dos operários reunidos em associação contra os proprietários (mesmo quando este enfrentamento significasse vários operários contra um único proprietário), porque o operariado era pequeno e fraco diante de uma sociedade competitiva, sem regras majoritariamente aceitas e contendo um sistema político que

(95)-Cf: John LOCKE, *Segundo Tratado Sobre o Governo*; (trad. E Jacy Monteiro). In: *Locke*. 3 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 31-131 (Coleção *Os Pensadores*).



desenvolveu mecanismos altamente restritivos para a participação democrática. Além disso, os operários seriam merecedores de proteção e amparo diante do rápido crescimento industrial e do enriquecimento dos proprietários gananciosos, já que toda a sociedade (especialmente os operários) estava sofrendo os efeitos perniciosos dessa rápida industrialização.<sup>96</sup>

Ainda quanto à "questão do diário *O Estado de S. Paulo*", devemos notar mais dois aspectos. Um diz respeito a Júlio de Mesquita, e o outro ao poder informal, digamos assim, do chefe de oficinas desse jornal, Zózimo de Menezes.

(<sup>96</sup>)-Para chegarmos à suposição acima, levamos em consideração que Júlio de Mesquita ganhou o comando do jornal *O Estado de S. Paulo* a partir de janeiro de 1890 (quando Rangel Pestana retira-se para o Rio de Janeiro), que, cinco anos depois, é ele quem efetivamente orienta e dirige esse jornal, e que é ele que se torna o seu único dono, a partir de 1902, sendo este o começo da posição dominante dos Mesquita no "staff" editorial de *O Estado de S. Paulo*. Com efeito, não seria absurdo dizer que por esses anos *O Estado de S. Paulo* era uma personificação de Júlio de Mesquita, ou melhor, que esse jornal ganhava sua identidade ao expressar fundamentalmente as idéias do administrador - a despeito do jornal também expressar as opiniões dos jornalistas (principalmente quando um artigo era assinado). Assim, para detectarmos as idéias de Júlio de Mesquita quanto ao operariado ao nível ideológico, nada melhor do que acompanhar em *O Estado de S. Paulo* os seguintes momentos: quando as colunas desse jornal se abrem a favor do processo de Ângelo Longaretti, imigrante italiano que fora condenado em Rio Claro pelo assassinio, em 1900, de Joaquim Eugênio de Sales (irmão do então Presidente da República, Campos Sales); a cobertura do jornal ao Segundo Congresso Socialista Brasileiro, em 1902; quando *O Estado de S. Paulo*, em fins de 1904, sai em defesa de Pasquale Francesco, que havia sido deportado para a ilha de Tapuá, no rio Purus (Amazônia), por ter participado, segundo dizia a polícia de São Paulo, dos acontecimentos de novembro de 1904 (Revolta da Vacina), no Rio de Janeiro; o tratamento do jornal à greve dos trabalhadores de locomotiva e tráfego da Companhia Paulista de Estradas de Ferro de maio de 1906; à greve inter-profissional dos operários de 1907 de São Paulo pelas oito horas diárias; às greves de 1912 e 1917; os artigos dos seus colaboradores (especialmente Benjamin Mota, Henrique Coelho, Celso Garcia e Euclides da Cunha, que às vezes assinava sob o pseudônimo de Proudhon); aos pedidos propugnados pelo jornal por uma lei de indenização para os operários; a sugestão do jornal para resolver a "questão social" posta pelos operários, tais como casas subsidiadas, controle dos preços dos alimentos pelo Estado, arbitragem trabalhista através de uma legislação etc. Outrossim, está claro que a interpretação do liberalismo político sugerida aqui vai de encontro à interpretação efetuada por Kazumi MUNAKATA no seu opúsculo *A Legislação Trabalhista no Brasil*. (Cf: *op. cit.*, S. Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 11-23.) Sobre o diário *O Estado de S. Paulo*, ver Barbara WEINSTEIN, (apêndice) "Impressões de elite sobre os movimentos da classe operária: a cobertura da greve em *O Estado de S. Paulo*, 1902-1907", pp. 135-176, in: Maria Helena CAPELATO e Maria Helena PRADO, *O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo")*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, 176 p. Sobre Júlio de Mesquita, ver Maurício GOULART, "Júlio de Mesquita", pp. 307-365, in: Aureliano LEITE et. al., *Homens de São Paulo. op. cit.*

Sobre o que nomeamos "poder informal" de Zózimo de Menezes, ele foi pensado a partir do estudo de Azis Simão (sobre as relações do Sindicato com o Estado de fins do século XIX até por volta de 1930), ao mostrar que o sindicalismo típico das duas primeiras fases industriais em São Paulo agiu dentro da ordem privada das relações de produção.<sup>97</sup> Esta afirmação nos deixa alguns indicativos para acrescentar que a maneira como os locais de trabalho (mormente aqui as firmas gráficas) foram se desenvolvendo e criando uma estrutura hierarquizada, coexistente, ao que parece, também começou a ser demarcado um território de poder informal dos chefes de oficinas.<sup>98</sup> Conforme veremos adiante, alguns chefes de oficinas gráficas procuravam esfacelar os elos de solidariedade presentes no meio operário gráfico, visando criar e/ou manter os seus poderes informais nos locais de trabalho.

Quanto ao proprietário de *O Estado de S. Paulo*, devemos notar, a despeito das suas atividades parlamentares geralmente oposicionistas, que Júlio de Mesquita encontrava-se em uma posição privilegiada para poder emitir os seus pontos de vista e as suas idéias sobre o operariado; visto que, por conta da própria natureza dos seus negócios, ele se movia em terreno ideologizado (aqui, no sentido de conjunto de idéias), sem qualquer compromisso com a efetivação das suas idéias. Era justamente aqui o calcanhar-de-aquiles que os gráficos da UTG gostariam de atingir, ou seja, era nesse ponto que se poderia examinar a existência ou não da coerência entre as posturas e as atitudes do proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo* em relação aos operários que trabalhavam em suas oficinas tipográficas com as idéias propagadas por esse jornal sobre o operariado em geral.

(97)-Cf: Azis SIMÃO, *op. cit.*, pp. 55 e seguintes.

(98)-Esse raciocínio se valeu das observações do jornalista Cláudio ABRAMO sobre os chefes de oficina, quando ele explica a reforma efetuada no jornal *O Estado de S. Paulo* a partir de 1952. Cf: Cláudio ABRAMO, *A Regra do Jogo: O Jornalismo e a Ética do Marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp.31-33.

### C.1.2 - Os Gráficos da UTG e as ações eleitoral e partidária

Diante das circunstâncias em que os compositores tipográficos consorciados da UTG foram demitidos das oficinas de *O Estado de S.Paulo*, alguns gráficos filiados à UTG resolveram boicotar eleitoralmente o diretor desse jornal, Júlio de Mesquita, votando contra o seu candidato à legislatura do Estado e também correligionário do Partido Republicano Dissidente<sup>99</sup>. Conforme João Latapie escrevia em *A Terra Livre*, esses gráficos, ao promoverem esse boicote eleitoral, diziam que

"não se votará em nome da União [dos Trabalhadores Gráficos], que é neutral, explicava-se; *estamos de acordo com os anarquistas*, quanto à inutilidade das eleições e do parlamentarismo, mas iremos votar apenas como protesto contra esse senhor [Júlio de Mesquita], para lhe fazermos sentir a nossa solidariedade com os companheiros expulsos."<sup>100</sup>

Para os militantes defensores da **ação direta** - idéia cara ao anarquismo - a ação eleitoral era nociva às organizações operárias, fosse ela realizada por fins de protesto ou por fins de votar para delegar a ação e o poder para que se fizessem leis; visto que

"os partidários do voto, abstencionistas voluntários e abstencionistas involuntários, sofrem dos mesmos males, têm interesses idênticos a reivindicar e defender, e como finalmente têm que combater um inimigo comum, quem não vê os perigos da incorporação em bloco, num partido socialista, desses elementos heterogêneos?

É um problema que, dominados por suas preocupações, nunca tinham procurado aprofundar e resolver os partidários da política eleitoral e parlamentar nas sociedades de resistência."<sup>101</sup>

(<sup>99</sup>)-Júlio de Mesquita juntamente com Adolpho Gordo e Cesario Bastos fizeram parte da comissão provisória do Partido Republicano Dissidente, sendo este partido fundado em fins de 1905, concorrendo ao pleito eleitoral de 1906. Julio de Mesquita comandou a facção republicana dissidente na Assembléia Legislativa do Estado de 1901 a 1907. O corpo editorial do seu jornal também manteve um antagonismo em relação tanto ao governo do Estado quanto à presidência de Rodrigues Alves (1902-1906).

(<sup>100</sup>)-João LATAPIE, "Pretexto de votar", *A Terra Livre*. SP, 1(2) 13 jan. 1906, pp.1-2. [Grifos, no original.]

(<sup>101</sup>)-*id*, *ibid*.

Assim, pela ótica dos militantes anarquistas, o campo de luta entre o trabalho e o capital não poderia ser travado no parlamento, e, muito menos, era arma de combate o sufrágio universal, já que os possíveis representantes dos operários no parlamento não passavam de uma ilusão, ou seja, os operários que viessem a acreditar nesses representantes ficariam prostrados à espera de uma incólume providência. Isto porque esses representantes dos operários não iriam defender no parlamento nada além dos seus interesses particulares.

Ao mesmo tempo, os coesos à ação direta consideravam que além da ação eleitoral e parlamentar não ser consentânea aos princípios de libertação do proletariado, a mesma traria aos operários dissensões que eram inerentes às disputas partidárias. Alegavam, ainda, que a união entre os operários deveria se efetuar em seu próprio meio, a partir do momento em que os operários conscientizados reconhecessem a necessidade deles criarem entre si uma solidária inter-dependência, desvinculando, assim, os elos de solidariedade que nascessem do meio operário de qualquer relação que fosse externo a esse meio. Daí a necessidade dos operários utilizarem dos seus próprios meios para atingir os fins.

Sendo assim, para esses militantes anarquistas, havia uma falha de método na ação eleitoral ou partidária, mesmo que essa ação emergisse do meio operário. Afinal, argumentavam, seria pura ilusão esperar que um representante (mesmo que fosse operário) eleito pelo voto dos congêneres e mesmo um partido operário viessem a defender na estrutura política burguesa os operários e as associações operárias. Apesar disso, esclarecia um articulista de *A Terra Livre*,

"o verdadeiro partido operário não baniria da sua atividade a *luta política*: baniria unicamente as táticas políticas que dividem o proletariado, devolvendo-as aos respectivos partidos, pelos quais os operários se acham repartidos em companhia mais ou menos umentosa [sic] de burgueses, semi-burgueses, literatos e idealistas.

Faria como em religião. Embora inconfessional em matéria religiosa, não deixaria por isso de combater os padres, colocados ao lado dos patrões ou fundadores de associações operárias destinadas a desorganizar o proletariado e a embaraçar a sua marcha. Do mesmo modo, embora neutral em política, não deixaria de lutar, no terreno em que todos estão de acordo, contra

a arbitrariedade governamentais e policiescas [sic], contra a intervenção da autoridade política nas greves, nos conflitos entre o capital e o trabalho, contra a violação dos direitos de associação, de reunião e de palavra.

Esse partido elabora-se lenta mas seguramente: os operários constituem sindicatos profissionais ou de indústria, os sindicatos agrupam-se em federações, as federações reúnem-se numa confederação, limitando-se primeiro a um país, para mais tarde se ligar com as outras internacionalmente.

É um grande e sólido partido, com base firme, formando-se de baixo para cima, do simples para o composto. Não há comitês diretivos, não há cabeças - facilmente decapitáveis. Autonomia do indivíduo dentro do sindicato, do sindicato dentro da federação, da federação dentro da confederação. A liberdade na unidade."<sup>102</sup>

A crítica acima sobre o "verdadeiro partido operário" era endereçada aos gráficos, pois, conforme se publicaria no jornal *A Terra Livre*, alguns operários, sobretudo gráficos, argumentaram que deveria ser fundado em São Paulo um partido operário, para que este partido pudesse defender reivindicações político-jurídicas dos operários dentro da estrutura institucional parlamentar. De acordo com um articulista desse jornal, essa proposta foi defendida na UTG, onde realizavam-se palestras operárias abertas ao público às sextas-feiras. E foi em uma dessas palestras, que o gráfico

"Raul Caldas, pessoa de muito boas intenções, expôs idéias que nos interessam de perto. A república disse ele, nada nos deu; há quinze anos que vivemos de esperanças. Entretanto se as leis existentes fossem cumpridas, muito ganharíamos (?). Acham que os operários devem constituir um partido político que mande ao parlamento deputados seus, escolhidos entre os companheiros.

E que iriam fazer esses deputados? Mais leis que não seriam cumpridas? Discursos de protesto que teriam o condão de

(102) - "Partido Operário?", *A Terra Livre*. SP, 1(3) 7 fev. 1906, p.1. [Grifos, no original.] Ainda neste artigo, o articulista dizia que "tal [referindo-se à explicação que dera sobre o verdadeiro partido operário, da qual transcrevemos o trecho acima] é o 'partido do trabalho' que se elabora e que já é forte em França, onde se toma a forma na Confederação Geral do Trabalho". Além da França, esse partido operário (conforme informava o *La Tribune Russa*, redigido por um socialista russo) encontrou o seu estado de espírito na revolução russa de 1907. Tendo isso em conta, o articulista finalizava afirmando que "muito tempo se ganharia se o proletariado do Brasil, aproveitando o exemplo de fora, evitasse os escolhos em que se bateu o operariado dos outros países". *id, ibid.*

contentar o povo, adormecendo-o na sua confiança e deixando tudo como d' antes?

O orador disse, por exemplo, que seria necessária uma lei para impedir que os patrões pregassem calotes aos operários. E quem nos garantiria a aplicação dessa lei? E se a garantia está na força do proletariado consciente, não está na lei; confiar nela é confiar numa providência; é viver de esperanças . . .

A ingenuidade do conferente foi até asseverar que os patrões temeriam os nossos deputados? Que o governo seria obrigado a intervir na questão entre a União dos Tipógrafos [refere-se à UTG-SP], assente sobre o terreno da resistência, da luta de classes, e [o] grêmio [reporta-se ao Grêmio Tipográfico Paulistano] de traidores recém-nascido, favorável aos patrões, decidindo a favor da primeira! E afinal que queria que fizesse o governo? Que dissolvesse o Grêmio? Seria uma tirania inútil: a solidariedade deve ser consciente, não se obtém pela violência.

Temos um só caminho: a organização sobre o terreno da resistência, a educação do proletariado, o movimento, a ação direta para a conquista do bem-estar, cada vez maior. O parlamentarismo seria um derivativo para essa ação direta. Esperar na lei ... viver de esperanças. "<sup>103</sup>

Os socialistas ligados ao jornal *Avanti!* também analisavam ser plenamente justificável o alheamento do movimento operário da participação no sistema político dominante. Afinal, diversos eram os limites que as eleições impunham para que o movimento operário delas participasse.

E mesmo com a liberdade eleitoral havida no escrutínio de 2 de fevereiro de 1907, em que foram escolhidos deputados e senadores do estado de São Paulo para o vigente triênio, o editorial do jornal socialista *Avanti!* mostrava que a concessão da liberdade eleitoral pelas classes dirigentes não implicaria em interferência das massas populares no processo político. Por outro lado, continuava o editorial, por permitirem a liberdade eleitoral compreendeu-se que

"a violência e a fraude são armas ultrapassadas e portanto inúteis; que nenhuma astúcia consegue manter o poder sempre nas mesmas mãos; que num estado como esse no qual a metade da população é estrangeira, e que nove décimos da outra metade não são senão contingentes insignificantes e desprezíveis, é ridículo e perigoso

(<sup>103</sup>)-A *Terra Livre*. SP, 1(3) 7 fev. 1906, p.4.

fazer guerra a ponta de faca entre os poucos oportunistas da política, e por isso se decidiu deixar uma liberdade eleitoral quase plena na certeza de que dessa não poderá advir nenhum perigo.

Esse refinamento da inteligência da casta dominante é um bem com o qual nos alegramos; como também é um bem que o povo, que há muito tempo estava com os ouvidos cheios dos brados que invocam a liberdade eleitoral, e que quase chegou a se deixar convencer que essa liberdade era a panacéia para todos os males, faça a experiência às próprias custas da inutilidade absoluta de tão decantado remédio, até que ele conquiste a consciência dos seus próprios direitos e a vontade de fazê-los valer a qualquer custo.

Por isso louvamos a concessão da liberdade eleitoral: esse é um meio para chegar mais rápido ao despertar da consciência popular. As desilusões são um remédio amargo mas salutar."<sup>104</sup>

Terminando esse item sobre qual conduta ideológica podemos atribuir à UTG, devemos ter em conta o descompasso entre atitudes individuais dos militantes gráficos filiados à UTG, e, entre os comportamentos coletivos da categoria gráfica com essa sua entidade representativa. Nesta perspectiva, a conclusão que se extrai é a de que, nesse período, a UTG tinha em seu seio militantes de diversas correntes ideológicas (socialistas reformistas, livre-pensadores, anti-clericais, anarquistas e socialistas ligados à doutrina do sindicalismo revolucionário).

Mas as evidências nos mostraram, a despeito das inclinações doutrinárias e das táticas de ação sindical propagadas por militantes gráficos, que a UTG armava estratégias para que os gráficos conseguissem a emancipação econômica via controle do seu próprio mercado de trabalho e apresentava uma propensão *trade-unionista*, isto é, mostrava uma convicção de que era preciso se unir em sindicato, levar adiante a luta contra o patronato, reclamar do governo tais ou quais leis necessárias aos operários etc.<sup>105</sup>

(<sup>104</sup>)—"A propósito delle elezioni", *Avanti!*. SP, 4 fev. 1907, s/p. apud: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930 - Documentos, Vol. II - Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado*. S. Paulo/Campinas: Brasiliense/FUNCAMP, 1981, pp. 246-249. (cit. pp. 248-249.)

(<sup>105</sup>)—Corroboramos, deste modo, com a afirmação de Boris FAUSTO, quando ele diz em seu livro (*Trabalho Urbano e Conflito Social*, ed. cit.) que a "União dos Trabalhadores Gráficos fundada em março de 1904, assumiu em muitos momentos uma atitude *trade-unionista*". (Boris FAUSTO, *op. cit.*, p. 102.) Quanto ao livro de Maria Nazareth FERREIRA (*A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1920*. Petrópolis: Vozes, 1978), apesar dela também afirmar "o caráter '*trade-unionista*' da União dos Trabalhadores Gráfico"

## C.2 - Grêmio Tipográfico Paulistano

A fundação do Grêmio Tipográfico Paulistano se deveu à intenção dos chefes de oficinas gráficas de reforçar politicamente aquilo que nós denominamos aqui de poder informal que esses subalternos mantinham no local de trabalho.

Para esses chefes de oficinas não era conflitiva a relação capital/trabalho (ou a relação empregador/empregado). Conflitivo seria qualquer atravancamento posto no mercado de trabalho. E conforme julgavam os filiados do Grêmio Tipográfico Paulistano, os sócios da UTG estavam impondo um tipo de controle ao livre mercado de trabalho, sendo que isto constituiria numa maneira deles reterem vantagens individuais.

Utilizando-se, deste modo, de **argumentos de matriz liberal**, os militantes do Grêmio Tipográfico Paulistano diziam que as ações sindicais dos filiados da UTG estabeleciam, na verdade, um conluio para emperrar o mercado de trabalho, criando, assim, barreiras à atividade individual.

(FERREIRA, *op. cit.*, p. 115) por volta de 1906, nós discordamos de FERREIRA no seguinte ponto. À pág. 111, desse seu livro, a Autora, citando Edgard RODRIGUES, escreve: "'Dentre as categorias operárias propriamente ditas, destacam-se os gráficos, altamente politizados e que sempre apresentaram ponderável influência anarquista'." (Edgard RODRIGUES, *Socialismo e Sindicalismo no Brasil: 1675-1913*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p. 36.) Outrossim, baseando-se nessa afirmação de RODRIGUES, FERREIRA defendeu o argumento de que o anarquismo-libertário foi disseminado pela imprensa operária, sendo os operários gráficos os agentes comunicadores e depositários sui generis dos ideais anarquistas. Assim, compreendendo como foi implantada pelos gráficos "uma organização no sentido de desenvolver os mecanismos necessários à disseminação de suas mensagens" (FERREIRA, *op. cit.*, p.150) libertárias, entenderia-se a forte influência anarquista na formação do nascente operariado brasileiro. Voltando ao nosso ponto de discórdia com FERREIRA. Além da questão da Autora não explicar como os gráficos, que "sempre apresentaram ponderável influência anarquista", constituíram uma entidade representativa (a ÚTG-SP) de "caráter 'trade-unionista'", vimos que, ao que tudo indica, nem mesmo nos núcleos de militância gráfica havia uma "ponderável influência anarquista", quanto mais sobre os demais operários gráficos. Sobre o pressuposto de FERREIRA, de que o movimento operário antes dos anos 1920 era anarquista, constitui-se tema de debate. Parece claro que dos anos 1890 ao início da década de 1920, várias correntes ideológicas (anarquistas, sindicalistas, revolucionárias, socialistas de diversos matizes, positivistas, republicanos sociais, evolucionistas, "amarelos" etc) tiveram atuação no nascente movimento operário brasileiro. Para uma discussão desse tema de debate, ver: Claudio H. de M. BATALHA, "Uma outra consciência de classe?: O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje - 1990*. ANPOCS/ Vértice, 1990, pp.117-127.



Encaminhando a sua fraseologia aos moldes do ideário liberal, o Grêmio Tipográfico Paulistano começou a se constituir a partir de 26 de outubro de 1905.<sup>106</sup> Encabeçado por chefes e ex-chefes de oficinas tipográficas, no libelo de sua fundação direcionado aos gráficos da UTG (trazendo as marcas do discurso liberal), os vinte e quatro primeiros membros do Grêmio subscreviam:

"Em reunião efetuada hoje [26/10/1905], em lugar e horas combinados por grande número de tipógrafos vítimas do impróprio monopólio de trabalho, hoje em voga nesta capital [São Paulo], posto em prática por colegas, com o fim indiscutível de nos despojar de nossas oficinas, substituindo-nos por adeptos de suas crenças e procurando por esse meio alienar direitos por nós adquiridos, dando nela entrada a indivíduos que constantemente estão em guerra contra os proprietários de diversos estabelecimentos, mas que neste grande país, nada justifica semelhante procedimento - ficou resolvido a fundação de um centro que terá o título de **Grêmio Tipográfico Paulistano**.

O fim do centro será combater por meios regulares, tendo muito em vista a ordem e a harmonia necessária, o sistema de monopólio empregado ultimamente, isto é, o sistema de contratos, que têm por fim beneficiar um grupo determinado, em prejuízo de grande maioria de colegas que, a despeito de gozarem de um direito que esta terra lhe dá, naturalmente, vivem ameaçados de miséria - resultado infalível dos contratos que abrem as oficinas aos contratantes para fecharem-se aos colegas que não têm a felicidade de ser seus afilhados.

Colegas! É tempo ainda de organizarmos a nossa defesa, se quisermos evitar a alienação de um direito que nos pertence!"<sup>107</sup>

Procurando responder às críticas acima endereçadas à UTG, de que o sistema de monopólio e as vantagens dos afilhados foram obras vicejadas por ela, um articulista do

(106)-Segundo nos disse Maria Nazareth FERREIRA, "o resultado da própria derrota [da greve na casa Du-prat] foi o aparecimento do 'Grêmio Tipográfico Paulistano', clube dos amarelos que 'mantido pelos patrões e chefes, nos fizeram guerra'[...]" (M. N. FERREIRA, *op. cit.*, p. 119.) No entanto, a greve na casa Duprat & Cia ocorreu de 3 a 26 de abril de 1906, posterior, portanto, à criação do Grêmio Tipo-gráfico Paulistano, que começou a ser fundado a partir de 26 de outubro de 1905.

(107)-*O Estado de S. Paulo*. SP, 31(9824) 27 out. 1905, p. 4. (Destaques, no original.) Não por mera coincidência, as informações e as programações do Grêmio Tipográfico Paulistano tiveram espaço nas colunas desse jornal. Conforme interpretamos, tal motivo se deve mais ao chefe das oficinas desse jornal, Zózimo de Menezes (um dos idealizadores do Grêmio), do que ao seu proprietário, Júlio de Mesquita.

*Jornal Operário*<sup>108</sup> dizia que o sistema de contrato (ou sistema de monopólio conforme interpretava o Grêmio Tipográfico Paulistano) existia somente no jornal *Correio Paulistano*, pois que o outro contrato efetuado com o jornal *Comércio de S. Paulo* havia sido desfeito um pouco antes do surgimento do Grêmio Tipográfico Paulistano. Portanto, em meio a muitas tipografias de obras e de jornais, não seria o estabelecimento de um só contrato que constituiria um sistema de monopólio de contratação e que iria ameaçar os demais gráficos da miséria, como alegavam os sócios signatários do Grêmio Tipográfico Paulistano.

Quanto ao problema do fechamento das oficinas "aos colegas que não tem a felicidade de ser afilhados" de algum sócio da UTG, conforme denunciava os membros do Grêmio Tipográfico Paulistano, o mesmo articulista dizia que esses sócios do Grêmio tomaram um expediente que era próprio de alguns dos seus membros para atribuí-lo como sendo uma prática dos filiados da UTG. E a respeito disso, continuava o articulista, muito bem poderia informar um dos membros da comissão formadora do Grêmio, pois que ele conseguira o emprego de retranca no jornal *Correio Paulistano* porque era um dos afilhados do ex-chefe deste jornal (também membro fundador do referido grêmio).

Desta forma, para o articulista, seria muito interessante aos gráficos uma denúncia desse tipo, já que a afilhadagem havida nesse tempo poderia ser considerada como um dos momentos mais escandalosos e vergonhosos para os gráficos, ressalvando que a denúncia não fosse realizada por quem se valeu e se beneficiou desse expediente.

Sendo assim, indagava o articulista, qual seria o verdadeiro fim almejado pelo Grêmio Tipográfico Paulistano? O que respondia:

*"Indivíduos que constantemente estão em guerra contra os proprietários de diversos estabelecimentos, que neste grande país nada justifica semelhante procedimento."*

Eis aí o verdadeiro fim do Grêmio. Impedir a luta contra os proprietários que lhes deram ou que lhes darão as chefias, onde

(108) - "Grêmio Tipográfico Paulistano", *Jornal Operário*. SP, 1(8) 5 nov. 1905, p.2.

tranqüilamente vivam, sem o incômodo da luta movida pelos operários conscientes."<sup>109</sup>

A instalação do Grêmio Tipográfico Paulistano foi iniciada por uma comissão (provisória) composta por: Zózimo de Menezes, chefe das oficinas do jornal *O Estado de S. Paulo*, Armindo Marcondes, chefe das oficinas do jornal *São Paulo*, Arnaldo Cazalgrande, chefe das oficinas do jornal *Ypiranga* e Abilio Costa, chefe das oficinas do *Diário Oficial*.<sup>110</sup>

Dentre esses quatro chefes de oficinas, era Zózimo de Menezes quem mais contestava as práticas sindicais da UTG. Segundo essa associação avaliava, o chefe das oficinas de *O Estado de S. Paulo*, Zózimo de Menezes, possuindo-se do temor de que a tarifa gráfica (contendo os salários mínimos e máximos dos tipógrafos e o horário máximo de trabalho) tivesse que ser defendida na oficina onde trabalhava, podendo a defesa lhe custar a cadeira de chefe das oficinas, desligou-se da UTG a fim de conservar o seu posto de chefe das oficinas e de contar com um lugar mais remunerado no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ainda conforme a interpretação dada por sócios da UTG, o pretexto para que Zózimo de Menezes saísse dessa associação operária de resistência surgiu na greve realizada (em março de 1905) pelos compositores tipográficos de *O Jornal*, de Santos, onde quebrou a solidariedade que deveria manter com os gráficos associados à Liga Tipográfica de Santos, enviando compositores tipográficos do jornal *O Estado de S. Paulo* para trabalharem em *O Jornal*, recusando-se, deste modo, a atender à solicitação da Liga Tipográfica de Santos; mas, obedecendo à ordem do gerente de *O Jornal*, a fim de conquistar as boas graças desse gerente. Após o ocorrido, Zózimo de Menezes se

(109)-*id*, *ibid*. (Destques ao transcrever citação, no original.)

(110)-Além dos quatro chefes de oficinas, mais vinte nomes (dentre eles chefes e ex-chefes de oficinas gráficas e compositores tipográficos) tiveram seus nomes como sócios fundadores do Grêmio Tipográfico Paulistano, a saber: Alfredo Colombo, José Antonio Alves Vianna, Zacharias Chaves, Bento Caminha, Bento Jorge Lascaléa, José Rotundo de Maria, Pedro Caropreso, Reynaldo Minichelli, Florentino Victor Lascaléa, Januario Russo, Heitor Schultz, Luiz Milesi Filinto Elias Pereira, João B. Delpcche, Paschoal de Cordes, Benedicto dos Santos, Cesario Pereira Mendes, José Moreira, Alfredo de Oliveira e Cassiano Duarte. Cf: *O Estado de S. Paulo*. SP, 27/10/1905, p.4.

desincompatibilizou com a UTG, dizendo "**nunca mais fazer parte de associações desta natureza**"<sup>111</sup>.

Porém, essa interpretação divulgada por militantes da UTG precisa ser atenuada. Afinal, quando da paralisação dos compositores tipográficos realizada nas oficinas do jornal diário em língua italiana *Fanfulla*, ocorrida de 28 de fevereiro a 7 de março de 1905, a corporação tipográfica do jornal *O Estado de S. Paulo* (na qual fazia parte Zózimo de Menezes) se mostrou solidária aos grevistas. Deflagrada a paralisação, ela enviou um ofício à UTG nos seguintes termos:

"Os membros da corporação tipográfica do *Estado de S. Paulo*, para evitar dúvidas sobre a sua orientação, mais uma vez declaram que são perfeitamente solidários, em tudo e por tudo, com a União dos Trabalhadores Gráficos, cujo conselho administrativo, em assembléia geral ordinária, ou para isso especialmente convocada, responde pelos erros que cometer, sendo, quando preciso, destituído.

Não podemos admitir que haja consócios que possam deixar de ser solidários com o conselho em qualquer emergência.

Cremos que os colegas do [jornal] *Fanfulla* estão agindo de acordo com o conselho, logo não podem deixar de ter o nosso pleno apoio."<sup>112</sup>

E quanto à greve realizada pelos compositores tipográficos de *O Jornal*, em Santos, a UTG em duas ocasiões (a 22 e 26 de março de 1905) convocava os diversos sócios desta sociedade para uma assembléia geral a fim de discutir os seguintes pontos:

1º - Procedimento incorreto da diretoria [da UTG] na questão d'*O Jornal*, em Santos;

2º - Indenização aos que, enviados para trabalharem na mesma folha, por autorização e ordex [sic] da mesma diretoria, de acordo com o artigo 65, tiveram de voltar, perdendo o lugar, visto o terem deixado por ordem explícita do delegado da diretoria, Edgard Leuenroth;

3º - Interpretação errada sobre o descanso semanal."<sup>113</sup>

(111) - "A Questão do 'Estado de São Paulo'", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 2(9) jan. 1906, p.1. (Destques, no original.)

(112) - "União dos Trabalhadores Gráficos", *O Estado de S. Paulo*, 01/03/1905, p.3.

Formado o quiproquó em torno dos motivos que levaram os compositores tipográficos de *O Jornal*, de Santos, a deflagrar a greve, a UTG reconhecia que precisava rever a primeira avaliação que realizara sobre essa paralisação. Naquela primeira avaliação, desconhecia o fato de que a majoração salarial e o descanso dominical não seriam reivindicações dos operários de *O Jornal*, mas somente uma aspiração dos sócios da Liga Tipográfica de Santos: o que poderia indicar que esta agremiação estaria visando impedir a publicação do hebdomadário *O Jornal*, folha que começava a vir a lume em Santos, às segundas-feiras.

Por seu turno, o Conselho Administrativo da Liga Tipográfica de Santos fazia publicar no jornal *Tribuna de Santos*, de 21 de março de 1905, a seguinte declaração:

"A Liga Tipográfica de Santos declara que continua mais firme e forte do que nunca na luta encetada a *bem da classe*. E ao desprezo de todos os homens honestos e de caráter aponta os indivíduos de nomes José Artacho, bastante conhecido nesta cidade [Santos], Armindo Marcondes, Luiz Milesi e Niero Nieri, traidores reincidentes; Bento Jorge Lascaléa, vulgo *Bandalheira*, que veio por *intimação superior*, e que trabalha na tipografia d'*O Estado de S. Paulo* e João Torres, vulgo *Caçapava*, que acaba de sair da *Guarda Cívica de São Paulo*.

Esses indivíduos, que são dignos do desprezo de todos os operários, moram à rua Quinze de Novembro n. 69, segundo andar.

A Liga, repetimos, continua, não obstante a traição desses desbriados, a campanha encetada para *consecução* do seu fim, repelir a *exploração do operário* e abolir o trabalho aos domingos, coisas iniciadas nesta terra pelo *O Jornal*. "<sup>114</sup>

Como foi diretamente mencionado na nota acima publicada pelo Conselho Administrativo da Liga Tipográfica de Santos, o chefe das oficinas de *O Estado de S.*

(<sup>113</sup>)-"União dos Trabalhadores Gráficos", *O Estado de S. Paulo*, 22/03/1905, p. 3.

(<sup>114</sup>)-"Ao público", *Tribuna de Santos*, 21/03/1905, s/p, apud: *O Estado de S. Paulo*, 22/03/1905, p.4. (Grifos, conforme cit. *O Estado de S. Paulo*.) Note-se que dentre os gráficos fura-greves citados acima, encontra-se três sócios fundadores do Grêmio Tipográfico Paulistano: Armindo Marcondes, Luiz Milesi e Bento Jorge Lascaléa.

Paulo, Zózimo de Menezes, após transcrever o comunicado dessa associação, escreveu a sua réplica da seguinte maneira:

"Ora, eis fielmente transcrita a declaração dos srs. compositores que, servindo simplesmente de instrumentos de seus superiores, lançam esta série de injúrias contra seus colegas de arte.

Ora, como é que a 'Liga de Santos' trabalha firme *pela classe* se o pessoal dela funciona na *Tribuna [de Santos]* aos domingos?

Como aponta como *traidores* os nomes dos colegas acima, se eles estão usando de um direito que lhes pertence; se a eles foram satisfeitas todas as exigências que em geral toda a classe consciosa reconhece?

Como prova essa 'Liga' (este nome já me está cheirando mal) que o sr. Bento Jorge Lascaleá, lá está *por intimação superior*, se não conhece o paginador desta folha? (A pessoa que assim se pronunciou está arquivada em minha carteira de notas.)

Porque razão quer fazer pouco em um colega distinto que, por falta de recursos para subsistência de sua família, serviu como sargento na guarda cívica desta capital, e que se chama *Benedicto Torres dos Santos* e não *João* como os da 'Liga' o batizaram? Será desdoiro um homem ser militar nesta terra?

Como ainda a 'Liga' (outra vez) pensa *conseguir seus fins* e repelir a *exploração* do operário, se neste caso os colegas estão satisfeitos e generosamente pagos e não têm absolutamente razão, segundo pensam todos os sócios das Artes Gráficas desta capital [São Paulo], em mais exigir?

Como pensam os da 'Liga' (ainda outra vez) impedir que seus companheiros trabalhem aos domingos, se os proprietários não os obrigam em absoluto a isso e facilitam os meios de descanso?

Querem porventura mandar e desmandar na casa alheia?

Já é ter pretensão!"<sup>115</sup>

Após fazer esse comentário sobre a nota publicada pela Liga Tipográfica de Santos, Zózimo de Menezes ainda acrescentava a seguinte reparação:

"Com que direito, naquela cidade [Santos], foi forjado um telegrama, ou enviado daqui [São Paulo], sem minha autorização, concebido mais ou menos nos seguintes termos, e lido por ocasião do comício no teatro Guarani?

(115) - "S. Paulo, 21 de março de 1905 - Zózimo de Menezes, chefe das oficinas do *Estado*", *O Estado de S. Paulo*, 22/03/1905, p. 4. (Grifos, no original.)

'O paginador do *Estado* [Zózimo de Menezes] é solidário com a 'Liga' (ainda a tal coisa) e por isso é certo que não desembarcará mais tipógrafos nesta cidade.'

Eu já perdoei a esse inconsciente que como os outros estão cavando a sua própria ruína em Santos. Apenas afirmo que para a carteira irão esses desafetos.

E para terminar delaro a essa 'Liga' (pelo amor de Deus) que será muito ao contrário do que ela pensa, e à classe em geral, que de ora em diante não farei mais parte de agremiação de espécie alguma desse gênero."<sup>116</sup>

A partir daqui, façamos um breve desvio, a fim de efetuar uma comparação do diálogo havido entre a comissão da UTG e o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita, com o diálogo acusatório estabelecido entre a Liga Tipográfica de Santos e o chefe das oficinas desse jornal, Zózimo de Menezes. Desse exercício de comparação, depreende-se, dos dois discursos, a imagem da dominação sobre o seu referente veiculada por Júlio de Mesquita e por seu subalterno Zózimo de Menezes.

Através desses dois discursos, percebe-se os desdobramentos da ideologia liberal entre alguns<sup>117</sup> trabalhadores que ocupavam cargos de chefia na hierarquia fabril. E, entre estas pessoas prepostas aos proprietários, torna-se possível salientar uma duplicidade. Assim, por um lado, há de se notar em que medida chefes de oficinas encarnaram a imagem de autoridade veiculada pelas elites das classes dirigentes.

Caso isso ocorra em maior ou menor grau, estamos diante do caso em que a vontade de poder e de dominação aparece dentro de uma hierarquia enrijecedora (no caso, o local de trabalho), incrustando-se em um intermediário (os chefes de oficinas), sendo que hierarquicamente há alguém acima dele (o proprietário) e há alguém abaixo dele (os operários). Instalando-se nesse espaço intermediário, a pessoa detentora de um certo

(116)-*id, ibid.*

(117)-O uso do pronome indefinido no plural *alguns* se faz necessário porque nem todos os chefes de oficinas assumiam o discurso e a prática dos proprietários, já que em muitos momentos os operários gráficos e os chefes de oficinas mantiveram uma fraterna solidariedade a fim de realizar ações coletivas em prol dos mesmos.

comando nutre um comportamento ambivalente: para os proprietários e gerentes mostra-submissão; para os operários sob seu comando, dirige o seu rancor, amesquinhando-os.<sup>118</sup>

Por outro lado, é pelo discurso do chefe de oficinas (um superintendente, mas ainda um subalterno do capitalista) que melhor transparece aquilo que Marx denominou de duplicidade da direção capitalista. Ao procurar explicar por que "todo trabalho diretamente social ou coletivo em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção", Marx afirmava que

"a direção capitalista é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica. Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas peculiares. Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados."<sup>119</sup>

Ou seja, apesar de o comando supremo no local de trabalho tornar-se um atributo do capital - sendo que o capitalista nada mais é do que uma personificação do capital - temos que o trabalho de superintendência e de comando do local de trabalho cristaliza-se

(118)-*Mutatis mutandis* a noção de intermediário para designar a vontade de poder dos chefes de oficinas foi pensada a partir do texto "As causas psicológicas do Nazismo", de Anatol ROSENFELD. Cf: Anatol ROSENFELD, *op. cit.*, *Texto/ Contexto II*. São Paulo: Perspectiva/ Ed. USP/ Ed. UNICAMP, (coll. "Debates"; v. 254), 1993, pp. 171-187.

(119)-Karl MARX, *O Capital: Crítica da Economia Política*, Vol. 1, livro primeiro, *O Processo de Produção do Capital*, tomo I (capítulo XI, "Cooperação", cit. p. 264.). Trad.: Regis Barbosa e Flávio Kothe, 2º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (coll. *Os Economistas*). O destaque dado por Marx de que a função de dirigir assume características específicas no processo de produção capitalista, sendo esta função regulada por um código disciplinar na organização do trabalho fabril, ora comparando o dirigente a um maestro diante da sua orquestra, ora mostrando as similitudes entre o dirigente e o padrão militar de organização, é um dos pontos, entre outros, discutidos no artigo de Adalberto MARSON: "Maquinações Satânicas: Edward Thompson e as Leituras do Sistema Fabril". *Revista de História*. São Paulo, nº 121, pp. 45-55, ago./dez. 1989.



na figura de um assalariado, mas que nessa estrutura diferencia-se de outro tipo de assalariado que é o proletário. A partir disso, o superintendente, ainda por se constituir um subalterno da direção capitalista, pode em alguns momentos assumir as posições discursivas pronunciadas pelas elites da classe dirigente.

Afinal, esse superintendente diariamente é colocado na condição de patrão, mesmo sabendo não sê-lo. Para realizar tal condição, é imposto ao superintendente normas de pensar, agir e sentir próprias do proprietário, que sempre está buscando autovalorizar o máximo possível o seu capital.

Assim, as táticas veladas ou diretas de repressão efetuada pelo superintendente (mesmo sabendo da sua condição de subalterno) contra os operários para maximizar a produção configura-se uma rotina, torna-se um imperativo. Mas este imperativo também coloca o superintendente na duplicidade de precisar "falar" como um patrão e de necessitar "agir" como um proletário.

No entanto, não se pretende dizer que, de modo geral ou até individual, os supervisores (ou superintendentes, ou chefes de oficinas) constituem no interior de uma trama histórica uma falsa consciência de classe, já que esses subalternos partilham da mesma visão de mundo dos proprietários.

O que se procura destacar aqui é a pertinência de indagar, de modo geral, se o lugar ocupado por supervisores no processo de trabalho pode, em alguns momentos, condicionar um comportamento sindical diferente ao dos operários, e por que eles recorrem à compreensão ideológica, em que circunstâncias o fazem e sob que condições.

O que se pode notar aqui (referindo-se ao caso do Grêmio Tipográfico Paulistano) é que há de ser dado o devido peso à questão do mercado quando se procura estabelecer um vínculo entre comportamento sindical e processo de trabalho.

Dito isso, voltemos ao Grêmio Tipográfico Paulistano. Em reunião de 10 de dezembro de 1905, que contou com a presença de 63 sócios, a assembléia geral discutiu os estatutos do Grêmio Tipográfico Paulistano. Ainda nessa reunião, o sócio Ricardo

Figueiredo (redator do jornal *Livre Pensador*, que contribuiu na instalação da Liga Anticlerical),

"depois de protestar contra as insinuações feitas ao *Grêmio*, e de mostrar que os estatutos provam claramente que tais insinuações são apenas movidas pelo despeito; depois de provar que o *Grêmio* deve defender os interesses da classe, mas também não pode lesar os interesses dos proprietários, ergueu entusiástica saudação à diretoria e à assembléia geral, pela boa harmonia que reinou desde o seu início até a aprovação da base fundamental do Grêmio."<sup>120</sup>

Comentando sobre esse discurso proferido por Ricardo Figueiredo na sede social Grêmio Tipográfico Paulistano e de como o proprietário de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita, seria um dos responsáveis pelo surgimento dessa associação, um articulista de *A Terra Livre* dizia que

"*O Estado de S. Paulo* - cujo diretor morre de amores pelo proletariado, porque até segue com atenção e simpatia o movimento socialista na Alemanha (só? ...) e contribuiu para a fundação do ... 'Grêmio Tipográfico Paulistano' ... publica uma nota sobre a assembléia em que foram discutidos os estatutos do mencionado Grêmio, 'que deve defender os interesses da classe, mas que também não pode lesar os interesses dos proprietários!'

Assim, disse 'o orador oficial' da nova sociedade de *amarelos*, o sr. Ricardo Figueiredo, livre-pensador militante ...

Se esse orador nos explicasse - mesmo não 'oficialmente' - o modo de pôr de acordo os interesses dos operários com os dos patrões, davamos-lhe de presente um medalhão com o retrato do papa ..."<sup>121</sup>

Apesar de receber diversas críticas, o Grêmio Tipográfico Paulistano teve aumentado, dia a dia, o seu quadro social.<sup>122</sup> Procurando se constituir como pessoa

(120)-*O Estado de S. Paulo*. SP, 11 fev. 1905, p.2. (Grifos, no original.)

(121)-"Folheando a imprensa", *A Terra Livre*. SP, 1(2) 13 jan. 1906, p.3. (Grifos, no original.)

(122)-Conforme escreviam no *Jornal Operário*, em novembro de 1905 os sócios do Grêmio Tipográfico Paulistano eram em número de 600 a 700 aproximadamente, sendo que a UTG-SP contava com 40 ou 50 sócios. Cf: "Grêmio Tipográfico Paulistano", *Jornal Operário*. SP, 1(9) 12 nov. 1905, p.1. Ao que tudo indica, o articulista deste jornal exagerou ao dizer

jurídica, de acordo com a lei, esse Grêmio teve aprovado os seus estatutos<sup>123</sup> em assembléia geral extraordinária a 10 de dezembro de 1905, onde assinaram os estatutos os seguintes sócios, que faziam parte do corpo dirigente da sociedade:

"*Conselho Supremo*: srs. Jesuíno Antonio de Castro, José Felindo da Silva, Ernesto H. Muller, Heitor Rossi e Zózimo de Menezes.

*Diretoria*: srs. Antonio Pinto Corrêa Júnior, presidente; Armindo Marcondes, vice-presidente; Arnaldo Caselgrandi, primeiro-secretário; Luiz Knippel, 2. secretário; Antonio Garcia Vieira, diretor; Alberto Teixeira, tesoureiro e João Floreale Silva.

*Comissão de Sindicância*: srs. Alfredo Colombo, Florido Alves Vianna e Paulo V. Brito."<sup>124</sup>

Os cinco representantes do Conselho Supremo do Grêmio Tipográfico Paulistano eram chefes de oficinas, sendo que Jesuíno Antonio de Castro, além de membro do Conselho Supremo do Grêmio, também era presidente da Associação Tipográfica Paulistana de Socorros Mútuos. Não deixava de ser irônico encontrar os nomes Zózimo de Menezes e Jesuíno de Castro numa mesma associação, com os mesmos poderes de decisão. Afinal, entre os dois havia sido travada ásperas discussões a respeito das mudanças realizadas pelos diretores da Associação Tipográfica Paulistana de Socorros Mútuos nas mensalidades dos sócios e nos benefícios dos pensionistas da referida Associação, então sob o comando do "presidente perpétuo" (conforme designação de Zózimo de Menezes) Jesuíno de Castro.<sup>125</sup>

Referindo-se aos cinco chefes de oficinas integrantes do Conselho Supremo do Grêmio Tipográfico Paulistano, um articulista de *O Trabalhador Gráfico* escrevia que

que o Grêmio Tipográfico Paulistano contava em seu seio com aproximadamente 600 sócios. Conforme podemos acompanhar pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, onde se publicavam as adesões a este Grêmio, até o final de outubro de 1905, o Grêmio Tipográfico Paulistano havia registrado 48 adesões na cidade de São Paulo.

(<sup>123</sup>)—Em 30/12/1905, o Grêmio Tipográfico Paulistano publicou no *Diário Oficial* do estado as primeiras disposições dos seus estatutos, a fim de se constituir como pessoa jurídica. Estes estatutos foram re-produzidos e comentados pelo jornal oficial da UTG-SP, *O Trabalhador Gráfico*, nos seus números 9 e 10.

(<sup>124</sup>)—"Grêmio Tipográfico Paulistano", *O Estado de S. Paulo*. SP, 7 jan. 1906, p.2.

(<sup>125</sup>)—Cf:"Associação Tipográfica Paulistana de Socorros Mútuos", *O Estado de S. Paulo*, 13/02/1905, p.3; 15/02/1905, p.4; 16/02/1905, p.3.

"Para conhecermos das nossas necessidades, para tratarmos de nossos direitos, precisamos do apoio ou consentimento de cinco indivíduos cujos interesses são completamente contrários aos da classe tipográfica, de cinco pessoas cujos ideais é viverem nas boas graças de todos os patrões passados, presentes e futuros. [...] Um não menos esganeado explorador de discípulos, que veio para aqui, não para morigerar ninguém, mas *per fare l'America*, do modo que lhe for possível. Um ilustre desconhecido do meio tipográfico, que não sabe de onde vem e para onde vai esse seu defensor. Um chefe para o qual cessará todos os compromissos sociais quando queira conservar ou conquistar as boas graças de pessoas que lhe são caras, e para o qual a solidariedade *expinxá e incóe* conforme convém a seus desejos e caprichos, e, finalmente, um *zé das vestias* qualquer, inimigo rancoroso da classe tipográfica, à qual muito mal já lhe fez, e que veio para *os Brazis* simplesmente para colher os frutos das *arbores dos patacos* e ter ocasião de subir nas árvores dos *alghanazes*, sem nunca lhe passar pela mente que encontraria aqui uma classe de beócios que o elevassem a seu diretor supremo."<sup>126</sup>

O corpo dirigente do Grêmio Tipográfico Paulistano mantinha uma estrutura hierarquizada e com plenos poderes. Conforme dispunham os seus estatutos, em seu art. 16: "A administração do Grêmio é confiada a um Conselho Supremo composto de cinco membros, com iguais deveres e de uma diretoria ...".

O seu art. 17 dizia que competia ao Conselho Supremo reunir-se uma vez por ano ou quando convocado pela diretoria ou quinze sócios quites (a Assembléia poderia ser

(126)-Gil TELLES, "Os Estatutos do Grêmio (conclusão)", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 2(10) fev. 1906, pp. 2-4. (cit. p. 3. Destaques, no original.) Observe-se, no trecho acima transcrito, as marcas do conflito étnico. Para completar, junte-se a isso, a seguinte observação realizada por um articulista do *Jornal Operário*: "sabíamos ter o tal '[conselho] supremo' (sem coroa) apregoado aos quatro ventos que ia ser justiceiro e que havia fundado o Grêmio dos 'nacionais' (vários 'supremos', diretores e colocadores [sic] não são estrangeiros: são italianos e portugueses ...) para acabar de uma vez para sempre com os 'afilhados' e o escandaloso protecionismo nas oficinas (estabelecidos por eles)". "Os Fatos do 'Estado'", *Jornal Operário*. SP, 1(11) 26 nov. 1905, p.1. Pelo que se vê aqui, o conflito étnico vem relacionado com a questão do controle do mercado de trabalho. Conforme ainda escrevia Gil TELLES, referindo-se ao Conselho Supremo do Grêmio, "apareceu um jornal de propriedade de um dos supremos e está sendo feito pelos gremistas sob a condição de receberem 55% dos lucros líquidos de outras despesas [...]". (Cf: *op. cit.*, p.4.) Ao que parece, o articulista estaria dizendo sobre a folha quinzenal de interesses locais, *O Braz de Hoje*, de propriedade de Heitor [Rossi (?)] & Alves, que apareceu em janeiro de 1906.

convocada simplesmente por sete sócios quites); dar parecer ou resolver sobre qualquer dificuldade que possa surgir na diretoria; intervir, sempre que se torne necessário nas questões entre Grêmio e patrões.

Ainda nessa matéria, o art. 18 afirmava: quando, no caso do artigo antecedente, não for possível qualquer acordo por se ter o pessoal da casa se tornado incompatível com os proprietários, o Conselho Supremo, depois de usar de todos os recursos, convocará a diretoria para que esta, por sua vez, organize provisoriamente o pessoal necessário para substituir os incompatíveis; se, porém, o acordo não for possível porque as exigências dos patrões sejam exageradas, o Conselho Supremo, da mesma forma, usará de todos os meios com o fim de terminar o conflito de modo honroso para ambos; todavia, se nada se puder conseguir, devido à imprudência dos patrões, o referido Conselho convocará a diretoria que decretará a interdição da oficina referida e nomeará uma comissão que irá à referida casa convidar os seus colegas a abandonarem os seus postos; nomeará uma segunda comissão que se encarregará de pedir a seus colegas um auxílio etc., que servirá de subsídio aos que, por honra da classe, forem obrigados a abandonar o trabalho.

Comentando os art. 17 e 18 dos Estatutos do Grêmio Tipográfico Paulistano, Gil Telles escrevia em *O Trabalhador Gráfico* que esses artigos demonstram:

"1º, que o conselho supremo é [...] o maior poder do grêmio, tanto que para convocá-lo exige-se quinze sócios quites, enquanto uma assembléia geral pode ser convocada simplesmente por sete sócios; 2º, que a diretoria pode ser denunciada, o conselho supremo, não; 3º, que o conselho é quem age e que nenhuma oficina será declarada *interdita* sem consentimento seu; 4º, que o grêmio admite que uma corporação que tenha caído na antipatia de algum patrão orelhudo ou déspota, necessariamente por ter feito reclamações a bem de seus interesses, de seus diretos de bem estar, que todos temos, seja substituída nos seus lugares por outros da grei, e que só quando este *recurso* (oh! moral! oh! solidariedade!) não der resultado, será declarada, não a *greve*, porque o grêmio promete evitá-la a todo o transe (parágrafo 3º, Art. 2º.), mas a *interdição das oficinas*, interdição que, provavelmente, será acompanhada de excomunhão lançada por aquele célebre *santão* que todos nós conhecemos e veneramos."<sup>127</sup>

(127)–*id, ibid, cit. p.3. (Destques, no original.)*

As disposições contidas nos parágrafos 3º ao 9º, 15º e 16º, art. 2º, dos Estatutos do Grêmio Tipográfico Paulistano, eram explícitas quanto ao alvo contra e a fim de quem a entidade deveria lutar, ao apresentar (na ordem aqui disposta) o seguinte conteúdo:

"parágrafo 3º: Evitar, a todo o transe, as greves e combater o sistema de trabalho por contrato, mediante empreitada de um chefe ou qualquer colega; parágrafo 4º: Evitar, sempre que possa, a desorganização do trabalho; parágrafo 5º: Tratar de defender, por meios suassórios, perante as administrações das empresas, os colegas aos quais se tenham feito propostas julgadas prejudiciais; parágrafo 6º: Advogar, amigavelmente, os interesses dos trabalhadores, procurando estudar e entender também as condições e interesses dos proprietários com quem tenham de ser haver; parágrafo 7º: Interceder junto dos patrões sobre a higiene nas oficinas; parágrafo 8º Intervir junto dos patrões, no caso de reformas materiais, para que as partes interessadas não sejam lesadas; parágrafo 9º: Diligenciar para a regulamentação das horas de trabalho e para a estipulação de salários justos, advogando o pagamento pontual; parágrafo 15º: Oportunamente publicar um periódico para defender os interesses da classe e pelo qual os colegas possam instruir-se, não devendo de forma alguma usar linguagem violenta ou manter-se em luta com os que possam existir e que defendam outras crenças não aceitas pelo Grêmio Tipográfico Paulistano; 16º: Estudar e resolver sobre quaisquer desinteligências entre chefes e gerentes, procurando harmonizar sempre que for possível".<sup>128</sup>

O Grêmio Tipográfico Paulistano, procurando se afirmar enquanto grupo ascendente no meio gráfico, precisava mostrar um empreendimento ideológico diferenciado do da UTG-SP e suscitar uma remodelação das aspirações imediatas dos operários gráficos.

Procurando valorizar cada vez mais as demandas dos operários, esclarecendo qual ação os gráficos deveriam configurar junto aos patrões, o Grêmio Tipográfico Paulistano defendia que no local da produção deveria ser criado o **consentimento**. Assim, operários

{128} - "Os Estatutos do Grêmio", *O Trabalhador Gráfico*. SP, 2(9) jan. 1906, p.3.

e padrões deveriam agir de comum acordo, e não de forma **conflitiva**, tal como era defendida pelas associações de resistência (por exemplo: a UTG).

Assim, quanto à questão ideológica, o Grêmio Tipográfico Paulistano oferecia uma alternativa diferente de ação política com relação à sua rival UTG. Porém, quanto ao conteúdo da sua proposta, ele era similar ao proposto pela UTG, que, como vimos, se assentava sobre três pilares: unificação tarifária, diminuição do horário de trabalho e regulamentação da aprendizagem.<sup>129</sup>

Apesar da diferença ideológica entre a UTG e o Grêmio Tipográfico Paulistano, e deste encampar um discurso liberal, ambos procuravam viabilizar um meio de controlar o exército de reserva de mão-de-obra excedente, pois que esse exército sempre funciona como um depressor dos salários e da militância sindical.

O Grêmio Tipográfico Paulistano, por não conseguir realizar o seu programa de ação, coerentemente extinguiu-se, já que o artigo 49 dos seus Estatutos dispunha: "O grêmio só poderá ser dissolvido quando se reconheça que não tem condições para preencher os seus fins [...]"<sup>130</sup>.

A UTG, que desapareceu em meados de 1908, vai ressurgir a partir de maio de 1919. Após um ano de seu reaparecimento, ela pautava com o apoio dos seus mais de 1.000 filiados às seguintes reivindicações: estabelecimento dos salários mínimos para cada um dos ramos profissionais do setor gráfico a serem determinados pelas tabelas tarifárias formuladas pelos operários; regulamentações do trabalho feminino e do trabalho dos menores.<sup>131</sup>

(129)–Os estatutos do Grêmio Tipográfico Paulistano não mencionavam a questão da regulamentação da aprendizagem. Porém, em assembléia geral extraordinária do referido Grêmio, realizada em 18 de fevereiro de 1906, o sócio José Antonio Alves Vianna apresentou e fundamentou nessa assembléia a proposta de interromper a aprendizagem gráfica por espaço de cinco anos. Na reunião também ficou "resolvido que se mandasse imprimir em avulsos a [...] proposta [do consócio Alves Vianna] e que fosse oportunamente distribuída pelos associados do grêmio a fim de melhor estudarem o assunto". "Grêmio Tipográfico Paulistano", *O Estado de S. Paulo*. SP, 19 fev. 1906, p.2.

(130)–Conforme a nossa pesquisa indicou, a última informação sobre o Grêmio Tipográfico Paulistano dizia que a sede social do Grêmio havia sido "transferida para a rua Quinze de Novembro (altos da Galeria Cristal, salas números 1 e 3)". "Grêmio Tipográfico Paulistano", *O Estado de S. Paulo*. SP, 4 abr. 1906, p.3.

(131)–Cf: *O Trabalhador Gráfico*.SP, 1(2) 10 jul. 1920.

Para tanto, no ano seguinte, a UTG convocava os gráficos para, juntamente com as comissões técnicas formadas pelos operários, elaborarem pareceres relativos às projetadas tabelas que viriam a ser apresentadas aos patrões.<sup>132</sup> Tendo em mãos essas tabelas, que ficaram prontas no final do ano de 1922, a UTG as encaminhou, na forma de um memorial, aos proprietários das firmas gráficas. A não aceitação, pelos proprietários, das medidas solicitadas pela UTG, impeliram os gráficos a deflagrar uma greve geral da categoria em fevereiro de 1923.<sup>133</sup>

(132)-Cf: *O Trabalhador Gráfico*.SP, 1(3) 15 set. 1920.

(133)-A propósito dessa greve geral da categoria dos gráficos, em 1923, ver Maria Nazareth FERREIRA, *op. cit.*, pp. 136-143. Percebe-se que havia uma continuidade entre as propostas formuladas pela UTG-SP, em 1919/1922, com as propostas da UTG-SP precedente, estruturada em 1904/1906. Convém também salientar que, tal como a greve inter-profissional de 1907, pelas 8 horas em São Paulo (na qual os gráficos participaram), essa greve geral da categoria gráfica de 1923 também atingiu tão-somente as casas de obras, não abrangendo assim as oficinas gráficas dos jornais, sendo essa ação uma opção deliberada dos operários gráficos.



## **CAPÍTULO 4**

### **GREVES, OPERÁRIOS E A MECANIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO TIPOGRÁFICA**

## A) AS MOBILIZAÇÕES OPERÁRIAS GRÁFICAS

Como vimos no capítulo anterior, os gráficos de São Paulo (sobretudo os compositores tipográficos) *planejaram* controlar o seu mercado de trabalho através da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG-SP). Mas, apesar dos esforços de seus militantes, o programa dos gráficos da UTG-SP fracassou.

Este fracasso se deveu, por um lado, às dificuldades dos trabalhadores gráficos em resolverem tanto os conflitos étnicos e ideológicos presentes em seu meio, quanto à sua incapacidade de equacionar devidamente os conflitos internos que surgiram entre os chefes de oficinas e os operários qualificados (oficiais e semi-oficiais), além do problema do ingresso dos operários não-qualificados (aprendizes que estavam ingressando nas profissões do setor gráfico).

Por outro lado, os patrões das pequenas oficinas gráficas lutaram contra as medidas planejadas pela UTG-SP. E, por sua vez, os patrões das médias e grandes firmas gráficas, com o fim de alcançar vantagem na concorrência intercapitalista, retiraram conquistas econômicas obtidas pelos operários, notadamente de 1908 a 1910, em um momento em que a redução das exportações brasileiras era acompanhada de fortes pressões inflacionárias e crescente desemprego.

O que segue nesse item, é a análise de três greves dos gráficos de São Paulo, no período de 1905 a 1912. Os gráficos do Rio de Janeiro, nesse intervalo de anos, por terem realizado greves que não trouxeram maiores significações para o movimento operário da categoria, não serão citados nesse estudo.<sup>1</sup>

(<sup>1</sup>)-Pelo que constatamos, no Rio de Janeiro, de 1905 a 1912, ocorreram as seguintes greves no setor gráfico: paralisação dos compositores tipográficos do jornal *Diario Portuguez*, em março de 1909; e as greves de 1911 dos tipógrafos da *Folha do Dia* e dos gráficos do Instituto de Artes Gráficas. Referindo-se à paralisação dos compositores do *Diario Portuguez*, o jornal *A Voz do Trabalhador* qualificava esta greve como um "fato extraordinário", visto que era "por todos conhecida a falta de união e de consciência que reina entre o elemento tipográfico do Rio de Janeiro". No entanto, a greve que fora detonada pela corporação do jornal em repúdio à dispensa, sem motivos justos, de dois tipógrafos e mais a demissão do chefe de oficina, por este não ter se submetido às ordens do gerente do jornal, Fonseca Saraiva, acaba gerando uma campanha de boicote que ajudou a levar o *Diario Portuguez* à falência. Cf: "Greve

## A.1) Três greves em São Paulo

### A.1.1) Rottelini e a greve no jornal diário *Fanfulla*

Vitaliano Rottelini aparecera em São Paulo logo depois da proclamação da República. Depois de ter trabalhado na redação do *Messagero*, de Alcebiades Bertolotti, embarca para o Rio de Janeiro, fundando lá o jornal *L'Aquila Latina*. Mas, como os negócios não iam bem, Rotellini resolve voltar para São Paulo para instalar o semanário *Fanfulla*, cujo primeiro número circulou a 2 de julho de 1893.<sup>2</sup>

O *Fanfulla* começou a prosperar a partir de 1896, quando Rotellini recebeu trinta mil libras de uma indenização. Com este dinheiro, viaja para Europa e compra máquinas e utensílios gráficos. Com os novos equipamentos, que deram feitiço moderno ao jornal, crescia o prestígio de Rotellini no seio da colônia italiana paulista. Tanto assim, que os seus conterrâneos apresentaram seu nome às eleições para vice-presidência do Estado de S. Paulo.<sup>3</sup>

no 'Diario Portuguez', *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(9) 17 abr. 1909, pp. 2-3; "O 'Diario Portuguez': o prêmio aos crumiros", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 2(17) 30 ago. 1909, p.4. (ed. cit.) Sobre as greves de 1911, ver nota nº 65 do 4º Capítulo da dissertação de Mestrado de Marinalva BARBOSA, "'Operários do Pensamento' (Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro) 1880-1920". Niterói, UFF, 1991, mimeo.

(<sup>2</sup>)-Cf: Afonso SCHMIDT, *São Paulo de Meus Amores*, op. cit., pp. 34-37. O *Fanfulla* em seus primeiros tempos era um jornal semanário que circulava aos domingos, passando pouco depois (do nº 40 em diante) a trisemanário (aparecendo às terças, quintas e sábados). Anos depois, cremos do ano de 1899 em diante, ele se torna um jornal diário vespertino. Dos jornais editados em língua italiana em São Paulo, o *Fanfulla* era o mais lido, chegando a atingir uma tiragem diária de 15 mil exemplares contra os 20 mil de *O Estado de S. Paulo*. O *Fanfulla* também foi o primeiro jornal de São Paulo a utilizar a linotipia, influenciou as técnicas jornalísticas e circulou até os anos de 1960. Cf: *Imigração Italiana: Brasil - Itália'* 95. *A presença italiana no Brasil*, s/ed., s/d., p. 39; Affonso A. de FREITAS, "A Imprensa Periódica de S. Paulo", op. cit., p. 717.

(<sup>3</sup>)-Com a promulgação da Constituição de 1891, no Brasil, a qualidade de brasileiro nato não era exigida em alguns Estados, tais como: Const. do Espírito Santo, art. 49; Const. de São Paulo, art. 27, parág. 3º; Const. do Paraná, art. 119; Const. de Goiás, art. 77; Const. do Mato-Grosso, art. 17. Em São Paulo, também era permitida a eleição de estrangeiros naturalizados ao cargo de presidente do Estado.

Essas reformas no jornal tomam mais impulso depois de janeiro de 1904, após o seu diretor-proprietário, Vitaliano Rotellini, se exonerar dos encargos assumidos com a empresa *Tribuna Italiana*. Decorrido um mês do desvencilhamento, Rotellini parte para a Itália, a fim de tratar de interesses do seu jornal.<sup>4</sup>

A partir de fevereiro de 1905, o *Fanfulla* começa a ser impresso em um tipo menor que o usado até então, aumentando, deste modo, o texto do jornal, para igual tamanho e número de páginas. Com esta alteração, os compositores tipográficos que tinham os seus salários fixados por milheiro de quadratins, reclamaram um aumento salarial proporcional ao acréscimo de composição calculada em quadratins.

Devido as reformas empreendidas por Rotellini no processo de trabalho dos compositores tipográficos, a corporação dos operários do *Fanfulla* entrega um memorial ao seu proprietário-diretor solicitando medidas a serem tomadas em prol dos operários:

- 1º) Elevação do preço de 1\$500 (um mil e quinhentos) réis a 1\$700 (um mil e setecentos réis) o milheiro de quadratins<sup>5</sup>;
- 2º) Estabelecimento do lugar do *retranca*;
- 3º) Contagem de todos os títulos;
- 4º) Estabelecimento do horário ordinário: das 7 horas da noite às 2 horas e meia da manhã;
- 5º) Descanso de um dia por semana;
- 6º) A não admissão de novos aprendizes.<sup>6</sup>

Dentre esses itens do memorial, a principal divergência naquele momento resumia-se na diferença de 100 réis no preço de cada milheiro de quadratins, isto é, de 1\$600 (um mil e seiscentos) réis que Rotellini estava disposto a pagar a 1\$700 (um mil e setecentos) réis que solicitavam os compositores tipográficos daquele jornal. Esta recusa de Rotellini

(<sup>4</sup>)-Cf: *Fanfulla*, de 12 jan. 1904, apud: *O Estado de S. Paulo*. SP, 13 jan. 1904, p.3. "Vitaliano ROTELLINI", *O Estado de S. Paulo*. SP, 29 fev. 1904, p.3.

(<sup>5</sup>)-Em abril de 1905, o órgão oficial da União dos Trabalhadores Gráficos de S. Paulo, *O Trabalhador Graphico*, publicou que no memorial entregue a Rotellini constava que a elevação do preço do milheiro de quadratins era de 1\$500 a 1\$800; diferente do anúncio apresentado pela UTG-SP em *O Estado de S. Paulo*, de 28 de fevereiro de 1905, à pág. 4. Cf: *O Trabalhador Graphico*. SP, 1 (4) abr. 1905, pp.1-2.

(<sup>6</sup>)-"A União dos Trabalhadores Gráficos: Ao Público", *O Estado de S. Paulo*. SP, 28 fev. 1905, p.4.

fez com que os operários, a partir de 28 de fevereiro de 1905, iniciassem uma greve no *Fanfulla*.

No dia em que se iniciou a greve, o *Fanfulla* foi publicado com poucas matérias. Nele continuaram trabalhando seis compositores, acompanhados de seis menores aprendizes. Tendo em vista esta paralisação, foram recrutados em Santos, para trabalhar no *Fanfulla*, compositores para substituírem os grevistas. E, para o protesto destes, os compositores santistas foram contratados a 1\$700 (um mil e setecentos) réis o milheiro de quadratrins, que era o salário solicitado pelos grevistas.<sup>7</sup>

E foi para evitar a vinda de fura-greves para S. Paulo, que a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG) havia começado desde 1º de março a entrar em contato com as sociedades gráficas do Rio de Janeiro, de Buenos Aires, de Santos e cidades do interior do Estado de S. Paulo. E na cidade de S. Paulo, conforme avaliava a UTG, não havia como o proprietário do *Fanfulla* atrair compositores tipográficos para substituir os grevistas, pois bastava

"considerar que havendo cerca de 30 compositores desempregados e muitos mal empregados, o sr. Rotellini não encontrou senão 7 ou 8 inconscientes que o ajudaram a prolongar o prejuízo que a greve lhe causava."<sup>8</sup>

Outra medida tomada pela UTG foi fomentar o apoio da opinião pública à causa dos compositores tipográficos grevistas. Para tanto, no dia 3 de março, os gráficos realizaram um comício público, onde foram mostradas as razões dos grevistas e as suas realizações para evitar a greve.

Prevendo que o comício dos operários grevistas certamente não reverteria em boa propaganda para o *Fanfulla*, Rotellini pediu a intervenção de dois jornalistas amigos seus,

(<sup>7</sup>)- "União dos Trabalhadores Gráficos", *O Estado de S. Paulo*. SP, 3 mar. 1905, p.3.

(<sup>8</sup>)-*O Trabalhador Graphico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.2.

"e simpatizantes com a causa dos operários, a fim de verem se conseguiram resolver a diferença e atenuar o resultado do comício."<sup>9</sup>

Não por acaso, no comício, que contou com a participação de cerca de 700 pessoas, os diversos oradores (R. de Barros, R. Ortolani, F. Nitsch, Valentim Diego, Cerchiai, Antônio Piccarolo) lembraram do prestígio que Rotellini e seu jornal tinham junto à colônia italiana paulista, que o diretor-proprietário do *Fanfulla* havia sido operário tipógrafo e que o *Fanfulla* quase sempre não perdia a chance de se declarar amigo dos operários e patrocinador de suas causas.

Após o sucesso do comício a greve continuava. De um lado, tínhamos o diretor-proprietário do *Fanfulla* angariando *krumiros* (fura-greves); e de outro, os gráficos a nobilitar operários, a fim de que eles não fossem substituir os grevistas. E reatadas as relações dos grevistas com Rotellini, seguiam-se também as conversações entre eles para pôr fim ao conflito.

Após várias conversações, e diante do prejuízo econômico e do desgaste moral sofridos pelo *Fanfulla*, uma comissão que representava os operários grevistas conseguiu, junto a Rotellini, que fossem readmitidos todos os operários oficiais e a promessa de que os *krumiros* seriam mantidos completamente separados do resto do pessoal. Assim, os operários exigiam que todos os fura-greves trabalhassem de dia, e os que haviam permanecido em greve trabalhassem à noite.<sup>10</sup>

Quanto aos aprendizes, os operários deliberavam que eles "fossem subsidiados com uma diária equivalente ao ordenado que ganhavam, enquanto não encontrassem conveniente ocupação"<sup>11</sup>.

(<sup>9</sup>)-*O Trabalhador Graphico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.2. Nesse comício, o diretor do *Avanti!*, Piccarolo, revelava que o seu jornal e ele, ao apoiarem a greve dos tipógrafos do *Fanfulla*, estavam fazendo ali o papel de fura-greve, pois negavam a sua solidariedade a um jornal, que era do mesmo ramo de negócio. Conforme pudemos acompanhar, o jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de publicar as notas de greve emitidas pela UTG-SP, não forneceu nenhuma outra informação sobre a greve, permanecendo, como toda a imprensa local, em silêncio.

(<sup>10</sup>)-*id*, *ibid*.

(<sup>11</sup>)-*id*, *ibid*.

Sendo aceitas essas solicitações dos operários, aprovadas as condições econômicas e ajustado um pacto recíproco entre os gráficos e o diretor-proprietário Rotellini, às 14 h do dia 8 de março todos os operários voltaram a trabalhar. As condições econômicas e o pacto foram estipulados da seguinte maneira:

#### **"Trabalho noturno**

1\$700 réis o milheiro de quadratins, os tipos de corpo 7, 8 e 10;

Contagem simples de todos os títulos, inclusos os que permanecem compostos, bem como os fios e bigodes incluídos nos *paquets*, a exceção dos que não forem utilizados na paginação, por ordem do respectivo encarregado;

Os colocados pelo paginador não serão contados.

Horário médio de 7 horas e meia, para composição.

#### **Trabalho diurno**

1\$400 réis o milheiro de quadratins os tipos de corpo 8 e 10;

1\$500 réis o milheiro de quadratins o tipo de corpo 7;

Contagem dobrada de todos os títulos, inclusos os que permanecem compostos;

Continuará em vigor o horário que existia antes da divergência.

Descanso de um dia por semana a todos os compositores.

Instituição do retranca para desimpaginação do jornal, distribuição de todos os títulos, e mais atribuições inerentes ao cargo.

Não deverão ser admitidos outros aprendizes, além dos já existentes, que poderão ser substituídos.

Poderão ser despedidos os compositores que sem motivos justificados não se apresentarem ao trabalho.

Em caso de necessidade de pessoal, [serão] preferidos os sócios da **União dos Trabalhadores Gráficos**.<sup>12</sup>

Notemos que, como a corporação dos compositores tipográficos grevistas havia estabelecido que o trabalho deveria ser remunerado de acordo com a importância do ofício de compositor e com o período de trabalho dos operários, a diferenciação salarial por turno foi aceita pelo diretor-proprietário do *Fanfulla*. Afinal, a diferenciação incentivava a concorrência entre os operários, estimulando, neles, uma luta por objetivos estritamente individuais em detrimento da união do grupo.

(12)-*id*, *ibid*. (Grifos, no original.)

Deste modo, a corporação tipográfica do *Fanfulla* ao procurar, juntamente com a UTG, criar uma efetiva solidariedade de grupo, fazendo com que os participantes da greve fossem os maiores usufruidores da conquista econômica conseguida através dela, provocou uma ação contrária à pretendida pelos operários.

Sendo assim, apesar dessa greve ter se constituído em uma vitória para os compositores, a diferenciação salarial por turno fez emergir um clima de hostilidades entre os compositores. Além disso, os resultados da greve mostravam como os operários pretendiam controlar o mercado de trabalho, através de um controle da inserção de aprendizes no ofício tipográfico e que, caso algum gráfico precisasse ser contratado, haveria preferência por operários sócios da UTG-SP.

Decorridos seis meses do término da greve, o jornal carioca *Correio da Manhã* noticiava que o jornal italiano *Fanfulla* acabava de adotar as máquinas de compôr, *Lynotype*, em suas oficinas tipográficas.<sup>13</sup>

Tendo em conta um quadro mais geral (que procuramos mostrar no 1º Capítulo) em que a reestruturação do setor gráfico, desde o princípio do século XX, seguiu a lógica do mercado, as indicações da pesquisa também nos levam a dizer que a adoção das máquinas de compôr (linotipos) teve como **efeito** a destituição do poder de barganha dos compositores manuais que sempre lideravam o movimento tipográfico.

Mas, para além desta questão, a introdução de máquinas no último reduto de trabalho manual do setor gráfico não deve ser compreendida como uma fórmula, e sim como uma resposta dos proprietários de jornais diários às possibilidades técnicas e necessidades deles reestruturarem o ofício tipográfico de compositor, dentro dos quais a greve é um dos elementos a ser considerado.

Assim, a adoção das máquinas de composição tipográfica criou possibilidades técnicas quanto ao fator produtividade, na relação entre os custos e os benefícios (relação *input/output*), pois enquanto um operário não conseguia exceder a composição manual de

(<sup>13</sup>)—"A Linotipo", *Correio da Manhã*. RJ, 12 set. 1905, p.2.



1.200 tipos por hora, os testes com a *Linotype* indicavam que o operário que a manuseasse conseguia compor uma média de 10.000 letras por hora.<sup>14</sup>

Necessidades, porque, conforme vimos no 1º capítulo, a disputa intercapitalista pelo mercado fazia com que os jornais reestruturassem o ramo profissão de composição tipográfica para ganhar em produtividade.

Ainda a respeito da mecanização do trabalho do compositor tipográfico, ao informar aos operários que o *Fanfulla* iria montar máquinas de compôr nas suas oficinas, *O Trabalhador Graphico*, órgão oficial da UTG-SP, não estabelecia qualquer relação de causalidade entre a greve e a mecanização, dizendo que

"a vinda dessas máquinas deve causar surpresa a muitos colegas nossos, que não acreditam facilmente nas proezas do progresso. Para outros será, talvez, motivo de desânimo; entretanto, não há que alar-mar-se, as máquinas são as melhores auxiliares dos trabalhadores e virão ajudar-nos eficazmente na conquista da nossa emancipação."<sup>15</sup>

Como se lê, o problema da introdução da mecanização em profissão outrora manual, gerando desemprego estrutural, parece escapar-lhe. Mas não lhe escapava o tema do progresso, como um meio do homem se libertar do reino da necessidade, ao cabo do que a "emancipação" do operário do processo subjugador realizado pelo capital poderá ser realizada.

#### **A.1.2) Os gráficos nas greves parciais de 1907 pelas oito horas de trabalho**

Em maio de 1907, irrompem em São Paulo diversas paralisações operárias em prol da obtenção da redução da jornada de trabalho para oito horas e de aumentos salariais

(<sup>14</sup>)-Além disso, há de se levar em conta a eficácia, a eficiência e a infalibilidade técnica da máquina *Linotype*, associadas à proporcionalidade econômica entre a composição manual e a composição mecanizada medida na relação entre o preço da mão-de-obra e a sua respectiva produtividade com o preço da máquina de compôr e a sua produtividade.

(<sup>15</sup>)-*O Trabalhador Graphico*. SP, 1(4) abr. 1905, p. 4.

(variando de 25 a 30%). A jornada de trabalho variava de profissão para profissão e, às vezes, de firma para firma, ficando em média entre 10 e 16 horas.<sup>16</sup>

Os salários também variavam muito, não tendo nem um teto máximo e nem um mínimo que o fixassem. Mesmo em um setor produtivo, os ramos profissionais que o compunham não tinham uma unificação salarial, já que os operários recebiam por tarefa ou por dia. As questões de salário e jornada de trabalho eram decididas individualmente entre o operário e o patrão.

A partir de 6 de maio, a imprensa de São Paulo registra o protesto das "classes trabalhadoras contra os patrões que se recusam a conceder-lhes o dia de 8 horas de trabalho além de outras regalias".<sup>17</sup> Dois dias antes, diferentes categorias haviam decretado greve.

Nesse movimento em prol das 8 horas e de aumentos salariais, o mais comum foi a organização espontânea dos operários e a greve por firma.<sup>18</sup> Os operários que estavam organizados em associações de resistência, mas que não haviam iniciado o movimento, sofriam a intervenção do sindicato com o objetivo de tomar posição frente ao movimento.

Este era o caso da categoria gráfica, em que a comissão de propaganda da UTG-SP lançava o seguinte boletim endereçado aos trabalhadores gráficos, sócios ou não da "União":

"Colegas - Diante do vigoroso movimento encetado por diversas classes de trabalhadores para conquistar a jornada de 8 horas, a nossa apatia é absolutamente antipática e desleal.

Neste momento em que todos os operários se agitam para a conquista da jornada de oito horas; agora que algumas classes já *obtiveram esse melhoramento*, é necessário que nós também reunamos solidamente nossas forças e nos encaminheemos para conquistá-la.

(<sup>16</sup>)-Sobre as greves de 1907 pelas oito horas de trabalho em São Paulo, ver: Sílvia I. L. MAGNANI, "A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo", *Cara a Cara*, 1(1) mai 1978, Campinas, pp. 105-124; Bóris FAUSTO, *op. cit.*, pp. 146-150.

(<sup>17</sup>)-"O movimento operário na Capital", *O Estado de S.Paulo*. SP, 8 mai. 1907, p.3. A posição deste jornal no movimento a favor da jornada de oito horas de 1907, ver: Barbara WEINSTEIN, *op. cit.*, pp. 152-158.

(<sup>18</sup>)-Sílvia I. L. MAGNANI, "A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo", *op. cit.*, p.116.

A diminuição das horas de trabalho é a melhor medida, a mais prática para cercear e reduzir às menores proporções a desocupação e, por conseguinte, promover o melhoramento econômico da classe."<sup>19</sup>

Convocada, assim, uma reunião geral da categoria para o dia 9 de maio na sede da Federação Operária do Estado S. Paulo (na travessa do Largo da Sé, nº 2, sobrado), onde a UTG-SP estava instalada, os operários que lá compareceram consideraram que os gráficos não deveriam declarar a greve parcial por empresa, mas sim "a greve geral, a um só tempo". Para tanto, decidiram que o movimento se estenderia "primeiramente às casas de obras", e, depois, "obtido que seja o triunfo, a greve será declarada nos [sic] operários dos jornais da manhã e da tarde".<sup>20</sup>

A maioria das reuniões das associações operárias de resistência era realizada à noite, a partir das 20 h, na sede da Federação Operária do Estado de S. Paulo. Com os seus quatro salões repletos de operários, em cada um deles improvisava-se uma tribuna onde um orador comunicava aos demais operários o andamento do movimento em prol da obtenção da jornada de oito horas e dos aumentos salariais.

Nessas reuniões, conforme constatava o repórter de *O Estado de S. Paulo* encarregado de cobrir o movimento paredista, a comunicação entre os operários era realizada de maneira curiosa. Na reunião realizada na noite do dia 8 de maio, por exemplo, quando "acabava de falar um orador italiano, convencendo os seus patrícios de que o movimento se alargara e se intensificara", logo na

"tribuna surge um alemão e na língua de Goethe atira para o grupo dos seus patrícios metralhadores argumentos, com ímpeto, com entusiasmo, verdadeiramente transfigurado.

No grupo dos operários alemães há os que falam o português e estes vão explicando, então, a meia voz, aos que não estão familiarizados com a língua alemã, o verdadeiro significado das palavras do orador.

(<sup>19</sup>)-"Movimento operário na capital", *O Estado de S. Paulo*. SP, 8 mai. 1907, p.3. (Grifos, no original.)

(<sup>20</sup>)-"Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*, SP, 10 mai. 1907, p.2.

Calcule-se agora o esforço de cada orador para se fazer ouvir, estando todos os salões repletos de operários, todos eles cheios de um rumor confuso de vozes!"<sup>21</sup>

A par da diversidade étnica presente no movimento paredista pela conquista das 8 horas e de aumentos salariais, era nas assembleias que os operários tomavam conhecimento das conquistas realizadas, as recusas pertinazes, tudo enfim que se prendia à questão do dia. Assim, foi na assembleia do dia 9 de maio que os gráficos foram informados da dispensa de um operário que trabalhava nas oficinas gráficas de Klabin Irmãos, por ele ter demonstrado, nas reuniões operárias, o seu entusiasmo pela questão das 8 horas de trabalho.<sup>22</sup>

Essa dispensa levou a assembleia geral dos gráficos a eleger uma comissão executiva encarregada de escrever e enviar um ultimato aos patrões das casas de obras, dando a estes um prazo de no máximo cinco dias para responderem ao *memorandum* sobre a redução das horas de trabalho e o aumento salarial.

Na sexta-feira, dia 11 de maio, sete estabelecimentos gráficos assinaram o acordo estabelecendo o dia de trabalho de 8 horas. Um dia depois, o mesmo acordo foi assinado

(<sup>21</sup>)-"Movimento operário na Capital", *O Estado de S. Paulo*. SP, 9 mai. 1907, p.3. Sobre os operários alemães, há uma falta de estudos sobre o comportamento e as influências desses operários junto aos movimentos operários da virada do século XIX para os primeiros anos deste século. Contudo, havemos de lembrar que, de todos os jornais publicados na cidade de São Paulo pertencentes a membros da colônia portuguesa, espanhola, italiana, francesa, alemã e outras, é a *Germania* (que circulou em São Paulo a partir de 30 de abril de 1878) a folha mais antiga de São Paulo. Além do trisemanal *Germania*, por esses primeiros anos, a colônia alemã também fazia circular diariamente (desde 1º de abril de 1900) o jornal *Deutsche-Zeitung*, órgão aparecido a 12 de junho de 1896.

(<sup>22</sup>)-"Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*. SP, 10 mai. 1907, p.2. No dia seguinte, este jornal publicou uma carta da firma Klabin Irmãos & Comp. endereçada à redação do jornal, informando que a dispensa do operário Attilio Godita não foi devido às opiniões do operário a respeito da redução de horas de serviço, mas porque o operário em questão instigou os demais operários a fazer "desaparecer parafusos e peças de máquinas, sem as quais as mesmas ficavam impossibilitadas de recomeçar de pronto o seu funcionamento". "Movimento Operário", *O Estado de S. Paulo*. SP, 11 mai. 1907, p.3.

por mais quatro estabelecimentos. Dois dias depois, foi a vez de dezesseis casas de obras gráficas aceitarem a jornada de 8 horas.<sup>23</sup>

Neste dia, 13 de maio, os gráficos da UTG-SP haviam decidido que haveria paralisação nas casas de obras gráficas que não aceitassem assinar o acordo pela concessão da jornada de oito horas diárias. Nesta situação encontravam-se cinco estabelecimentos gráficos (Weizflog & Comp., L'Artista, Hennies Irmãos, Tipographia Brazil e Klabin & Comp.).<sup>24</sup>

Com os gráficos em greve, os proprietários de dezesseis firmas gráficas, em reunião realizada a 14 de maio,

"resolveram por unanimidade não conceder aos seus operários as oito horas de trabalho, devendo cada oficina continuar com o horário que vigora atualmente."<sup>25</sup>

Além disso, esses proprietários decidiram que eles iriam fechar seus estabelecimentos no dia 17 de maio, caso no dia 16 os operários grevistas não tivessem voltado ao trabalho.<sup>26</sup>

Deste modo, conforme já analisou Bóris Fausto, o movimento de 1907 revelava "uma clara distinção entre a grande e a pequena empresa". Assim, de um lado, as pequenas

(<sup>23</sup>)-"Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*. SP, 12 mai. 1907, p.2; 13 mai. 1907, p.2; 14 mai. 1907, p.2.

(<sup>24</sup>)-No dia seguinte, 14 de maio, a partir das 11 horas "os operários gráficos que trabalhavam nas casas J. P. Cardoso, C. Wanderbach., Laemmert, Spindola e Siqueira aderiram à greve". *Correio da Manhã*. RJ, 15 mai 1907, p.3.

(<sup>25</sup>)-"Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*. SP, 15 mai. 1907, pp. 2-3. Nesta reportagem, *O Estado de S. Paulo*, fazendo uma leitura liberal dos acontecimentos desencadeados pela agitação operária em prol da jornada de 8 horas diárias, dizia que havia calma "enquanto os operários exerciam o seu papel portas a dentro das respectivas associações". Mas, depois que a calma começou a abandonar o espírito de alguns grevistas, viu-se reinar a violência. Por isso, atentava o jornal, os operários precisam se "lembrar de que o espírito da lei que lhes ampara o direito de manifestação é o mesmo que lhes veda o desejo de perturbarem o exercício profissional dos que trabalham por entenderem que não devem aderir à greve". Cf: *ibid.*

(<sup>26</sup>)-Além dessas resoluções tomadas pelos proprietários dos estabelecimentos gráficos, o jornal *Correio da Manhã* noticiava que com a decretação da greve, a Casa Duprat & Cia pediu garantias à polícia. Cf: *Correio da Manhã*. RJ, 15 mai. 1907, p.3.

firmas mostravam-se dispostas a conceder; mas, de outro, as grandes empresas mostravam-se intransigentes.<sup>27</sup>

E, para Boris Fausto, as explicações para a maleabilidade às concessões das pequenas firmas da época deveriam ser reportadas e relacionadas às questões de ordem social e ideológicas. Quanto às grandes firmas nascentes, "a greve pôs nu o aberto conflito de classes"<sup>28</sup>, chegando vários proprietários e representantes de fábricas de tecidos a se reunirem a fim de debelar o movimento paredista dos operários.<sup>29</sup>

As reuniões dos industriais têxteis - segundo Boris Fausto - "constituíram o embrião do único *lobby* industrial na Primeira República".<sup>30</sup> No entanto, apesar do pequeno peso econômico do setor gráfico quando comparado ao setor têxtil, dezesseis proprietários de médias e grandes firmas do setor gráfico também procuraram formar uma organização gráfica patronal centralizada, pois, a partir de 14 de maio, eles começaram a se reunir, decidindo nesta primeira reunião que eles não iriam atender às reivindicações dos operários.

Em nova reunião do dia 16 de maio, esses mesmos proprietários de tipografias e litografia resolveram unanimemente que, caso os grevistas não reassumissem os seus lugares, eles iriam fechar as oficinas gráficas a partir do dia 17 por tempo indeterminado. Além disso, ficou acertado que eles não iriam aceitar, pelo prazo de um mês, os operários que tivessem saído de outras oficinas gráficas de São Paulo. Nomearam, ainda, uma comissão permanente de cinco membros para as deliberações que julgassem necessárias nas condições anormais de parede operária.<sup>31</sup>

(27)-Boris FAUSTO, *op. cit.*, pp. 148-9.

(28)-*id, ibid*, p.149.

(29)-Sobre uma comunicação dos proprietários de fábricas de tecidos dirigida aos operários, ver: "Movimento operário", *O Estado de S.Paulo*. SP, 13 mai. 1907, p.2. E a resolução, aprovada em reunião, de vários industriais proprietários e representantes de Fábricas de Tecidos, ver: "Movimento operário", *O Estado de S.Paulo*. SP, 17 mai. 1907, p.2.

(30)-Bóris FAUSTO, *op. cit.*, p.149.

(31)-Cf: "Movimento operário", *O Estado de S.Paulo*. SP, 17 mai. 1907, p.2. Como noticiava este mesmo jornal, revelando mais uma vez a sua leitura liberal do movimento operário de 1907 pelas 8 horas de trabalho, "em toda a reunião [efetuada pelos proprietários gráficos] reinou sempre a mais completa harmonia e unidade de vista sendo todos de acordo de que não se trata de um movimento nascido no meio de seus empregados". *Id, ibid*.

Nesse mesmo dia, 17 de maio, quatro proprietários-signatários do acordo patronal gráfico receberam dos seus operários uma declaração de que não faziam parte das sociedades gráficas e se comprometiam a não aderir ao movimento grevista e a continuar a trabalhar nas condições até então vigentes. Em vista disto, os proprietários das tipografias Duprat & Comp., Pedro S. Magalhães, Espindola & Comp. e Venciprova & Faleone reabriram suas gráficas.<sup>32</sup> Além destas quatro tipografias, o pessoal da casa Cardoso & Filho, também signatária do acordo patronal gráfico, continuava a trabalhar nas mesmas condições em que se achava antes do movimento paredista.<sup>33</sup>

Em contrapartida, no dia seguinte, 18 de maio, os gráficos se reuniram e decidiram que, qualquer que fosse o resultado do movimento paredista, ninguém voltaria ao serviço sem a completa readmissão de todo o pessoal das casas de obras gráficas que estavam em conflito com os seus operários. Deste modo, declaravam-se continuar em greve os operários de cinco estabelecimentos tipográficos (Klabin Irmãos, Typographia Brazil, Hennies Irmãos, Weizflog Irmãos e Sociedade Artes Graphics).<sup>34</sup>

Por seu lado, nesse mesmo dia, mais três proprietários-signatários do acordo patronal gráfico (Hartman & Reichenbach, Laemmert & Comp. e J. P. Cardoso) reabriram seus estabelecimentos gráficos, pois receberam da parte de seus operários documentos afirmando que não faziam parte da associação operária gráfica e que continuariam os trabalhos nas condições até então vigentes.<sup>35</sup>

(32)-"Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*, SP, 18 mai. 1907, p.3.

(33)-*id*, *ibid*.

(34)-"Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*, SP, 19 mai. 1907, p.2.

(35)-*id*, *ibid*. Além da informação dita acima, o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 19 de maio 1907, à pág. 2, publicou que "o pessoal da casa J. P. Cardoso renunciou assinar um compromisso apresentado pelo proprietário, apesar da ameaça de ser despedido e substituído, recebendo, porém, seus competentes salários". Mas este jornal, no dia seguinte, publicou a propósito dos operários da casa J. P. Cardoso um documento nos seguintes termos: "Os abaixo-assinados, trabalhadores gráficos das oficinas do sr. J. P. Cardoso [...] declaram que não fazem parte da Sociedade das Artes Gráficas [UTG-SP?], nem se têm envolvido no movimento grevista. Declaram mais que estão prontos a trabalhar nas condições atualmente em vigor, sem exigência de espécie alguma. S. Paulo, 18 de maio de 1907 - Miguel de J. Ferreira, Manuel F. Machado Júnior, Argemiro de Oliveira, Cypriano Gomes, Manuel Mendes e Arthur J. Silva". "Movimento operário", *O Estado de S. Paulo*, SP, 20 mai. 1907, p.2.

Além da pressão patronal através do *lockout* e do fechamento da sede da Federação Operária do Estado de S.Paulo (a partir de 14 de maio), os paredistas e demais operários foram proibidos de se reunirem. Deste modo, os operários que estavam em parede eram obrigados a se encontrar secretamente nos arredores da cidade.

Com tais proibições, os compositores tipográficos e demais profissões do setor gráfico procuraram se reunir no dia 20 de maio em uma chácara situada no bairro do Araçá (nos arredores de S.Paulo) para discutir e resolver - segundo informações prestadas à imprensa - "as condições estabelecidas para a volta ao trabalho"<sup>36</sup>. Quando estavam reunidas cerca de cem pessoas, chegou o delegado de polícia acompanhado de força e fez

"ciente aos presentes que não permitia a reunião, e como não houve oposição, foram conduzidos ao posto policial do Canguçu, para ali explicarem os fins da reunião.

Todos foram ouvidos, e postos em liberdade, exceção de cinco, dos quais apenas sabemos os nomes de quatro, que são A. Dias Pereira, Lourenço Benucci, Elvino Pocaí e Andibole Ambrogí.

Estes foram removidos para o posto policial da Consolação, de onde foram soltos à noite."<sup>37</sup>

Mesmo com as proibições e intimidações, a greve e as reuniões dos gráficos prosseguiram. Tendo em vista essas pressões sofridas pelos paredistas, a UTG-SP dirigia um "manifesto pedindo a solidariedade dos colegas e um dia de trabalho para os grevistas necessitados"<sup>38</sup>. Por seu turno, a Federação Operária do Estado de S.Paulo resolvia emprestar à UTG-SP a quantia de cem mil-réis e entregar a quantia de vinte e cinco mil-réis a um operário que se viu forçado a sair de São Paulo.<sup>39</sup>

Quanto aos proprietários dos estabelecimentos gráficos, alguns deles, como Henrique Scheliga, da *Typographia Progresso*, despediam os grevistas que trabalhavam na

(36) - "Movimento operário", *O Estado de S.Paulo*. SP, 21 mai. 1907, p.2.

(37) - *id, ibid*; *Correio da Manhã*. RJ, 21 mai. 1907, p.2.

(38) - *Correio da Manhã*. RJ, 25 mai. 1907, p.3.

(39) - *Avanti!*.SP, 8(1703) 25 maggio 1907, p.1. (Texto em português no original.)



sua oficina.<sup>40</sup> Outros patrões, como os da oficina Weizflog Irmãos e da Sociedade Artes Graphics estabeleciam acordos com os operários, voltando os grevistas ao trabalho.

No acordo dos cento e setenta operários com os patrões da gráfica Weizflog Irmão, ficou assentado que o turno de trabalho seria de oito horas e meia.<sup>41</sup> Na Sociedade Artes Graphics, os seus operários conseguiram acordar com os patrões que o turno de trabalho seria de oito horas, e que, passado este horário de trabalho, os operários receberiam um acréscimo de 50% sobre o serviço realizado em turno extraordinário.<sup>42</sup>

No início de junho de 1907, quando a imprensa diária noticiava que nas duas últimas semanas a parede operária estava em franco declínio<sup>43</sup>, a Federação Operária do Estado de S.Paulo informava que os gráficos haviam encerrado o seu movimento.<sup>44</sup> O saldo das greves parciais pelas oito horas de trabalho e aumentos salariais foi positivo, pois das quarenta e três casas de obras gráficas envolvidas no movimento paredista a grande maioria concedeu o novo horário e aumentos salariais.

Se a vitória dos gráficos foi alcançada graças à ação conjunta, o mesmo não pode ser dito sobre os patrões que, apesar de procurarem se reunir para contrapor com *lockout* o movimento paredista, a sua ação conjunta mostrou-se debilitada, pois foram somente os proprietários das grandes firmas gráficas que se aglutinaram.<sup>45</sup>

(<sup>40</sup>)-"Typographia Progresso - Tendo sido despedidos os grevistas da nossa oficina, convidam-se os mesmos a vir receber os seus salários por saldo. São Paulo, 21 de maio de 1907. Henrique Scheliga & Comp. Rua Brigadeiro Tobias, 53 e 88." in: *O Estado de S.Paulo*.SP, 22 mai. 1907, p.4.

(<sup>41</sup>)-"Movimento operário", *O Estado de S.Paulo*. SP, 26 mai. 1907, p.3; "La conquista delle otto ore", *Avanti!*. SP, 8(1704) 27 maggio 1907, p.1. (Texto em italiano no original.)

(<sup>42</sup>)-"I grafici", *Avanti!*. SP, 8(1702) 24 maggio 1907, p.1; "La conquista delle otto ore", *Avanti!*. SP, 8(1704) 27 maggio 1907, s/p. (Textos em italiano no original.)

(<sup>43</sup>)"Movimento operário", *O Estado de S.Paulo*.SP, 2 jun. 1907, p.3.

(<sup>44</sup>)-"La conquista delle otto ore", *Avanti!*. SP, 8(1705) 8 giugno 1907, p.1. (Texto em italiano no original.)

(<sup>45</sup>)-A intransigência dos industriais de São Paulo em face da reivindicação dos operários pelas oito horas, gerada sobretudo pelas divisões internas e pela desorganização enquanto classe dos proprietários fabris, nos primórdios da industrialização, foi analisada pelo jornal socialista *Avanti!*. Cf: "La conquista delle otto ore", *Avanti!*, 7 mai. 1907; 9 mai. 1907, in: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930 - Documentos - Vol. II - Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado*. Campinas/S.Paulo: Brasiliense/FUNCAMP, 1981, pp. 153-156. (Textos em italiano no original.)

A ação dos patrões gráficos revelava, desta maneira, uma disputa intercapitalista. As pequenas firmas gráficas tornavam-se concorrentes das grandes firmas porque tinham a competitividade calçada nos baixos custos de mão-de-obra. Além disso, a disposição de conceder o turno de oito horas que estas pequenas firmas mostraram na greve operária era porque esses benefícios poderiam ser retirados com a mesma facilidade com que eram concedidos.

A maleabilidade das pequenas firmas gráficas devia-se ao fato delas sub-empregarem aprendizes e semi-oficiais, sem nenhuma experiência sindical, sendo que esses operários, em momento subsequente, encontravam dificuldades de travar ou apresentar barreiras às ações de seus patrões de voltar ao antigo horário de 10, 12 horas diárias, corroendo ainda mais os seus salários.

Quanto aos benefícios alcançados pelos grevistas, eles tendiam a permanecer por pouco tempo. Pois, frente à desmobilização dos operários ou a qualquer crise conjuntural, os patrões retiravam tais ganhos<sup>46</sup>, uma vez que as relações de trabalho não eram regulamentadas. Por isso, conforme esclareciam juristas e intelectuais<sup>47</sup>, a locação de trabalho não poderia ser matéria somente do direito comum, mas sim que a matéria trabalhista exigiria princípios legislativos próprios a serem resguardados e tutelados pelo poder público.

Conforme escrevia Henrique Coelho em *O Estado de S.Paulo*, a confecção de uma legislação trabalhista fazia-se necessário, pois bastava refletir "na situação material e na

(<sup>46</sup>)-Especificamente sobre as greves de 1907, ver a análise desenvolvida pelo *Avanti!*. Cf: "Gli Insegnamenti dello Sciopero", *Avanti!*, de 31-5-1907, in: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*, Vol. I - *O Movimento Operário*. S. Paulo: Alfa-Omega, 1979, pp.66-69. (Texto em italiano no original.)

(<sup>47</sup>)-Conferir, por exemplo, a coluna de Antonio Evaristo de MORAES, "Direito Operário", no jornal carioca *Correio da Manhã*, a partir de 30 de novembro de 1903. Ver também desse mesmo Autor, *Apontamentos de Direito Operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Sobre os intelectuais, consultar: "Pelos fracos", *O Estado de S.Paulo*. SP, 20 fev. 1905, p.1.; "A duração do trabalho", *id*, 15 jan. 1907, p.1; "Legislação operária", *id*, 23 jan. 1907, p.1; "Patrões e operários", *id*, 2 jun. 1907, p.1; "A velhice, a doença e a invalidez", *id*, 9 jun. 1907, p.1.; "As paredes operárias", *id*, 10 jun. 1907, p.2.; "As repartições do trabalho e a Execução das leis operárias", *id*, 1 jul. 1907, p.1; "Seguro operário", *id*, 25 jul. 1904, p.1; "A limitação das horas de trabalho", *id*, 16 abr. 1904, p.1.

condição moral em que ficavam" os operários para "reconhecer a necessidade da tutela do poder público, exercida no preenchimento de um fim altamente moralizador".<sup>48</sup> Deste modo, deveria haver uma regulamentação trabalhista nas fábricas e oficinas, e se, mesmo que semelhante providência não chega "a proporcionar a completa defesa dos direitos do trabalhador",

"mas por certo adianta bastante, já que lhes vai descobrindo o legítimo fundamento e, destarte, evitando o abandono em que têm estado os grandes e justíssimos interesses do proletariado."<sup>49</sup>

Como se lê, mesmo em meio à atmosfera político-econômica do liberalismo vigente nos idos de 1907, percebia-se a necessidade de pôr delimitações à dimensão auto-reguladora do livre mercado.<sup>50</sup>

(<sup>48</sup>)-Henrique COELHO, "Os operários nas fábricas", *O Estado de S. Paulo*. SP, 27 jun, 1907, p.2. Marcos A. H. LIMA, estudando os industriais têxteis de São Paulo nos anos 20, mostrou que eles compreendiam, dentro de um projeto e uma atuação política definidos, que os operários eram vítimas das circunstâncias sociais, precisando, deste modo, ser resguardados moralmente pela ordem privatista do mundo do trabalho, no chão da fábrica. Cf: capítulo 1, "O Problema Operário", da dissertação de mestrado de Marcos A. H. LIMA, *Os Industriais Têxteis Paulistas nos Anos 20: aspectos da sua atuação política*. Campinas, UNICAMP, novembro de 1992, mimeo.

(<sup>49</sup>)-*id, ibid*. Os artigos de Henrique Coelho publicados em *O Estado de S. Paulo* foram comentados em um editorial do jornal socialista *Avanti!*. Cf: "Risveglio", *Avanti!*. SP, s/n, 24 jan. 1907, s/p. in: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*, Vol. I - *O Movimento Operário*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, pp.59-61. (Texto em italiano no original.)

(<sup>50</sup>)-De acordo com Karl POLANYI, (no livro *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980) "a idéia de um mercado auto-regulável implicava numa rematada utopia" (*op. cit, p.23.*), e, as ações contrárias a esta idéia, não se constituíam em ações deliberadamente planejadas por agentes socialistas, mas uma ação espontânea da própria sociedade para poder se resguardar dos efeitos deletérios e perniciosos do livre mercado, com suas crenças relativas ao poder mágico da auto-regulação das trocas.

### A.1.3) As greves de 1912 e a proposta patronal de organização da aprendizagem gráfica

Em 1912, concomitante ao revigoramento da produção agro-exportadora cafeeira nacional (sobretudo, paulista) e da expectativa da alta do café no mercado internacional, a cidade de São Paulo sofria os efeitos de uma pressão inflacionária. Essa pressão inflacionária realizava-se num quadro de desenvolvimento sempre crescente de São Paulo, onde o trabalho vinha assumindo proporções até então nunca vistas.<sup>51</sup>

Desde os primeiros anos da década de 1910, relatava o jornalista Amadeu Lisboa, a todos causava espanto a rapidez com que se operava "o movimento modernizador", não só da Capital como de todo o Estado de S.Paulo. Assim, dizia,

"de medíocre cidade acadêmica que era São Paulo de há 25 anos, o modernismo transformou-a numa das mais belas capitais da América do Sul, uma das mais populosas (pois que os seus 400.000 habitantes dão-lhe o terceiro lugar entre as mais populosas do continente americano do Sul), uma das mais industriais e, sobretudo, uma daquelas onde o culto da civilização mais se impõe."<sup>52</sup>

Mas a "modernização" e o conseqüente peso demográfico que a cidade precisava absorver traziam diversos efeitos perniciosos. Na imprensa operária local multiplicavam-se as críticas à desfaçatez de um

"grupo de exploradores, parasitas e sanguessugas do povo, sob o pretexto de embelezar a cidade de S.Paulo, demolindo uma imensidade de casas velhas, deu um valor artificial aos terrenos e às casas, para melhor explorar o povo trabalhador - aquele que trabalha e deve pagar os aluguéis, pois que não tem casas próprias!"<sup>53</sup>

(51)-Sobre as greves de 1912 ocorridas em São Paulo, ver Boris FAUSTO, *op. cit.*, pp. 150-153.

(52)-*O Estado de S.Paulo*. SP, 31 mai. 1912, p.6.

(53)-*A Lanterna*. SP, 11(135) 20 abr. 1912, p.2. *A Lanterna*, órgão dos livre pensadores, nesta época estava sob a direção do tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth.

Juntamente à crescente elevação dos aluguéis, registrava-se também a crescente elevação de preços dos produtos de primeira necessidade, gerando deste modo dificuldades para os assalariados. Neste momento de carestia, "muitos operários, chefes de famílias", que chegavam a "ter em média cem mil réis de salários em cada mês", viviam

"em verdadeiros cortiços, numa promiscuidade apavorante, sem ar, sem luz, sem higiene, sem alimentação saudável, e, nestas condições, ainda se vêem forçados a desviar daquela quantia um terço para o aluguel. Com o restante têm de alimentar, vestir, calçar e acudir a outras necessidades. Como fazê-lo, porém, se pouco mais de 60\$000 [sessenta mil] réis dispõem para as magras refeições do dia?"<sup>54</sup>

Em contrapartida a essa situação de penúria que assolava os trabalhadores assalariados, os operários, que até então encontravam-se desmobilizados, iniciam uma campanha contra a carestia de vida. Para o comício de 1º de maio de 1912, o Centro Libertário de S.Paulo promovia reuniões desde 4 de abril, visando organizar uma grande agitação contra a carestia dos aluguéis de casa e dos gêneros de primeira necessidade.<sup>55</sup> Para tanto, a 26 de abril era constituído o "Comitê Popular de Agitação contra a Carestia da Vida".<sup>56</sup>

Ao mesmo tempo, na primeira quinzena de abril, os sapateiros da fábrica de calçados Rocha cruzam os braços. Os operários paralisaram as suas atividades para reivindicar a demissão do mestre da fábrica e aumento salarial. Após alguns dias de greve, os proprietários da fábrica Rocha atendem as reivindicações dos operários e esses voltam a trabalhar.<sup>57</sup>

As tentativas de fundar associações operárias também proliferavam. Assim, alfaiates, sapateiros, gráficos, pedreiros, canteiros paulatinamente iam constituindo as suas

(<sup>54</sup>) - *O Estado de S. Paulo*. SP, 20 mai. 1912, p.6.

(<sup>55</sup>) - "Vida operária", *A Lanterna*. SP, 11(134) 13 abr. 1912, p.3.

(<sup>56</sup>) - "Contra a carestia da vida", *A Lanterna*. SP, 11(136) 17 abr. 1912, p.2.

(<sup>57</sup>) - "Greve dos sapateiros", *A Lanterna*. SP, 11(134) 13 abr. 1912, p.3.

associações operárias de resistência. Não por menos, o comício de 1º de maio de 1912, conforme assinalava o articulista de *A Lanterna*, "teve um brilhantismo pouco comum".

"Foi uma jornada de larga e fecunda propaganda que, tudo faz esperar, trará resultados práticos e duradouros para o movimento operário deste Estado [de São Paulo]."<sup>58</sup>

O ressurgimento das associações operárias e os protestos contra a carestia de vida, reverteram-se em diversas greves, que se concentraram nos setores de calçado e têxtil. Nestas greves, "nada menos de 6.000 a 8.000 operários" chegaram a se manter em parede.<sup>59</sup>

Iniciado em fins de abril e terminado em meados de junho, o movimento grevista de 1912 guardava muitas semelhanças com as paredes de 1907. As mobilizações de 1912, apesar de procurarem formular um protesto geral contra a carestia de vida a qual se encontravam os trabalhadores, não seguiram nenhum programa de ação preestabelecido. Além disso, as greves não eram deflagradas por categorias, mas seguiam a espontaneidade dos operários a decretarem por firmas.

E, se as paredes de 1907 já haviam demonstrado a disputa intercapitalista pelo mercado, o movimento de 1912 mais uma vez pôs a nu a necessidade das firmas formarem *lobbies* industriais para organizar associações patronais centralizadas, a fim de regular o conflito capital/trabalho dentro do universo fabril.<sup>60</sup>

(<sup>58</sup>)-"1º de Maio", *A Lanterna*, SP. 11(137) 6 mai. 1912, p.3.

(<sup>59</sup>)-"As greves", *O Estado de S.Paulo*. SP, 18 mai. 1912, p.5.

(<sup>60</sup>)-Para alguns industriais do setor gráfico, regulamentar o conflito capital/trabalho dentro do universo fabril significava que as conquistas "materiais e morais" do operariado seriam uma decorrência de uma organização da aprendizagem gráfica. Já para alguns industriais têxteis dessa época, regulação deste conflito implicava ações moralizadoras que extrapolavam o chão da fábrica, mas que serviam para reiterar a ordem econômica na qual os operários deveriam ser integrados. Esta leitura sobre os industriais têxteis fundamenta-se na dissertação de Marcos A. H. LIMA, *op. cit.*, pp. 5-71. A respeito dos industriais gráficos, cf: *O Estado de S.Paulo* (5 e 6 de junho de 1912), p. 6. E, os industriais têxteis, ver as cartas de Jorge Street e Alexander Leslie e de um representante de Francisco Matarazzo em *O Estado de S. Paulo* (23 de junho de 1912), p.6.

Conforme declarava *O Estado de S.Paulo* a respeito das greves de 1912, se de um lado era justo que os operários protestassem a fim de que os seus salários fossem aumentados proporcionalmente aos aumentos experimentados pelos aluguéis das casas e dos gêneros de primeira necessidade; por outro lado, considerava

"que os industriais não podem aceder por completo a todas as imposições que lhe são feitas pelos operários, por que, para fazê-lo, seria o mesmo que concorrerem para um desequilíbrio dos capitais empregados nos seus estabelecimentos."<sup>61</sup>

Mesmo assim, conforme denunciava aquele mesmo jornal diário, a partir de 28 de maio os trezentos operários da casa de obras gráficas Weisflog & Irmãos declaram-se em greve para reivindicar

"apenas um aumento de 500 réis por dia, pois, segundo afirmam os reclamantes, há naquele estabelecimento gráfico menores de 9 e 10 de idade aprendizes encadernadores, que trabalham oito horas e meia por dia e ganham 800 e 900 réis."<sup>62</sup>

De sorte que o movimento de 1912, tornava oportuno a um "importante industrial" do setor gráfico expôr as suas idéias no "sentido de conciliar os interesses do capital com o trabalho, mediante a reorganização do operariado".<sup>63</sup>

Por conseguinte, para que o operariado gráfico pudesse conseguir uma "elevação do nível moral" da categoria, haveria a necessidade de organizar um sistema de aprendizagem onde cada operário iria se tornando cada vez mais habilitado para todos os ramos profissionais do setor gráfico,

(<sup>61</sup>)-"As greves", *O Estado de S.Paulo*. SP, 18 mai. 1912, p.5. A despeito do tom pró-patrões do trecho, acima transcrito, de modo geral o jornal criticava a posição dos donos das fábricas. A respeito da cobertura da greve de 1912 em *O Estado de S.Paulo*, ver: Barbara WEINSTEIN, *op. cit.*, pp. 158-161.

(<sup>62</sup>)-"As greves", *O Estado de S.Paulo*. SP, 29 mai. 1912, p.7. Os operários gráficos adultos tinham um salário médio que variava de 4 a 8 mil-réis por dia.

(<sup>63</sup>)-"Indústria Gráfica", *O Estado de S.Paulo*. SP, 5 jun. 1912, p.5.

"percebendo paralelamente ordenados cada vez mais altos, garantindo assim o bom andamento das fábricas e o futuro seu e de seus familiares".<sup>64</sup>

Explicando que a intermitência de operários aprendizes nas oficinas causava males tanto para os patrões quanto para os operários, o industrial gráfico detectava que as constantes mudanças de profissão e de fábricas realizadas pelos aprendizes gráficos traziam dois problemas:

"1º) que [o operário] nunca aprende bem serviço algum; e, portanto, nunca pode obter salário relativo aos seus encargos crescentes;

2º) que os patrões nunca têm pessoal habilitado que melhore os lucros com os quais possa aumentar os salários."<sup>65</sup>

Em vista da intermitência dos aprendizes nas oficinas, dizia o "importante industrial" gráfico: nenhum patrão ou mestre de oficina se dava ao trabalho de ensinar aos aprendizes "cavadores' de colocação", mais conhecimentos do que os necessários para que eles efetuassem as suas tarefas, pois pairava sempre o receio de que

"esse operário ambulante abandone o emprego em busca de outra oficina onde a necessidade do momento influa para um melhor salário."<sup>66</sup>

E como o processo de aprendizagem gráfica era oneroso para os patrões, ele somente poderia ser realizado caso houvesse a confiança da permanência dos aprendizes nas oficinas gráficas por um tempo determinado. Deste modo, para que a profissão gráfica se transformasse numa carreira estável, com os salários escalonados conforme a capacidade e o merecimento de cada operário, dando assim a oportunidade dos patrões disporem sempre de profissionais habilitados e fixos em suas fábricas, o "importante

<sup>(64)</sup> - *id*, *ibid*.

<sup>(65)</sup> - *id*, *ibid*.

<sup>(66)</sup> - *id*, *ibid*.



industrial" sugeria que patrões, operários e demais interessados do setor gráfico estudassem as seguintes propostas:

"1º) Todos os industriais devem criar em suas oficinas um aprendizado de quatro anos. Os rapazes serão admitidos ao aprendizado com o compromisso de permanência pelo tempo do aprendizado; e os patrões se comprometerão a ministrar-lhes o ensino e conservá-los durante aquele tempo. Findo o aprendizado, o operariado receberá do patrão um atestado de conduta e capacidade; sem o qual não poderá ser aceito como oficial. Daqui surge uma dupla vantagem: para o operário de não sofrer a concorrência dos que não sabem o ofício; para o patrão, de só admitir como oficial o operário habilitado, que fatalmente será cercado de melhor conceito.

2º) De acordo com as condições do nosso país, a remuneração do aprendiz devia ser esta:

I ano: no primeiro semestre, não terá remuneração; no segundo semestre, 500 réis por dia;

II ano: 1\$000 [um mil] réis por dia;

III ano: 1\$500 [um mil e quinhentos] réis por dia;

IV ano: 2\$000 [dois mil] réis por dia."<sup>67</sup>

Justificando por que no primeiro semestre do primeiro ano o aprendiz gráfico não deveria receber salário, o "importante industrial" esclarecia que esta medida não era

"tanto como compensação dos prejuízos em tempo e material consumidos com o ensino, mas porque essa medida, ao passo que desvia das oficinas os que, não tendo tendência para a arte, apenas procuram um ordenado, atrair, pelo contrário aqueles cujos pais desejem dar seriamente um ofício a seu filho, prezando mais o aprendizado do que o salário."<sup>68</sup>

Caso viessem a ser postas em prática essas idéias para organização da aprendizagem gráfica, o "importante industrial" dizia que de um lado o operariado teria feito uma "conquista material e moral" e de outro, as oficinas seriam bem servidas de operários "idôneos e habilitados".

(<sup>67</sup>)-*id, ibid.*

(<sup>68</sup>)-*id, ibid.*

A propósito da organização da aprendizagem gráfica sugerida pelo "importante industrial", o gerente da Empresa Typographica Paulista, Oscar Monteiro, comunicava que estava de acordo, mas propunha que o sistema de aprendizagem seguisse também as seguintes ressalvas:

- "a) que não sejam admitidos aprendizes com idade inferior a 12 anos;
- b) que essa idade seja comprovada com o respectivo atestado;
- c) que prove saber suficientemente ler e escrever, o que provará com o diploma expedido pelo diretor do grupo ou professor da escola que frequentou."<sup>69</sup>

Além das ressalvas, Oscar Monteiro aventava a idéia de realizar um "congresso de pequenos e grandes proprietários gráficos" da Capital e do interior de São Paulo, a fim de assentar um compromisso "nestas e outras condições" acerca da organização da aprendizagem gráfica.<sup>70</sup>

Por seu lado, o gráfico Olinó Leonel, opinando sobre o propósito dos proprietários de tipografias realizarem um acordo a fim de criarem em seus estabelecimentos um sistema de aprendizagem e remuneração, dizia que não discordava da criação do aprendizado, mas era contrário a sua duração de quatro anos, por considerá-la exagerada.<sup>71</sup>

Conforme esclarecia, a um aprendiz de compositor tipográfico que fosse inteligente e conhecesse a língua portuguesa, bastavam seis meses para aprender o ofício. Da mesma forma, um rapaz com os mesmos pré-requisitos, em menos de um ano, lidaria perfeitamente com uma máquina de impressão minerva ou cilindro, e em igual espaço de tempo conseguiria aprender a encadernar um livro. Porquanto, "aprendizado de dois anos" seria o suficiente.

(<sup>69</sup>)-"Indústria Gráfica", *O Estado de S.Paulo*. SP, 6 jun. 1912, p.5. Oscar Monteiro salientava que a exigência de admitir aprendizes gráficos alfabetizados era um meio que os patrões tinham para evitar que muitos pais transformassem as oficinas tipográficas em escolas, "para onde mandam os filhos completamente analfabetos, o que dá muitas vezes em resultado esses aleijões tipográficos que andam por aí, e aos quais só dão remédio ou paliativo, a paciência extremada e evangélica de um bom revisor".

(<sup>70</sup>)-*id, ibid.*

(<sup>71</sup>)-*id, ibid.*

Quanto à remuneração dos aprendizes apontada pelo "importante industrial", Olino Leonel considerava os seus valores "irrisórios". Afinal,

"devendo ser o aprendizado freqüentado por moços inteligentes, que, naturalmente, não serão crianças, é preciso que se lhes faça um ordenado que varie, segundo a sua capacidade, dos 60\$000 [sessenta mil-réis] aos 100\$000 [cem mil] réis mensais, embora se lhes não dê nada até que não façam alguma coisa."<sup>72</sup>

E sobre as dificuldades dos patrões disporem de pessoal fixo, pois que os aprendizes, antes mesmo de se tornarem aptos, tratam logo de sondar uma vaga em outra oficina, onde passam a trabalhar em outro ramo profissional de que menos entendem, caso venham a receber maior ordenado, Olino Leonel propunha aos proprietários

"aumentar, de ano para ano, de uns 300 ou 500 réis a diária dos seus empregados ou então darem-lhes prêmios.

O empregado que trabalhar numa casa cinco anos consecutivos terá, no fim desse tempo, um prêmio de 200\$000 [duzentos mil] réis (por exemplo); o que permanecer mais cinco terá 400 ou 500; o que ficar mais cinco terá 1:000\$000 [um conto] de réis, e assim por diante"<sup>73</sup>

As greves de 1912 trouxeram à tona a idéia capital do programa defendido pela UTG-SP nos anos iniciais deste século: a interdependência da dimensão econômica e moral do operariado gráfico. E os patrões gráficos (sobretudo os grandes proprietários) coagidos pela disputa intercapitalista em um livre mercado, viam a necessidade de regulamentar a aprendizagem, absorvendo, de certa forma, um dos itens formulados pela UTG-SP.

A partir disso, nestes anos 10, o problema da aprendizagem gráfica começava a ganhar uma dimensão não somente econômica, pois que ela começava a indicar elementos políticos e ideológicos que extrapolavam o processo de trabalho. Assim, ao que tudo

(<sup>72</sup>)-*id, ibid.*

(<sup>73</sup>)-*id, ibid.* O que concluía Olino Leonel: "E olhem que não será nenhuma magnanimidade dar pouco mais de um conto de réis de prêmio a um trabalhador que deu lucro ao patrão pelo espaço de quinze anos!".

indica, na área da grande empresa nascente, sob as pressões de um capitalismo competitivo formado por um livre mercado; os industriais, além de se utilizarem do despotismo de fábrica característico dessa época, se viam obrigados a também formar meios conciliatórios de regulação das disputas intercapitalistas e dos conflitos interclassistas<sup>74</sup>.

A regulamentação de um sistema de aprendizagem e remuneração gráfica ganhava foros de debate público numa época em que a composição, a impressão e a encadernação estavam todas mecanizadas. E como o último reduto do setor gráfico a ser mecanizado foi o de composição tipográfica, vamos nos remeter aos efeitos e discussões que esta mecanização trouxe para os operários que sofreram esta modificação em seu processo de trabalho.

## **B) OS OFÍCIOS DO SETOR GRÁFICO**

Nos primeiros anos deste século, o setor gráfico constituía-se dos seguintes ramos profissionais: compositores manuais, impressores de rotativas, impressores de máquina cilindro e minerva, encadernadores, pautadores, douradores, cortadores, costureiros à máquina, gravadores, estereotipistas, zincógrafos, litógrafos e fotógrafos. Esses gráficos empregavam-se em fábricas, oficinas de jornais e casas de obras gráficas.

Nas grandes firmas da época havia uma concentração desses ramos de trabalho em três departamentos: departamento de composição, de impressão e de encadernação. Contudo, era raro haver uma integração desses departamentos em uma única empresa, visto que era reduzido o número de grandes firmas existentes em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com os manuais de artes gráficas, para se iniciar na profissão de compositor tipográfico exige-se um bom conhecimento de ortografia, gramática,

(<sup>74</sup>)-Com algumas alterações, o parágrafo acima trabalha com a noção de "política de produção", desenvolvida por Michael Burawoy. Cf: Michael BURAWOY, "A Transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo/Rio de Janeiro, 5(12): 29-50, jun. 1990.

aritmética e dos códigos da tipografia. O cumprimento dessas exigências, mais uma acurrada percepção tátil, desenvolvida coordenação visual-motora e boa memória faz do oficial compositor uma profissão qualificada. Uma pessoa com essas atribuições leva, em média, de 2 a 3 anos para tornar-se um compositor oficial.

Tecnicamente, no início do século, a impressão tipográfica era somente realizada através da composição manual de tipos celulares. Cada tipo era uma peça de metal que tinha gravado em uma de suas faces, em auto-relevo, o correspondente a todas as letras, sinais e números adotados na escrita. Willy Rubli, técnico de artes gráficas, descrevia com as seguintes palavras o metódico trabalho do compositor tipográfico:

"Durante a composição, os tipos são tirados da caixa [caixa de compôr construída especialmente para este fim, onde os tipos são distribuídos] e colocados no *componedor*, de tal maneira, que os espaços que na impressão devem ficar em branco, são preenchidos com material de espaçamento, apropriado. Tal material consiste em peças sortidas de todas as grossuras, a fim de que, com o auxílio das mesmas, se possam alargar ou diminuir as linhas conforme for necessário para se obter uma determinada largura de todas as linhas, incluindo os espaços que devem ficar em branco. Desta maneira, o tipógrafo vai compondo palavra por palavra, linha por linha, juntando estas na *bolandeira*, isto é uma chapa de metal guarnecida em três lados por uma alça à guisa de colunas, das quais se formam as páginas dos livros e revistas. *Os trabalhos que, pela sua disposição dos caracteres e ornatos, têm finalidade artística, chamam-se, para distingui-los da composição corridas, 'obras de bico' ou 'obra de acidência'. Tais trabalhos, entretanto exigem muito gosto e bastante pericia.*"<sup>75</sup>

Em 1885, motivado pelo desejo de produzir composições mais rápidas e mais baratas para os jornais, o imigrante alemão radicado nos EUA, Ottmar Mergenthaler, construiu a primeira máquina de compôr, denominada *Lynotipo*. Devido a essa máquina, surgem no setor gráfico as profissões dos trabalhadores em linotipia, linotipistas,

(<sup>75</sup>)-Willy RUBLI, *As Artes Gráficas: Compêndio para a fácil compreensão das Espécies Fundamentais de Impressão e da Técnica Moderna dos processos de Reprodução Gráfica*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1944, p.55. (Grifos, no original.)

mecânicos e emendadores de prova. Após a invenção da *Lynotipo*, surgiram a *Intertype* e a *Typograph*. As três, esclarece Willy Rubli,

"são máquinas em que as linhas são fundidas em um só bloco. *Em todas elas há um teclado semelhante ao da máquina de escrever, o qual porém, está em comunicação com as matrizes. Nestas máquinas, acionado o teclado por um operador, automaticamente as matrizes vão colocar-se uma lado das outras, formando linhas. A própria máquina funde então, numa vez, a linha composta pelas matrizes e, feito isto, voltar as ditas matrizes aos seus lugares no magazin*".<sup>76</sup>

O operador dessas máquinas de compôr, denominando-se linotipista, era um compositor mecânico, e o seu trabalho consistia em compôr com linhas fornecidas pelas máquinas *Lynotipo*, *Intertype* ou *Typograf*. Enquanto o serviço do compositor tipográfico era completamente manual, com ritmo livre, e que não obedecia a uma ordem rígida de sucessão; o serviço do linotipista era uniforme e havia uma determinada seqüência a seguir, com o ritmo de trabalho dependendo da velocidade das batidas nas teclas da máquina. Em relação ao compositor manual, a aprendizagem linotípica era menos demorada, contudo, quanto à qualificação profissional, os dois ofícios eram quase similares.

#### **B.1) A ação organizatória dos compositores tipográficos e dos linotipistas perante as máquinas de compôr**

Como vimos no 1º Capítulo, as máquinas de compôr foram introduzidas primeiramente nas oficinas dos jornais diários. No Rio de Janeiro, a partir de 1903, o *Jornal do Commercio* mandou instalar uma *Lynotipo* e começou experimentá-la. Em setembro do ano seguinte, o jornal paulistano de circulação diária e editado em italiano, *Fanfulla*, também instalou máquinas de compôr em suas oficinas.

(<sup>76</sup>)-*id*, p.57. (Grifos, no original.)

Paulatinamente essas máquinas foram se alastrando em todas as oficinas de jornais. Em meados de 1908, em São Paulo e no Rio de Janeiro, a maioria das oficinas gráficas dos jornais diários tinha instalado as suas máquinas de compôr. O funcionamento dessas máquinas significou uma alteração do processo de trabalho no ramo de composição tipográfica, contribuindo para dificultar ainda mais o *controle sobre o mercado de trabalho*, que, em São Paulo, a UTG-SP vinha procurando estabelecer desde a sua fundação, em março de 1904.

*Grosso modo*, houve um paralelismo entre os gráficos de São Paulo e do Rio de Janeiro quanto às discussões sobre a mecanização da composição tipográfica. Primeiramente, vamos nos restringir a reconstituir e a analisar as discussões dos gráficos do Rio de Janeiro, para depois falar sobre as experiências dos operários de São Paulo.

Em maio de 1907, comentando sobre a situação dos gráficos do Rio de Janeiro, um articulista do semanário anarquista, *A Terra Livre*, escrevia que esses gráficos estavam "passando por uma crise verdadeiramente dolorosa". Paralelamente a essa crise, que não poderia ser enfrentada pela categoria de forma unida,

„pois que a Liga das Artes Gráfica foi ultimamente dissolvida, a máquina de compôr vem impiedosamente esmagá-la. E, no meio desse descalabro de famílias sem pão e homens aviltados pela miséria, apenas se vê ereto, triunfante, o capitalismo voraz dos donos dos jornais que, colocados acima de todas as leis ordinárias e costumes estabelecidos, imperam como reis absolutos sobre os trabalhadores e sobre os governantes.“<sup>77</sup>

O espírito de derrota que tomava conta da categoria gráfica, poderia ser exemplificado pela maneira como a categoria gráfica fez desaparecer a Liga das Artes Gráficas. Em 12 de maio de 1907, quando uma assembleia dos gráficos foi convocada a fim de saber se a categoria desejava ou não que a Liga das Artes Gráficas continuasse a existir, visto o estado de indiferença e de abandono a que se atirara a categoria gráfica, a assembleia resolveu dissolver a Liga das Artes Gráficas.

(<sup>77</sup>) - *A Terra Livre*. RJ, 2(34) 25 mai. 1907, p.3.

A Liga das Artes Gráficas, como vimos no 2º Capítulo, foi fundada em 2 de agosto de 1903. A 1º de novembro deste ano, quando da eleição para a formação do seu primeiro Conselho Administrativo, dos 524 associados, 448 eram compositores tipográficos dentre as demais profissões (encadernadores, impressores, mageadores, gravadores, estereotipistas, impressores, litógrafos e pautadores), e todos os membros escolhidos para o primeiro Conselho Administrativo eram compositores tipográficos. Seis meses após a eleição, a Liga das Artes Gráficas efetivamente se instalava junto à sede dos operários marmoristas. Ela se filiou à Federação das Associações de Classe e participou do 1º Congresso Operário Brasileiro.

Pelos menos até o final de 1904, a Liga das Artes Gráficas não havia conseguido arregimentar e organizar muitos operários gráficos. Conforme dizia o gráfico Luiz Magrassi, em uma carta enviada à União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), a

"classe gráfica - salvo a honrosa exceção dos poucos que formam a *Liga das Artes Gráficas*, vegeta aqui no mais profundo quietismo."<sup>78</sup>

Ainda sob o olhar investigativo de alguns militantes comentadores do movimento organizacional dos gráficos do Rio de Janeiro, a greve dos tipógrafos dessa cidade no *Diário Portuêz*, em abril de 1909, constituía-se uma exceção:

"É raro manifestar-se um movimento entre os tipógrafos devido ao grande número de carneiros que andam pelas tipografias, sempre prontos a furar e trair qualquer tentativa de resistência à ganância patronal."<sup>79</sup>

Levando em consideração somente as observações desses militantes, os gráficos cariocas passaram no decorrer de quatro anos por "obedientes cordeiros". Todavia, para a

(<sup>78</sup>) - *O Trabalhador Graphico*. SP, 1(4) abr. 1905, p.5.

(<sup>79</sup>) - "Greve do *Diário Portuêz*", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(9) 17 abr. 1909, p.2. (ed. cit.)



surpresa desses mesmos observadores, funda-se, em 22 de junho de 1909, a partir do Comitê Tipográfico, a União Tipográfica de Resistência. Esta União constituía-se de compositores tipográficos, estereotipistas e impressores.

Como porta-voz dos compositores manuais (ou compositores caixistas), surge o periódico *O Composedor*<sup>80</sup>. Escrevendo neste jornal, Tiberio Alves, então presidente provisório do Comitê Tipográfico, fundado em 18 de maio de 1909, relatava que naquele momento havia

"cerca de oitocentos compositores que foram estupidamente inibidos de exercerem a sua profissão, obrigados subitamente a apelarem para outros meios inferiores e contrários à sua índole, a fim de não implorar a caridade.

Infelizmente não sabemos quem nos poderá salvar neste momento difícil, se os nossos chefes, que melhor do que nós conhecem os segredos de nosso trabalho, se as empresas que julgamos velar pelo nosso bem estar.

Devemos notar que a crise que nos assoberba é motivada, simplesmente devida, à falta de trabalho que persiste nas classes produtoras."<sup>81</sup>

Juntando-se à crise econômica, "à falta de trabalho que persiste nas classes produtoras"<sup>82</sup>, para os compositores tipográficos o desemprego era agravado pela

(<sup>80</sup>)-O periódico *O Composedor* circulou de 1º maio a 23 de novembro de 1909, em um total de 13 números. Tinha como diretores Pinto Mineiro e J. de Carvalho, e como colaboradores Olympio Hygino, Arlindo Pernambuco, Leoncio Fanuchi, Salvino Cavalcanti, Tiberio Alves e Elizario da Silva Freire.

(<sup>81</sup>)-José Tiberio Alves BARRETO, "Deplorável situação", *O Composedor*. RJ, 1(1) maio 1909, p.3.

(<sup>82</sup>)-É interessante notar que além da fala do tipógrafo Tiberio Alves sobre a incapacidade estrutural da indústria absorver mão-de-obra em época de crise, na imprensa local eram publicadas opiniões, como os extratos do discurso de Sylvio Roméro pronunciado na Academia Brasileira de Letras no dia 18.12.1906, dizendo que "o grosso da população é paupérrimo e desarticulado. Nos campos, nas roças, nos sertões, no interior, produz, mas produz pouco e sem sistema. Nas vilas e cidades quase nada produz em pequenos e mal organizados ofícios e um pouco mais nas modernas fábricas instaladas em vários pontos onde o operariado geme, porém, nas garras de um capitalismo que se poderia chamar quebrado: porque nós não temos grandes fortunas, fartas somas acumuladas". Mas, em outra fala, relevava Sylvio Roméro que ele não havia se filiado ao partido socialista, ponderando, entre outras observações, que o "operariado nacional, de tempos a esta parte, anda fortemente transviado por maléficos elementos estrangeiros, e de vez em quando põe em cerco o quebrado capitalismo da terra ...É mais uma

dispensa que as máquinas de compôr (as linotipos) impunha a essa profissão, já que a instalação das linotipos nos periódicos diários fazia substituir "o trabalho de seis operários e às vezes mais pelo trabalho executado com o auxílio de um só operário".<sup>83</sup> Por outro lado, conforme denunciava o tipógrafo Vieira de Lima,

"a crise de trabalho, em parte, não é devida só às *máquinas de compôr*, existe em nosso meio [...] o que se não dá em outras artes - o acúmulo de trabalho, com especialidade em folhas diárias, nas quais encontramos companheiros que têm o seu nome, jactando-se disso, na respectiva lista como empregados a um só tempo de três ou mais casas, preterindo-se assim aqueles que nada têm e que vivem ou vegetam."<sup>84</sup>

Com a instalação das máquinas de compôr nas folhas diárias, as empresas que não tinham condições financeiras de as possuírem e por necessidade de competição no mercado exploravam, dizia o tipógrafo Arlindo Pernambuco, "o trabalho do modo mais cruel possível", exigindo

"uma tarefa de 150 a 160 linhas, que demanda 5 e 6 horas de trabalho noturno e isto mesmo quando os originais vêm seguidamente às nossas mãos, quando dias em que, com este

singular anomalia brasileira a *dupla corrente contraditória de imigrantes*, que hodiernamente demandam com mais freqüência as nossas plagas: *frades e anarquistas ...*" Sylvio ROMERO, "O socialismo no Brasil - (Carta ao Dr. Edmund Bittencourt)", *Correio da Manhã*. RJ, 28 dez. 1906, p.1. Essas opiniões de Syvio Romero acerca do capitalismo e do operariado brasileiros receberam a réplica de Cesar Mendes. Cf: Cesar MENDES, "(Carta de Cesar Mendes, em resposta à carta de Sylvio Roméro)", *Correio da Manhã*. RJ, 30 dez. 1906, p.8.

(<sup>83</sup>)-"As linotipos", *O Compondedor*. RJ, 1(2) 8 mai. 1909, p.2.

(<sup>84</sup>)-Vieira de LIMA, "Palavras e ... Palavras", *O Compondedor*. RJ, 1(8) 8 jun. 1909, p.2. (Grifos, no original.) Essa observação de Vieira de Lima era reiterada por Ambrosio Chiodi, que, escrevendo de São Paulo, informava que muitos compositores tipográficos de São Paulo, por terem perdido o emprego, devido as instalações das linotipos, estavam dirigindo-se para o Rio de Janeiro, e daí interrogava: "Encontrarão trabalho com mais facilidade? Pode ser, se os gráficos cariocas abandonarem o mau hábito de ocupar dois ou três lugares". A. CHIODI, *A Terra Livre*. RJ, 2(51) 12 nov. 1907, p.4. Por sua vez, o tipógrafo A. de Souza ao relatar a sua viagem a São Paulo a procura de emprego, falava que nesta cidade "a arte [gráfica] não está em melhores condições do que no Rio, porém ali existe maior quantidade de papelarias e tem um bom sistema: o das oficinas serem amplas e separadas das lojas". A de SOUZA, "A situação das classes trabalhadoras", *O Compondedor*. RJ, 1(8) 8 jul. 1909, p.3.

espaço de tempo, não nos garantem nem a metade da tarefa imposta."<sup>85</sup>

Por seu lado, a aquisição das máquinas de compôr pelas empresas jornalísticas, apesar de suprimir "com grande vantagem o trabalho rigorosamente manual"<sup>86</sup>, suscitava dúvidas quanto à sua lucratividade. Expostas por operários, a indagação girava em torno de mensurar se os custos do investimento para adquirir as linotipos mais o tempo necessário para tornar produtivo o seu operador (ainda que qualificado) permitiria, em tempo hábil, que o trabalhador atuasse no nível de produtividade determinado pela concorrência, gerando benefícios líquidos. Tendo em vista essas dúvidas, o articulista de *O Composedor* expunha que

"O *Diario do Commercio*, criado [... em 1908] para defender os interesses mercantis, adquiriu, como quase todas as folhas daqui, quatro linotipos.

Ora, trazendo estas a fama de que muito lucrariam as empresas com esse agente de composição, aliás bem sucedido em todas as oficinas que as têm ao seu serviço, bem como se compreende que tivesse baqueado financeiramente o *Diario do Commercio*?

Se o trabalho da caixa prejudica, é oneroso ou caro, como tem-se mantido até hoje a *Folha do Dia* para agora pensar na compra dessas quatro máquinas que o ex *Diario* lhe quer vender?

Se a caixa prejudica, a *Folha do Dia* só poderá realizar essa compra a prazo, e se o *Diario do Commercio* sossobrou, irremediavelmente provado está que a linotipo não oferece grandes vantagens."<sup>87</sup>

Por outro lado, não havia dúvidas que a instalação de linotipos gerava desemprego, pois que a expulsão de mão-de-obra era superior à criação de novos postos de trabalho. E para piorar a situação, denunciavam os tipógrafos, às gráficas nacionais compensava financeiramente mandar imprimir no estrangeiro, livros e folhetos, prospectos

(<sup>85</sup>)-Arlindo PERNAMBUCO, "O que poderei dizer ...", *O Composedor*. RJ, 1(1) mai. 1909, p.3.

(<sup>86</sup>)-"A linotipo na *Folha do Dia*", *O Composedor*. RJ, 23 out. 1909, p.1.

(<sup>87</sup>)-*id, ibid*. Na mesma linha de argumento, cf: "A resistência Tipográfica", *O Composedor*. RJ, 1(8) 8 jul. 1909, p.1; "À propaganda", *id*, 1(9) 20 jul. 1909, p.1. Sobre os possíveis efeitos negativos do trabalho do linotipista, sob o ponto de vista higiênico ou fisiológico, ver: "Os males do teclado", *id, ibid*, p.2.

e anúncios, e "até jornais se a demora da travessia não apagasse o cunho das novidades"<sup>88</sup>, por ser o papel em branco mais taxado na aduana do que o papel impresso.

A respeito dos impostos aduaneiros sobre papéis em branco e impressos, havia uma longa discussão sobre o protecionismo e os seus efeitos, tanto para alguns produtores quanto para os consumidores, desde meados do século XIX. Tal como se encontravam estabelecidas as taxas alfandegárias, era economicamente mais vantajoso mandar imprimir um livro na Europa do que no Rio de Janeiro, ou em São Paulo. Isso porque a taxa aduaneira cobrada para os papéis impressos era bastante inferior aos papéis em branco. Sendo assim, as oficinas tipográficas no Brasil, que importavam, entre outros produtos, o papel em branco, não conseguiam realizar um trabalho mais barato do que o produto similar importado da Europa.<sup>89</sup> Por isso, esclarecia um articulista em *O Composedor*,

"o trabalho, em relação ao número de tipógrafos tecnicamente falando, é nulo nesta Capital [Rio de Janeiro], devido ao privilégio dispensado ao industrial estrangeiro. Quando o impresso é diminutamente taxado, na importação do papel em branco o imposto é tão pesado que mais vale editar fora e deixar o operário brasileiro na miséria com seus filhos!"<sup>90</sup>

A par dos problemas que a profissão de compositor tipográfico enfrentava, o tipógrafo Lopes Castro reiterava que os tipógrafos, devido ao seu ofício, deveriam se submeter às regras estabelecidas pelos "mais vetustos na arte", mas o que não aceitava, era

(<sup>88</sup>)-"A Mão de Obra", *O Composedor*. RJ, 1(2) 8 mai. 1909, p.1; "A Questão das Tarifas", *O Composedor*. RJ, 1(3) 24 mai. 1909, p.1.

(<sup>89</sup>)-Ver representação, de 1869, que a Associação Tipográfica Fluminense dirigiu à Assembléia Geral Legislativa, solicitando uma revisão do projeto que pretendia isentar de impostos aduaneiros os impressos em língua nacional efetuados no estrangeiro. Por duas ocasiões, em 1901 e 1903, novamente a Associação Tipográfica Fluminense nomeou comissões para defender os interesses dos editores nacionais, pedindo a elevação da taxa aduaneira dos livros escritos em português e impressos no estrangeiro. Cf: *Associação Typographica Fluminense, op. cit.*, pp. 23-25, 37-38.

(<sup>90</sup>)-"Sempre Firmes!", *O Composedor*. RJ, 1(11) 22 set. 1909, p.1.

terem os mais velhos consentido, no passado, que "o sexo feminino pertencesse à mesma arte".<sup>91</sup>

A incorporação de mulheres nos ramos profissionais do setor gráfico, estava restrita às tarefas menos qualificadas desse setor, apresentando uma hierarquia masculina. Fora das oficinas de encadernação, era raro encontrar mulheres trabalhando nos demais ramos profissionais do setor gráfico. Exceção única era a Imprensa Nacional, em que, conforme relatava Oliveira Bello, "desde longo tempo [...] trabalhavam mulheres em algumas oficinas".<sup>92</sup>

Conforme seus dados, em 1894, na Imprensa Nacional havia 20 mulheres trabalhando na oficina de composição e 40 nas de serviços acessórios; em 1900, respectivamente, 36 e 69; em 1908, na oficina de composição o número passou para 69, e nos serviços acessórios para 71, fora as que eram ainda aprendizes. Na Imprensa Nacional, as mulheres

"trabalham em salas especiais, apartadas das que funcionam as oficinas dos homens; as horas de entrada e de saída são diferentes das dos operários; e, sujeitas ao regime comum do operariado, estão, todavia, subordinadas a certas regras disciplinares, exigidas pela concorrência dos dois sexos no mesmo estabelecimento."<sup>93</sup>

A "concorrência dos dois sexos", não ficava somente restrito a "certas regras disciplinares" - por certo concorrência adstrita somente na Imprensa Nacional. Ficava também a opinião, como a emitida pelo tipógrafo Lopes Castro, de não aceitar a presença de mulheres trabalhando no setor gráfico. Assim, o perigo de desaparecimento da profissão de compositor manual, devido a implementação das máquinas de compôr nas oficinas dos jornais diários, fazia aquele tipógrafo indagar: "poderá [...] o trabalho da mulher suplantar a qualidade do nosso ou ser mais classificado ou mais bem pago [...]? Afinal, continuava,

(<sup>91</sup>)-A. L. Lopes CASTRO, "Opinemos ...", *O Composedor*. RJ, 1(1) mai. 1909, p.3.

(<sup>92</sup>)-Oliveira BELLO, *Imprensa Nacional (Oficina Oficial) - 1808-1908 - Apontamentos Históricos*, op. cit., p. 124.

(<sup>93</sup>)-*id, ibid.*

"na Imprensa Nacional, onde se abriu o privilégio da mulher na tipografia, donde se poderá desenvolver toda essa razão de ser, cabe determinar um regulamento a essa concorrência a um trabalho que dia-a-dia vai decaindo e reduzindo com a invasão das máquinas, à extrema penúria, uma porção considerável de compositores."<sup>94</sup>

Tendo em vista a proteção do seu ofício, os compositores manuais rompem com os linotipistas, fundando a União Tipográfica de Resistência. Conforme declaravam os tipógrafos,

"a linotipia isolou barbaramente os nossos impulsos unionistas, desqualificou o artista, aniquilou o compositor. A caixa é um recurso de trabalho que se arreda da oficina para se dar começo à montagem de mais uma linotipo."<sup>95</sup>

Nos Estatutos da União Tipográfica de Resistência<sup>96</sup>, aprovados em assembleia geral de 27 de agosto de 1909, podia-se perceber contra o que e contra quem os tipógrafos lutavam. Entre os seus fins, estava em obstar, "por todos os meios possíveis, a introdução em oficinas das máquinas de compôr" (art. 2º). Também iriam "procurar colocar nas chefias de oficinas sócios inteiramente habilitados e evitar a aprendizagem exploradora nas casas de obras ou jornais diários" (art. 5º).

Ainda entre os seus fins, estava em "firmar com as demais associações congêneres do Brasil e do estrangeiro, um pacto de absoluta solidariedade, de modo a permitir toda a integralidade do geral movimento *anti-linotipista*" (art. 10).<sup>97</sup> Para admissão de sócios da União Tipográfica de Resistência, seriam "incompatíveis os aprendizes", quer fossem "de maior ou de menor idade" (art. 12).

Entre as Disposições Gerais dos Estatutos, figurava o controvertido art. 24, em que dizia ser "inteiramente vedada a entrada de linotipista no seio da União, isto é, não

(<sup>94</sup>)-A. L. Lopes CASTRO, "Opinemos ...", *op. cit.*

(<sup>95</sup>)-"À propaganda", *O Composedor*. RJ, 1(9) 20 jul. 1909, p.1.

(<sup>96</sup>)-"Estatutos da União Tipográfica de Resistência", *O Composedor*. RJ, 1(12) 23 out. 1909, pp.2-3.

(<sup>97</sup>)-*id, ibid.* (Grifos, no original.)

poderá ser sócio". O art.24, vinha complementado pela seguinte observação (parágrafo 1º):

"Ao sócio da União é permitido, de acordo com a sua liberdade de ação comum, aprender o trabalho das máquinas de compôr; *não será admitido, porém, que esse pertença a sindicatos ou outras associações quaisquer.*"<sup>98</sup>

Os Estatutos da União Tipográfica de Resistência sofriam críticas. Segundo um articulista de *O Composedor*, o art. 4º. dos Estatutos<sup>99</sup> deveria ser melhor discutido. Afinal, retrucava, "temos visto que muitos colegas se retiram de uma casa por diversos motivos, às vezes por motivos singulares e inexplicáveis".

"Há os que são dispensados até por defraudarem o patrimônio das associações e por insultarem, agredirem os nossos chefes."<sup>100</sup>

Além dessa omissão, o articulista considerava os art. 12 e 24 dos Estatutos seletivos, visto que enquanto o primeiro afirmava não ser possível a admissão de aprendizes como sócios, o segundo vedava a condição de linotipistas tornarem-se sócios da associação. Desse modo, cogitava,

"a remissão interdicta ao aprendiz quando na lei não se trata desse direito, se por antiguidade se por contribuição, e a exclusão definitiva do linotipista quando brevemente talvez a metade de seus sócios serão tais, são dúvidas bastantes para afirmar a razão de ser de uma sociedade agora criada para remediar uma situação que a todos atinge, pois que tanto o maquinista como o da caixa precisam de uma dupla resistência para encarar o problema atual."<sup>101</sup>

(<sup>98</sup>)-*id, ibid.* (Grifos, no original.)

(<sup>99</sup>)-O art. 4º dos Estatutos foi redigido nos seguintes termos: "Intervir em todas as questões suscitadas entre o operariado, sócios ou não da União e proprietários de oficinas - evitando deslocamento dos seus associados ou tratando de empregá-los quando desocupados." "Estatutos da União Tipográfica de Resistência", *O Composedor*. RJ, 1(12) 23 out. 1909, pp. 2-3.

(<sup>100</sup>)-"A Resistência", *O Composedor*. RJ, 1(13) 23 nov. 1909, p.1.

(<sup>101</sup>)-*id, ibid.*

Apesar dessas críticas e de outras, prolongadas por dias de "estéris [sic] discussões", a partir do final de outubro de 1909, a União Tipográfica de Resistência se achava funcionando regularmente, instalada junto à sede dos operários estivadores.<sup>102</sup>

Ao mesmo tempo que os compositores de letras soltas, os linotipistas deliberavam a fundação do Sindicato dos Linotipistas. Em reunião realizada a 28 de junho de 1908, na sede do Centro dos Sindicatos Operários, contando "com a presença e adesão de maneira absoluta dos aludidos artistas", ficou estabelecido que o Sindicato dos Linotipistas teria como metas

"o congregamento e unidade dos seus associados para a obtenção de melhorias e estabilidade nas condições de trabalho, no tocante principalmente à quantidade de horas, que deverá ser estabelecida de acordo com as prescrições da ciência fisiológica e da higiene."<sup>103</sup>

Como um desdobramento dessas metas, vislumbrava-se também a necessidade de resolver problemas relacionados à fixação "de salário, condições de aprendizagem e tranqüilidade espiritual"<sup>104</sup>.

Para Arthur Torres, então secretário do Sindicato dos Linotipistas, com a fundação da sua associação, era chegada a hora dos linotipistas buscarem efetivar duas reformas fundamentais em seu meio de trabalho, visto que o sindicato tinha em seu seio militantes provenientes das lides tipográficas de outrora.

As reformas defendidas por Arthur Torres, referia-se ao próprio "sistema de organização de trabalho"<sup>105</sup>, propondo diminuir o horário normal de trabalho de 9 para 8 horas, dividindo-o em dois turnos seqüenciados de 4 horas cada um, e melhorar as condições higiênicas do ambiente de trabalho.

(<sup>102</sup>)-"Movimento Associativo"--"União Tipográfica de Resistência", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 2(19) 30 out. 1909, p.4. (ed. cit.)

(<sup>103</sup>)-"Aos Linotipistas", *O Compondor*. RJ, 1(8) 8 jul. 1909, p.1.

(<sup>104</sup>)-*id, ibid.*

(<sup>105</sup>)-Arthur TORRES, "Digno de Atenção", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(13) 15 jun. 1909, p.1. (ed. cit.)



Essas reformas eram cabíveis porque o emprego de máquinas no processo de trabalho se por um lado trazia maior produtividade, por outro ela causava desemprego. Por outro lado, derivava Arthur Torres que com a máquina em uso o turno de 9 horas de trabalho seguidos trazia prejuízos tanto para o operador da linotipo, quanto para o proprietário gráfico.

Conforme relatava, por ser o horário de trabalho "organizado ao acaso e sem intervenção nem consulta dos que o executam", não se constatava que

"a posição do corpo e o emprego simultâneo de todos os sentidos do operador, necessários para a rapidez e boa execução do labor, tornam a melhor organização física vencida ao cabo de quatro horas, tornando-se esse exercício daí em diante mais forte do que o possível, e, nas últimas horas, extenuante, aniquilante, verdadeiramente sacrificador, impossível para muitos."<sup>106</sup>

Sendo, então, o poder produtor de cada operário limitado a 4 horas, expunha Arthur Torres que o horário normal de 9 horas seguidas trazia como consequência

"economizar-se o operador desde o começo, não poder dar expansão às suas faculdades em tempo algum, e estar, nas últimas horas, de tal modo enfalfado que se torna incapaz de cumprir o objetivo dos proprietários das máquinas, que é a perfeição e a rapidez, justamente nos momentos em que esse objetivo é mal justo, que são os últimos minutos da confecção dum jornal."<sup>107</sup>

Por isso, continuava o secretário do Sindicato dos Linotipistas, o horário de trabalho de 9 horas seguidas resultava em prejuízo tanto para o operador das linotipos, quanto para o seu proprietário:

"o primeiro na sua saúde e no seu tempo, precioso; e o segundo em dinheiro (pois o consumo de luz, força elétrica e gás é contínuo), em tempo e perfeição."<sup>108</sup>

<sup>(106)</sup> - *id*, *ibid*.

<sup>(107)</sup> - *id*, *ibid*.

<sup>(108)</sup> - *id*, *ibid*.

Do exposto derivava Arthur Torres que a resolução do problema seria a redução do turno de trabalho, dividindo-o "em duas partes iguais de quatro horas cada uma, trabalhando duas turmas, uma em seguimento à outra, sem interrupção de trabalho nem transtorno". Além disso, concluía,

"essa maneira de resolução não ficará entretanto, obra perfeita, se os linotipistas não alcançarem que se melhorem as condições higiênicas do ambiente em que trabalham, que deve ser beneficiado com oxigênio puro, e não como atualmente, saturado de vapores de antimônio, aos quais um organismo não pode resistir por mais de duas horas sem prejuízo da economia."<sup>109</sup>

Contudo, houve objeções por parte dos próprios linotipistas quanto às reformas defendidas pelo secretário do Sindicato dos Linotipistas, no tocante à proposta de diminuir o turno de 9 horas para 8 horas, dividindo-o em dois turnos sequenciados de 4 horas cada um. Os protestos alegavam que em 4 horas de trabalho não seria possível realizar o suficiente para que fosse alcançado um salário razoável; haja visto que os linotipistas recebiam por linhas produzidas a um preço estipulado previamente pelos proprietários das oficinas gráficas, trabalhando, portanto, por obras, em forma de empreitada. Os que protestavam, também não aceitavam a maneira em que aquelas duas reformas foram decididas pela minoritária cúpula do Sindicato dos Linotipistas.

Por sua vez, respondendo às críticas, Arthur Torres frisava explicitamente que aquelas duas reformas eram suas propostas, e não uma posição já decidida pelo sindicato. Quanto ao problema de que se se diminuísse o horário de trabalho para 4 horas também se diminuiria a possibilidade de se conseguir um aceitável salário, ele afirmava que

"isso seria verdade se essas quatro horas de trabalho não fossem pagas a jornal [por empreitada], de maneira a não fazer grande diferença, na fêria da semana, das atuais.

Demais, repito, os colegas andam mal em encarar o Sindicato pelos moldes bichados das associações beneficentes ou instituições políticas, em que a opinião do Presidente ou de um membro da administração, ao ser proferida, traz em si o cunho da

(<sup>109</sup>)-*id*, *ibid*.

irrevogabilidade. Nas organizações operárias baseadas nos são princípios da igualdade, o que se almeja é libertar o trabalhador da rotina, do hábito à obediência passiva, inculcando nele a compreensão de que ele, melhor do que ninguém, é o competente para tratar dos seus interesses, só necessitando da solidariedade para por em prática o que seria impossível fazê-lo sozinho."<sup>110</sup>

Conforme observamos, foi organizando-se através de sindicatos que os gráficos cariocas procuraram enfrentar os problemas surgidos após as instalações das primeiras linotipos no meio de trabalho de composição tipográfico, em fins da primeira década do atual século.

No decorrer dessas ações organizatórias, houve um debate entre compositores manuais e compositores mecanizados inscrito nas páginas do jornal oficial da Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*. Nas páginas desse jornal, buscava-se explicar fundamentalmente os porquês do setor gráfico no Rio de Janeiro ter sentido de uma maneira um tanto frágil e até desastrosa o impacto causado pela propagação das máquinas de compôr (linotipos) instaladas primeiramente nas oficinas tipográficas dos jornais diários.

Acompanhemos, a seguir, os pontos de vista desses debatedores diante dos problemas que emergiram com a modificação que o progresso técnico efetuou no processo de trabalho gráfico.

## **B.2) As linotipos: alteração para melhor ou para pior?**

No primeiro número do jornal *A Voz do Trabalhador*, a 1º de julho de 1908, Salvador Alacid, que não era gráfico, escrevia um artigo no qual chamava a atenção para uma preocupação que rondava as cabeças dos compositores manuais.<sup>111</sup> A preocupação

<sup>(110)</sup>-Artur TORRES, "Explicando", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(14) 8 jul. 1909, pp.1-2. (ed. cit.)

<sup>(111)</sup>-Referente à visão que os tipógrafos cariocas tinham das linotipos, ver: Marialva BARBOSA, *op. cit.*, Cap. II - *Linotipos, Não!*, pp. 59-101. A interpretação da Autora, nesse capítulo, fundamenta-se, entre outras afirmações, em dois pontos capitais: 1º) A mecanização como um expediente utilizado pelos proprietários para "afastar o saber do trabalhador", e assim "adestrar" seus "corpos produtivos"; 2º) Que a

era se todos os jornais iriam adquirir linotipos para as suas oficinas gráficas. Nesse artigo,

Salvador Alacid escreve que

"para os proprietários essa aquisição [das linotipos] é um bom negócio, pois canaliza para seus amplos bolsos grandes proventos. Que maior felicidade para essa gente cuja vida é o negócio, o tanto por cento! Que tire o pão a algumas dezenas de operários? Que lhe importa isso ao burguês. Ele só vê que a máquina compõe com rapidez extraordinária e na sua ânsia de exploração e lucros despede operários.

Esta perspectiva alarmante apresentou-se aos tipógrafos em toda a sua brutal realidade. Uma revolta espontânea surgiu, ódio até certamente inconsciente. Longe de protestar contra o dono das máquinas, o que seria lógico, visavam a destruição das máquinas.

Incontrovertível é o que o assunto exige uma solução rápida e sensata.

A que acima mencionamos não é nem lógica nem racional, se por ela se optar-se passaríamos (com justiça) diante de todos como inimigos do progresso e o que é mais de nossa própria felicidade; pois numa sociedade melhor organizada a máquina será nossa mais eficaz auxiliar na produção."<sup>112</sup>

Note-se que Salvador Alacid fazia uma alerta sobre a necessidade do trabalhador distinguir a máquina de sua aplicação capitalista, para poder saber que é a partir dessa distinção que os operários devem transferir seus ataques do próprio meio de produção para sua forma social de exploração. Nesse mesmo sentido, a indignação dos trabalhadores não deveria ser contra a máquina e do progresso que ela trazia, pois que a

mecanização do meio de trabalho de composição tipográfica trouxe tão-somente uma desqualificação da profissão, significando uma banalização do ofício. Sem mostrar a validade empírica do termo "controle de ofício" exercido pelos operário, e sobrepolitizando a questão da divisão do trabalho e da introdução da máquina, consideravamos que, de um lado, a Autora não atenta para a questão do mercado e da competição intercapitalista e de outro, a Autora filia-se à tese do "controle social" elaborado por Stephin Marglin (citando estudos de historiadores que trabalharam com os argumentos de Marglin), sendo essa tese refutada, entre outros, por David LANDES e Adalberto MARSON. (Cf: Bibliografia citada.). Quanto ao segundo ponto, há de se considerar as faces ambíguas que a mecanização traz para os operários, pois se de um lado ela desqualifica-os; por outro, ela requalifica as novas profissões surgidas com o seu aparecimento. Quanto aos linotipistas, por exemplo, basta ver o peso dessa profissão no meio de trabalho e nas lutas que os gráficos empreendem a partir dos anos de 1910.

<sup>(112)</sup>-Salvador ALACID, "As linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(1) 1 jul. 1908, p.2. (ed. cit.)

máquina significaria a catalisação de um potencial a ser instaurado por uma "sociedade melhor organizada".<sup>113</sup>

Também fora cogitado entre os compositores manuais uma ação de incentivar a quebra das linotipos. Porém, ao mesmo tempo, sabiam esses operários que caso esta ação de quebrar máquinas se efetivasse eles se tornariam ainda mais vulneráveis. Isto porque os proprietários podiam muito bem substituir as máquinas quebradas por outras, mandando importá-las, e fatalmente os operários rebeldes seriam despedidos. Outrossim, os proprietários não mais entregariam as linotipos aos tipógrafos, abrindo o ofício de linotipista a quem quisesse aprendê-lo.

O linotipista Motta Assunção, na época leitor das obras do dramaturgo norueguês Ibsen e dos livros dos filósofos alemães Schopenhauer e Nietzsche, definindo-se pela corrente individualista do anarquismo, e que havia trabalhado oito anos como compositor tipográfico nas oficinas do *Correio da Manhã* - o último jornal diário carioca a implementar as máquinas de compôr - observava que a mecanização de um meio de produção manual trazia em seu bojo um movimento de duas faces: significava o lado perverso da máquina, que causa desemprego, lançando o

"operário a procurar trabalho que não vexa, que não deprima, que se coadune, que seja compatível com aqueles que galgaram dois ou três quartos de existência a ganhar a vida normal dignamente como senhores duma profissão"<sup>114</sup>;

e mostrava a necessidade dos operários não encararem de forma subjetiva o movimento progressivo das relações de produção, sendo que

(<sup>113</sup>)-Ao retratar a "luta entre trabalhador e máquina", MARX afirmava que era "preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação". Em nota de rodapé (n° 195), complementava seu argumento dizendo que "em manufaturas antiquadas, ainda hoje se repete às vezes a forma primitiva da indignação dos trabalhadores contra a maquinaria. Assim, por exemplo, em Sheffield, em 1865, entre afiadores de limas". Karl MARX, *O Capital*, vol.I, ed. cit., p. 47.

(<sup>114</sup>)-Motta ASSUNÇÃO, "As Linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(12) 1 jun. 1909, pp. 1-2. (ed. cit.)

"os males causados pela maquinaria e agora duramente sofrido pelos tipógrafos vêm desde há muito anos, desde o despertar da indústria moderna, pode dizer-se, a fazer estragos na família proletária; ainda não há muito foi a classe dos sapateiros quem sofreu com a introdução de novas máquinas; chegou também a vez dos tipógrafos."<sup>115</sup>

Dessa exposição dispunha Motta Assunção que

"urge, o que não deve ser adiado por parte dos linotipistas, é uma sólida organização sindical que os ponha a salvo duma exploração maior. Tal como está sendo pago o trabalho das máquinas de compor, o operário tira boa fêria e alguns há mesmo que, por excesso de energia e especial agilidade, obtém salários excessivos. Não se fíem, porém, nessa situação, que não oferece segurança alguma. Convencionam, de acordo com a resistência física normal, a média que deve produzir cada maquinaria, e fixem uma norma. Os salários excessivos que alguns tiram será motivo, dentro em breve, para que os patrões baixem o preço da linha. Previnam-se enquanto é tempo."<sup>116</sup>

Visto que a mecanização em um tipo de trabalho outrora somente manual deixava muitos operários desempregados, para a categoria gráfica tornava-se urgente engendrar uma solução para o problema através de uma perspectiva tanto a curto quanto a longo prazo.

A curto prazo, seria buscar maneiras de se evitar que maciçamente grande número de compositores manuais ficassem desempregados, facilitando o acesso deles ao ofício linotipista. Também, era preciso não transformar a profissão de compositor manual à condição de inimpreáveis, isto é, era preciso não abolir definitivamente este ofício do setor gráfico.

A longo prazo, os gráficos interrogavam se as máquinas iriam em um porvir ajudar o homem a se emancipar do trabalho. A resposta deles a esta pergunta era afirmativa. Porém adversavam: caso os homens lutassem para que fosse completamente modificado o

<sup>(115)</sup>-*id*, *ibid*.

<sup>(116)</sup>-*id*, *ibid*.

sistema em que viviam, pois eles deveriam enfrentar que no sistema vigente a substituição da mão-de-obra humana pela máquina somente trazia proveitos para os bolsos dos burgueses. Por outro lado, os gráficos reconheciam que mesmo sob o sistema vigente, muitas máquinas implementadas em diversos setores de trabalho foram facilitando, e, às vezes, realizando totalmente, muitos algozes trabalhos antes efetuados somente pelo esforço físico humano.

Para Motta Assunção, diversos compositores de letra solta tinham uma visão ingênua com relação ao procedimento dos patrões na questão das linotipos. Ele fazia esta observação após o diretor-proprietário do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, mandar instalar oito máquinas de compôr nas oficinas gráficas do seu jornal, tendo os tipógrafos contextualizados este ato do proprietário através de um parâmetro maniqueísta, ou seja, por um parâmetro onde as coisas do mundo ficam oscilando somente dentro de uma ordem que ora vai para o lado bom, ora vai para o lado mau. Diante da conduta realizada pelo proprietário do *Correio da Manhã*, vários tipógrafos taxaram-no como um *mau* patrão.

Era sobre esta forma de valorizar as ações dos homens no mundo pela dicotomia bom/mau que recaía a crítica de Motta Assunção. Por considerar que o regime escravista deixava uma herança social, pois mesmo sob o regime de salário e de contrato os trabalhadores interpretavam como "bom" o empregador paternalista, Motta Assunção expunha que esses empregadores paternalistas eram tão perniciosos quanto os empregadores que descuidavam do bem-estar dos trabalhadores. E o resultado disso, assegurava,

"é que, como os operários que se mantêm na sua verdadeira posição são sempre, em cada oficina, em número restrito, sobre eles é que desabam todos os prejuízos dum estado de coisas, visto que o patrão, ou chefe, transtornado, pelo grande número, em senhor de escravos, passa a tratar todos como tais, fazendo o que bem entende do contrato em que estriba o regime do salário, de cujo cumprimento se julga desobrigado. Esse pequeno número de conscientes da sua posição, vendo-se assim ofendidos e prejudicados, protestam, murmuram e, ao mesmo tempo, vêm-se

alvo do ódio dos patrões e chefes que os passam a tratar como perigosos perturbadores. Foi certamente por este motivo que no Congresso de Londres ficou assente, pela tração revolucionária, que os *bons* patrões eram os *piores*. E o paradoxo afigura-se-me plenamente justificado e esclarecido."<sup>117</sup>

Depois desta exposição sobre a relação entre empregador-empregado, constituída com o advento do mercado de mão-de-obra livre, Motta Assunção prosseguia o seu argumento procurando elucidar o erro, que assim considerava, que fora divulgado pelo jornal *O Composedor*. Nesse jornal, Tiberio Alves, então presidente do recém fundado Comitê Tipográfico, escreveu que os problemas originados com a introdução das máquinas de compôr (linotipos) eram devidos à maldade de certos patrões e chefes e, como exemplo, citava-se o proprietário-diretor do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt.<sup>118</sup>

Para Motta Assunção, conforme transcrevemos acima, procedendo de um ponto de vista social e, portanto geral, no qual se encontravam inseridos os trabalhadores, não tinha nenhum fundamento esperar dos burgueses um outro comportamento que não fosse o deles buscarem valorizar ao máximo o seu capital, explorando ao máximo permitido, na produção, a mercadoria de tipo especial - que é a força de trabalho.

E o trabalhador, enquanto somente possuidor legal da mercadoria de tipo especial, necessitava então vendê-la no mercado, para assim obter em troca o salário. Resumindo, aqui com as palavras de Marx: o burguês não seria nem bom e nem mau, mas sim seria uma personificação do capital.

(<sup>117</sup>) - Motta ASSUNÇÃO, "As Linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(13) 15 jun. 1909, p.1-2. (ed. cit.)

(<sup>118</sup>) - José Tiberio Alves BARRETE, "As claras", *O Composedor*. RJ, 1(2) 8 mai. 1909, p.1. Contudo, convém explicitar que o artigo de Tiberio Alves centraliza a sua análise na questão de que "não se pode tomar a sério o que o diretor do *Correio da Manhã* diz ou escreve, em defesa da classe operária do Rio de Janeiro", tomando como exemplo a atitude desse diretor quanto à introdução das linotipos em seu jornal. Tiberio Alves faz referência nesse artigo a uma fala de Edmundo Bittencourt, em que este diretor dizia que tinha "pena dos senhores [compositores tipográficos] e hei de fazer o que puder, pois, aos mesmos devo a minha felicidade, não é justo que os abandone", mas para reforçar o seu argumento central, e não para dizer que Edmundo Bittencourt era um mau patrão como interpretou Motta Assunção.



Sendo assim, continuava Motta Assunção, Edmundo Bittencourt enquanto proprietário que precisava valorizar o seu capital, demorou para adquirir as linotipos para o seu jornal, pois que a concorrência intercapitalista exige que o progresso técnico seja rapidamente assimilado e absorvido pelo capital, para acelerar o tanto mais a valorização do capital.

E de um ponto de vista particular, circunscrevendo somente o procedimento de Edmundo Bittencourt perante os seus empregados, Motta Assunção considerava-o um bom patrão. Isto porque como burguês, retardou a introdução das linotipos no seu jornal, visto que, instaladas as máquinas de compôr, três quartos dos antigos operários da composição manual do *Correio da Manhã* ficaram sem trabalho.<sup>119</sup> E se em relação aos compositores manuais desempregados, afirmava Motta Assunção,

"se compungia muitas pessoas de sentimento, não compungia menos o dr. E. Bittencout, que, ao em vez de outros que nem caso fazem ou se contentam com um 'tenham paciência', deu dinheiro a alguns e procurou arranjar colocações a outros. Demais, a facilidade com que o proprietário do *Correio* emprestava e dava dinheiro - **dar** é termo - a muitos que, depois de gasto o salário que ele pagava pontualmente, - única coisa a que era obrigado - lhe iam chorar as suas misérias, prova bem, eloqüentemente, que ele era um homem bom, um patrão bom".<sup>120</sup>

Estas últimas palavras do texto de Motta Assunção, valeram-lhe uma pequena nota de repreensão, colocada no final do seu artigo pelo compilador. Nessa nota, o compilador dizia que Motta Assunção, através do seu artigo, tecia elogios "a um patrão como os outros, que explora muitos operários nas suas oficinas, jornalista mistificador do

(<sup>119</sup>)-De acordo com Tiberio Alves, o *Correio da Manhã*, depois de instalar as suas oito máquinas de compôr, começou a admitir "linotipistas que maior número de linhas produzissem ao preço de quinze réis a linha". E a "ganância de ouro chegou ao ponto de não consentirem [no *Correio*] que os antigos empregados praticassem nas mencionadas máquinas, alegando que a aprendizagem prejudicava os interesses da empresa!". José Tiberio Alves Barreto, "Às claras", *O Composedor*. RJ, 1(2) 8 mai. 1909, p.1.

(<sup>120</sup>)-Motta ASSUNPÇÃO, "As Linotipos", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(13) 15 jun. 1909, pp. 1-2. (ed. cit.)

povo e chantagista".<sup>121</sup> O artigo de Motta Assunção, também obteve uma réplica escrita por Amaro de Matos, que, entre outras asseverações, afirmava

"que o diretor do *Correio*, para ser agradável aos seus amigos burgueses, já disse e dirá a qualquer hora que os operários são arruaceiros e desordeiros".<sup>122</sup>

Escrevendo a sua tréplica num tom de deboche, Motta Assunção afirmava que os seus críticos, por enxergarem seus argumentos de través, não puderam atentar para a importante diferença que ele traçava entre o homem social e o homem particular. E, com seus críticos estabelecendo esse equívoco entre homem social e homem particular, eles só poderiam interpretar erradamente os seus argumentos.

Continuando, Motta Assunção dizia que tomou em mira o dono de um jornal carioca, porque naquele momento era o dono do *Correio* quem estava em evidência. Afinal, era sobre E. Bittencourt que recaía a adjetivação Bom/Mau, naquela ocasião empregada confusamente por diversos tipógrafos para designar a ação dos patrões que haviam adquirido máquinas de compor em suas oficinas.

E a referência ao dono do *Correio*, afirmava Motta Assunção, também significava que ele era um bom patrão, devido a sua particular conduta perante os seus empregados. Por seu turno, a conduta de E. Bittencourt servia para ilustrar a tese revolucionária anunciada no Congresso de Londres, segundo a qual os patrões bons seriam os piores, pois esses patrões com seus atos de bondade amorteceriam e entorpeceriam a revolta dos

(<sup>121</sup>)—Em artigo assinado por João Corbacho MORIN, Verissimo Custódio da SILVA e Narciso Argeu VIEIRA, da *Gazeta Operária*, dirigido à classe tipográfica, esses articulistas criticavam a disciplina imposta por Edmundo Bittencourt no *Correio da Manhã*, levando-o a dispensar "de suas oficinas um dos nossos colegas [tipógrafo], pelo simples fato de acender um charuto em lugar em que o mesmo senhor estava presente, fora das oficinas". Diante tal conduta, interrogavam os articulistas: "Em que consistem sua *propaganda* DO OFERECIMENTO das colunas do *Correio da Manhã* às classes proletárias para a sua defesa, quando o espelho em que deve mirar-se o sr. Edmundo está nas suas próprias oficinas, em que o artista que trabalha não pode usar da liberdade de acender um charuto num café ou num botequim onde esteja o mesmo senhor?". "À classe tipográfica", *Gazeta Operária*. RJ, 1(2) 5 out. 1902, p.1. (Os grifos e destaques são do original.)

(<sup>122</sup>)—Amaro de MATOS, "Duas Palavras", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(14) 8 jul. 1909, p.2. (ed. cit.)

operários contra a sociedade desigual que os mantinham paralisados. Por fim, afirmava Motta Assunção, a revolucionária tese do Congresso londrino,

"é o que de mais oposto pode haver ao chamado socialismo humanista e filantrópico ou cristão atualmente dominante e, além disso, por isso mesmo, é a coisa que o vulgo mais dificilmente digere nas nossas teorias".<sup>123</sup>

Essa contra-réplica de Motta Assunção foi publicada com várias notas adversativas, e, não menos sarcásticas, escritas pelo gráfico Manuel Moscoso, então diretor do jornal *A Voz do Trabalhador*.<sup>124</sup> Afinal, retrucava Moscoso em sua nota, o Motta Assunção na sua tréplica, além de nomear a torto e direito quem ele julgava ser vulgo ou sábio, as suas confusas opiniões não traziam idéias que não tivessem sido há tempo expostas pelos revolucionários, principalmente os anarquistas.

As questões levantadas pelo polêmico Motta Assunção em torno das conseqüências oriundas com a propagação definitiva das linotipos no processo de trabalho gráfico, interromperam-se após a sua tréplica. No entanto, outras questões saltaram do meio operário gráfico quando do surgimento do Sindicato dos Linotipistas e da União Tipográfica de Resistência.

O linotipista Rozendo dos Santos, outrora um compositor manual que havia participado do primeiro Conselho Administrativo da Liga das Artes Gráficas como primeiro tesoureiro, dizia que antes da implementação maciça das máquinas de compôr a maioria dos tipógrafos do Rio de Janeiro era despreocupada com qualquer tipo de associação de resistência, pois os compositores manuais pensavam que aquele relativo bem-estar ao qual viviam seria eterno. Eles até chegavam a combater a associação de resistência antes existida em seu meio. No momento atual, nesse estado de desmantelamento lastimável, afirmava Rozendo dos Santos,

(<sup>123</sup>)—Motta ASSUNÇÃO, "Aclarando", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(15) 22 jul. 1909, p.2. (ed. cit.)

(<sup>124</sup>)—Quando da morte de Manuel Moscoso, em 1912, Edgard Leuenroth escreveu uma pequena biografia (um réquiem) de seu companheiro de ofício e de luta, em *A Lanterna*. SP, 11(135) 20 abr. 1912, p.2.

"vemos [os compositores manuais] queixarem-se da falta de companheiros e apontarem como culpados da sua crítica situação os que, por acidente, se acham linotipando! E ainda vai longe a queixa dos nossos companheiros caixistas: alguns há que nos movem uma guerra terrível ao ponto de - cruel insensatez! - dizerem que vão praticar na linotipo para nos substituir, oferecendo-se para trabalhar por menos preço . . .

O que observamos em semelhante declaração só poderá ser o produto da inconsciência do seu eu, como explorado; pois não cremos que um indivíduo que tenha consciência de si; que tenha a compreensão de que também nós, linotipistas, somos uma vítima como ele o é, e que no nosso Sindicato procuramos garantir não só o linotipista com o compositor [manual]; que a sua ação isolada não influirá na solução da crise que atravessa o tenha a coragem de se pronunciar tão levianamente."<sup>125</sup>

A resposta a essas acusações não tardou a aparecer. Conforme o segundo secretário da recém criada União Tipográfica de Resistência, José Lima de Carvalho, caso fosse verdade que os compositores manuais se propuseram a trabalhar nas máquinas de compôr por menor salário que o pago aos linotipistas, tal conduta certamente não havia partido do seio da sociedade de resistência. A União Tipográfica de Resistência não admitiria que os operários adotassem tal prática funesta para o ofício, pois, agindo dessa maneira, os operários trariam a completa desunião entre compositores manuais e linotipistas. E a desunião, por seu turno, facilitaria ainda mais que eles fossem explorados pelos patrões.

O que também não consentia José Lima de Carvalho, era a colocação de Rozendo dos Santos afirmando que há anos anteriores a maioria dos tipógrafos não procurou organizar sindicalmente o seu ofício, por ter encontrado uma situação favorável a eles. Esta preocupação organizacional somente foi sentida pelos compositores manuais, de acordo com Rozendo, a partir da atual situação deplorável, fazendo com que os tipógrafos iniciassem tardiamente a luta contra o desmoroamento total de sua profissão através da União Tipográfica de Resistência. Diante de tais afirmações de Rozendo dos Santos, José Lima de Carvalho indagava:

(<sup>125</sup>)-Rozendo dos SANTOS, "Sem Razão", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 1(18) 30 set. 1909, p.2. (ed. cit.)

"Nós, que acabamos de sentir este abalo [da introdução das máquinas de compôr]; nós que protestamos imediatamente; nós, que ainda hoje, levados pela *inveja*, como talvez assim pensem, alimentamos sequer a pretensão de aprender a manejar nas máquinas de linotipos, ainda mesmo os que, junto a si, as têm com facilidade?

Não, absolutamente não. Foram os que hoje se acham linotipando, foram os que menos se manifestaram contra a introdução de tal invento no nosso meio; que depois de se aquinhoarem com o lugar de funcionador no novo maquinismo, base do nosso progresso, que lhes vinha proporcionar um período de vida mais folgada, e isto mesmo, como bem digo, quando a epidemia-linotipo não tivesse alastrado em todos os jornais e que ainda, ou por outra, o necessário número de compositores suficientes para estas folhas diárias tivesse aprendido a manejar com o tal invento.

E assim pensaram, estou certo disto. Pois destarte, para que a *coisa* não arruinasse tão ligeiramente trataram de procurar o mais possível não consentir a aprendizagem no precioso maquinismo.

Mas, isto não era o bastante; isto não oferecia resistência a uma onda que se erguia faminta, raivosa e até mesmo sediosa de *inveja*. Era necessário ainda a sua altivez, e, sobre tudo, era necessário ainda, com base principal, como sua sentinela avançada, a constituição de uma agremiação, a fim de resistir aos assaltos dos *inimigos*, de fechar lhes quanto antes as suas portas e depois de conseguido o fim almejado, então, esta agremiação faria regular o serviço para os linotipistas, o necessário pessoal, etc., a fim de que não viesse transtornar aquilo que já tinham graças aos esforços adquirido e assentado."<sup>126</sup>

Contrapondo esses argumentos de José de Lima, Rozendo dos Santos afirmava que o artigo de secretário da União Tipográfica merecia vários reparos. Porém, não pretendia seguir o caminho trilhado pelo secretário, pois ele rumou as questões para um terreno onde as coisas são movidas somente pelos interesses pessoais. Por isso, argumentava Rozendo, José de Lima restringiu e afinilou toda a ação sindical para a questão do dinheiro, já que para o secretário as ações sindicais visam somente as conquistas econômicas. Pensando assim, ele não pôde enxergar que existe na base de formação do sindicalismo revolucionário uma complexa questão política. Para Rozendo dos Santos,

<sup>(126)</sup>—José de Lima CARVALHO, "Sem Razão?! . . .", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 2(20) 15 nov. 1909, p.2. (Grifos, no original. Ed. cit.)

"a organização de cada classe em Sindicato é apenas um método de luta e não, como supôs *O Compedor* e ainda supôs o sr. Carvalho, uma guerra de sindicato contra sindicato. O fim do sindicalismo, lançando mão da *greve*, do *boicote*, do *sabotage* e do *label*, não é apenas dar mais dinheiro, por meio da alta dos salários, aos sócios dos Sindicatos. O seu fim é transformar os Sindicatos, por meio da expropriação das indústrias por eles exploradas, em comuna produtoras, abolindo o regime de patronato e inaugurando o regime de propriedade comum. É por isso que Emílio Pouget, um dos maiores autores que temos lido sobre a questão social, aconselha que cada classe se organize em sindicato próprio, que os sindicatos se organizem em federações, que as federações se organizem em confederações e que as confederações constituam a Internacional.

O indivíduo no Sindicato, o Sindicato na Federação, a Federação na Confederação, a Confederação na Internacional, tais foram os motivos que levaram os linotipistas a não quererem formar um Sindicato de tipógrafos e linotipistas. Mas daí à guerra de interesse mercantil contra os companheiros tipógrafos vai uma grande diferença."<sup>127</sup>

A tréplica de José Lima de Carvalho foi escrita e enviada à redação do jornal *A Voz do Trabalhador*. Mas, como a circulação deste jornal foi interrompida após o seu número 21, de 9 de dezembro de 1909, voltando a circular somente a 1º de janeiro de 1913, essa tréplica não foi publicada.

No início de 1913, os gráficos do Rio de Janeiro (inclusive os compositores manuais e os compositores das linotipos) se encontravam arregimentados na recém criada Federação das Artes Gráficas. Em relação à União Tipográfica de Resistência e ao Sindicato dos Linotipistas, ambos se dissolveram na virada da primeira para a segunda década deste século.

### C) OS TIPÓGRAFOS E OS LINOTIPISTAS EM SÃO PAULO

A partir do segundo semestre de 1907, o jornal *La Lotta Proletária*, órgão da União dos Sindicatos de São Paulo, começa a trazer em suas páginas várias notas a

(<sup>127</sup>) - Rozendo dos SANTOS, "Sobre um Sindicato", *A Voz do Trabalhador*. RJ, 2(21) 9 dez. 1909, p.1. (Grifos, no original. Ed. cit.)

respeito da situação organizacional na qual se encontravam os gráficos de São Paulo. Segundo este periódico informava, a categoria gráfica, a despeito de ter sido "a precursora do movimento operário em São Paulo"<sup>128</sup>, e de ter estado na vanguarda dos movimentos de "conquista econômica e moral do proletariado", ela se encontrava

"num estado piedoso e nauseante: piedoso, por que não pode inspirar nada mais que piedade o miserável fim da antiga *União dos Trabalhadores Gráficos*; nauseante, devido a retirada em massa de velhos ótimos elementos - com algumas exceções - do campo de luta."<sup>129</sup>

E como o periódico *La Lotta Proletária* defendia o posicionamento dos sindicalistas revolucionários, não se constituía como ponto negativo haver no sindicato uma minoria militante que lhe transmitisse a sua diretriz ideológica. E de fato isso acontecia, pois, a partir do momento em que a minoria militante se retirou do comando da União dos Trabalhadores Gráficos, esse sindicato se dissolveu.

As dificuldades vividas pela União dos Trabalhadores Gráficos por causa do alheamento de seus militantes, demonstra também a debilidade ou a inexistência de laços formais unindo a minoria militante e os demais operários gráficos.

Além disso, o momento era delicado. E não era somente os gráficos que estavam desorganizados para o emergente problema que se configurava. De acordo com um articulista em *La Lotta Proletária*, a apatia dos operários encontrava-se numa perigosa expansão.

Em vista dessa desorganização associativa, continuava, os industriais procuravam anular as vitórias conseguidas pelos operários metalúrgicos, chapeleiros, tipógrafos e fabricantes de veículos em relação aos aumentos salariais e à diminuição das horas de trabalho.<sup>130</sup>

(<sup>128</sup>) - *La Lotta Proletária*. SP, 3(23) 24 set. 1908, p.3. (Salvo indicação em contrário, os textos transcritos deste jornal estão em italiano no original.)

(<sup>129</sup>) - *La Lotta Proletária*. SP, 3(35) 1º mai. 1909, p.3.

(<sup>130</sup>) - *La Lotta Proletária*. SP, 3(30) 15 dez. 1908, p.1.

Aliado a essa situação de desorganização sindical, os compositores tipográficos estavam sofrendo a concorrência das máquinas de compôr (linotipos), que haviam sido instaladas em quase todas as oficinas de composição dos jornais diários de São Paulo.

Com a mecanização do ramo de composição tipográfica, os operários não haviam definido a questão da regulamentação do mercado de trabalho dessa nova profissão do setor gráfico: o linotipista.

Apesar da tênue separação profissional entre compositores tipográficos e linotipistas, o acesso ao linotipo pelo tipógrafo manual era barrado e controlado pelos operários e oficiais compositores, outrora trabalhadores manuais, que manejavam as linotipos. Este controle por parte de alguns operários e oficiais, tornou conflitiva a relação entre compositores manuais e linotipistas.

Esta competição pelo acesso à nova profissão de linotipistas, fazia as críticas à conduta dos linotipistas emergirem dos jornais operários. Conforme escreviam no periódico *La Lotta Proletária*, os linotipistas poderiam até tentar constituir uma associação operária de resistência, porém com certeza eles iriam fracassar,

"porque os linotipistas chegaram a um tal estágio de baixa moral, que eles se olham com raiva quando estão trabalhando na mesma oficina: a caça aos originais, portanto, é uma coisa tão nojenta, que leva ao desprezo mesmo os inconscientes; nem mesmo os fura-greves procedem dessa forma: imaginem ver dois animais esfomeados lutarem pela presa com a ferocidade de iena. Quando no fim do mês Fulano ganhou 15 ou 20 mil réis mais que Sicrano, é preciso ver o espetáculo revoltante que se segue. As maldições daquele que ganhou menos não há limites."<sup>131</sup>

Contudo, em junho de 1909, os linotipistas fizeram instalar a sua união operária de resistência, com a adesão inicial de 23 linotipistas. Três destes primeiros sócios constituíram uma direção provisória e deram o encaminhamento necessário para a formação do seu sindicato.<sup>132</sup>

<sup>(131)</sup> - *La Lotta Proletária*. SP, 3(36) 16 mai. 1909, p.2.

<sup>(132)</sup> - *La Lotta Proletária*. SP, 3(38) 23 jun. 1909, p.2.



Em janeiro de 1909, os compositores manuais também procuraram se reunir a fim de fundar uma associação de compositores tipográficos. No entanto, os esforços visando tal fim caíram no fracasso.<sup>133</sup> Por seu turno, além do conflito interno no meio gráfico envolvendo compositores manuais e linotipistas, este fracasso deixava revelar que os tipógrafos de São Paulo continuavam cindidos pelo conflito étnico, por terem formado duas comissões para organizar o seu sindicato: uma, formada exclusivamente por alemães e a outra, pelas demais nacionalidades.<sup>134</sup>

Apesar de os jornais operários, sobretudo o periódico *La Lotta Proletária*, criticarem as ações dos linotipistas, tais críticas tinham a intenção de redirecionar aquelas ações: por elas mostrarem uma busca desajustada e desenfreada de objetivos menores em detrimento dos objetivos maiores. Não por acaso, vituperavam os linotipistas que estavam à baila com os objetivos menores, à procura de realizar somente os seus próprios interesses. De acordo com um articulista de *La Lotta Proletária*, realizando uma dessas críticas endereçadas aos linotipistas, escrevia que

"há pouco se montou uma outra máquina *linotype*: o diretor do jornal, ainda que esta máquina não esteja funcionando - defeito de montagem ou a máfia linotipista de sempre? - desejava, por rapidez e para melhorar em parte o serviço, aumentar em um operário o seu pessoal, mas não lhe foi possível. Os senhores linotipistas se opuseram resolutamente sobre o argumento que, trabalhando dois operários na mesma máquina, haveria alguns inconvenientes. E assim os linotipistas trabalham TRÊS HORAS-extras todos os dias."<sup>135</sup>

(<sup>133</sup>) - *La Lotta Proletária*. SP, 3(31) 2 fev. 1909, p.2.

(<sup>134</sup>) - *La Lotta Proletária*. SP, 3(36) 16 mai. 1909, p.2. Excetuando alguns trabalhos, como o artigo de Georges HAUPT, "Militants sociaux - démocrates allemands au Brésil (1893-1896)". *Le Mouvement Social*. (84):47-61, jul./ago. 1973, os operários alemães, apesar de serem geralmente associados ao movimento socialista, não se conhece a atuação deles no nascente movimento operário na cidade de São Paulo.

(<sup>135</sup>) - *La Lotta Proletária*. SP, 3(36) 16 mai. 1909, p.2. (Grifo e destaque, no original.) Note-se que no trecho acima citado, está latente o conflito étnico. De acordo com o relato do gráfico carioca A. de Souza - após viagem a pé para São Paulo a procura de emprego - foi no Albergue Noturno desta cidade, em companhia de diversos rapazes paulistas, que também estavam à procura de emprego, que ele constatou como era difícil em São Paulo conseguir colocação, já que, dentre esses "diversos rapazes distintos filhos do Estado [...] uns tinham prática do comércio, procuraram colocação, mas não encontravam, porque o comércio no Brasil está nas mãos do estrangeiro e este raramente admite brasileiros,

O controle do mercado de trabalho tal como estava sendo realizado pelos linotipistas, agravava ainda mais a dificuldades de os gráficos, notadamente os compositores tipográficos, conseguirem equacionar satisfatoriamente os seguintes itens: a) introdução das linotipos; b) manter constante a taxa de emprego dos compositores tipográficos; c) facilitar o acesso interno do compositor manual à prática linotipista, donde aumentaria a oferta de mão-de-obra da composição mecanizada; d) constância e/ou melhoramento dos salários. Estes itens conjugavam o objetivo maior e eram enfatizados pelos articulistas do *La Lotta Proletária*.

Escrevia-se, então, no *La Lotta Proletária*, que os quatro itens acima deveriam pautar as lutas da recém fundada Liga dos Linotipistas. Dizendo que os meios para se cumprir aqueles quatro itens deveriam ser efetivados através da ação sindical, e até mesmo no decurso de "novos métodos" estritamente pragmáticos, o articulista, fazendo ressalvas, falava que para

"os linotipistas de São Paulo não se trata no caso de novos métodos - prevalece nesta classe a idéia de não fazer mais aprendizes e deixar todo o trabalho da máquina com os poucos que já sabem trabalhar, constituindo-se assim no mais odioso exclusivismo.

"Nós acreditamos ao invés disso que a aprendizagem deve ser estendida a todos os tipógrafos indistintamente, porque todos têm os mesmos direitos, por isso entendemos qu é necessário abolir o sistema de remuneração por empreitada; pois à medida que a classe vai se tornando mais numerosa, deve-se diminuir o horário de trabalho, contudo mantendo inalterado o salário, de modo a haver trabalho para todos".<sup>136</sup>

Sendo assim, a ação de substituir os braços e as capacidades humanas pelas máquinas, deveria impelir os operários a coletivamente buscarem meios de fazer com que "a economia que traz a máquina seja usada em seu próprio benefício e não no do

preferem sempre seus patrícios; outros mecânicos, alfaiates, etc." A. de SOUZA, "A situação da Classe Trabalhadora III", *O Composedor*. RJ, 1(9) 20 jul. 1909, p. 3.

(<sup>136</sup>)-*La Lotta Proletária*. SP, 3(39) 15 jul. 1909, p.2.

patrão".<sup>137</sup> E quando os operários, no caso os linotipistas, agiam esta ação se revertia no "exclusivismo" de controlar o mercado de trabalho.

Convém lembrar que o Grêmio Tipográfico Paulistano, em 1905, realizava esta mesma crítica aos compositores tipográficos a respeito de um certo controle que eles estariam exercendo no mercado de trabalho. E, se na época, os compositores tipográficos manuais diziam que essa crítica do Grêmio não procedia, anos depois, com a mecanização, eram esses mesmos compositores tipográficos que atacavam os linotipistas de "exclusivistas", utilizando-se dos mesmos argumentos dos filiados ao Grêmio Tipográfico.

Era importante, do ponto de vista dos sindicalistas revolucionários, que os linotipistas tivessem em seu seio militantes com alguma tradição de resistência declarada ao capital; já que, com a introdução das máquinas de compôr, o ponto central em que as reivindicações deveriam girar, seria que os operários coletivamente deveriam lutar pelo lema: "mais máquinas, menos horas de trabalho".

Contudo, em suas ações, os operários associados à União dos Linotipistas invertiam a reivindicação de diminuir as horas de trabalho nos ramos profissionais que estivessem mecanizados. Além disso, os linotipistas dos jornais *Fanfulla*, *Tribuna Italiana* e *Platea*, que recebiam os seus salários pelo número de linhas produzidas, mediante um preço anteriormente estipulado, aceitaram a redução de tarifas. Abria-se, deste modo, uma concorrência pela maior produtividade entre os operários, já que o salário estava atrelado à produtividade de cada operário. Comentando o comportamento dos linotipistas, o articulista do periódico *La Lotta Proletária* dizia que era

"doloroso constatar que uma classe de operários que são obrigados, devido ao seu ofício, saber ler, sejam vergonhosamente mais atrasados do que outras classes de operários, [...].

Todavia, os aristocráticos linotipistas devem receber uma patente humilhação dos ferreiros [*fabbriferri*], muito menos cultos que eles, que souberam impôr um horário de 8 horas, enquanto que, com os linotipistas, um único patrão que mantinha o dito horário procurou mantê-los trabalhando 9 [horas]."<sup>138</sup>

(<sup>137</sup>)-*id*, *ibid*.

(<sup>138</sup>)-*La Lotta Proletária*. SP, 3(40) 4 ago. 1909, p.2.

Note-se que, aqui, se confirmou a tendência histórica de a mecanização do processo de trabalho permitir o prolongamento da jornada de trabalho. Mas, a despeito das críticas à falta de senso militante dos linotipistas, os operários haviam adquirido suficiente experiência para conseguir distinguir a máquina de sua aplicação capitalista.

Assim, tal como havia sido debatido entre os gráficos cariocas, em São Paulo os operários também haviam aprendido a transferir seus ataques à mecanização de setores outrora manuais para a sua forma social de exploração. Deste modo, e dirigindo-se aos operários que estavam sofrendo a mecanização de seus ofícios, o periódico anarquista *A Terra Livre* dizia:

"Sim, trabalhadores, é certo que hoje as máquinas vos fazem mal. Causam a desocupação, fazem baixar os salários, pondo-vos lutar uns contra os outros em torno dum lugar e aumentam a vossa miséria.

Mas deveis realmente atribuir-lhes o vosso mal? Não desejaríeis vê-las fazer por vós um ideal pôr em ação, domar as forças naturais, entregando-lhes a execução dos esforços mais violentos? [...] A máquina é um mal porque existe a propriedade privada dos instrumentos de trabalho, porque o capital está monopolizado, e a produção faz-se em vista dos interesses duma classe.

Se as máquinas pertencessem a todos vós, aos homens todos, se estivessem à disposição dos trabalhadores, vós a faríeis trabalhar para a vantagem geral, em vista das necessidades coletivas, não em atenção aos lucros duma minoria de capitalistas. [...]"<sup>139</sup>

A crítica, desta forma, não recaía na máquina em si, mas na apropriação privada de sua produção pelos patrões. Mas, aliado a isso, havia a percepção de que com a inexorável mecanização das atividades humanas, o trabalhador vai se tornando um apêndice das máquinas. Conforme refletia o tipógrafo socialista Ambrosio Chiodi,

"com o desenvolvimento das indústrias todo o trabalho tornou-se mecânico e o próprio trabalhador não é senão uma parcela de máquinas, na arte ou na indústria a que se dedica, com o agravante que das máquinas é a peça menos importante, a sua reforma ou substituição não causa a menor despesa ou prejuízo ao capitalista,

(<sup>139</sup>)—"As máquinas", *A Terra Livre*. SP, 4(74) 15 out. 1910, p.4.

que dela pode usar e abusar a vontade graças à superabundância de trabalhadores que não têm onde aplicar a sua atividade."<sup>140</sup>

Mesmo assim, Ambrosio Chiodi não caracterizava o progresso de forma negativa. Alegava que embora o desenvolvimento das indústrias tenha deixado a produção mais "fácil do que antigamente", isto não significou que a produção industrial tenha tornado supérfluo diversos ramos da atividade humana. Pelo contrário, o estágio de produtividade alcançada pela produção industrial ainda

"não basta para as necessidades da humanidade, que se assim não fosse não haveriam famintos e maltrapilhos em toda parte, nas modestas vilas como nas opulentas cidades, nos centros agrícolas como nos industriais."<sup>141</sup>

Assim procedendo - quanto à questão do entrecruzamento entre aumento da produtividade realizada pela mecanização e distribuição da riqueza - Ambrosio Chiodi era ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que delatava os efeitos perniciosos da mecanização sobre o trabalhador, ele acreditava que no processo de produção capitalista, em sua dimensão social, havia a possibilidade de reversibilidade estrutural entre produção e consumo, significando que nesse processo social o trabalhador teria seu consumo aumentado na mesma proporção do crescimento do capital.

É interessante notar, também, que os textos libertários referentes à mecanização eram apologéticos, denunciando, porém, um conflito inerente entre capitalista e assalariado quanto à introdução da maquinaria no meio de trabalho. Para as diversas correntes políticas anarquistas, o problema não estava na mecanização sempre crescente da indústria, mas, sim, na apropriação privada realizada pelos patrões dos benefícios que a mecanização trazia. Daí, os ataques deles eram desferidos contra a forma social de exploração burguesa, e não contra o próprio meio de produção.

(<sup>140</sup>)-Ambrosio CHIODI, "Avante! ... Gráficos: Unamo-nos!", *Avanti!*. SP, 12(62) 2º série, 24 jul. 1915, p.2. (No original em português.)

(<sup>141</sup>)-*id*, *ibid*.

Além disso, anarquistas e socialistas consideravam que os capitalistas do nascente parque fabril paulistano tinham condições de quebrar qualquer resistência operária pela posição a qual se encontrava o mercado de trabalho, visto que nele se encontrava uma "superabundância de trabalhadores que não têm onde aplicar a sua atividade".

Percebendo que o exército industrial de reserva era fruto da imigração subvencionada pelo Estado, o Congresso Socialista Brasileiro, de 1902, ao elaborar o programa mínimo do seu Partido, escrevia que os socialistas deveriam lutar pela "supressão de todo o fomento artificial da imigração".<sup>142</sup> Por seu turno, os anarquistas editavam livretos denunciando as más condições a que estavam submetidos os imigrantes no Brasil e um alerta para aqueles trabalhadores que desejassem emigrar para cá.<sup>143</sup>

Para os socialistas, a tendência histórica era que os ciclos do capital correspondessem ciclos da luta social.<sup>144</sup> Sendo assim, as reivindicações ganhas pelos operários durante períodos de crescimento econômico eram perdidas em épocas de recessão econômica. E, nos anos de 1908 a 1911, os trabalhadores estavam sofrendo os efeitos da redução das exportações brasileiras, acompanhada de fortes pressões inflacionárias.

Em grande medida, então, de 1908 até meados de 1911, a mecanização da composição tipográfica aliada à crise econômica e à difícil posição destes operários no

(<sup>142</sup>)-"Congresso Socialista Brasileiro", *O Estado de S. Paulo*, SP, 2 jun. 1902, pp.1-2. O Programa mínimo do Partido Socialista Brasileiro foi elaborado por Alceste De Ambris, Estevam Estrella e Guedes Coutinho. (<sup>143</sup>)-Cf: *Contra a imigração*. Livreto, de 1906, editado pelo jornal anarco-comunista *La Bataglia*, de São Paulo. apud: *Trabalhadores: Imigrantes*. Campinas, 1989, pp. 36-39. Gigi DAMIANI, *I paesi nei quali non si deve emigrare. La questione sociale nel Brasile*. Milão, 1920. apud: Michael M. HALL e Paulo S. PINHEIRO, "Alargando a história do movimento operário", *op. cit.*, p.100. Em fevereiro de 1905, o então secretário da agricultura, Carlos Botelho, sugeria que fossem censurados os jornais estrangeiros publicados no Brasil (sobretudo o *La Voz de España*), pelas matérias neles impressas no intuito de desviar a corrente imigratória rumo ao Brasil. Cf: "Justificativa", *O Estado de S. Paulo*, SP, 4 fev. 1905, p.1; "Providências", *id*, 5 fev. 1905, p.1.; "A Questão", *id*, 6 fev. 1905, p.1.

(<sup>144</sup>)-Ver, por exemplo, a análise da greve interprofissional de maio de 1907, em São Paulo, desenvolvida pelo jornal socialista *Avanti!*. Cf: "Gli Insegnamenti dello Sciopero", *Avanti!*, 31-5-1907, s/p., apud: Paulo S. PINHEIRO e Michael M. HALL, *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930)*. Vol. 1 - *O Movimento Operário*, *op. cit.*, pp. 66-9.

mercado de trabalho, faziam criar um hiato no movimento organizatório dos gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

## CONCLUSÕES

Ao longo desse estudo sobre os trabalhadores gráficos, procuramos orientar a nossa análise dentro de uma tradição de inspiração empirista, em detrimento de uma vertente de trabalhos com preocupação teorizante em que se colocam problemáticas mais abrangentes e de proposição conceitual. Portanto, somente alguns trechos desse estudo procuraram ser, ao mesmo tempo, expositivos e apreciativos.

Deste modo, consideramos ter mostrado como é problemático, até mesmo por não se coadunar com o que se encontra nas fontes primárias, afirmar que os gráficos do Rio de Janeiro e de São Paulo se propuseram a, e conseguiram, através do seu ofício, exercer um *controle do local de trabalho* no período estudado.

Ao que tudo indica, os gráficos de São de Paulo (sobretudo os compositores tipográficos), e em menor grau os compositores tipográficos do Rio de Janeiro, planejaram *controlar o mercado de trabalho*. A efetividade desta realização fracassou, principalmente porque, do lado dos trabalhadores surgiram conflitos internos entre operários qualificados, chefes de oficinas, aprendizes e operários estrangeiros que estavam ingressando no mercado de trabalho. Esses conflitos decorriam, em muitos casos, por hostilidades étnicas, além da adaptação e/ou enfrentamento dos operários às mudanças significativas havidas no processo de produção.

Do lado dos patrões, o livre mercado punha em disputa uma acirrada concorrência intercapitalista, impedindo que conquistas operárias fossem duradouras e generalizantes, não conseguindo alcançar o estatuto de direito a ser incorporada jurídico e politicamente pelo Estado.

Também parece ser cada vez mais difícil afirmar que toda a categoria gráfica participante dos primeiros movimentos operários possa ser classificada como operários *qualificados*, já que havia uma certa divisão profissional entre operários qualificados (chefes



de oficinas, operários oficiais e semi-oficiais) e não qualificados (aprendizes que estavam ingressando no ofício).

E para uma melhor compreensão do movimento operário gráfico, convém realizar uma distinção entre *minoría militante* e demais operários, visto que, no período estudado, o movimento associativo dos gráficos de São Paulo e do Rio de Janeiro mostrou um descompasso entre atitudes individuais de gráficos e comportamentos da categoria e de suas entidades representativas. Mas, sem esquecer, que diversos e importantes militantes oriundos do setor gráfico constituíram-se em liderança do movimento e imprensa proletários.

Em relação à mecanização da composição tipográfica, com a introdução de máquinas de compôr, cremos que não se deve afirmar que foi uma estratégia deliberadamente planejada pelos patrões, no intuito de esfacelar os elos de identidade presentes naquele momento entre os gráficos, numa forma de reiterar a subordinação do trabalho ao controle do capital. Apesar da necessidade de se efetuar muita pesquisa para esclarecer a questão das causas e dos efeitos das inovações tecnológicas sobre a organização do trabalho nos inícios da industrialização, a nosso ver, e como este estudo sobre os gráficos indica, as pesquisas precisam voltar a atender para a análise das competições intercapitalistas em um livre mercado e da estruturação do mercado de trabalho livre, emergente de uma ordem escravista.

O que o estudo mostrou válido pesquisar, reportando-se ao cotidiano do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, são as formas simultâneas de reprodução e/ou inibição da mão-de-obra assalariada sob uma sociedade e um Estado escravistas. Mas, a despeito da realidade carioca trazer elementos de generalidade que eram nacionais, convém perceber, como nos mostrou Luiz Felipe de Alencastro<sup>1</sup>, que esse cotidiano mostrava uma singularidade nas relações sociais no mercado de trabalho.

---

(<sup>1</sup>)—Luiz Felipe de ALENCASTRO, "Proletários e Escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", *op. cit.*, pp.30-56.

A singularidade presente no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, era que, de 1850 a 1870, a cidade praticamente não teve mudanças no número de habitantes, mas sim na composição social da cidade. Uma parte dos escravos, que eram maioria até 1850, foi substituída por proletários portugueses. A partir disso, formou-se um mercado de trabalho onde se dava uma disputa pelo trabalho urbano entre escravos e proletários.

Foi nesse contexto singular apresentado pelas relações sociais no mercado de trabalho no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, que procuramos analisar a greve dos compositores tipográficos de 1858 nessa cidade. Através desta greve, percebe-se como os tipógrafos mostraram uma conduta autônoma calcada na respeitabilidade do trabalho assalariado.

A greve foi detonada dentro de uma sociedade impregnada de dominação que tomava a forma de autoridade paternal, cuja subordinação era de respeito filial. E os tipógrafos, sabendo que os valores tradicionais suspeitavam da racionalidade burguesa de materialismo, egoísmo, calculismo etc, puseram em cena, tiraram da clandestinidade as razões econômicas dos proprietários dos jornais diários, jogando astutamente essa racionalidade burguesa (que pensa em como conseguir mais lucros) na sociedade acostumada com o mandonismo e a dependência.

Nessa perspectiva, os tipógrafos criaram uma maneira de mostrar que o espetáculo de dignidade, alusivo ao estatuto de indivíduo livre numa sociedade burguesa (mas, aqui, numa ordem escravista), não deveria ser preocupação para a classe dirigente. Pois que não havia a possibilidade da irrupção de uma revolta. Pelo contrário, os tipógrafos grevistas sinalizaram para o governo Imperial que ele deveria tomar as rédeas da economia e dos problemas que a carestia causava para os trabalhadores. Deste modo, buscavam ter o público e o Imperador como seus aliados, e não como os seus protetores dentro do sistema

bipolar em que gravitava o *favor* praticado pelas classes proprietárias em nossa sociedade escravista.<sup>2</sup>

As observações sobre os gráficos do Rio de Janeiro e a questão de que, em São Paulo, o mercado de trabalho foi inundado por trabalhadores através de um vasto programa de imigração subvencionado pelo Estado<sup>3</sup>, leva-nos a dizer que, em linhas gerais, os efeitos da escravidão na formação do operariado teve um peso mais significativo no Rio de Janeiro do que em São Paulo. Também, *grosso modo*, pode-se afirmar que foram complexos os efeitos da imigração na formação do operariado. E, ao que tudo indica, esses efeitos foram maiores em São Paulo do que no Rio de Janeiro.

Sendo assim, por força desse quadro geral acima esboçado, há de se levar em conta os limites estruturais, como a inserção de operários em um mercado de trabalho abarrotado de mão-de-obra, sendo que, ao que tudo indica, nem mesmo as categorias qualificadas, como era o caso dos gráficos, estavam protegidas da pressão exercida pelo exército de reserva, aliada ao momento histórico em que os agentes econômicos operavam em um livre mercado, além dos efeitos da escravidão, para uma compreensão da inserção dos operários gráficos de São Paulo e do Rio de Janeiro na formação do mercado de trabalho livre.

---

(2)-Roberto SCHWARZ, "As idéias fora do lugar", *Estudos*, CEBRAP, n° 3, 1973; depois capítulo inicial de *Ao Vencedor as Batatas (I)*. *op. cit.*, pp. 13-28.

(3)-Um dos primeiros autores a explicitar os efeitos da imigração subsidiada na formação da classe operária paulistana foi Michael M. HALL em "Italianos em São Paulo (1880-1920)", *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIX. São Paulo, 1979, pp. 201-215. (originalmente *The Italians in São Paulo, 1880-1920*. Tulane U. 1971 (mimeo.)) Sobre esse tema, ver: Sheldon Lislle MARAM, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Fontes citadas

1. Fontes Primárias e Secundárias sobre Tipografias, Tipógrafos, Livreiros, Livrarias e Leituras - Livros e Artigos

*Associação Typographica Fluminense. (Quinquagésimo aniversário de sua fundação. Memória Histórica lida em Assembléa Solene comemorativa realizada no dia 25 de Dezembro de 1904).* Rio de Janeiro: Typ. Lyth. e Papelaria de Almeida & C., 1906.

AZEVEDO, Moreira (Manuel Duarte) - "Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro". *Revista do Inst. Hist. e Geo. Bras.* - Tomo 28, vol. 31 - 1865, pp. 169-224.

BANDEIRA Jr., Antonio - *A Industria no Estado de S. Paulo em 1901*. São Paulo: Typ. do *Diario Official*, 1901.

BARBOSA, António da Cunha - "Origem e Desenvolvimento da Imprensa Colonial Brasileira". *Revista do Inst. Hist. e Geo. Bras.* - Tomo LXIII, 2o. parte - Rio de Janeiro, 1902.

\_\_\_\_\_ - "A Imprensa Colonial Brasileira". *Id*, Tomo 63, vol. 102 - 1900. pp. 239-262.

BARBOSA, Francisco de Assis - "Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil: (Notas em torno de Anatole Louis Garraux e de sua Livraria em São Paulo)", introdução, pp. XI-XXVII, in: A. L. GARROUX, *Bibliographie Brésilienne - Catalogue des Ouvrages Français & Latins Relatifs au Brésil (1500-1898)*, 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

BARRETO, Dalmo - "*De Brasiliae Rebus Pluribus*: o primeiro livro impresso no Brasil". *Id*, vol. 314 - Jan. - Mar. 1977, pp. 51-74.

BELLO, Luis Alves de Oliveira - *Apontamento Históricos da Imprensa Nacional (officina Official) - 1808/1908*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

BOURROUL, Estevam Leão - "A Typographia e a Lytographia no Brasil". *Revista do Inst. Hist. e Geo. de S.Paulo*, vol. XIII, 1908. S.Paulo: Typ. do *Diario Official*, 1911, pp.5-39.

BROCA, Brito - *A Vida Literária no Brasil - 1900*, 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

- BRUNO, Ernani Silva - *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. III (*Metrópole do Café (1872-1918) - São Paulo de Agora (1918-1953)*). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.
- CABRAL, Alfredo do Vale - *Anais da Imprensa Nacional - de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional - MDCCCLXXXI.
- CARVALHO, Alfredo de - "Genese e Progressos da Imprensa Periodica no Brasil". *Revista do Inst. Hist. e Geo. Bras.* Tomo Especial - Parte I - 1908, pp. 1-89.
- CASTRO, Renato Berbet de - *A Tipografia Imperial e Nacional da Bahia*. São Paulo: Ática (Coll. Ensaios; 111), 1984.
- DIMAS, Antônio - *Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909*. São Paulo: Ática, (coll. "Ensaios", 88), 1983.
- EDMUNDO, Luiz - *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, 2º ed. Rio de Janeiro: Athenas Editora, s/d.
- FLEIUSS, Max - *Páginas de História*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- FONSECA, Gondim da - *Biografia do Jornalismo Carioca - 1808/1908*. Rio de Janeiro, Quaresma Editora, 1941.
- FREITAS, Affonso A. de - "A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914". *Revista do Inst. Hist. e Geo. de S.Paulo*, vol. XIX, 1914. São Paulo: Typ. do *Diario Oficial*, 1915, pp.321-1.136.
- HALLEWELL, Laurence - *O Livro no Brasil - Sua História*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1985.
- IPANEMA, Marcelo de e IPANEMA, Cybelle - *Imprensa Fluminense: ensaios e trajetos*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.
- LISBOA, José Maria - "José Maria Rôa", in: *Almanach Litterario de S.Paulo para 1880*. ano V. São Paulo: Typ. da *Provincia de S. Paulo*, 1879, pp. 10-14. (ed. fac-similar.)
- MARTINS, Antonio Egydio - "Jornaes e Jornalistas". *Revista do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, vol. XVII, 1912, São Paulo: Typ. do *Diario Oficial*, 1913, pp. 115-138.
- MARTINS, Bethania S. Corrêa - "Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: De Como o Discurso Jornalístico Constrói Memória)", in: Eri P. ORLANDI (org.) - *Discurso Fundador (A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional)*. Campinas: Pontes, 1993, pp. 31-42.

- MARTINS, Francisco de Souza - "Progresso do Jornalismo no Brasil", *Revista do Ins. Hist. e Etno. do Bras.* Rio de Janeiro, 8: 262-75, 1846.
- MARTINS, Wilson - *A Palavra Escrita*. São Paulo: Anhembi Ltda, 1957.
- MATOS, José Veríssimo de - "A instrução e a imprensa". in: *Livro do Centenário*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- MORAES, Rubens Borba de - *O Bibliófilo Aprendiz*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- MOYSÉS, Sarita M. A. - "Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX", *Educação & Sociedade*, nº 48, agosto/94, pp. 200-212.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Florenzini de Salles - "Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais", *Revista de História*, nº 116, jan./jun. 1984, pp. 55-65.
- RIZZINI, Carlos - *O Jornalismo antes da Tipografia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
- ROCHA, M. da - "Gazeta de Noticias", in: *Almanach Litterario de S.Paulo para o ano de 1885*. ano 8. São Paulo: Typ. da Provincia de S.Paulo, 1884, pp. 101-103.
- RUBLI, Willy. - *As Artes Gráficas - compêndio para a fácil compreensão das espécies fundamentais de impressão e da técnica moderna dos processos de reprodução gráfica*. Rio de Janeiro, Escola Técnica, Serviço Gráfico do IBGE, 1944.
- SCHAPOCHNI, Nelson - "Contextos de leitura no Rio de Janeiro no século XIX: Salões, Gabinetes Literários e Bibliotecas", pp. 147-162, in: Stella BRESCIANI (org.), *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero/FAPESP, 1994.
- SCHMIDT, Afonso - *São Paulo de Meus Amores*. São Paulo: Clube do Livro, 1954.
- SEGISMUNDO, Fernando - "Hipólito da Costa, jornalista venal", *Revista Brasiliense*, nº 14, nov./dez. 1957, pp. 98-118.
- SENNA, Ernesto de - "A Imprensa Regia". *Revista do Inst. Hist. e Geo. de S.Paulo*, vol. XIII, 1908. S. Paulo: Typ. do *Diario Official*, pp.43-60.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza - *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Editora Cultriz/ INL, 1978.

\_\_\_\_\_ - "Produção, Distribuição e Consumo de Livros e Folhetos no Brasil Colonial". *Revista do Inst. Hist. e Geo. Bras.* Vol. 314 - Jan.-Mar. 1977, pp.78-94.

SODRÉ, Nelson Werneck - *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TOLEDO, Lafayette de - "Imprensa Paulista". *Revista do Inst. Hist. e Geo. de S.Paulo*, vol.III, 1898. S.Paulo: Typ. do *El Diario Español*, pp.303-521.

VIANNA, Hélio - *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, INL, 1945.

\_\_\_\_\_ - *D.Pedro I, Jornalista*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

VIOTTI, Manoel - "Album da Imprensa Paulistana", apud: GALVÃO, B. F. Ramiz (org.), *Almanache Brasileiro Garnier - para o ano de 1905*, ano 3, pp, 430-431.

WEINSTEIN, Barbara - "Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em *O Estado de S. Paulo*: 1902-1907", pp. 135-176, in: CAPELATO, M. H e PRADO, M. L, *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

## 2. Fontes Primárias: Periódicos

### 2.1. Jornais: Grande Imprensa

- *Correio da Manhã*, RJ - 1903 a 1908

- *Correio Paulistano*, SP - Dez. 1889; Jul. 1890; Ago. 1892

- *O Estado de S.Paulo*, SP - 1888, 1902, 1905 a 1907, 1912

### 2.2. Jornais: Imprensa Operária

- *O Amigo do Povo*, SP - 1902/1904

- *O Artista*, RJ - 1871

- *O Artista*, RJ - 1883

- *Avanti!*, SP - 1900/1912

- *O Bond*, RJ - 1882
- *Brazil Operario*, RJ- 1903
- *La Bataglia*, SP - 1904/1912
- *O Componedor*, RJ - 1909
- *Echo Operário*, RJ - 1890
- *Emancipação*, RJ - 1905
- *Folha do Povo*, SP - 1908/1909
- *Gazeta Operária*, RJ - 1902-1903
- *Jornal Operário*, SP - 1905
- *Jornal dos Typographos*, RJ - 1858
- *A Lanterna*, SP - 1912
- *La Lotta Proletaria*, SP - 1908-1909
- *A Lucta Proletaria*, SP - 1906/1908
- *A Patuléia*, SP - 1920
- *Revolução*, RJ - 1881
- *Roma*, RJ - 1888
- *Il Risveglio*, SP - 1898
- *A Terra Livre*, SP e RJ - 1905/1910
- *O Trabalhador Graphico*, SP - 1905
- *A União do Povo*, RJ - 1877
- *Voz do Povo*, RJ - 1890
- *A Voz do Trabalho*, RJ - 1908/1915



## Bibliografia citada

### 1. Bibliografia sobre os gráficos

BARRETO, J. - "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal" (I). *Análise Social*, Vol. XVIII (66), 1981-2o., pp.253-291.

\_\_\_\_\_. *idem* (II), *ibid*, vol. XVIII (70), 1982-1o., pp.183-212.

BARBOSA, Marialva - "*Operários do Pensamento*" (*Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro*): 1880-1920. Dissertação de Mestrado, UFF, 1991, mimeo.

BLASS, L. M. S. - *Imprimindo a Própria História (o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20)*. Dissertação de Mestrado, USP, 1982, mimeo.

FERREIRA, M. N. - *A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. - *Comunicação e resistência na imprensa proletária*. São Paulo: ECA/USP, Tese de Livre-Docência, 1990, mimeo.

HADLER, M. S. D. - *Sindicato de Estado e Legislação Social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 1930*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1982, mimeo.

### 1.2. Bibliografia geral citada

ABRAMO, Claudio - *A Regra do Jogo: O Jornalismo e a Ética do Marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALENCASTRO, L. F. de - "Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1972, *Novos Estudos*, nº 21, CEBRAP, julho de 1988, pp. 30-56.

BATALHA, C. H. M. - "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República", *Ciências Sociais Hoje*. 1990, São Paulo: Vértice, Edit. Rev. dos Tribunais, 1990, pp. 117-27.

\_\_\_\_\_. - "Identidade da classe operária no Brasil (1888-1920): atipicidade ou legitimidade? ", *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 12(23/24): 111-124, set.91/ago. 92.

BURAWOY, M. - "A Transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo/Rio de Janeiro, 5(12): 29-50, ju. 1990.

- CARONE, E. (org.) - *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979.
- DEBES, Célio - "Relações de Trabalho no Brasil: Aspecto de sua Evolução Histórica (1822-1917)", *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXXI. São Paulo, 1982: 183-203.
- DE DECCA, Edgard S. - "A Ciência da Produção: fábrica despolitizada". *Revista Brasileira de História*, nº 6, São Paulo, set. 1983, pp.47-79.
- DIAS, Everardo - "Lutas Operárias no Estado de São Paulo", *Revista Brasiliense*, 1(1):68-67, set. - out. 1955.
- FAUSTO, Boris. - *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1977.
- FRANCO, M. S. - *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 3º ed. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1983.
- \_\_\_\_\_ - "Sobre o conceito de tradição", *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. SP, FFLCH/USP, (5), 1972: 9-40.
- \_\_\_\_\_ - "Organização Social do Trabalho no Período Colonial", pp. 143-192, in: PINHEIRO, P. S. (org.), *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GOMES, A. M. C - *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.
- GOULART, Murício - "Júlio de Mesquita", pp. 307-365, in: LEITE, Aureliano et. al., *Homens de São Paulo*: Livraria Martins Editora, 1955.
- LANDES, D. S. - "What do bosses readily do?" *Journal of Economic History*, 46(3):set. 1986, pp. 586-623.
- LIMA, Marcos A H. - *O s Industriais Paulistas nos Anos 20: aspectos de sua atuação política*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1992, mimeo.
- LINHARES, Hermínio - *Contribuição à História da Luta Operária no Brasil*, 2º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LINHARES, José - "O operariado brasileiro no século XIX", *Revista Brasiliense*, São Paulo, (49): 24-33, set./out. 1963.
- LOBO, E. M. L. e STOTZ, E. N. - "Formação do Operariado e Movimento no Rio de Janeiro, 1870-1894", *Estudos Econômicos*, São Paulo, 15 (Número Especial): 49-88, 1985.
- LOCKE, John - *Segundo Tratado Sobre o Governo*; (trad. E. Jacy Monteiro). In: *Locke*. 3º ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983., pp. 31-131 (Coleção *Os Pensadores*).

HALL, Michael M. - "Italianos em São Paulo (1880-1920)", *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIX. São Paulo, 1979, pp. 201-215.

HALL, M. M. e PINHEIRO, P. S. - *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930*, vol. 1, *O Movimento Operário*. São Paulo, Alfa Ômega, 1979; vol. 2, *Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado*. São Paulo, Brasiliense/Funcamp, 1981.

\_\_\_\_\_. "Alargando a história da operária: organização, lutas e controle". PRADO, A. A. (org.) *Coleção Remate de Males*, 5, Campinas, pp. 96-120.

MAGNANI, S. I. L. - *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. - "A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo". *Cara a Cara*, 1(1), maio 1978, Campinas.

MARAN, S. L. - *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARSON, A. - "Maquinações Satânicas: Edward Thompson e as Leituras do Sistema Fabril", *Revista de História*, São Paulo, nº 121, p. 45-55, ago/dez. 1989.

\_\_\_\_\_. - "Lugar e Identidade na Historiografia de Movimentos Sociais". *Jogos da Política: Imagens, Representações e Práticas* (orgs. M. Stella Bresciani et alli), ANPUH/São Paulo -Marco Zero - FAPESP, pp.31-49.

\_\_\_\_\_. - *Viagem ao País de Taylor*. Campinas: IFCH/UNICAMP, março 1995, 67 p, mimeo (Col. "Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas", nº 29).

MORAES, A. Evaristo - *Apontamentos de Direito Operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

MORSE, R. M. - *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

MARGLIN, S. A. - "Origem e funções do parcelamento das tarefas: para quê servem os patrões?" in: GORZ, A. (org.) *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, pp.39-70.

MARX, K. - *O Capital: Crítica da Economia Política*, Vol. 1, livro primeiro, *O Processo de Produção do Capital*, tomo I (capítulos V a XII) e tomo II (capítulos XIII). Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe, 2º ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

MORAES F., E. de - *O Problema do Sindicato Único no Brasil - Seus Fundamentos Sociológicos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 2º. ed., 1978.

MUNAKATA, K. - *A Legislação Trabalhista no Brasil*. col. "Tudo é História", 32, São Paulo, Brasiliense, 1981.

PADUA, J. A. Valladares. - "A Capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890", *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 28(2): 163-192, 1985.

PANSARDI, Marcos V. - *Republicanos e Operários: Os Primeiros Anos do Movimento Socialista no Brasil (1889-1903)*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1993, mimeo.

POLANYI, Karl - *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RANCIÈRE, J. - *A Noite dos Proletários: Arquivos dos Sonho Operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REIS, João J. - "A greve de 1857 na Bahia", *Revista USP*, nº 18, pp. 8-29.

RODRIGUES, Edgard - *Socialismo e Sindicalismo no Brasil: 1675-1913*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

ROSENFELD, Anatol - *Texto/Contexto II*. São Paulo: Perspectiva/ Ed. USP/Ed. UNICAMP, (coll. "Debates"; v. 254), 1993.

SAES, Décio - "A Contestação à Ordem Monárquica no Brasil", Campinas, IFCH/UNICAMP, 1992, mimeo. (Col. "Primeira Versão", nº 49).

SCHWARZ, Roberto - *Ao Vencedor as Batatas (I)*, 3º ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

SIMÃO, A. - *Sindicato e Estado: Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, Ática, (coll. "Ensaio", 78), 1988.

SOUZA, Belisário S. de - *O Sistema Eleitoral no Império (com apêndice contendo a legislação no período 1821-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1979.

TRENTO, Angelo - *Do outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/Instituto Italiano di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

TOLEDO, Edilene T. - "*O Amigo do Povo*": *Grupos de Afinidade e a Propaganda Anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_ - "'Viva a solidariedade operária': o sindicalismo revolucionário e a Federação Operária de São Paulo (1906-1908)". Campinas, UNICAMP. s/d, mimeo., 32 p.